

O INSTITUTO

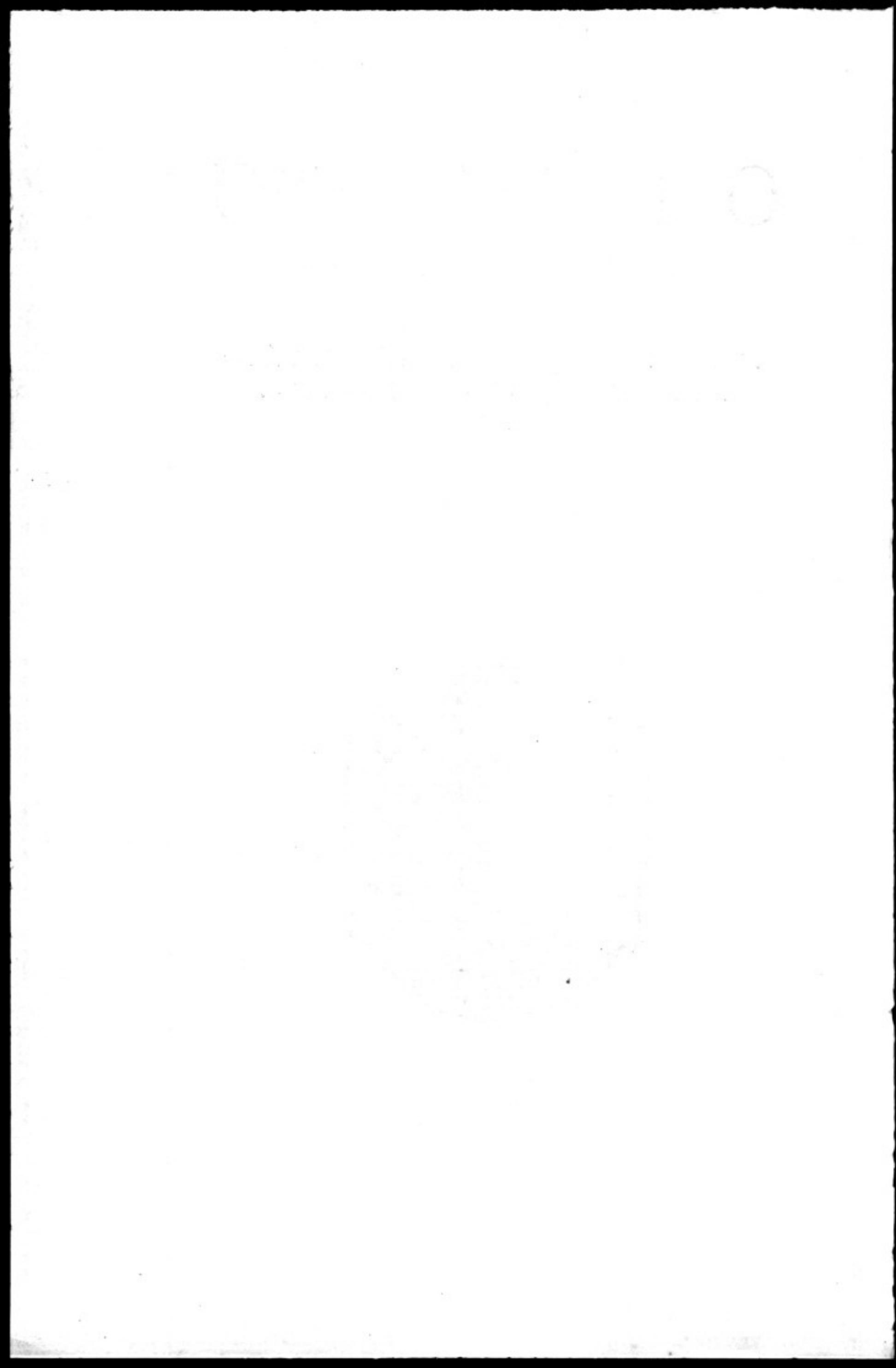
REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

VOLUME COMEMORATIVO DO TRICENTENÁRIO
DA RESTAURAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA
NACIONAL

VOLUME 96.º



COIMBRA
1940



O INSTITUTO

VOLUME 96.º

O INSTITUTO

REVISTA CIENTÍFICA E LITERÁRIA

VOLUME COMEMORATIVO DO TRICENTENÁRIO
DA RESTAURAÇÃO

VOLUME 96.º



COIMBRA

1940

COMISSÃO DE REDACÇÃO

MEMBROS EFECTIVOS

Presidente, Prof. F. M. da Costa Lôbo, da U. C., D. O. A.
— *Vice-Presidente*, Prof. Anselmo F. de Carvalho, da U. C., D. I. G.
— *Vogais*, Prof. Amadeu F. de Carvalho, da E. I. C. B. — Dr. António Baião, D. A. N. T. T. — Prof. J. G. de Barros e Cunha, da U. C. — Prof. Beleza dos Santos, da U. C. — Prof. Elisio de Moura, da U. C. — Prof. Eugénio de Castro, da U. C. — Prof. Ferrugento Gonçalves, D. I. S. T. — Prof. Fêzàs Vital, da U. C. — Almirante C. V. Gago Coutinho. — Prof. Mendes Corrêa, da U. P. — Prof. D. Pacheco de Amorim, da U. C. — Prof. Pedro J. da Cunha, da U. L. — Prof. J. J. Pereira Dias, da U. C. — Prof. J. M. de Queiroz Veloso, da U. L. — Prof. M. de Sousa da Câmara, do I. S. A. — Prof. H. Teixeira Bastos, da U. C. — *Secretário Geral*, A. G. da Rocha Madahil, do A. U. C.

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

BAIRRO DE SOUSA PINTO (Edifício de S. Bento)

COIMBRA



RETRATO DE D. JOÃO IV
(da galeria da Sala dos Capelos da Universidade de Coimbra)

*Fotografia obsequiosamente cedida pelo
Prof. Doutor Vergílio Correia*



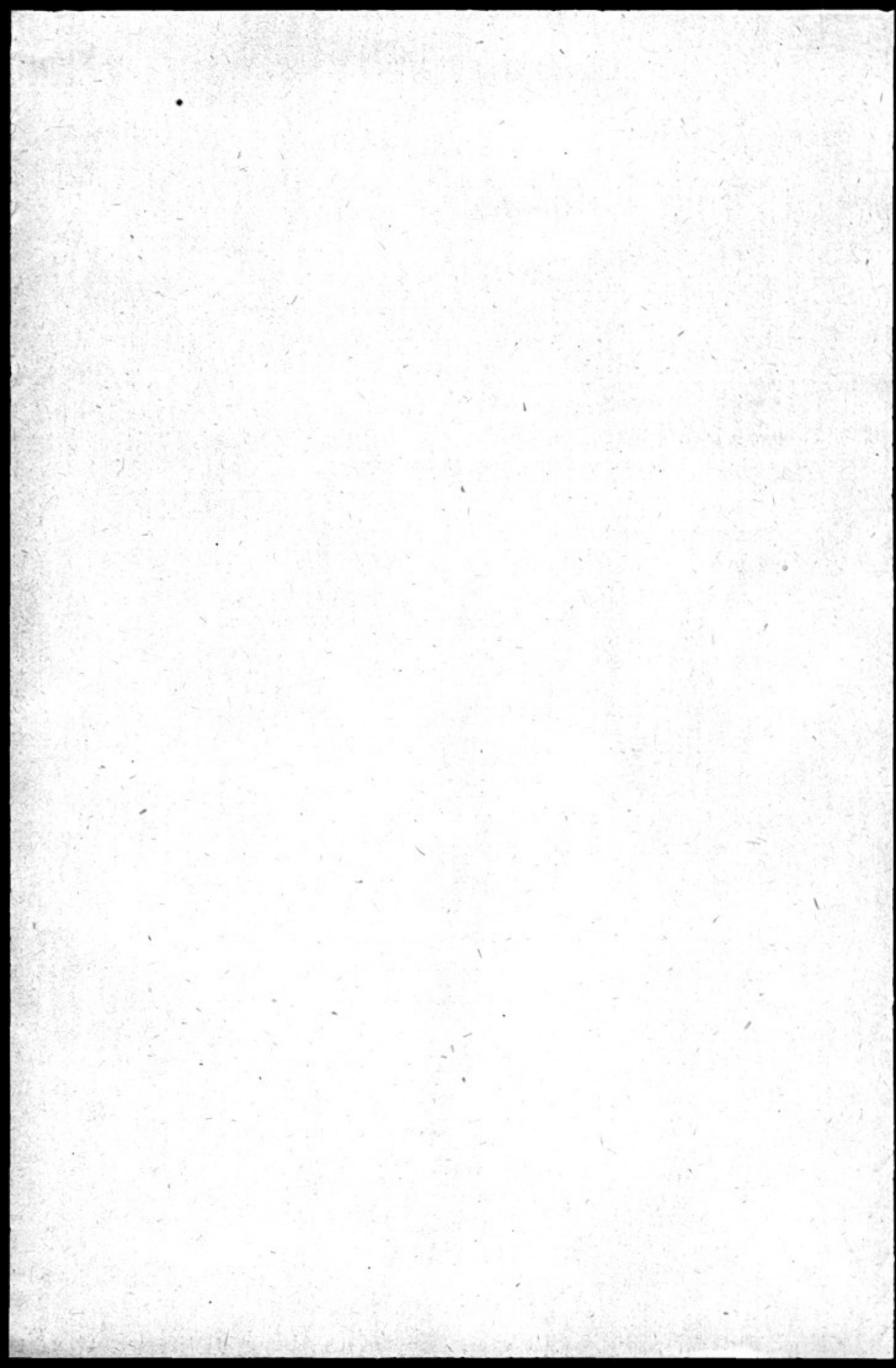
O TRICENTENÁRIO DA RESTAURAÇÃO

Completam-se em 1 de Dezembro do presente ano de 1940 três séculos depois que os portugueses, com sublime audácia e perseverante esforço, se decidiram a quebrar as algemas castelhanas, forjadas pela traição de alguns, pela cumplicidade de outros e pela cobardia do maior número, fruto dum período de decadência cuja recordação, ainda a distância, magoa e entristece.

Ano duplamente festivo para a Pátria Portuguesa, o *Instituto de Coimbra*, pronto sempre a ocupar um lugar de responsabilidade em tôdas as manifestações culturais e patrióticas, não podia negar a sua mais fervorosa e dedicada colaboração às comemorações em marcha.

Publicado já o volume 95.º desta revista, *comemorativo do oitavo centenário da fundação da Nacionalidade*, sai agora este volume 96.º, *comemorativo do Tricentenário da Restauração*.

Em ambos êles se contêm trabalhos que, fazendo honra ao mérito e patriotismo dos seus autores, outra coisa não visam senão a enaltecer as glórias de Portugal. E o *Instituto de Coimbra*, fazendo convergir a atenção dos seus sócios para a celebração das festas centenais, cumpre um grato dever de homenagem ao seu país, orgulhando-se de poder assim cumpri-lo de forma tão digna e alevantada.



QUATRO DOCUMENTOS ORIGINAIS E INÉ-
DITOS, TIRADOS DO ARQUIVO SECRETO
VATICANO E DA BIBLIOTECA APOSTÓ-
LICA, PARA SERVIREM À HISTÓRIA DA
RESTAURAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA
PORTUGUESA, EM 1640.

Ao Embaixador José Bonifácio de Andrada e Silva.

A apresentação dos documentos históricos aqui publi-
cados pela primeira vez reduzir-se-á a uma breve notícia
sôbre as peças reproduzidas e à transcrição crítica dos tex-
tos em sua versão original.

Fui levado a impor limites tão estreitos ao meu traba-
lho, pelo facto de não ser a história política de Portugal o
campo de meus estudos habituais, e outro-sim por me fal-
tarem em Roma, onde resido, os materiais bibliográficos que
seriam indispensáveis a um desenvolvimento mais extenso
do assunto tratado.

NOTÍCIAS CRÍTICAS

Existem no Vaticano, como é sabido, duas fontes riquís-
simas de documentos para a história de Portugal: o Arquivo
secreto e a Biblioteca apostólica.

Ambas, até hoje, só muito incompletamente foram utilizadas; não por culpa ou negligência dos pesquisadores, mas porque o Arquivo só foi franqueado ao público em tempos recentes, pela liberalidade do papa Leão XIII, e a Vaticana só adquiriu o *Fondo Barberini* — especialmente interessante sob êste aspecto — em 1902.

Os documentos abaixo publicados foram por mim encontrados nessas duas preciosas colecções.

Razões de espaço e de tempo disponíveis reduziram minha escolha aos dois relatórios oficiais, em que os funcionários das missões que representavam a Santa-Sé em Madrid e em Lisboa — isto é, nos dois campos adversários — davam conta, pela primeira vez, ao Vaticano, da restauração da independência portuguesa, em dezembro de 1640, da proclamação d'Elrei Dom João IV, e das repercussões que tais factos tiveram nos países e côrtes de sua residência.

Acompanham êstes documentos principais duas outras peças, de menor importância, mas que os completam de maneira interessante: uma carta de um dos funcionários da colectoria de Lisboa, justificando a remessa da citada relação, redigida por êle e por um dos seus colegas daquela missão, e um ofício dos mesmos sôbre o projecto — em seguida realizado — de ser enviada a Roma uma embaixada do novo rei, chefiada pelo bispo de Lamego.

DESCRIÇÃO DOS DOCUMENTOS

DOC. N.º 1.

Encontra-se no Arquivo secreto, secção *Nunziatura di Spagna*, a fls. 107 r-112 r (nova numeração, à máquina), num grosso volume encadernado, que se destinava à transcrição

em claro dos officios cifrados da missão diplomática da Santa-Sé em Madrid, e traz, na lombada, o título seguinte: *102. Cifre di Spagna 11. Febraro 1640. sino 19. Ottobre 1641.*

O documento é cópia oficial, em claro, de um officio decifrado a 26 de janeiro de 1641 e remetido de Madrid, a 12 de dezembro do ano anterior, por monsenhor Cesare Facchinetti, núncio apostólico naquela côrte, ao cardial Francesco Barberini, sobrinho do papa Urbano VIII, vice-chanceler da Santa Igreja Romana e superintendente do Estado eclesiástico, cargo êste que, hoje, corresponderia ao de secretário de Estado de Sua Santidade.

O original do aludido documento, em grande parte cifrado em números, e outra cópia em claro, do mesmo, conservam-se na Biblioteca apostólica, no códice *Barb. lat. 8471*, a fls. 110 r-117 v (1).

Neste officio, o núncio relata a seu chefe os acontecimentos que, doze dias antes, em poucas horas e quási que sem derramamento de sangue, haviam transformado o reino-vassallo de Portugal em nação livre; descreve o espanto da côrte madrilena ao conhecer de repente e inesperadamente tôda a extensão do desastre sofrido pela corôa de Espanha; dá informações minuciosas sôbre o novo soberano e sua família, traçando um interessante retrato físico e moral de Dom João IV; faz considerações mui sensatas e finas a respeito das várias causas do movimento e das conseqüências que viria a ter, considerando a situação respectiva dos

(1) Êste códice, pertencente ao já mencionado *Fondo Barberini*, traz o título seguinte: *Spagna Facchinetti Nunzio Cifre 1640. CV. 6.*; a cópia nêle contida é conforme à versão publicada neste estudo. A cifra encontra-se a fls. 115 r-117 v; a cópia a fls. 110 r-114 r.

adversários no quadro geral político e económico da península e das terras de além-mar.

A relação de monsenhor Facchinetti procura manter-se, em linha geral, naquela atitude de objectiva e estreita neutralidade diante dos acontecimentos puramente políticos e sem interferência no domínio religioso, que sempre foi o ideal diplomático do Vaticano.

Assim mesmo, porém, mal consegue o prelado encobrir um sentimento de íntima satisfação pelo feliz êxito da revolta de Lisboa. Esta aparece-lhe, de certo modo, como um gesto da Providência, uma punição divina ⁽¹⁾ da atitude de intransigente «césaro-papismo» que, naqueles anos, havia levado Filipe IV a violento contraste com a Santa-Sé, determinando por fim a proclamação do *interdictum*, para as igrejas da capital lusitana, decretada pelo colector em Portugal, monsenhor Alessandro Castracani, bispo de Nicastro. Por medida de represália, foi aquêlê representante do pontífice expulso, em 1639, do seu pòsto, pelo govêrno castelhano; sendo êste, aliás, pelo descontentamento provocado nas populações, um dos motivos que favoreceram a rápida vitória do movimento nacional em dezembro de 1640.

A humilhação e o enfraquecimento do soberano espanhol talvez houvessem, no pensamento do núncio, de facilitar a conclusão de um acôrdo sôbre as questões debatidas, em que fôsem respeitados os direitos essenciais da Igreja, o que realmente, aliás, veio a acontecer mais tarde.

De outro lado, era evidente que a constituição, na península ibérica, de um novo reino independente e cató-

(1) Veja-se, logo no princípio, a fl. 107 v., a exclamação latina: *per haec quae peccavimus, per haec et punimur!*

lico, havia de abrir, para o Vaticano, novas possibilidades de iniciativas e manobras diplomáticas naquela região da Europa, ao mesmo tempo que ali reforçava suas posições e seu prestígio político e espiritual (1).

O valor histórico dêste documento parece-me, pois, de primeira ordem, de vez que a proximidade dos factos expostos leva a crer na exactidão do relatório, e que seu carácter de informação reservada e confidencial — cifrada — garante, de certo modo, a objectividade do relator.

DOC. N.º 2.

Conserva-se esta peça na Biblioteca Vaticana, no códice *Barb. lat. 8564*, à fl. 9 r. O volume traz, na lombada, a seguinte indicação: *Portogallo Collettoria. Ufficiali diversi 1642-43. CVI. 27*, e contém correspondência vária dos funcionários da colectoria de Lisboa (2), dirigida à secretaria de Estado da Santa-Sé, com exclusão das cartas e outros papéis do

(1) Não passavam certamente despercebidas do núncio as dificuldades que havia de fatalmente trazer consigo o futuro reconhecimento do novo reino, desejando a Santa-Sé conservar boas relações com a corôa de Espanha; nem deixava de o preocupar a possibilidade de se aliarem os portugueses com a Holanda luterana, para resistirem a Filipe IV, como se vê a fl. 109 v. dêste officio. Em outra comunicação do mesmo monsenhor Facchinetti encontra-se esta frase significativa: *In oltre si dubita che potesse collegarsi con olandesi, il che parimenti impedirei quanto fosse possibile* (*Barb. lat. 8557*; officio ao cardinal Barberini, de Madrid, a 12 de dezembro de 1641, fls. 41 r — 42 r).

(2) A missão que representava a Santa-Sé no reino de Portugal durante a dominação castelhana, chamava-se *collettoria*. Não revestia carácter diplomático, pelo menos oficialmente, cabendo êste à nunciatura apostólica em Madrid. O título do chefe daquela missão pontifícia em Lisboa: *spoliorium et jurium camerae apostolicae collector generalis*, diz bastante quais fôsem suas atribuições normais.

titular daquela missão, que se encontram nos volumes precedentes da importantíssima e desconhecida colecção, constituída pelos quatorze códices *Barb. lat. 8552-8565* (1).

(1) A colecção original dos papéis referentes às relações entre a secretaria de Estado da Santa-Sé e a colectoria em Lisboa, durante o período em que Francesco Barberini dirigia os negócios estrangeiros do Vaticano, não se encontra, como seria de crer, no Arquivo secreto, — onde debalde foi procurada pelos historiadores — mas no *Fondo Barberini* da Biblioteca apostólica. Deve-se tal anormalidade ao facto de ter aquêl príncipe da Igreja considerado como peças do seu arquivo familiar grande parte da correspondência diplomática trocada naquela época. Só em 1902, portanto, quando a livraria e quasi todo o arquivo da ilustre casa romana passou ao Vaticano, estes preciosísimos documentos políticos reintegraram as estantes que nunca deviam ter deixado. Damos em seguida o índice dos volumes relativos à actividade da colectoria apostólica em Portugal, de 1635 a 1644, volumes cuja importância, como fonte inédita para a história lusitana, dispensa qualquer comentário:

<i>Barb. lat. 8552.</i>	<i>Portogallo Castracane Collettore</i>	<i>Lettere 1640-41.</i>	<i>CVI. 15.</i>
» » 8553.	» » »	<i>Cifre 1635-36.</i>	» 16.
» » 8554.	» » »	» 1637	» 17.
» » 8555.	» » »	» 1638	» 18.
» » 8556.	» » »	» 1639	» 19.
» » 8557.	» » »	» 1640-41.	» 20.
» » 8558.	»	<i>Collettori Minute del Card. F. Barberini 1635-39.</i>	<i>CVI. 21.</i>
» » 8559.	»	<i>Collettoria Minute del Card. Barberini 1639-41.</i>	<i>CVI. 22.</i>
» » 8560.	»	<i>Vice Collettore Battaglini Lettere 1641-1644.</i>	<i>CVI. 23.</i>
» » 8561.	»	<i>Vice Collettore Battaglini Cifre 1641-1642.</i>	<i>CVI. 24. [encontram-se no fim do código muitas minutas do cardeal Barberini].</i>
» » 8562.	»	<i>Collettor Battaglini Cifre 1642-44.</i>	<i>CVI. 25.</i>
» » 8563.	»	<i>Collettoria F. Carpino 1635-44.</i>	<i>CVI. 26.</i>
» » 8564.	»	» <i>Ufficiali diversi 1642-43.</i>	<i>CVI. 27.</i> [às fls. 5 r-6 r uma carta de V. Mobili de 30. IX. 1639].
» » 8565.	»	<i>Diversi</i>	<i>CVI. 28.</i>

O documento n.º 2 consta do original de uma carta, enviada de Lisboa, a 5 de janeiro de 1641, por Vincenzo Mobili, funcionário daquela colectoria, ao cardial Francesco Barberini, em Roma.

Ao ser expulso de Portugal, monsenhor Castracani havia incumbido Mobili de lhe comunicar, confidencialmente, as novidades que houvesse, endereçando as missivas à sua residência provisória na Espanha. Não lhe sendo mais possível continuar a se corresponder com o colector, por estarem interrompidas as comunicações com aquêlê país, o referido funcionário pede licença, nesta carta, ao vice-chanceler da Igreja, para levar directamente ao seu conhecimento as últimas notícias sôbre os acontecimentos portuguezes, de tamanho interêsse para a Santa-Sé. Foi êle auxiliado neste trabalho por seu colega Famiano Andreucci, abreviador da mesma colectoria, e que parece ter sido seu superior immediato, pois tem precedência a assinatura dêste no fim do relatório escrito em comum, e que agora passamos a ilustrar.

Uma duplicata desta carta encontra-se a fl. 8r do referido códice.

DOC. N.º 3.

Encontra-se no mesmo volume acima citado, a fls. 13r-16r. É segunda via original — *duplicata con aggiunta* (fl. 13r) — do officio anunciado na carta precedente, officio em que Andreucci e Mobili fazem ao cardial Barberini a crónica pormenorizada das diversas fases da revolução, acompanhando seu desenvolvimento desde a noite de 31 de novembro de 1640 — quando os conjurados se reüniram para assaltar o paço — até 28 de dezembro. O documento traz a data final de 5 de janeiro do ano seguinte.

Têm grande interêsse documentário e psicológico as descrições das pessoas e caracteres do duque de Bragança e de Miguel de Vasconcellos, que se lêem nas últimas páginas dêste manuscrito; não só pelos personagens a que elas se referem, mas também por nos darem uma idéa muito exacta da extraordinária fineza e complexidade da diplomacia pontifícia. Esta, para seus cálculos políticos, levava em linha de conta, além das circunstâncias exteriores, as qualidades intellectuais, morais e mesmo fisiológicas de quem nelas se achava envolvido de modo a ter alguma influência sôbre o desenrolar dos acontecimentos!

A expressão *fino a hoggi, 5 del presente*, que figura à fl. 14^r dêste officio — terminado a 28 do mesmo mês — mostra claramente ter sido êle redigido quasi que à maneira de um diário. Isto empresta à narrativa dos dois italianos um relêvo dramático e uma vivacidade singulares, aumentando, para nós, seu valor crítico, como testemunho histórico de primeiro plano.

A fls. 10^r-12^v do mesmo volume há outro exemplar, com variantes, dêste documento (1).

DOC. N.º 4.

Ocupa êste documento as fls. 17^r-17^v do mesmo códice *Barb. lat. 8564*. É o original de outro officio dirigido por Andreucci e Mobili ao cardial Barberini, datado de Lisboa, a 8 de janeiro de 1641.

Nêle se dá conta da nomeação da embaixada destinada — conforme o costume — a ir prestar obediência ao papa

(1) Sôbre a transcrição das variantes, cfr. adiante pág. 10, *Método da edição*.

em nome d'El-rei Dom João IV, provocando dest'arte o reconhecimento público do novo reino por parte do pontífice romano.

Fornecem os autores minuciosos pormenores acêrca do chefe da missão, dom António de Portugal, bispo de Lamego, prelado de virtudes exemplares, sôbre sua família, e sôbre as pessoas que o deviam acompanhar à Itália, fazendo parte da embaixada.

Referem igualmente as diferentes suposições que, na côrte, se iam fazendo a respeito das probabilidades de ser a missão recebida por Urbano VIII, com receios de descontentar o rei-católico de Espanha, mas desejoso, ao mesmo tempo, de ganhar a amizade do monarca português e do seu povo.

Contingências excepcionais, como já se viu, haviam determinado Andreucci e Mobili a se dirigirem sem intermediários ao cardial, isto é, a ultrapassarem suas attribuições normais, exercendo uma função que, em regra geral, só compete aos chefes de missão, e não a seus subordinados, embora possuam qualidade diplomática. É, pois, de supor, com a máxima verosimilhança, que ambos, no próprio interesse da carreira, tenham procurado desempenhar a tarefa extraordinária por êles assumida, da melhor maneira possível, dando à sua crónica aquêlê cunho de informação cuidadosa e objectivamente imparcial que observámos no officio de monsenhor Facchinetti, e que era mesmo exigido pelo destino e natureza de tais communicações.

Isto, aliás, não os impede de externar livremente — não digo na relação dos acontecimentos, mas nos comentários que lhes fazem e nas apreciações sôbre os personagens que nêles tiveram papel saliente, como o duque de Brangança e Miguel de Vasconcelos — seus sentimentos francamente favoráveis à causa portuguesa e ao novo rei, sentimentos ali-

mentados pela lembrança dos inúmeros vexames sofridos pela representação da Santa-Sé durante os últimos anos da senhoria castelhana em Portugal.

Uma segunda via dêste officio, com variantes, conserva-se a fls. 18^r-18^v do mesmo volume Barberiniano.

MÉTODO DA EDIÇÃO

Todos os documentos foram publicados na íntegra.

A ortografia foi apenas modernizada no uso das maiúsculas e minúsculas, no emprêgo dos sinais fonéticos e das duplas consoantes. A letra *u* com som de *v* — muito frequente — foi sempre substituída por esta última letra.

Para os nomes próprios conservou-se a grafia italiana dos manuscritos, aliás facilmente inteligível.

A divisão dos parágrafos nem sempre foi mantida, sendo às vezes bastante arbitrária, e a pontuação foi tôda ela refeita, para maior clareza do texto.

As palavras abreviadas — numerosíssimas — foram transcritas por extenso, e as abreviaturas de números — mais raras — em algarismos ordinários árabes, ou romanos, quando estavam a indicar sucessões dinásticas.

Com relação às variantes das duplicatas procedeu-se da seguinte maneira: as que só se referiam à forma ou a estilo não foram transcritas nem notadas; as que completavam o texto foram nêle inseridas entre parêntesis quadrados; as que modificavam o sentido de alguma frase foram transcritas em nota. Entre parêntesis quadrados — porém, com tipos itálicos — foram interpoladas algumas palavras presumivelmente omitidas pelos escritores, mas que se nos afiguravam necessárias ou úteis para melhor intelligência dos textos.

Confio estas notas e o material histórico aqui apresentado às ulteriores pesquisas dos meus colegas portugueses, na esperança de ter respondido de maneira útil, ainda que modesta, ao honroso convite que me foi dirigido.

Desejo terminar estas breves páginas com a expressão do meu sincero reconhecimento por me ter sido oferecida a presente oportunidade para, como brasileiro, manifestar o profundo sentimento de afecto que me liga à Pátria gloriosa dos meus antepassados.

Roma, *Corpus Domini*, 1939.

DEOCLÉCIO REDIG DE CAMPOS

DOCUMENTO N.° 1

ARQUIVO SECRETO VATICANO,
Nunziatura di Spagna 84, fls. 107 r — 112 r (numeraçãõ
à máquina).

[f. 107 r] Di Madrid, da monsignor nunzio, 12 dicembre 1640. Deciferato li 26 gennaio [1641].

Ai sollevamenti di Catalogna et ai stabilimenti o confede [f. 107 v] razioni di quel principato con i francesi, succede la rivolta di tutto 'l regno di Portugallo, con incredibile sentimento di tutta questa corte; in un'hora si è perduto, può dirsi, un regno, e prima se n'è saputa la perdita che conosciutane la possibilità et il pericolo di perderlo. Dio benedetto a tutte l'hore non rivede i conti e non ad ogni settimana pareggia le partite⁽¹⁾; *per haec quae peccavimus, per haec et punimur!*

Il giorno di s. Andrea apostolo, ucciso prima per mano di un nobile portoghese Michele Vasconcellos, segretario di Stato in Lisbona e padrone del regno, e posta in un monasterio di monache la principessa vice regina, presi dalla nobiltà di Lisbona i castelli o picciole fortezze della città,

(1) Frase proverbial romana; ainda hoje se diz: *Iddio non sempre paga il sabbato, ma quando è lunedì non deve niente a nessuno.*

et un'altra fuori, fabbricata a difesa del porto, acclamarono per re di Portugallo Giovanni, duca di Braganza, huomo di 35 anni, di blanda natura, amico della musica, di poco intendimento, di pensieri alti, ma di animo un poco servile perchè tutto rassegnato in mano di un segretario suo; adora le voci di quello come di un oracolo. Ha per moglie una sorella del duca di [f. 108 r] Medina Sidonia, nipote della principessa di Melito, della casa Guzman. Da questa n'è nato un figliol maschio di età di diece anni e due figlie femmine assai minori. È di spiriti, e di ingegno sollevato la moglie, et il signor Conte Duca la maritò col medemo duca di Braganza, il quale, altre volte ricusando lo scettro, nè potendosi per qualsivoglia invito popolare indurre ad esser fellone e traditore, hoggi, stimolato dalla nobiltà, non ha hauto cuore per resistere al regno offertogli da più sicuri oblatori che non sono gl'inconstanti et impensati motivi di una plebe appassionata.

Il marchese Ferrera, fratello della marchesa di Castel Rodrigo, cugino del duca di Braganza, con cinquemila huomini, si è posto a' confini di Castiglia, et un altro Melo con tremila huomini, et un altro con altre truppe si sono posti alla custodia di quei passi per i quali gli eserciti di Sua Maestà cattolica possono penetrare in Portugallo, et li guardano con sì gelose assistenze che non ha potuto capitare nè per via di Salamanca, nè per Ba [f. 108 v] dayos, nè per Alcalà la Reale pur una lettera al re, che le (1) appuri la verità di sì gran fatto, le cagioni impulsive.

L'origine di sì spaventevole movimento, le orditure [furono] sì ben tramate, che prima in tutte le città si è

(1) Por *gli*, forma não rara no séc. XVII.

inchinato ⁽¹⁾ il nome del duca Giovanni di Braganza che odoratosi il pensiero di farlo, prima uccisi i ministri regii che uditasi una voce hostile, prima allontanata dall'obbedienza del re tutta la nobiltà di Portogallo che arrivatasi dal re medemo la prima querela che potesse indicarli mal-soddisfatti.

Si ha per chiara la lega co'francesi, e che da qualche tempo in qua si concertasse questo disconcerto, et si ha per inevitabile una guerra, la più sanguinosa che mai si sia sentita. Le forze del re distratte, gli erarii vuoti, gli vassalli esangui, i regni spopolati, gli arbitrii ⁽²⁾ per fare danari o tutti già consunti, o le idee di quelli che rimangono impossibili ad adoprarsi, mancando le materie dove applicarle, le forze marittime annihilate, la stagione di verno contrarissima a condurre eserciti — quando [f. 109 r] anche vi fossero — hanno animati i portughesi a farsi compagni de'catalani nel movimento, benchè siano stati più rigidi nell'attione, perchè i catalani sempre hanno riconosciuto il re, questi se ne sono fatti uno, rompendo la fede a'giuramenti.

Vanno intanto i portughesi impadronendosi — per quanto scrivono da Badayos — di tutti i luoghi e terrestri e marittimi senza contese, poichè, essendo tutti i luoghi forti tenuti da capi portughesi, non trovano resistenza alla loro determinatione. Si attende l'aggiustamento de'catalani per medicina — se bene non bastevole — a tanto male, et i brevi di Nostro Signore faciliteranno al re il perdono, con gran

(¹) Locução rara; *inchinare* = *prestare omaggio*.

(²) Espanholismo, palavra empregada no sentido do termo castelhana *arbitrio*, que significa «meio extraordinário para obter qualquer cousa».

vantaggio della regia esistimatione. Qualcuno teme che la conditione (1) catalana sia per alzare il prezzo alla sua mercantia e per volere dal re del zuccharo brusco, (2) accortasi che, se il re vuole com l'esercito preparato ridurla, conviengli di perdere il regno di Portugallo. Altri, però, stimano che, riportando da Sua Maestà un'autentica confirmatione de' [f. 109 v] suoi fori — com'è giusto — eleggerà di quietare e di segnalarsi sopra le altre provincie in occasione di tanto affanno per il re, il quale, valendosi dell'esercito ammassato contro i catalani a vincere, se potrà, la rebellione de'portughesi, si difficulterà forsi (3) in qualche parte la felicità de'suoi macchinati successi. Portughesi, intanto, giunteranno (4) denari, e le mercantie che accomodavano con Portogallo Castiglia ancora, ridotta a'soli portughesi la loro contrettatione, renderà questi più comodi. È ben vero che se non si compongono con gli olandesi — che non serà facile — perderanno questo anno il rimanente del Brasil, poichè, non potendo il re soccorrerlo, impedito da loro, non si sa se gli olandesi vorranno perdere la congiuntura di sì importante acquisto, per collegarsi con un regno rivolto e con uno che non ha radici fondate per sostenersi nel posto a che è stato tumultuariamente portato. Allo scuro si discorre, perchè di Lisbona non vengono lettere. Qui si mormora che siano stati incentivi di sollevamento l'opinione di ridurre in provincie il regno, sog [f. 110 r]gettandolo et unendolo a Castiglia e Leone,

(1) Locução raríssima; *conditione* = *fazione*.

(2) Expressão familiar antiga, que significa «querer uma cousa fora do comum» (*brusco* = *queimado*).

(3) Forma arcáica de *forse*; rara.

(4) Espanholismo derivado do verbo *juntar*.

ammettendo alle prerogative, commende, patronati, dignità, uffitii e vescovati i portughesi in Castiglia et i castigliani in Portugallo; che però con tal fine si fosse ito annihilando il consiglio di Portugallo, che [era] degenerato in una picciola giunta e da Diego Suarez onninamente governata e signoreggiata, e publicandosi la giornata del re in Catalogna, fusse a'portughesi comandato il venire qua; questi, giudicando non se ne farebbe altro, hanno diferita l'obbedienza per non ispiantare le proprie case, ridotte in strettezza molto più anguste. Et in altri tempi dicono che, sdegnatisi qui della dilatione, habbino con ordini inculcata loro di maniera la venuta, che a'trasgressori si ponesse il titolo di ribelli e fedifraghi e che, confiscati li beni, si applicassero al re, forse con intentione di cavare denari da chi, non venendo, si fosse voluto comporre, como generalmente si diceva che tutti farebbero. Feriti nel cuore i portughesi per sì inaspettata provvisione, vedendo che il re non partiva [si dice] hab[f. 110 v]bino volto l'animo alla novità raccontata di sopra. Altri dicono che, essendosi da qualche anno in qua fatti venire a Madrid una parte de'nobili e conti di Portugallo, che sono come i Grandi in Castiglia, sdegnati li portughesi che quasi si voglino qui ostaggi della fede loro, [o] pure [che] si trattenghino qui i nobili per consumare i loro patrimonii e perchè contribuischino ⁽¹⁾ per comprar il ritorno in patria, si siano per questi trattamenti ribellati. Così parla la fama. *Omnia sunt in incerto.*

La pena che cagionava a quei di Lisbona l'interdetto, alcuni religiosi dicono che habbia verso il governo presente

(1) Forma dialetal romana por *contribuiscono*.

accresciuto l'odio, et il restare privi di un ministro apostolico gli habbia amareggiati.

Credono qui che il duca di Braganza scriverà a Sua Santità; la natura legale del regno di Portugallo anco il persuade. Le pretensioni del duca di Braganza al regno saranno note a Vostra Eminenza. Io non le repeto qui per non tediarla, e per non errare nei nomi lascierò che monsignor collettore adempia questa parte, per essere egli [f. 111 r] più di me informato.

Quanto al ritorno di monsignor collettore, si andava travagliando, come egli medemo potrà riferire. L'ultima risposta fu che io, come vigilante ministro di Nostro Signore, dovevo sollecitar questo punto con tutta diligenza, che i ministri di Sua Maestà dovevano aspettare la relatione del gradimento di Sua Santità per la stabilita nuntiatura e per il felice esito che haveva havuta la dura pratica del generale di s. Francesco; che le dispositioni qui erano ottime, ma che la paura di non essere graditi a Roma dopo di havere fatto tanto ne spaventava le finali determinazioni. Forsi hora essi ce ne pregheranno, perchè, se bene col fondamento falso della loro diffidenza verso monsignore potessero sospettare che, partializzando, egli potesse essere tutto del duca di Braganza — il quale, per accreditare se stesso coi popoli, adorerebbe, quando non per altro, un ministro della Santa Sede — ad ogni modo sono tanto i servitii che può il re ricevere da monsignor collettore colà, e mitigare [f. 111 v] con la di lui presenza molte offese, acciocchè non infistolischino, che haverebbono da stimare per beneficio di Dio una così fatta dispositione, e massime se la recuperatione del regno fusse conseguibile in breve tempo, perchè quando si ponesse in corso di longo tempo — come può essere — questa controversia, la gita colà, presentemente, di monsignore non

converrebbe a noi altri. Questi sono deboli motivi di un giuditio poco sicuro com'è il mio; il tempo et gli avvisi sani ci daranno a divedere più da vicino l'essere di questa figura, et dalla propòtionata compositione di quella o dalla sconcia mostruosità, si potrà meglio iscoprire e far relatione di quello che habbia da essere.

Il tempo, che vola, non mi lascia appartatamente discorrere sopra tutte l'altre cifere trasmesse da Vostra Eminenza; il farò con l'ordinario seguente. Dio sa quando queste lettere capitaranno alle mani di Vostra Eminenza, poichè intendo che le staffette di Barcellona e di Valenza si trattengono tutte perchè questa voce non si sparga [f. 112 r] con tanto impeto, a pregiuditio del re, se bene alcuni dicono che questa notte sia ito un corriere in Catalogna per fare disporre la marcia di quell'esercito verso Badayos. Io, però, non lo so di certo.

DOCUMENTO N.º 2

BIBLIOTECA APOSTÓLICA VATICANA,
cód. *Barb. lat.* 8564, fol. 9 r.

[f. 9 r] Eminentissimo e reverendissimo signor mio
padrone colendissimo,

Quando monsignor di Nicastro, mio padrone e collettore di questo regno, fu trasportato fuori d'esso dalli ministri secolari, m'incaricò, com'a suo segretario, che gl'avvisassi quello ch'andasse succedendo, per poter dar a Vostra Eminenza i debiti ragguagli. Et havend'io eseguito l'ordine fino al tempo in cui sono seguite le novità et alterationi che Vostra Eminenza si degnarà veder dall'altra aggiunta, mi resta hora, con le rotture del commercio, preclusa ogni via e modo di poter far penetrar avviso alcuno a monsignore medesimo, almeno in tempo che Vostra Eminenza possa esser consapevole al certo di ciò che passa. Ond'io, mentre non tralascierò industria e diligenza per trovar maniera sicura di far giunger le mie lettere alle mani di monsignor collettore, ho stimato esser mio debito di dar, trattanto, riverentemente conto a Vostra Eminenza del succeduto, e per poterlo fare con la maggior certezza che sia possibile, ho richiesto all'abbreviator Famiano Andreucci acciò, come servitore e dipendente di Vostra

Eminenza e confidente di monsignor collettore, volesse unirsi meco in questo particolare, tanto concernente al servizio di Nostro Signore e di Vostra Eminenza, com'ha fatto col solito zelo verso 'l servizio medesimo. E non mi restando con questa se non di rimettermi alle accluse e di supplicar Vostra Eminenza con ogni riverente sommissione a degnarsi di perdonarmi il presente ardire con la consideratione dell'intento c'ho havuto d'adempir il mio debito, a Vostra Eminenza per fine riverente m'inchino. Lisbona a' 5 gennaio 1641.

Di Vostra Eminenza reverendissima
humilissimo, devotissimo et obligatissimo servitore.

VINCENZO MOBILI

F. cardinal padrone, Roma.

DOCUMENTO N.º 3

BIBLIOTECA APOSTÓLICA VATICANA,
cód. *Barb. lat. 8564*, fols. 13 *r* — 16 *r*.

[f. 13 *r*] Duplicato con aggiunta.

Eminentissimo e reverendissimo
signor padrone colendissimo,

Venerdì, ultimo di novembre, verso la notte, fu notato che alcuni fidalghi congregavano amici e parenti armati con pretesto di provvedersi per una notabil disfida che il giorno venente haveva da seguire tra fidalghi nel palazzo reale.

Venuta la mattina del sabbato, primo del presente mese, a buon'ora, si empirono di cocchi e cavalli ambe le entrate del palazzo, et alla sfilata andorno entrando alcuni fidalghi accompagnati da gente armata; et arrivati alla sala della guardia de'todeschi diedero che sospettare, e vedendo che la guardia dava già di mano alle armi, don Antonio Mascaregnas, il giovane conte dell'Atoghia, don Rodrigo di Meneses Aires et Antonio di Saldagna, con altri fino al numero di 25 fidalghi con molti armati, diedero di piglio alle alabarde della medesima guardia et andorno alla volta delle stanze del secretario Michele di Vasconcellos; e non

ostante qualche resistenza fatta da poche persone ch'erano seco, e ch'egli procurasse di nascondersi in un armario grande da tener scritture, dategli molte ferite, il gettò da un'alta fenestra di quella parte del palazzo che si chiama il forte, nella piazza, dove spirò. E, spogliato dal popolo, rimase ivi esposto alle ingiurie del medesimo da quest'hora, che era la seconda dopo il levar del sole — che qui contano le nove della mattina —, fino alla domenica seguente, poco avanti al mezzo giorno, che ⁽¹⁾ per pietà de' medesimi uccisori fu levato di là in un cataletto con che si portano a sepellir i [negri] schiavi, involto in una coperta di cavallo, gridando il popolo che non se gli doveva dar sepultura ecclesiastica come a scomunicato. Tutto ciò che fu trovato nelle sue stanze, trattene le scritture, fu gettato dalla medesima fenestra in preda al popolo, etiandio alcuni argenti, benchè sia certo esser stato posto a sacco il valsente di sopra quarantamila scudi in gioie, danari in oro e cose d'India di gran prezzo ch'egli conservava in un stanzino suo particolare.

Morto il Vasconcellos, i medesimi congiurati entrarono nelle stanze della signora principessa Margarita di Savoia che, con gran constanza d'animo, stava più ammirata che spaventata di sì gran commotione; e, trattandola cortesemente, gli dissero che desse subito ordine con sua cedola alla redditione del castello della città; e volendo ella riprender una tal attione e dipoi offerirsi d'interceder loro il perdono del re cattolico, gli fu risposto che non vi era bisogno di perdono perchè già [f. 13 v.] havevano altro re, ch'era il duca di Braganza. Et in questo medesimo tempo uscì-

(1) Forma familiar e antiga por quando.

rono due squadroni di popolo guidati da fidalghi per la città gridando: «Viva il re don Giovanni IV, re di Portogallo», rimanendo la signora principessa con il marchese della Puebla sotto buona, ma discreta custodia.

I capi della sollevatione andorno subito da monsignor arcivescovo di Lisbona, e benchè si fosse chiuso nel suo palazzo, convenne che facesse aprire e condescendesse alle istanze che, con parole già alterate, gli facevano di andar al palazzo reale per pigliar il governo fino alla venuta del nuovo re, come andò, con quella parte del clero che si trovò presente. E successe — non si sa se a caso o per prodigio — che, arrivando alla casa ove nacque s. Antonio di Padova, disse: «Padre glorioso, ricordatevi di questa città e regno dove nascestes»; e nel medesimo instante al crucifisso della sua croce arcivescovale si schiodò la mano e braccio destro, e per tutto il cammino, fino al palazzo, andò movendosi come in atto di benedire, il che accrebbe le acclamazioni, come che il fatto fosse approvato dal Cielo.

Monsignor arcivescovo di Braga, pieno di spavento, trattò di nascondersi, come in effetto fece, scordato d'ogni decoro; ma, cercato et assicurato ⁽¹⁾, comparve e fu ammesso al governo insieme con monsignor arcivescovo di Lisbona e monsignor inquisitor generale; credesi più presto per autorizzar il negotio con la presenza del primate che per volontà di dargli parte in esso; oltre che è opinione comune ch'essendo egli partialissimo del Vasconcellos [e del Soares] e però altrettanto sospetto et odioso, habbiano voluto ritenerlo come in una rispettevole custodia sotto il titolo specioso di governatore, acciò non si passasse a Castiglia con danno

(1) Isto é: «tendo-se-lhe dado segurança».

notabile delle cose di Portogallo, per esser la diocese di Braga confinante con Galitia; e tal opinione vien confermata dall' essersi egli doluto con persona sua confidente che si trova come prigionie.

Un'altra parte de' fidalghi sollevati andò al senato della città che si trovava congregato con le porte chiuse per timor di sì grande et incerto rumore, et fatto aprire, richiesero lo stendardo della città, [con il quale si sogliono acclamar i re nuovi], e perchè il conte di Cantagnede, presidente del medesimo senato, si dolse con due suoi figlioli giovani, [ch'erano dé] capi di questo squadrone, che, senza comunicarglielo, si fossero ingeriti in sì grave e pericoloso negotio, risposero ch'erano più obbligati all'osservanza del segreto confidato loro sotto giuramento, che al rispetto paterno, e, ricevuto lo stendardo, andorno per la città con armi nude in mano, acclamandò il nuovo re.

Fino a questo punto il popolo [ancor sincero] stimò il caso più presto per una seditione popolare che per un sollevamento generale, ma vedendo poi lo stendardo della città in mano di don Michele di Almeida, seguito da don Alvaro di [f. 14 r] Abrances e da Alvaro di Sosa, fidalghi vecchi e di autorità, si fece giuditio che tutta la nobiltà della città e regno concorrevà nella medesima conspiratione, come poi si è manifestato con gran stupore che, constando di più di 40⁽¹⁾ persone che maneggiavano il negotio, non fu penetrata, ⁽²⁾ tanto più che per la resistenza del nuovo re in accettar il regno, più volte sono stati a punto di esser scoperti; finchè il giorno di s. Gregorio taumaturgo, 17 di

(¹) A outra cópia traz 25.

(²) Refere-se à *conspiratione*.

novembre, il re si risolvè di accettare, dicono a persuasione di monsignor [Emmanuel di Acugna], vescovo d'Elvas, che, per la vicinanza di Villavizosa e sotto spetie di visita, si era trasferito a negotiar [con il duca e duchessa] in nome de' fidalghi congiurati, di questa sollevatione.

Si stava domenica mattina in gran sospensione di ciò che farebbe il presidio del castello, che, se ben poco, era nondimeno ben provvisto di armi e munitioni e mediocrementemente di viveri; ma perchè un mastro di campo che ne haveva la cura si trovava in quell'ora nella città e già ritenuto da' congiurati, dopo alcuna negotiatione si rese in virtù di una cedola della signora principessa Margarita, verso le 22 hore, uscendo il presidio con armi e bagaglie, micci accesi, bandiere spiegate e tamburi battendo, con ogni quiete e sicurezza; essendo seguita questa gran novità con morte solo di quattro persone, cioè del secretario Vasconcellos, di un corregidor civile che scioccamente il volle difendere con l'autorità del suo carico, di un todescó della guardia che tentò di fare il suo offitio, e di un portiero del marchese della Puebla che intempestivamente immaginò di poter vietar il corso a sì gran furia; essendosi [*i congiurati*] astenuti dall'uccisione di monsignor arcivescovo di Braga e del decano della stessa chiesa, fratello del Vasconcellos, per non contaminar attion sì grande con sangue ecclesiastico, contenti del permettere solo al popolo il sacco della casa del medesimo decano et del morto Vasconcellos, e chiudendo gli occhi alla fuga di esso decano e del vescovo di Leria, suo fratello.

Verso la signora principessa e ministri castigliani hanno finhora usato ogni rispetto e buon termine, credesi in riguardo di tantissimi portoghesi che si trovano in Madrid, ritenendo questi in ripresaglia di quelli, et inoltre per non

porre in disperatione i presidii delle fortezze che sono giù per il fiume fino al mare, le quali fino a hoggi, 5 del presente, si tengono per il re cattolico, ma, come mal provvedute, si giudica che presto si renderanno.

Nell'istesso giorno de' 5 il padre Nunno da Cugna et il padre Luigi Brandano, della Compagnia di Giesù, comincio a trattar con l'auditor Battaglini, in nome de' nuovi governatori, di sospender l'interdetto *ad reincidentiam* per sei mesi, a effetto di ricorrere a Nostro Signore o a monsignor collettore, come il medesimo auditore avviserà a Vostra Eminenza [con tutto il seguito intorno a ciò].

[f. 14v] La mattina de' 6 comparve d'improvviso il nuovo re con circa ⁽¹⁾ sette persone in sua compagnia, e tra esse il marchese di Ferrera, fratello della signora marchesa di Castelrodrigo, et il conte di Vimioso, cognato della medesima signora, ambidue parenti del nuovo re, ricevuto con tanto applauso et acclamations che non si può vedere senza grande ammiratione; e per le sagge risposte date finhora ha fondato in tutti gran speranza di ottima riuscita.

Antonio di Mendoza, commissario della crociata, che per cause a Vostra Eminenza note fu scomunicato da monsignor collettore, mandò un fidalgo suo parente ad incontrar il re nel viaggio per dolersi con Sua Maestà che l'auditore gli negava l'assolutione *ad reincidentiam* ch'egli chiedeva, sotto pretesto di publicar la bolla. Ma havendo il re udito il tutto, rispose seccamente queste precise parole in portoghese: «Alla Chiesa bisogna ubbidire e riubbidire»; e volendo il fidalgo replicare, il re l'interruppe dicendo: «Già ho detto». Il che divulgatosi, tutti li scomunicati che

(1) Outra cópia: solo.

avanti si lasciavano intendere di non voler dimandar l'assoluzione, hora la chiedono a gara e con le conditioni con che si vorrà loro concedere.

Essendosi trattato con il governatore della fortezza di s. Giuliano — una di quelle che sono giù per il fiume, lontana tre leghe da Lisbona — che resolvesse renderla con buone conditioni, rispose voler difendere la fortezza consignatali dal suo re; nè giovando offerte o partiti proposti, l'istesso giorno de' 6 vi fu posto l'assedio con circa duemila huomini condotti da don Gaston Coutigno, fidalgo illustre e di valore; et alli 8 l'hanno cominciata a battere con 12 cannoni, ma con poco effetto. Dentro si trova un capitano biscaglino, huomo di gran resolutione et esperienza, con circa 300 ⁽¹⁾ huomini di guerra, buona e grossa artiglieria con munitioni e viveri per tre mesi; et è questa fortezza di tanta importanza che, se sarà sostenuta e soccorsa, terrà Lisbona assediata per mare, poichè tutto ciò che ha da entrarvi et uscirne passa sotto il suo cannone.

Si sta in consulta di spedir ambasciatori a Nostro Signore, al re cristianissimo, all'inglese et olandesi, ma per ancora non si sanno le particolari persone che anderanno, benchè, quanto a quello che dovrà andar a Roma, si tenga per certo che habbia da essere monsignor vescovo di Lamego, della casa di Portogallo e fratello del sodetto [*sic*] conte di Vimioso.

Il governatore della fortezza di s. Giuliano, dopo haver aspettati alcuni tiri di cannone, si rese alli 12, con honeste et utili conditioni, e nell'istesso tempo della redditione comparvero alla foce del fiume due navigli che si giudicò venir

(¹) Outra cópia: 250.

da Cadiz con soccorso, li quali, dopo haver volteggiato un pezzo, si allargorno verso il mare.

[f. 15 r] L'acquisto di questa fortezza ha spento affatto ogni residuo di speranza in alcuni di animo o non sincero o dubbioso, onde, vedendosi la città in gran quiete e tutti i titolati e nobili di essa nell'ubbidienza del nuovo re, determinarono di prestargli il giuramento di fedeltà, come seguì a' 15 dell'istesso mese in un alto teatro fabbricato a questo effetto contiguo al palazzo, nella piazza di esso, con l'assistenza di monsignor arcivescovo di Braga, di questo di Lisbona e di monsignor inquisitor generale. E, non ostante che dal principio al fine di questa cerimonia, [che fu assai lunga], piovesse [sempre] et il teatro fosse scoperto e tutti gli assistenti a testa nuda et esposti alla continua pioggia, non può esprimersi l'allegrezza con che stavano, dicendo che per haver un re portoghese tutto si doveva soffrire. E, finito l'atto del giuramento, il re, vestito d'habito reale, ma senza corona, di che non usò, e sotto baldachino, cavalcò al duomo, seguito da tutta la nobiltà a piedi, con continua pioggia et a testa scoperta. Et cantatosi il *Te Deum*, ritornò per diverso cammino al palazzo, sempre accompagnato da un squadrone di fanteria oltre alla guardia de'tedeschi alabardieri, non havendo il re voluto che in tutta questa attione sparasse l'artiglieria del castello, nè de' navigli del porto, per cui far altro disastro simile a quello che seguì il giorno della sua venuta, che un bombardiere di una nave inglese sparò un pezzo con palla che nella piazza del palazzo uccise tre persone et alcune cavalcature.

Finita questa cerimonia, il marchese di Ferrera et il conte di Vimioso partirono alla volta di Villavizosa per condur la regina che, a' 26, giorno di s. Stefano, giunse a

Lisbona con tre figli, un maschio di circa sei in sette anni (1) e due femmine minori, ricevuta con infinito applauso et acclamations, essendo in questo mentre venuto nuova che il presidio castigliano della fortezza di Viana, terra marittima distante di qua intorno a 80 leghe, si fosse reso a patti dopo qualche resistenza, non rimanendo hora luogo alcuno nel regno che non sia nell'ubbidienza del nuovo re, che in meno di 20 (2) giorni, non con altre armi che della benivolenza de' popoli e certo fatale spavento entrato ne' castigliani, ha con gran felicità ridotto sotto il suo dominio tutto il regno, senza sangue nè perdita di un solo huomo.

In questo stato si trova hoggi il regno di Portogallo, dopo 62 anni di soggettione castigliana (3), la quale i portoghesi tolleravano con pazienza, se il Signor Dio, per suoi occulti giuditii, non havesse permesso che un huomo ignobile e mal intentionato come il secretario Michele di Vasconcellos — figlio di un Pietro Barbosa che per misfatti commessi contro il bene pubblico fu per sentenza giudicialmente condannato [fl. 15 v] (4) a perpetua infamia e dichiarato per incapace fino alla quarta generazione di ogni officio et administratione pubblica e finalmente ucciso come inimico della patria da persona incognita; huomo, dico, senza lettere nè principio di esperienza di cose di stato, innalzato e soste-

(1) Outra cópia: *sette in otto anni.*

(2) Outra cópia: 25.

(3) A outra cópia continua: *attendendosi hora a guarnir le frontiere di gente di guerra, essendo cosa certa che in quelle di Castiglia, Galizia e Estremadura e Andaluzia si trova molta soldatesca, raccolta da signori particolari, ma senza far movimento alcuno. Il nuovo re è in età di 35 anni... etc., faltando o passo relativo a Miguel de Vasconcelos.*

(4) Forma antiga, está por *condannato.*

nuto dal segretario Diego Soares, suo cognato e genero, con le inaudite tirannie e violenze usate contra la Chiesa prima, e poi contra la nobiltà e popolo — gli ponesse in necessità di scuoter il giogo e ridurre alla memoria del mondo le già quasi scordate ragioni della casa di Braganza sopra di questo regno, per sottrahersi dall'imminente rovina. Che, sebben sanno che il sostener sì gran resolutione contra la potenza del re cattolico ha da costar loro molto sangue, è nondimeno tanta la prontezza di ogni stato di persone in offerir la roba e vita in servitio del re da loro eletto, che non dubitano di promettersi al fine felice successo. Era il Vasconcellos di età di circa 60 anni, di giusta statura, pallido, con occhi sanguigni, barba a scopetta, di molta carne et assai corpolento, d'insoffribile alterigia, furiosamente iracondo, crudele, rapace, impio e dato al vino, e però aspro con tutti e fedele a niuno. La sua potenza era arrivata tanto oltre che haveva senza ostacolo ridotta in sè solo la forza delle leggi, perchè usava di esse a suo arbitrio, poichè tutti i tribunali, anche i più supremi, dipendevano in tutto dal suo cenno. Le entrate regie erano amministrare da lui senza soprintendenza di alcuno; anzi, egli soprintendeva a tutti gli altri ministri con assoluta potestà e con facoltà di porre e rimuovere chiunque a lui paresse. Nè poteva questa monstruosa potenza esser sbattuta perchè, sebben non mancava chi gli facesse i conti addosso et avvisasse a Madrid le sue violenze e mali modi, nondimeno, come il tutto capitava necessariamente in mano del segretario Soares, suo genero, non solo si dileguava, ma di ordinario erano severamente castigati quei che si arrischiavano di sindacar le sue attioni. Da che è seguito che, non si vedendo altro rimedio alla rovina pubblica e privata, si applicò l'animo a vincer la forza con la forza.

Il re è in età di 35 anni, di giusta e ben formata statura, biondo, di faccia piena e tonda, bianca e colorata, segnato di varoli (1), il naso, nella parte che scende dal fronte, alquanto piatto, nel resto ben fatto e profilato, fronte spatiosa et occhi assai vivaci; non di molto parlare, ma quel che dice è concertato e pronto. Il suo vestir è assai ordinario e semplice, e per il più di panno berrettino, nè porta mai guanti, ancorchè [f. 16 r] cavalchi, e si soddisfa di cibi anzi grossi che delicati; beve vino et una sol volta nel fine del mangiare (2). È gran cacciatore e però laborioso e di robusta complessione, et ordinariamente sta con la testa scoperta. Digiuna il mercoledì (3) e sabato; allegro et affabile e facile nel dar audienza; e se si ha da far giudizio dalle prime attioni del suo regno, egli è pio, perchè si lascia intendere in ogni occasione che alla Sede apostolica vuol dar ogni soddisfattione possibile, e che le cose ecclesiastiche siano trattate con rispetto. Ha mostrato zelo di giustitia perchè, baciandogli la mano un capitano Antonio d'Araugio, con offerta di cinquantamila scudi di contanti, il re non rispose, ma, entrando in un'altra stanza, dimandò chi egli era, et inteso esser huomo facinoroso e che si trovava prigionero per inditii che avesse ucciso il proprio suocero per hereditar le sue grosse facultà, ma era stato scarcerato con gli altri prigionieri il giorno dell'acclamatione di Sua Maestà, ordinò che fusse ridotto alla carcere, come seguì, con altre molte dimostrazioni di giustitia. Et a Vostra Eminenza facciamo humilissima riverenza.

(1) Forma rara per *vaiuolo* = «varfola»; outra cópia: *morbiglioni*.

(2) Outra cópia: *ordinariamente beve acqua*.

(3) Forma dialetal romana de *mercoledì*.

Di Lisbona, a' 28 ⁽¹⁾ di decembre, e tenuta fino a' 8 di gen-
naro 1641.

Di Vostra Eminenza
humilissimi, divotissimi et obligatissimi servi-
tori

FAMIANO ANDREUCCI. VINCENZO MOBILI

(1) Outra cópia 29.

DOCUMENTO N.° 4

BIBLIOTECA APOSTÓLICA VATICANA,

cód. *Barb. lat. 8564*, fls. 17 r. 17 v.

[f. 17 r] Duplicato.

Eminentissimo e reverendimo
signor padrone colendissimo,

È finalmente uscita la dichiarazione dell'ambasciator destinato alla Santità di Nostro Signore, che è monsignor don Michele di Portogallo, vescovo di Lamego, della casa di Portogallo e, come in una delle aggiunte accenniamo, fratello del conte di Vimioso, [e tiene parentela con l'istesso re]; prelato, per esempio di vita e lettere, uguale alla sua molta nobiltà, che è illustrissima.

Questa casa di Portogallo è stata fin al presente assai depressa perchè fu partialissima di don Antonio di Portogallo che, con l'appoggio de' francesi e inglesi, fu competitor del re Filippo II nella pretensione di questo regno. Per la qual causa il conte di Vimioso, padre di questi signori, vedendosi in manifesto pericolo, entrò nella religione de' Predicatori, nella quale è vissuto fin alla decrepità [*sic*] esemplarmente sotto nome di frate Domenico, nè sono più che circa due anni che morì; e la contessa, madre

degli stessi signori, vive tuttavia, monaca professa nel monastero del Sacramento di questa città, dell'istesso ordine de' Predicatori, [con grande esempio di vita spirituale].

Monsignor vescovo sodetto è di spettabil presenza e però amabile, [di poche, ma ben composte e spedite parole] di costumi gravissimi e zelante del servitio di Dio che il moveva a riseder continuamente nella sua chiesa di Lamego. È stimato per molto dotto in teologia e canoni, et è dotato di una piacevolezza naturale et hereditaria della sua famiglia.

Conduce seco un aggiunto, con titolo di ambasciatore ⁽¹⁾ anch'egli, chiamato il dottor Pantaleone Rodriguez, inquisitore della mensa grande di questo santo officio, uomo dotto e di buone qualità; ma perchè egli è molto indisposto e si dubita che non potrà esporsi a sì lungo viaggio, int, al caso dicesi, anderà in suo luogo il dottor Simon Torresano ⁽²⁾, di discendenza genovese, inquisitor dell'istesso santo offitio et canonico di questa metropoli, et in tempo de'collettori passati uno de'giudici della legatia, uomo riputato di bastanti lettere.

I discorsi che fa il popolo circa questa imbasciata sono molti, ma tutti si riducono a due opinioni; quella delle persone più ordinarie è che Nostro Signore sia per riceverla benignamente e con animo in tutto favorevole in riguardo di esser inviata da un re nuovo e discendente da una casa divotissima della Sede apostolica e che vuol dar fine alle controversie che ha trovate in piedi, a gusto di Sua Beatitudine. Altri, che professano d'elevarsi più con l'intelletto, dicono che Nostro Signore non si risolverà sì presto in ricevere o no l'imbasciata, per rispetto di non offender il re

⁽¹⁾ Outra cópia: *ma non con titolo di ambasciatore, com fanno gli altri ambasciatori.*

⁽²⁾ Falta esta notícia na outra cópia.

cattolico, li cui ministri non lasceranno di far in ciò le loro istanze, e che però Sua Santità sia per commetter il negotio a qualche numero di cardinali, per la qual cagione l'ambasciatore vien ben provvisto di scritte e consulte di dottori gravi [per giustificare l'attione del regno et del re appresso di Nostro Signore e] per provar in cotesta corte le ragioni della casa di Braganza sopra questo regno.

[f. 17 v] Sono parimenti stati dichiarati altri tre ambasciatori, cioè il signor [Francesco]⁽¹⁾ di Mello, cacciator maggiore del re, con il dottor Antonio Coeglio di Carvaglio, al re cristianissimo; il signor don Antonio d'Almada con il dottor Francesco d'Andrada Leitan al re d'Inghilterra, et il signor Tristano di Mendozza con il dottor Luigi Perera di Castro⁽²⁾ a'olandesi. I tre ambasciatori principali sono nobilissimi fidalghi, ma li dottori aggiunti, sebben vanno con titolo di ambasciatori e sono persone gravi e desimbargadori [o senatori] della Relatione o casa di supplicatione, come qui dicono, non sono però fidalghi; nè si aspetta altro che il tempo propitio alla navigatione per partir ciascuno al suo viaggio.

Tutto ciò ci è parso di dover riferire humilmente a Vostra Eminenza, per non esser certi se vi sia altri che si prenda questo assunto, in assenza di monsignor collettore, et a Vostra Eminenza facciamo humilissima riverenza. Di Lisbona, a' 8 di gennaio 1641.

Di Vostra Eminenza

humilissimi, devotissimi et obligatissimi servitori

FAMIANO ANDREUCCI. VINCENZO MOBILI

(¹) Este nome, que é o verdadeiro, encontra-se na outra cópia; na que transcrevemos aqui lê-se *Giorgio*.

(²) Na outra cópia não se lê este nome.

O ESPÍRITO VARONIL E RÉGIO
DA RAINHA DONA LUISA DE GUSMÃO

CAMPANHAS DO ALENTEJO

CARTAS INÉDITAS DOS ANOS DE 1657, 1658, 1661 E 1662

«*Esta é a ditosa Pátria minha amada*»

(L. C. III EST. XXI V. I.)

Considero um dever de todo o português reunir-se na obra de alevantado sentimento nacionalista, como é a gloriosa comemoração dos oito séculos da nossa independência.

Como penhor de fidelidade à minha Pátria, contribuo no pouco que posso, com o muito que sinto na alma, ajudando com o meu esforço os historiadores e os eruditos no assunto.

Além dêste trabalho e de outros que desejo concluir, já fiz entrega à *Comissão Executiva dos Centenários*, em Novembro de 1939, dos trabalhos seguintes:

- Ano 1213 a 1230, *Princesas Portuguesas D. Berengária e D. Leonor, Rainhas da Dinamarca.*
• 1658 *A campanha d'Elvas (16 cartas inéditas da Rainha D. Luisa de Gusmão).*

Ano 1662 a 1668, *El-Rei D. Afonso VI* (9 cartas inéditas).

» 1668 a 1680, *El-Rei D. Pedro II o «Pacífico»* (24 cartas inéditas).

» 1699 a 1705, *A Rainha da Grã-Bretanha D. Catarina, Regente do Reino de Portugal* (4 cartas inéditas).

Penso cumprir *esse dever* (a que me referi), juntando-me em espírito e trabalho a todos aqueles que por qualquer forma, na época presente, vão dando o seu labor, com o único fim de:

GLORIFICAR PORTUGAL

* * *

TREZENTOS ANOS DEPOIS

No momento actual, em que é necessário juntarem-se subsídios para a reconstrução de uma época, publicar manuscritos que dormiam há séculos nos «Arquivos» e «Bibliotecas», senão de um sono letárgico, pelo menos quasi ininterrupto, é ajudar a construir em bases sólidas, o monumento que a Portugal se pretende erguer.

Êsses documentos preciosos, a-pesar do tempo que tudo consome, têm ainda a faculdade inerente de nos aproximar de personalidades que não desapareceram por estarem seus nomes ligados à Pátria pela qual lutaram; têm mais o grande valor de *veridicamente* nos mostrarem a grandeza de caracteres de uns, acções meritórias de outros, tudo escrito com nobreza de pensamento, frase simples, de estilo puro.

Estas 171 cartas, assim como as 53, que incluí nos outros trabalhos, são sombras de uma época, falam por si próprias, vêm-nos contar episódios de guerras; e essas cartas tão pálidas e desbotadas pelos séculos, erguem-se diante de nós, quais visões do *passado* que nos fazem curvar de respeito.

* * *

A imaginação que os séculos sobrepe, não consegue ofuscar ou deturpar os sentimentos varonis, a altíssima visão dos factos, o inteligente e criterioso espírito da Rainha Regente Dona Luisa de Gusmão.

Ser rainha valorosa na «Paz» é obra fácil; mas seguir por trilho direito quando se está dentro de emaranhado labirinto, é penoso, e é difícil.

Durante os 16 anos de reinado d'El-Rei D. João IV, seguiu Dona Luisa de Gusmão, sempre atentamente, todo o movimento político interno e externo. Na sua *Histoire du Portugal*, pág. 330, FERDINAND DENIS tem o período seguinte: «Durant les années de langueur qui précédèrent sa mort (de el-rei D. João IV) le fondateur de la dynastie de Bragance eût la sage pensée de remettre le gouvernement de l'État à la femme courageuse qui l'avait assisté au début de sa carrière: les pièces diplomatiques qui nous sont parvenues, mostrent suffisamment que dona Luiza remplit, vers 1655, les fonctions d'un ministre ingénieux et diligent».

Os deveres impunham-se à Rainha Regente; resistiu às angústias internas; com prudência tomou disposições para conciliar desavenças; com o seu espírito enérgico incutiu a confiança nos seus vassallos, que lhe assistiram com dedica-

ção e valor; firmando todos os Portugueses, as suas esperanças, na certeza do:

ESPÍRITO VARONIL E RÉGIO DA RAINHA DONA LUISA
DE GUSMÃO

* * *

O HERÓICO ALENTEJO

OLIVENÇA E O SEU MARTÍRIO

«Fiel ao sangue, nossa irmã germana,
chora Olivença as suas horas más
junto do rio, que a tornou atrás,
quando souu a trompa castelhana.

.
.

Ó Casa de Antre-Tejo e Guadiana
lembra-te dela! que entre ferro jaz
fiel ao sangue; o sangue a ti a irmana!»

(Do Soneto de ANTÓNIO SARDINHA, do livro de VENTURA ABRANTES *Saúdaes da Terra das Oliveiras*, pág. 19).

Aclamado D. João IV, Rei de Portugal, não se mostrou o futuro tão risonho, quanto o desejavam os ânimos de todos aqueles que em horas haviam restituído o Reino a quem de direito pertencia.

As fronteiras de Portugal, de tão longo comprimento, quási não tinham defesa; de norte a sul, era a província do Alentejo a mais fértil, e por ser a fronteira mais acessí-

vel, tornou-se o ponto predominante da guerra; tôda a tática e amor à Pátria foram necessários para a defender das investidas inimigas. Quantas vezes as suas terras, onde a alegria do trabalho sorria, ficaram cobertas de luto!

Uma das primeiras vilas que El-Rei D. João IV mandou fortificar foi a de Olivença, no ano de 1641. Todos os oliventinos contribuíram, dentro de suas posses, uns com dinheiro, outros com o seu trabalho, para a construção das cortinas e baluartes, para tornar Olivença em uma *praça forte*. Entretanto, sem que *dessem tempo ao tempo*, que suas muralhas ficassem bem acabadas, e a *praça* bem guarnecida, tol-daram-se os ares, os rôlos dos fumos da guerra condensavam-se no céu, espalhando-se a sua negrura pela terra.

Começaram os graves ataques a esta vila, era no ano de 1648; as mulheres ajudaram heroicamente os homens, neste baptismo de sangue de Olivença: «o valor e a temeridade das mulheres era tal que acarretavam balas nos regaços dos aventais, substituíam os que caíam feridos». (*Olivença a gloriosa*, pág. 12 — VENTURA ABRANTES). Apaziguou-se um pouco a luta. Seguiram-se anos menos duros, em que Olivença dormia pela noite silenciosa sem tão constantes sobressaltos, nem tão angustiosos pesadelos; repousavam os oliventinos, quási exaustos de lutas nessa tranqüilidade saporosa a que já não estavam habituados; ao acordar, sentiam-se acarinhar docemente pela luz matinal, aspiravam o delicioso cheiro a terra lavrada de frêsko, e reviam-se nos lindos olivais, pomares, vinhedos, sobreirais, e na sua lavoura intensa.

Morreu El-Rei Dom João IV.

Bem diz o ditado: *uma desgraça nunca vem só.*

* * *

Se os anos de 1657 e 1658 foram abundantes em factos importantes, alguns dêles muito gloriosos, também por entre êsses houve desacertos e revezes, aliás nunca desmentindo a heroicidade dos Portugueses, como ontem, como hoje, como sempre, e em tôda a parte.

Intrigas e invejas são de todos os séculos e das cinco partes do Mundo, mas são de lastimar as que de recochête vêm cravar-se na fortuna de um país, tendo como consequência gravíssimos desgostos. «Les Ministres et les Conseillers s'apliquoient bien plus à découvrir les maux de l'État qu'à les prévoir à soutenir chacun leur avis par un principe d'interest ou de vaine gloire.» (*Mémoires d'Ablancourt*, pág. 24).

D. João da Costa, Conde de Soure, homem de grande saber político, perícia guerreira incontestável, deixou de ser governador das armas do Alentejo, justamente quando lá devia ficar; êsse lugar de tão alta responsabilidade foi dado ao Conde de São Lourenço; como mestre de campo, governador da Praça de Moura e governador da cavalaria do Alentejo, ficou Manuel de Melo; e mestre de campo e governador de Campo Maior e capitão de artilharia, era Afonso Furtado. Estes dois governadores eram dotados de grande merecimento. Como mestre de campo na «Praça de Olivença» ficou Manuel Saldanha, valoroso mas inexperiente na tática militar.

* * *

Em calma incauta viviam os oliventinos quando começaram a aperceber-se de sombras duvidosas; ouviam ciciar a seus ouvidos promessas e ofertas de seus vizinhos de Castela, que tentavam persuadi-los a não largarem o sossêgo brando e cómodo de suas casas, nem a utilidade de suas fazendas, nem perderem o proveito de suas sementei-ras. Não se deixaram induzir os oliventinos; seus corações eram leais.

Vinha, assim de mansinho, a aproximar-se a tempestade, e a agitar-se; de repelão cresceu, crescendo as investidas inimigas.

Ainda não eram acabados de chegar ao Alentejo os socorros para ali enviados, quando a 12 de Abril o Duque de San German sitiava Olivença.

A Rainha Dona Luisa acudia com o mais pronto remédio que lhe era possível.

Ouviu-se o som estridente que dilacera a alma das mães, faz empalidecer as faces das esposas, encherem-se de energia o peito dos homens, que apressadamente guardavam dentro das muralhas as suas alfaias agrícolas.

De todo o Alentejo, quer militar, quer civil, saíam faúlhas das chamas patrióticas de fogueira a cada instante mais atizada.

Ecoava com aspereza o turbilhão da guerra.

Olivença defendia-se corajosamente; seus corpos arremetiam-se de encontro aos outros, arrepelando-se numa sinistra multidão; as mulheres procuravam suavizar-lhes a carne esfacelada donde escorria sangue que regava a terra, e a terra recebia-os como leito tenebroso, lavado pelas lágrimas.

mas das órfãs, das viúvas, e das mães; por cima das faces esverdeadas pela morte esvoaçavam os corvos e os milhafres; ouvia-se, numa alegria de loucos, tôda a casta de aves de rapina.

As cartas da Rainha, nas suas frases sentidas e vindas do coração, amparavam as cabeças desvairadas; irradiavam luz, derramavam consôlo, como gotas de orvalho que refrescassem os corpos escaldadiços de febre.

* * *

Se de entre as cartas referentes a esta campanha destacarmos as dos meses de Abril e Maio (ano de 1657) veremos quanto eram justas tôdas as considerações da Rainha. Ante o grave perigo a que se expunha o exército e a população era desejo desta excelsa Senhora poupar-lhes a vida, não os deixando improficuamente sacrificar-se.

A carta de 17 de Abril é um testemunho dos seus hábeis conselhos:

«e no que toca a haver de se dar batalha vos mando que em nenhuma forma vos exponhaes a ela de poder a poder em nenhum caso, excepto se o inimigo vos vier cometer nos quartéis de vosso exército».

Na carta a seguir — dia 18 de Abril — mostra-se a Rainha receosa da imprudência do Conde de São Lourenço.

Dona Luisa de Gusmão, dotada de preclara inteligência, tem a dolorosa visão do temporal que desabava sôbre os

laboriosos transtaganos; sôbre os campos dourados de Olivença que em ouro se tornariam, porque eram de Portugal o melhor celeiro; sôbre os seus olivais tratados com tanto esmêro, os quais lhes davam duas das suas melhores indústrias; e as mulheres, esplêndidas tecedeiras que desde tempos remotos seguiam a tradição de seus avoengos e o exemplo da «Venerável Maria da Cruz», deixariam êsse artístico trabalho, para com a sua fôrça moral coadjuvarem seus homens.

Na carta de 18 diz a Rainha:

«e desejo que vos não deixeis levar do valor de maneira que fique vencida a prudência tão necessária para o tempo e ocasião em que nos achamos e por esta razão vos ordeno e mando com o mais apertado preceito que posso, façais nesta parte o que vos mandei ordenar por uma carta».

São bem expressivas as duas cartas de 20 de Abril em que, com inteligente persuasão e máxima delicadeza torna a recomendar prudência:

«como a guerra tem tantos incidentes e tão repentinos não convem dispo-los d'aqui, senão só fiá-los de Vossa prudencia e conselho e da dos Cabos desse Exercito em que fio obrareis com tal acerto que se consigão todos os bons sucessos que devo esperar.»

A heroica praça abaluartada, nas suas muralhas, trincheiras e parapeitos tem pouca resistência. O mais dificultoso era expugnar as muralhas, amassadas com a intrepidez

de seus defensores, e destruir a argamassa das trincheiras, feita de corpos humanos.

O sítio por instantes se estreitava; o nosso exército por horas se diminuía.

Ao rondar das muralhas, nas horas fatídicas da noite, viam-se dos parapeitos luzir punhais, ouvia-se o baquear de corpos; ao mesmo tempo que pelas fendas abertas nas muralhas entrava das ondas na capela espuma e cisco imundo; pelas encruzilhadas passavam urros de ódio em ira brava acesa! Ia-se aproximando assim o triste dia da rendição de Olivença.

Manuel Saldanha, com lágrimas que lhe queimavam os olhos, com o desespero a despedaçar-lhe o cérebro e a esfacelar-lhe o coração, não viu outro meio, se não o de, entregar a «Praça».

* * *

O sol dardejava com todo o brilho de um amanhecer de verão; a contrastar com a limpidês do dia, caminhavam soturnos os oliventinos, ao longo dos campos; eram lentos os seus passos como se os pés se enclavinhassem na terra; o bafo suave da manhã não lhes dava alento; envoltos em profundo pensar, não diziam palavra; os olhos fitos no chão, outras vezes quási saindo das órbitas tanto se cravam no que atrás lhes ia ficando.

A alma daquele Povo cobrira-se de luto, e de quando em quando o seu lamento saía tão triste, tão baixinho, tão íntimo, que mais parecia o sussurro vago dos ciprestes nos cemitérios.

* * *

A Rainha «com generosa atenção acomodou tôdas as famílias e lhes satisfez a perda que tiveram». (PORTUGAL RESTAURADO, *Conde da Ericeira*, parte II, tomo III, livro I).

E entre os nobres oliventinos «não se achou algum que não tivesse por mais suave ser pobre entre os seus naturais que rico na companhia dos inimigos». (*Ibid.*).

Tôda a população foi acolher-se a Elvas «sentinela vigilante da ráia Portuguesa» (*Oliveira*, ROCHA JÚNIOR e MATOS SEQUEIRA) e a Juromenha, Estremoz e Vila Viçosa.

Mandou a Rainha juntar os Conselhos de Estado e recomendou que procurassem remédio à perda de Oliveira.

Manuel Saldanha foi viver o resto da vida para a Índia.

* * *

Nas cartas de 29 e 31 de Janeiro, duas de 16 de Fevereiro, 17 e 28 de Março e a de 3 e 30 de Abril, (tôdas estas cartas do ano de 1658), nota-se como ainda é intensa a preocupação da Rainha Regente para com os leais oliventinos:

«porque desejo que os moradores que foram na Praça de Oliveira conheçam de mim o bom ânimo e vontade com que procuro acomoda-los e satisfazer-lhe a fidelidade que mostraram na ocasião que aquela Praça se rendeu, escolhendo antes corresponder a obrigação de Vassallos leais do que aceitar as comodidades que o inimigo lhes oferecia» (carta 29-1.º-1658).

O seu bondoso coração sofre com êles; quer ampará-los nas agonias e destruições com a sua mão protectora; com uma palavra acende o lume esmorecido na lareira, alumian-do-lhes a noite; com seu manto régio, ternamente lhes seca a humidade da neblina:

«escolhaes uma pessoa de mais confiança que correndo as Cidades, Vilas e lugares dessa provincia aonde estiverem recolhidos os moradores de Olivença... pelo amôr que tiveram á sua pátria, faça uma lista... de que modo vivem hoje e com que se sustentam.» (*Ibid*).

Nesta elevada gratidão tenta ser justa para todos e recomenda a Joanne Mendes de Vasconcelos:

«encomendo-vos que nas companhias que me ouverdes de propor Capitães tenhaes memoria dos rendidos de Olivença» (carta de 16 de Fevereiro 1658).

Na 11.^a carta, do mesmo dia — 16-2.^o-1658 — *manda*

«aos rendidos de Olivença e às viuvvas dos que morreram na guerra façaes dar pão».

As cartas de 17 e 28 de Março, 3 e 30 de Abril de 1658, dão testemunho dos sacrificios da população de Olivença.

A Rainha que pode *mandar e exigir*, tem a delicadeza máxima de, no fim de recomendar «os rendidos», acabar a sua carta com sentida atenção:

«porque de assim o fazerdes vo-lo agradecerei».

Em tudo demonstrou ter

«coração de mulher, e ser patriota que resistia com tanto vigor e actividade como se fôra o mais preclaro rei». (CONDE DA ERICEIRA, *ob. cit.*).

* * *

Não dou um estudo sôbre Olivença; êsse estudo está feito com absoluta competência por MATOS SEQUEIRA e ROCHA JÚNIOR, e ilustrado por ALBERTO DE SOUSA, mas no entanto «direi que desde 1297, pelo tratado de Alcañices, celebrado entre D. Denis e Fernando IV de Castela, para fixar definitivamente a linha da fronteira, Olivença ficou pertencendo a Portugal; e que durante mais de cinco séculos nunca a Espanha reclamou êsse território, nem contestou a legitimidade da sua posse». (Do livro *Como perdemos Olivença*, pág. 8, escrito pelo professor catedrático e pedagogo — Dr. QUEIROZ VELOSO). É um estudo de erudição que todo o Português deve ler; é livro pequeno de tamanho, mas grande no saber e nas lições que nos dá.

Devido ao «Tratado de Paz» assinado em Lisboa no ano de 1668, no dia 13 de Fevereiro, na regência do Príncipe D. Pedro II, tornou a voltar a Portugal a «mártir Olivença», que unicamente conservava de pé 400 casas, das 1500 que existiam no ano de 1657.

Do livro citado do professor Dr. QUEIROZ VELOSO destaco outro período da pág. 8:

«Em Portugal, todos sabem que, ao alvorecer do séc. XIX, nos foi arrancada Olivença; mas, em geral, ignora-se como a perdemos... e na própria Espanha se desconhece a iniquidade dêsse acto».

Olivença foi tão nossa, que é a única terra de Espanha que tem foral dado por um Rei Português. A «Praça» tinha 9 baluartes e 3 portas; a porta do baluarte chamado «Calvário» é ao poente, no seu frontão tem o *Escudo de Portugal*. Triste acaso, olha para Portugal!... como se o não quisesse nunca riscar da sua vista!... é a única porta que resiste ao rodar dos anos... como resiste a *língua portuguesa* que ainda dessa porta para dentro se fala com amor.

Os bravos e heróicos regimentos oliventinos são hoje representados pela cavalaria de Estremoz e regimentos 3 e 15 de infantaria, êste último coberto de glória em França na «Grande Guerra», comandado pelo major Ferreira do Amaral. Estes regimentos, nos seus feitos na «Grande Guerra», foram dignos representantes da antiga e heróica «Praça de Olivença».

* * *

Vinte e oito anos levou a fortalecer a reposição da Casa de Bragança.

À custa de todos quantos batalharam, à custa de seu sangue, à custa de tanta heroicidade, se reconstruiu a nossa libertação que hoje, 300 anos depois, resplandece cheirosa como hastes de louro verde e fresco, donde colhemos as folhas com que fazemos as coroas que nos adornam.

É justo que vos lembremos, Portugueses de então!... agora, que estamos a viver numa Paz fecunda e consoladora!...

O Povo Português curva-se sôbre a «nossa Terra» para dela colhêr o seu produto

«ABENÇOADO!»

171 CARTAS DA RAINHA DONA LUISA DE GUSMÃO

Altereí a ordem cronológica a partir da data de 20 de Abril de 1657, para intercalar 8 cartas do ano 1658 que se referem ao mesmo assunto das outras, ou seja a «campanha de Olivença».

A partir da carta datada de 30 de Abril de 1658, recomeço novamente com o ano 1657, ou seja com a carta de 15 de Maio de 1657, e seguindo depois por ordem de datas, finalizando, como é lógico, no ano de 1662.

Estas cartas manuscritas, originais e inéditas, com a assinatura do punho da própria *Rainha* (como demonstro na fotografia junta) existem na *Biblioteca da Ajuda, Códice 51-VI-29 e 30*; o número da fôlha irá escrito em cada carta de per si.

Pareceu-me mais cómodo para leitura, e como interêsse, preferir o «*assunto*» à rigorosa ordem cronológica.

1657. JANEIRO, 17

fol. 142.

Conde amigo. Eu El Rey uos enuio m.^{to} saudar como aquelle que amo. Diogo de Mendoca furtado Capitão de hũa companhia de cauallos couraças nesse ex.^{to} me representou as razões que o obrigão a pedir l.^{ca} para uir a esta

Corte a negocios que tem nella e necessitão de sua assistencia pessoal, e porq̃ tenho por justificada esta sua pretensão, Vos encomendo lhe concedais a dita licença em meu nome por tempo de hũ mez de que o deixareis vsar logo q̃ lhe parecer, não se uos offerecendo inconueniente que o impida. Escrita em L.^a 17 de Janeiro de 1657.

Raynha.

O Conde de Prado

Saluador correa de sãa j benauide

P.^a o Conde de Soure.

1657. FEVEREIRO, 28

fol. 151.

Conde amigo. Eu El Rey vos enuio muito saudar como aquelle q̃ amo; Per quanto Marcos Gil, foy morto em Badajos, pella justiça per alguns auizos, que deu de Castella, a Francisco de Mello geral da Artelharia, e ao Mestre de Campo Diogo Sanches del Poço, e lhe confiscarão seus bens; desterrarão sua molher e filhos, pla terra dentro; donde se passou para este Reyno, Fernando Gil seu filho, e me pareço encomendaruos, q̃ o occupeis, nos postos, em q̃ estiuer a caber, e sobre o soldo, q̃ uencer lhe fareis pagar mais cada dia hum tostão, de q̃ lhe mandei passar Aluara; escrita em Lx.^a 28 de Fevereiro de 657.

Raynha.

O Conde de Prado

Jorge de Mello

P.^a o Conde de Soure.

1657. MARÇO, 24

fol. 143

Conde amigo Eu El Rey vos enuio muito saudar, como aquelle q̄ amo. O Capitão francisco da Silua Pereira, q̄ o he de hũa das companhias de Infanteria desse Exercito, constou por sentenças do Juizo da Assesseira do meu cons.^o de Guerra, ser absoluto do q̄ pella justiça foi acusado e mandado restituir ao seu posto, e seis meses degredo para o Castello de Alconchel os ter comprido, e pede q̄ eu lhe mande dar comprim.^{to} as ditas sentencas e meter de posse da sua comp.^a q̄ esta sem se prouer, encomendouos que em comprim.^{to} das ditas sentenças, lhe façais entregar a sua companhia q̄ assy he meu seruiço. Escrita em Lx.^a a 24 de Março de 1657.

Raynha.

O Conde de Prado

Jorge de Mello.

Para o Gou.^{or} das Armas do Ex.^{to} de Alentejo.

1657. MARÇO, 31.

fol. 86

Conde amigo. Eu El Rey vos enuio muito saudar, como aquelle q̄ amo. Hypolito Cardozo Sargento reformado, me representou que El Rey meu Senhor, e Pay, que Deos tem, lhe tinha mandado dar huma carta para quem gouernasse o partido de Riba coa na Prouincia da Beira, onde hauia seruido, o admittisse nos lugares q̄ lhe coubes-

sem, pedindome q̃ por quanto hauia tido alguas differenças naquelle partido, q̃ o obrigauão a não poder hir tornar a seruirme nelle, mandasse q̃ a carta fosse para quem gouernasse as armas nessa Prouincia de Alentejo, adonde na occasião presente desejaua de continuar meu seruiço, e porq̃ tenho entendido, que este soldado tem seruido bem, e ser seu requerim.^{to} justo; Vos encomendo, e mando o admittaes nos lugares em q̃ estiuier a caber por seu prestimo, e seruiços. Escrita em lix.^a a 31 de Março de 657.

Raynha

Pedro Cesar de meneses

F.^{co} de Mello.

Para o Conde de São L.^{co}

1657. ABRIL, 12

fol. 98

Conde amigo Eu El Rey vos enuio m.^{to} saudar como aquelle q̃ amo. Para o posto de Governador da Cauallaria desse exercito foy seruido nomear ao Mestre de campo Manoel de Mello, de q̃ lhe tenho mandado passar patente, e pareceome auisaruolo para que o tenhais entendido. Escrita em Lx.^a a 12 de Abril de 657.

Raynha.

O Conde de Prado.

F.^{co} de Mello

Para o Conde de São L.^{co}

1657. ABRIL, 13

fol. 74

Conde amigo. Eu El Rey uos enuio muito saudar como aquelle que amo. logo que se recebeo a nossa carta de 10 do corrente se despacharão correos as uinte aos gouernadores das armas da prouincia da Beira em ambos os partidos para nos remeterem sem nenhũa dilação dous mil Infantes mil cada hum, metade pagos, e a metade auxiliares, e os caualos que puderem, aduertindolhes nas ordens, que, agora lhe uão, que se o inimigo não fizer rosto aquellas prouincias, e o fizer só a essa nos enuiem todo o socorro assj de Infanteria como de Caualaria que lhe for possivel, e creio eu que com o nosso auizo o hauerão feito, porque tinhão para isso ordem minha como entendestes antes de nossa partida. A Camara de Setual ueo aqui a pedirme lhe não tirasse gente porque poderia ter occasião em q̃ lhe fosse necessaria. Sem embargo disto mando ordenar a Ioão Nunes da cunha nos remeta a gente paga q̃ ali ha e auxiliares té numero de duzentos, e quando a occasião peça mais uolos mandarei remeter. Em seis do corrente partirão de Viana 300 Infantes, e do Porto 100 e uão por Alcaçere com que creio são partidos os mil que Dom Aluaro de Abranches tinha á sua conta, e conforme aos auizos do Conde de Cantanhede serão partidos 1500. A todas as partes mando logo auisar. O q̃ dizeis naquella carta tinheis disposto para a deffensa das praças me pareceo m.^{to} bem, e volo agradeço. A tras os montes não mando escrever por fazer o inimigo por aquella parte muitas preuenções e se entender quer sahir por ella a Campanha. Escrita em Lx.^a a 13 de Abril de 1657.

Raynha.

P.^a o Conde de São L.^{co}

1657. ABRIL, 14.

fol. 75

Conde amigo, Eu El Rey uos enuio muito saudar como aquelle que amo. Por quanto fui seruido nomear a Luis Alvarez de Tauora Conde de São João da Pesqueira; por Mestre de Campo, de hũ dos terços Velhos do exercito dessa Prouincia que lhe mandarei declarar. E a Dom João Mascarenhas Conde da Torre por Mestre de Campo do terço que vagou por promoção de Affonso furtado de Mendonça ao posto de geral da Artelharia do mesmo exercito e juntamente por Governador da praça de Campo mayor, assy como elle o tinha, pareceume avisaruolo para que o tenhais entendido. Escrita em Lix.^a a 14 de Abril de 1657.

Raynha.

O Conde de Prado

Saluador correa de sãa j benauide

P.^a o Conde de São Lourenço.

1657. ABRIL, 16

fol. 99

Conde amigo. Eu El Rey uos enuio muito saudar como aquelle que amo. Agora se receberão juntas duas cartas uossas, hũa com data de 14 e outra de 15 do corrente, tendome ja com cuidado a falta de auiso q̄ não tardou por descuido da uossa parte, como agora vi pellas cartas. Desde o primeiro auiso, se não descançou aqui com os uossos socorros, como vereis das relações que se uos remetem em comp.^a desta carta, e eu continuarej o cuidado, que

tenho de os apressar de man.^{ra}, que serão ahi com toda a breuidade todos os q̄ for possiuel mandar com esta confiança podeis pedir o que uos for necessario, e eu a tenho tão grande em vos q̄ me não inquietão muito os mouimentos do Inimigo. Aos particulares das uossas cartas se responde com outras pelo cons.^o de guerra. Escrita em Lix.^a a 16 de Abril de 1657.

Raynha.

P.^a o Conde de S. L.^{co}.

1657. ABRIL, 17.

fol. 69

Conde amigo, Eu el Rey vos enuio m.^{to} saudar como aquelle que amo. Vi as vossas cartas de 14 e 15 do corrente, em que pedis gente dinheiro sacaria, e outras cousas particulares, e me pareceo dizeruos, q̄ estes dias vos tenho mandado remeter tudo o que foi possiuel, e quanto a gente, mando ordenar que logo marchem para esse exercito os Auxiliares, das Comarcas de Thomar, e Ourem, e que as mais da estremadura, como são Santarem, Torres Vedras, Leiria, Alenquer, e Coutos de Alcobaça fação o mesmo para Cascais onde ficão seruindo para preuenção do soccorro do mar, e para com melhor forma o poder tambem fazer para esse exercito, sendo necessario; e no que toca a hauer de se dar batalha; vos mando que em nenhũa forma vos exponhais a ella de poder a poder, em nenhũ caso, excepto se o Inimigo vos vier cometer nos quartéis de vosso exercito, considerando que não hade ser só a deffensa de Oliuença hauerdes de hir romper o Inimigo no sitio daquella praça, com a precisa necessidade de vir as mãos dos Castelhanos, e Iuntareis o Cons.^o de guerra do exercito, no qual se pro-

pora a parte que se offerecer mais a preposito, para com a Cauallaria, e Iffanteria, montada, se poder fazer hũa poderosa diuersão, deuirtindo ao Inimigo, dandome logo conta dos pareceres do Cons.^o, e auisãdo com breuidade do numero, e calidades de gente de que detriminais compor o exercito com que haueis de sahir, e aduirtouos que na praça de Gerumenha deueis aquartelar o vosso exercito. Nesta Corte mando leuantar 20 Iffantes pagos, e se fica formando com toda a pressa hũa grosso de exercito de gente paga, e Auxiliar para vos socorrer sendo necessario, ao quoyal se hade iuntar a cavallaria das ordens, ordenanças, e particullares, aduertindouos me auiseis com toda a particullaridade possiuel da art.^a infantaria, cauallaria, e carruagens de q̃ consta o ext.^o enemigo, e fio de uosso cuidado, e zelo q̃ toda a despozição conueniente se hade deuer ao asserto com que obrais tudo o que toca a meu seru.^o na deffensa deste rejno. Lj.^{xa} 17 de Abril de 1657.

Raynha.

Ruy de Moura

O Conde de Prado

P.^a o Conde de São Lourenço.

1657. ABRIL, 18.

fol. 53

Conde amigo Eu El Rey vos enuio muito saudar, como aquelle q̃ amo. fernão de Mesquita Pimentel Capitão de cauallos Couraças me representou no seu papel que se Vos remettera com esta carta as rezões q̃ tem para fazer deixação do seu posto, e antes de lhe deferir, me pareceo remetermolo para q̃ inteirado do que elle conthem, me informeis com vosso parecer acerca da pretensão deste Capitão para

com isso lhe poder dar o despacho, q̃ mais conuier a meu seruiço, tornandome a enuiar o proprio papel. Escrita em lixboa a 18 de Abril de 1657.

Raynha.

O Conde de Prado.

Saluador Correa de sáa j benauide.

Para o Conde de São L.^{co}

1657. ABRIL, 18.

fol. 70

Conde amigo. Eu El Rey uos enuio muito saudar como aquelle que amo. Agora que são noue da noute se receberão duas cartas uossas, hũa com data de 16 e outra de 17, em ambas encareçais a grande falta que uos fazem os socorros, que vos mandei remeter das prouincias e os mais porque esperaueis, e na carta de 17 dizeis esperaueis poderse uadear o Rio para marchardes com o que tiuerdes em socorro de Oliuença. Quanto ao primeiro logo mandei despachar correos a Dom Sancho, e a Dom Rodrigo para que com effeito uos remetessem o socorro que lhe tinha mandado, ainda que lhes pareça que o Inimigo os hade cometer, e que sendo hida p.^a esse exercito do Inimigo a gente que faz naquella fronteira, vos enuie alem daquelle socorro toda a mais Infanteria, e Caualaria q̃ lhe for possiuel; Desta corte mando marchar amanhã a pouca Infanteria paga que aqui ficou, e mando Manoel de Miranda, ou outro cabo de igual satisfação à comarca de Thomar p.^a com os Auxiliares della, e das Villas de Ourem e Porto de Moz marchar logo a onirse comusco. Quanto ao segundo sobre hauerdes de hir em socorro de Oliuença pareço ordenaruos

que igualmente fio de vosso valor, e de vossa prudência o gouerno desse exercito em que consiste o remédio, e conseruação destes Reinos e desejo que vos não deixeis leuar do valor de maneira que fique uencida a prudencia tão necessr.^a para o tempo e occasião em q̃ nos achamos, e por esta razão uos ordeno, e mando com o mais apertado preceito que posso façais nesta parte, o q̃ uos mandei ordenar por hũa carta que ontem se uos expedio plo Cons.^o de guerra, não alterando em cousa algũa a resolução de q̃ por ella uos mandei auisar; Oliuença está fortificada e prouida defendemna cabos, e soldados de muita confiança ficaishe m.^{to} vezinho, que he razão com q̃ muito se deue animar, grande mal será q̃ se perca a praça, mas muito mayor será que uos percais sobre ella, e posto que o não espero nunca não he razão exporuos a esse risco, e o vnico exercito que tenho p.^a me defender, digouos isto porq̃ receo vosso valor e vosso zello, conhecendo q̃ deuo agradeceruos e estimaruos muito por elle como estimo, o que importa he guardar em tudo aquella ordem, e assy volo encomendo m.^{to} muito, e que todos os dias me auiseis do que for succedendo, e do q̃ vos for necess.^{rio} porque tudo vos mandarei prouer, com a mayor breuidade e promptidão que for possiuel. Escrita em Lix.^a a 18 de Abril de 1657.

Raynha.

P.^a o Conde de S. L.^o

1657. ABRIL, 19.

fol. 52

Conde amigo. Eu El-Rey uos enuio muito saudar como aquelle q̃ amo. Carlos de Groenimberghe me offerceo a petição q̃ vos mando remeter em comp.^a desta carta,

e porque tenho informação he sogeito p.^a conseruar, vos encomendo o fauoreçais no q̄ merecer e for justo. Escrita em Lisboa a 19 de Abril de 1657.

Raynha.

P.^a o Conde de S. L.^{co}

1657. ABRIL, 19.

fol. 76

Conde amigo. Eu El Rey vos enuio m.^{to} saudar como aquelle q̄ amo. Por justas conueniencias de meu seruiço, ouue por bem de nomear a Diogo de Mendoça Arrays por gouernador da comarca de Campo de Ourique nas cousas tocantes a milicia q̄ seruia juntamen.^{te} com a da de Beja Nuno Alz da Costa Barreto Gouernador della, de q̄ lhe tenho mandado passar patente, e pareceome auisaruolo para o terdes entendido escrita em Lx.^a a 19 de Abril de 1657.

Raynha.

O Conde de Prado.

Saluador correa de sáa j benauide.

Para o Gou.^{or} das Armas do Ex.^{to} de Alentejo.

1657. ABRIL, 20.

fol. 71

Conde amigo. Eu El Rey vos enuio muito saudar como aquelle q̄ amo. Pouco depois de receber a nossa carta de 17 do corrente chegou o gen.^l da Artelharia, que logo mandei ouir no Cons.^o de guerra, onde se me con-

sultarão na mesma manhã assy a carta do correo, como a q̄ me trouxe o General, e em ambas tomei na mesma manhã a resolução que pareceo, de que vos mando auizar pla carta que leuará o mesmo general, acrescentei ao parecer do Cons.^o algũas cousas, de que vos informará Afonso furtado, e assy o resoluto plo Cons.^o como o acrescentado por my se fica executando com tal breuidade, que veiais ahi o effeito de tudo em muito breues dias. Estai certo q̄ se uos não hade faltar com tudo quanto me for possiuel, não só pello que me vay e ao Reino nesta occasião, mas porque vós estaes empenhado nella, que he motiuo bastante para me não descuidar em vos mandar socorrer; O mais dirão as cartas, e vos referirá Afonso furtado quão obrigado me sinto ao procedimento com que uos tendes hauido nesta occasião, que bastaua quando não tiueris merecido tanto em outras, para dezeiar muito uer a nossa pessoa e a nossa caza, todos os acreçentamentos. Escrita em Lix.^a a 20 de Abril de 1657.

Raynha.

P.^a o Conde de São L.^o

1657. ABRIL, 20.

fol. 73`

Conde amigo. Eu El Rey vos enuio m.^{to} saudar, como aquelle q̄ amo. Hauendo uisto as vossas cartas de desoitto do corrente, e o que referis nellas e o q̄ tambem referio o General da Artelharia Affonso furtado de Mendoça q̄ mandastes a esta Corte, a representar o estado em q̄ se acha o Exercito do inimigo, e a praça de Oliuença, e a pedir os soccorros de q̄ necessitaes, me pareceo dizeruos, q̄ conuem q̄ vos fortifiqueis em Jurumenha de huma parte, e outra

do Rio, para se mostrar ao inimigo, q̄ não só queremos socorrer a praça, mas tambem buscalo, porq̄ com isto se animarão os nossos, e sera o cuidado e trabalho do inimigo mayor, aduertindonos, q̄ por ora se não ha de tratar demais q̄ de socorrer a praça, e q̄ os meos de se fazer, como a guerra tem tantos incidentes, e tão repentinos, não conuem dispolos daqui, senão só fialos de Vossa prudencia, e conselho, e da dos Cabos desse Exercito, em q̄ fio obrareis com tal acerto q̄ deuo esperar, encomendandouos, e mandandouos não venhaes a batalha de poder a poder sem particular, e expecial ordem minha; e no que toca aos socorros, tenho mamdado aos Gouvernadores das Armas da Prouincia da Beira os acrecentem conforme ao estado das suas Prouincias o mais q̄ for possiuel, e que não tendo já marchado, o fação executar sem dillação algũa e com a mesma breuidade, vos mando marchar os Auxiliares de Santarem, e de Setual e a companhia de cauallos q̄ assiste naquella comarca, e os mais Auxiliares das comarcas de Thomar, Ourem, e Porto de Mos, estes á ordem do Mestre de Campo Manoel de Miranda; e quanto aos cauallos da ordenança se fica tratando com todo callor de se porem na forma q̄ conuem para poderem partir, e pareceome por advertencia, dizeruos q̄ sendo, como he necessario socorrer Oliuença com infantaria dinheiro, poluora, corda, e algũ vinho, q̄ he o q̄ se pede daquella Praça, e hauendo de Jurumenha a ella duas legoas som.^{te} podera o grosso da nossa cauallaria meter de noite este socorro sem perigo grande indo, e retirandosse unidos, e entre as diuersões q̄ oueres de intentar, me pareceo lembraruos podera ser poderosissima a q̄ se fizer, intentandosse escalar o forte de São Christouão, porq̄ entrado na nossa gente, fica caualleiro a Ponte de Badajoz, principalmente da cidade como entendeis, sendo tão difficil o hauer aquella

parte de ser soccorrida do Exercito, que se acha em Oliuença pella difficuldade da Ribeira, e da ponte q̄ ficara impedida occupado o dito forte, e muito vos encomendo, q̄ assy no soccorrer nesta forma a dita Praça de Oliuença, como no effeito das diuersões, procedais com todo o callor repetindo hũa e m.^{tas} vezes estas acções, ainda que com os primeiros intentos, se não consiga. Escrita em Lx.^a a 20 de Abril de 1657.

Raynha.

O Marq.^s Mordomomor

Ruy de Moura.

Para o Conde de São L.^{co}

1658. JANEIRO, 29.

fol. 70

Joanne Mendes de Vasconcellos amigo Eu El Rey uos inuio muito saudar. Porq̄ dezeio q̄ os moradores q̄ forão na Praça de Oliuença conheção de m̄y o bom animo e uontade com q̄ procuro accomodallos, e satisfazerlhe a fedilidade que mostrarão na occasião q̄ aquella Praça se rendeo, escolhendo antes conrresponder a obrigação de Vassallos leaes do q̄ aceitar as commodidades q̄ o inimigo lhes offerencia: tenho mandado deffirir aos requerimentos de muitos com as mr.^{ces} q̄ merecião, e os tempos dão lugar: Porem porque estas não podem abranger a muitos e eu quero ser igual a todos: vos encomendo muito q̄ das pessoas q̄ uos assistem de maes satisfação, e de q̄ tiueres mais confiança, escolhaes hũa, q̄ correndo as Cidades, Villas e lugares dessa prouincia, aonde estiuerem recolhidos os moradores de Oliuença; deuaes de lhes dar a entender, com todo o bom modo, o muito q̄ eu procuro remedear o aperto, em q̄ se

achão, e merecem plo amor q̄ tiuerão a sua patria, faça hũa lista de todos aquelles moradores, em q̄ expecefique a qualidade de cada hũ, q̄ filhos tem, q̄ officio exercitaua em Oliuença, de q̄ modo uiuem hoie, e com q̄ se sustentão; e como a tiueres em uossa mão ma inuiareis; para q̄ com a noticia que della se tirar possa eu mandar prouer na materia como houuer por bem. Escrita em Lix.^a a 29 de Janeiro de 658.

Raynha.

P.^a Joanne Mendes de V.^{cos}

1658. JANEIRO, 31.

fol. 93

Joanne Mendes de Vasconcellos amigo. Eu El Rey vos enuio m.^{to} saudar. Eusebio Dias da Fonseca Thenente da Companhia de Cauillos de q̄ he Capitão Ioão do Crato da fonsqua me representou os seruiços q̄ me ha feito, e postos que occupou, e vltimamente sahir rendido da praça de Oliuença com sua casa e familia pedindome o mande prouer numa companhia de cauillos, ou Capitania mor q̄ uagar, e pella boa enformação q̄ tenho da qualidade e seruiços de Eusebio Dias, e da perda q̄ recebeo em Oliuença onde era morador merece fauor, Vos encomendo, mo proponhaes para os postos em q̄ estiuer a caber fazendo rellação de seus seruiços, e prestimo na forma das ordens dadas. Escrita em Lx.^a a 31 de Ianeiro de 1658.

Raynha.

O C.^{de} de uilar maior

O Conde de Prado.

Para Ioanne mendes de Vasc.^{os}

1658. FEVEREIRO, 16.

fol. 67

Joanne Mendes de Vasconcellos amigo. Eu El Rey vos enuio muito saudar. Encomendouos muito que nas companhias para q̃ me ouerdes de propor Capitães, tenhaes memoria dos rendidos de Oliuença, para me propor com fauor os que tiverem seruiços, e merecim.^{tos} para isso, porq̃ assi he meu seruiço. Escrita em Lx.^a a 16 de feu.^{ro} de 1658.

Raynha —

O C.^{de} de Cantanhede

O Conde de Prado.

Para Joanne Mendes de Vasc.^{os}

1658. FEVEREIRO, 16.

fol. 68

Joanne Mendes de Vasconcellos amigo Eu El Rey vos enuio muito saudar. Hey por bem, q̃ aos rendidos de Oliuença, e as viuuas dos q̃ morrerão na Guerra, façais dar pão de monição, Escrita em Lx.^a a 16 de feureiro de 1658.

Raynha —

O C.^{de} de Cantanhede

O Conde de Prado

Para Ioanne Mendes de Vasc.^{os}

1658. MARÇO, 17.

fol. 95

Joanne Mendez de Vasconcellos. Amigo. Eu El Rey vos enuio muito saudar. Encomendouos a pessoa de

Eusebio Diaz da Fonseca (que no dia da entrega d'Oliuença, sendo nella morador, se retirou, com sua sogra, cunhada e mais familia, plo Reyno, deixando seus bães em poder dos inimigos) para que mo consulteis nos postos em que couber e lhe tocarem, a respeito dos q̄ nella tiuer occupado, porque de assy o fazerdes vollo agradecer. Escrita em Lix.^a a 17 de Mr.^{co} de 658.

Raynha.

P.^a o Thenente g.^{al} de Alentejo.

1658. MARÇO, 28

fol. 14

Joonne Mendez de Vasconcellos Amigo. Eu El Rey vos enuio muito saudar. Encomendouos me proponhaes nas companhias de infantaria, que, nessa prouincia, ouuer vagas, ou vagarem, o Capitão Lopo Vieira Migueis, tendo elle as partes necessarias, que para o posto se requerem; porque em razão de se hauer retirado, com sua mulher e familia no tempo da entrega d'Oliuença onde era morador, folgarei o accomodeis. Escrita em Lix.^a a 28 de Março de 658.

Raynha —

P.^a o Thenente g.^{al}

1658. ABRIL, 3

fol. 76

Joanne Mendes de Vasconcellos Amigo. Eu El Rey vos enuio muito saudar. Por Manoel Ronquinho soldado

de cauallo desse exercito, ser, hum dos moradores de Oliuença, que na occasião da entrega daquella praça, perdendo nella sua fazenda, se retirou plo Reyno dentro, com sua familia, e estar ainda em boa disposição para o exercicio da guerra; Vos encomendo muito mo cousulteis para os postos em que por sua sufficiencia e merecimentos couber. Escritta em Lix.^a a 3 de Abril de 658.

Raynha —

P.^a o Thenente g.^{al}

1658. ABRIL, 30

fol. 12

Joanne Mendes de Vasconcellos amigo. Eu El Rey vos enuio muito saudar. O Alferes Diogo Soares de Brito, me representou q̃ de quatorze annos a esta parte, me serue nessas fronteiras de Alentejo achandosse na praça de Oliuença donde era casado e morador, e perdeo sua fazenda, e o mais, que da petição vereis pedindome o prouesse numa companhia de Infanteria, e porq̃ as causas q̃ allega merecem fauor, Vos encomendo e mando q̃ com attenção a tudo me proponhaes este Alferes, para os postos em q̃ estiuer a caber, com rellação de seu prestimo, e seruiços na forma das ordens dadas. Escrita em lixboa a 30 de Abril de 1658.

Raynha —

Salvador Correa de sáa j benauides

Pedro Cesar de meneses

Para Ioanne Mendez de Vasc.^{os}

1657. MAIO, 15.

fol. 113

Conde amigo. Eu El Rey vos enuio muito saudar como aquelle que amo; com esta carta vos mando remeter hũa petição de Diogo Caldeira de Abreu morador na Villa do Crato, e Capitão de cauallos auxiliares naquella Comarca, na qual representando seus seruiços pede lhe faça m.^{ce} de o prouer no posto de Governador da dita Com.^{ca} sem soldo offerecendose juntam.^{te} comprar á sua custa quarenta cauallos para seruir com elles na forma q̄ vereis da sua petição. Encomendouos que uendo-a me informeis sobre os particulares de q̄ ella trata com uosso parecer, tornandoma a enuiar com a uossa informação. Escrita em Lisboa 15 de Majo de 1657.

Raynha.

O Marques Almirante

O Marq.^s Mordomomor.P.^a o Conde de São L.^{co}

1657. JUNHO, 27.

fol. 97

Conde amigo. Eu El Rey vos enuio muito saudar como aquelle q̄ amo. Pedro de Mello q̄ passou a esse Exercito me auizou q̄ vos lhe encarregastes, a guarda, e deffensa da praça de Serpa e se fora meter nella com soccorro, para em caso q̄ o inimigo que anda na campanha a intente inuadir a ache deffensauel, pedindome juntamente patente de Mestre de Campo, que já hauia sido alguns annos (com expresa declaração de q̄ os Mestres de Campo que entrassem naquella praça havião destar a sua ordem, e fuy ser-

uido concederlhe, e pareceome auisaruolo para o terdes entendido. Escrito em Lx.^a a 27 de Junho de 1657.

Raynha.

O Marques Mordomomor

Jorge de Mello.

Para o Conde de São L.^{co}

1657. JULHO, 7

fol. 100

Conde amigo. Eu El Rey uos enuio muito saudar como aquelle que amo. O L.^{do} francisco de Carualho que por ordem minha, foi curar os feridos e doentes a esse exercito, se queixa q̄ lhe não paga; Encomendouos que assy a este, como aos mais mandeis pagar, o que se costuma aos cirurgiões que andão nos exercitos. Escrita em Lix.^a a 7 de Julho de 1657.

Raynha.

P.^a o Conde de S. L.^{co}

1657. JULHO, 8

fol. 30

Joanne Mendez de Vasconcellos amigo. O Capitão Domingos Mendez Couto, me representou, q̄ de noue annos a esta parte, effectiuos me serue, e os postos que occupou, occasioens em q̄ no discurso do dito tempo se achou no Brasil, e neste Reyno, e o q̄ nellas obrou, e para sua justificação offereceo os papeis de seus seruiços, e pretende continuallos nessa prouincia de Alentejo, e q̄ seja prouido numa das companhias de cauallo, q̄ uagarem ou se fizerem;

Encomendouos, q̄ uendo a petição, e os papeis de seruiços deste capitão, q̄ vos presentara com esta carta, com atenção a elles, e seu prestimo, mo proponhaes para os postos em q̄ estiuer a caber, fazendo rellação dos seruiços na forma das ordens dadas. Escrita em Lx.^a a 8 de Julho de 1657.

Raynha.

O C.^{de} de uilar maior

Salvador Correa de sáa j benauide.

Para Joanne Mendez de Vasconcellos.

1657. JULHO, 8

fol. 33

Joanne Mendez de Vasconcellos amigo. Eu El Rey vos enuio muito saudar. Dom Martinho de Ribeira, que ha alguns annos me serue e de presente o está fazendo no Exercito de Alentejo, hauendo occupado o posto de Capitão de Infanteria, pretende ser prouido numa companhia de cauallos, e porq̄ por sua qualidade e seruiços, e o bom animo cõ que nesta occasião passou a continualos nessa fronteira merece todo o fauor, Vos encomendo, q̄ com atenção ao referido, mo proponhaes para os postos, em q̄ estiuer a caber por sua qualidade, prestimo, e seruiços, fazendo rellação delles na forma das ordens dadas. Escrita em Lisboa a 8 de Julho de 1657.

Raynha —

O Conde de Prado.

Saluador correa de sáa j benauide.

Para Joanne Mendez de Vasc.^{os}

1657. JULHO, 8

fol. 21

Joanne Mendez de Vasconcellos amigo. Eu El Rey vos enuio m.^{to} saudar. Ieronimo de Bainça de Chaburu Biscaynho de nação, caualleiro de habito de Sam Bento de Auis, me representou os annos, q̃ tem seruido nas guerras do Brasil, e neste Reyno, e deseja ir continualos nessa fronteira de Alentejo, e q̃ o prouēja na primeira companhia que vagar; encomendouos, que com attenção ao prestimo, e seruiços deste Estrangeiro (que uos presentara) com relação delles na forma das ordens dadas, mo proponhaes para os postos em q̃ estiver a caber. Escrita em Lx.^a a 8 de Julho de 1657.

Raynha.

O Marq.^s Mordomomor

O Conde de Cantanhede.

Para Joanne Mendes de Vasconcellos.

1657. JULHO, 15.

fol. 45

Joanne Mendez de Vasconcellos amigo. Eu El Rey vos enuio muito saudar. Tendo consideração ao que me representou Jaques de flech frances de nação, e ao bom animo com q̃ deseja ir seruirme nesse Exercito, e a boa informação que delle, e de seu prestimo me destes, fuy seruido fazerlhe merce de oito mil rs de intertenimento cada mes para seruir nesse Exercito de Alentejo ate ser acrescentado conforme a seus merecimentos, E pareceome auisarnolo, para o terdes entendido, e encomendaruos, tenhaes

m.^{to} cuidado de occupar este estrangeiro no posto q̄ merecer para se escuzarem intertenim.^{tos} Escrita em Lx.^a a 15 de Julho de 1657.

Raynha.

O Conde de Prado.

Saluador correa de sáa j benauide.

Para Joanne Mendez de Vasconcellos.

1657. JULHO, 24.

fol. 31

Joanne Mendez de Vasconcellos amigo. Eu El Rey vos enuio muito saudar. Com esta carta vos mando remetter hũa petição de Miguel de Azeuedo, q̄ ha cinco annos me serue de Capitão de huma companhia de soldados Auxiliares na cidade de Euora e pellas rezões que apponta pretende seja escuzo do dito cargo. Encomendouos, q̄ com attenção ao q̄ refere na petição, e tomando as mais noticias, q̄ tiuerdes por necessarias, me informeis com Vosso parecer, acerca do contheudo nella, em vossa carta fechada q̄ enuiareis ao meu conselho de Guerra, para com isso poder deferir a pretensão deste Capitão, como mais conuier a meu seruiço. Escrita em Lx.^a a 24 de Julho de 1657.

Raynha.

Jorge de Mello

Saluador correa de sáa j benauide

Para Joanne Mendez de Vasconcellos.

1657. JULHO, 24.

fol. 116

Joanne Mendes de Vasconcellos amigo. Eu El Rey vos emuio muito saudar; Luis de Andrade Leitão, morador na Villa do Priorado do Crato, e Alcaide mor della, pertende ser prouido no gouerno delle, que exercitara sem soldo, em rasão de me auer seruido no exercito de Alentejo com armas e cauallo a sua custa, para q̃ vos presentara os papeis de seus seruiços; e com esta carta vos mando remeter a copia de outra, que sobre Diogo Caldeira de Abrea (Capitão de Cauillos Auxiliares na Comarca da mesma Villa) mandei escreuer ao Conde de São Lourenço com que se lhe remeteo hũa sua petição em que se offereçia a comprar a sua custa, quarenta cauillos, para me seruir com elles, comtanto q̃ o prouesse no dito gouerno, encomendouos, que vendo hũa e outra couza, me informeis com uosso parecer para resolver o q̃ for seruido; escrita em Lx.^a 24 de Julho de 657.

Raynha.

Jorge de Mello

Saluador Correa de sãa j benauide

P.^a Ioanne Mendes de Vasconcellos.

1657. JULHO, 28.

fol. 171

Joanne Mendez de Vasconcelos amigo. Eu El Rey uos enuio m.^{to} saudar. Dom Diogo de Almeida está recebido como tereis noticia, e por me seruir nesta campanha deixou

de hir tirar sua molher ao Conuento onde está recolhida. Com esta será carta minha em que lhe dou licença p.^a o uir fazer, e uolo auizo, p.^a q̄ o tendeis entendido. Escrita em Lx.^a a 28 de Julho de 1657.

Raynha.

P.^a Joanne mdz de v.^{los}

1657. JULHO, 30.

fol. 115

Joanne Mendes de Vasconcellos amigo. Eu El Rey vos enuio muito saudar. Os soldados da Companhia do Capitão Ioão do Crato da foncequa naturais de Oliuença, me fizerão a petição que com esta se vos remetera, encomendouos que vendoa, não desacomodeis estes soldados do alojamento aonde hoje estão, e offerecendossevos algũ inconveniente em contrario, mo fareis primeiro, a saber para eu mandar o que ouer por meu seruiço. Escrita em Lix.^a a 30 de Julho de 1657.

Raynha.

Ruy de Moura

O Conde de Prado

P.^a Joanne Mendes de Vasconcellos.

1657. JULHO, 31.

fol. 32

Joanne Mendez de Vasconcellos amigo. Eu El Rey uos enuio m.^{to} saudar. Já tinha mandado ajustar o contrato de Lagort, e passar ordem p.^a se hir logo a esse exercito, agora com esta uossa carta de 28 o tornei a mandar orde-

nar, hade hir em comp.^a do Conde do Prado aprouar a planta da fortificação q̃ mando fazer nas Cidades de Euora e Beija e daly passará logo a seruir nesse exercito, a que tambem mandei passar o Thenente geral da artelharia da Beira São pol; por engenheiro de fogos, petardeiros, e mineiros tenho mandado fazer deligencia, e a mando agora fazer de nouo, os q̃ se acharem vos hirão com toda a breuidade. Escrita em Lx.^a a 31 de Julho de 1657.

Raynha.

P.^a Joanne mdes de V.^{os}

1657. AGOSTO, 3.

fol. 44

Joanne Mendez de Vasconc.^{os} amigo. Eu El Rey uos enuio muito saudar. Encomendouos que uendo o requerim.^{to} dos Assentistas do pam de munição desse exercito sobre o perjuizo que dizẽ lhes rezulta da compra do trigo e moendas e carruagẽ que o Vedor g.¹ manda fazer per ordem minha p.^a biscouto trateis de acomodar esta mat.^a como uos parecer mais conueniente a meu seru.^o p.^a que não encontre o Prouimento do exercito. escripta em Lx.^a a 3 de Agosto de 657.

Raynha.

M. C.^{de} de Figueiró.

Para Ioanne Mendez de Vasconc.^{os}

1657. AGOSTO, 13.

fol. 18

Joanne Mendez de Vasconcellos amigo. Eu El Rey vos enuio muito saudar. Com esta carta Vos mando remetter huma petição do Capitão Antonio Tauares de Pinna do terço q̄ foi do Mestre de campo Manoel de Saldanha, em q̄ apponta os annos q̄ ha serue a esta Coroa, as partes em q̄ militou, occasioens em q̄ se achou, e feridas q̄ recebeo, e hauer perdido em Oliuença o com que se sustentaua sua molher, e filhos, por serem daly naturaes, e elle pessoa de qualidade, que por vezes gouernou o Castello de Alconchel, pedindome lhe faça merce de huma companhia de cauallos, e porq̄ pellas rezões referidas, e as mais q̄ da petição vereis, merece fauor, Vos encomendo, e mando, q̄ com attenção a tudo, me proponhaes este Capitão nos postos em q̄ estiuer a caber por seu prestimo, e seruiços fazendo rellação delles na forma das ordens dadas, fazendo menção desta carta na proposição para me ser presente, Escrita em lixboa a 13 de Agosto de 1657.

Raynha —

O C.^{de} de uilar maior

Saluador correa de sáa j benauide

Para Joanne Mendez de Vasconcellos.

1657. AGOSTO, 16.

fol. 20

Joanne Mendez de Vasconcellos amigo. Eu El Rey vos enuio m.^{to} saudar. Com esta carta se vos remettera

humã petição do Capitão Gomez freire de Andrada filho do Mestre de Campo Manoel freire de Andrada, em q̃ pellas rezões que apponta, pede seja consultado em humã companhia de cauallos q̃ se hão de prouer. Encomendouos mo proponhais nos postos em que estiuer a caber, fazendo relação de seu prestimo, e seruiços na forma das ordens dadas. Escrita em Lx.^a a 16 de Agosto de 1657.

Raynha.

O C.^{de} de Cantanhede

O C.^{de} de uilar maior.

Para Joanne Mendez de Vasc.^{os}

1657. AGOSTO, 16.

fol. 28

Joanne Mendes de Vasconcellos amigo. Eu El Rey vos enuio m.^{to} saudar. A Miguel Duplesis Cholet caualleiro frances, fuy seruido nomear para Capitão de humã companhia de cauallos, para com ella me servir nesse Exercito de Alentejo pellas rezões q̃ se me representarão appontadas na sua patente, q̃ lhe mandey passar e que a companhia se lhe daria nesta cidade, ou dos cauallos estrangeiros q̃ forão para esse Exercito, entendendo que ainda estarião por repartir pellas tropas; E porq̃ nesta cidade não ha cauallos de q̃ lhe poder fazer a companhia, Vos encomendo e mando lha formeis dos q̃ ahy ouuer, ou dos Estrangeiros em caso q̃ não estejam repartidos pellas tropas, ou dos q̃ forem de nouo. Aduertindouos q̃ este Capitão leua consigo

vinte e cinco, e mais soldados francezes q̃ com elle vierão de frança, aos quais tenho mandado dar de ajuda de custo, o que importa a paga de hum mes de soldo de cada hũ e ao Capitão a de dous meses para poderem jrse para essa fronteira. Escrita em Lixboa a 16 de Agosto de 1657.

Raynha —

O C.^{de} de Cantanhede.

O C.^{de} de uilar maior.

Para Joanne Mendes de Vasc.^{os}

1657. AGOSTO, 17

fol. 29

Joanne Mendes de Vasconcellos amigo, Eu El Rey vos enuio muito saudar. Pelo muito que conuem a meu seruiço, e deffensa do Reyno, fortificarensse as Cidades de Evora e Beja, mandei assistir nellas o Conde de Prado do meu Conselho de Guerra, e meu Estribeiro mor; e porque ha de fazer hũa junta sobre o melhor acerto, e elleição das fortificações daquellas Cidades. Vos encomendo, e mando que lhe remetais o Engenheiro Niculao de Langres por tres, ou quatro dias, para lhe assistir na mesma junta, e em o mais que o Conde lhe ordenar. Escrita em Lix.^a a 17 de Agosto de 1657.

Raynha —

O Marques Almirante

Ruy de Moura

P.^a Joanne Mendes de Vasconcellos.

1657. AGOSTO, 23.

fol. 148

Joanne Mendes de Vasconcellos amigo. Eu El Rey vos enuio muito saudar. Ruy Pereira da Silva (fidalgo de minha caza, cavalleiro professo do habito de São João) me representou na petição que com esta vos mando remeter, os serviços que me tem feito de muitos annos a esta parte, na prouincia da Beira; e que viera assistir no exercito desta Campanha, com o terço auxiliar que Dom Rodrigo de Castro mandou de socorro, encarregandoo do Gouerno delle, o que fez a sua custa com toda boa satisfação; pedindome o mandasse consultar em hũa das Companhias de cauallos dessa prouincia; E porque seu zelo, qualidade e bons procedimentos, são dignos de lhe fazer toda a merce que ouuer lugar, vos encomendo, e mando, mo proponhaes nos postos que se offerecerem em que estiuer a caber, com attenção a seus seruiços, qualidade, e merecimentos. Escrita em Lx.^a a 23 de Agosto de 1657.

Raynha.

O Marques Almirante

Ruy de Moura

P.^a Joanne Mendes de Vasconcellos.

1657. AGOSTO, 25.

fol. 19

Joanne Mendes de Vasconcellos amigo. Eu El Rey vos enuio muito saudar. Ioão Gomez Catanho Alferes q̃ foy da Companhia de Infanteria do Capitão francisco de Mello de Castro, huma das do terço nouo que se leuantou nesta Corte, pretende ser prouido nella por estar uaga e

tendo consideração a seus serviços. Vos encomendo, e mando, q̃ na proposição de sojeitos, q̃ fizerdes para a dita companhia, me proponhaes este Alferes para os postos em que estiuer a caber com relação de seu prestimo e serviços na forma das ordens dadas. Escrita em lixboa a 25 de Agosto de 1657.

Raynha.

O Marq.^s Mordomo mor.

Saluador Correa de sáa j benauide.

Para Joanne Mendes de Vasconcellos.

1657. AGOSTO, 28.

fol. 113

Joanne Mendez de Vasconcelos Amigo. Eu El Rey vos enuio muito saudar. Pella copia da carta de 14 de Junho q̃ será com esta, entenderéis o q̃ mandei escreuer ao Conde de São lourenço sobre os Corregedores que forão a essa Prouincia com a carruagem das suas Comarcas. Encomendouos a faças executar assy e da manr.^a que por ella ordenei ao Conde. Escrita em lx.^a a 28 de Agosto de 1657.

Raynha.

P.^a Ioanne Mendez de Vasc.^{cos}

1657. AGOSTO, 29.

fol. 150

Joanne Mendez de Vasconc.^{os} amigo. Eu El Rey uos enuio muito saudar, com esta minha carta se uos remette a copia de outra que me escreueo Ant.^o de Siq.^{ra} Pestana Vedor g.^l desse exercito, sobre o procedim.^{to} q̃ com elle

tiuerão João Freyre Gam.^{ro} commissario de mostras, e Ant.^o do Valle Official que foy da Vedoria, e demonstração que pede mande ter com elles; e Pareceo-me dizeruos que vendo o que Ant.^o de siq.^{ra} reffere na dita carta procureis acomodar esta mat.^a de modo q̃ cessem queixas ou apponteis a forma que uos parecer q̃ mais conuem a meu seru.^{co} Escripta em lx.^a a 29 de Agosto de 657.

Raynha.

M. C.^{do} de Figueiró

Para Joanne Mendez de Vasconc.^{os}

1657. AGOSTO, 30.

fol. 129

Joanne Mendez de Vasconçelos amigo. Eu El Rey uos enuio muito saudar. Miguel Duplesis francez, que ueo a este Reino a seruirme, passa a essa Prouincia com alguns soldados francezes para ocupar o posto de capitão de Cauallaria estrangeira. Encomendouos lhe mandeis dar ahi os caualos e armas, q̃ lhe forem neçessarias para formar a sua companhia, e ter com sua pessoa a boa conta que he justo. Escrita em Lix.^a a 30 de Agosto de 1657.

Raynha.

P.^a Joanne mdez de V.^{os}

1657. AGOSTO, 31.

fol. 170

Joanne Mendes de Vasconcellos amigo. Eu El Rey vos enuio muito saudar. Com esta se uos remeto hũa peti-

ção de francisco da Silua de Moura e Azeuedo, para que vendoa com attenção a seu prestimo, merecimentos, e seruiços mo proponhaes nos lugares em que estiuer a caber. Escrita em Lx.^a a 31 de Agosto de 1657.

Raynha.

Ruy de Moura.

Saluador Correa de sáa j benauide.

P.^a Ioanne Mendes de Vasconcellos.

1657. AGOSTO, 31.

fol. 15

Joanne Mendes de Vasconcellos amigo, Eu El Rey vos enuio muito saudar. O Alferez Andre da Costa de Brito, me representou que de quinze annos a esta parte me tem seruido em praça de soldado, e oito delles de Alferez, com luzimento, e dispendio de fazenda, e pretende ser prouido, em o posto de Capitão, e porque merece por seus seruiços, e bom procedimento, lhe faça fauor. Vos encomendo o proponhais nos postos em que estiuer a caber, fazendo relação de seus seruiços que vos presentara, e de seu prestimo na forma das ordens dadas. Escrita em lix.^a a 31 de Agosto de 1657.

Raynha.

O C.^{de} de Cantanhede

Saluador correa de sáa j benauide

P.^a Ioanne Mendes de Vasconcellos.

1657. AGOSTO, 31.

fol. 16

Joanne Mendes de Vasconcellos amigo, Eu El Rey vos enuio muito saudar. Tendo consideração ao que me representou Carlos Lazar meu Engenheiro mor deste Reyno, de estar mal trattado das muitas feridas q̃ tem, e particularmente nas mãos q̃ lhe impedem não poder compassar, medir, nem tirar os planos das fortificações, e praças q̃ lhe será necessario fazer nas occasiões q̃ se offerecerem, mandey passar patente a Reynel Bertand natural de frança, q̃ o dito Lazar nomeou, e abonou de sua capacidade, e sufficiencia deste seruiço, para lhe assistir na forma q̃ da patente vereis, e pareceome auisaruolo para o terdes entendido. Escrita em lixboa a 31 de Agosto de 1657.

Raynha.

O C.^{de} de Cantanhede

Ruy de Moura.

Para Joanne Mendes de Vasconcellos.

1657. SETEMBRO, 10

fol. 112

Joanne Mendes de Vasconcellos amigo. Eu El Rey vos enuio muito saudar. com esta carta se uos enuiara huma carta dos officiaes da Camara e nobresa da Villa de Monforte em que representão a necessidade q̃ tem de um cabo, que os gouerne por estarem tres legoas de castella, e

lhes fazer o inimigo grandes dannos, e o mais q̄ da carta vereis, e pareceome remeteruola, e encomendaruos defirais a esta pretensão da Camara como entenderdes q̄ mais conuem a meu seruiço, e ao bom gouerno, e deffensa daquella praça. Escrita em lixboa a 10 de Setembro de 1657.

Raynha —

O C.^{de} de Cantanhede.

Ruy de Moura.

Para o Then.^{te} general do Ex.^{to} de Alentejo.

1657. SETEMBRO, 20.

fol. 53

Ioanne Mendes de Vasconcellos amigo. Eu El Rey vos enuio muito saudar; com esta carta se vos remetera outra que me escreverão os officiaes da Camara da Villa de Moura encomendouos que inteirado do que ella conthem e o mais que sobre a fortificação da dita Villa referem, vades em pessoa se o estado das couzas o permitir, pella importancia deste negoceo, ou de nouo mandeis tomar parecer dos engenheiros com o do engenheiro mor Lacart; e com elles resoluais se se podera defferir a Camara na forma que pede; e quando o não permitta a necessidade da fortificação de que se hade tratar logo como conuem; e sendo necessario derubarse algum dos templos que appontaes mo fareis a saber, para mandar escreuer aos prellados e se buscar desde logo sitio, donde se possão redeficar, por conta de minha fazenda; e achando ser conueniente derubareense, se executara, quando

a obra o pedir, e antes não; escrita em Lx.^a, 20 de Setembro de 657.

Raynha.

O Conde de Odemjra

Saluador correa de sáa j benauide

P.^a Ioanne Mendes de Vasconcellos.

1657. SETEMBRO, 20.

fol. 7

Joanne Mendes de Vasconcellos amigo. Eu El Rey vos enuio muito saudar. Com esta carta vos mando remeter huma petição do Alferes João Correa, em q̄ representa q̄ desde o anno de seis centos e trinta e tres, me serue nas guerras de Pernambuco, em Catalunha donde assistio desde o anno de quarenta até quarenta e tres em q̄ tendo noticia da declamação passou a este Reyno, e nelle continuou o seruiço e está fazendo nesse Exercito com a satisfação q̄ da petição vereis, e dos papeis de seruiços, q̄ vos presentara, encomendouos q̄ com attenção a tudo mo proponhaes nos postos em que estiuer a caber, e entenderdes sera de prestimo com relação dos mesmos seruiços na forma das ordens dadas. Escrita em Lx.^a a 20 de Setembro de 1657.

Raynha.

O C.^{de} de Cantanhede.

Saluador Correa de sáa j benauide

Para Joanne Mendez de Vasconcellos.

1657. SETEMBRO, 20.

fol. 8

Joanne Mendes de Vasconcellos amigo. Eu El Rey vos enuio muito sandar. D. Luiz Vereadores e Procurador da Camara da Villa de Maruão me representarão na carta que com esta se vos remetera, que por ficarem o pouo e moradores della tão offendidos do aspero gouerno do Capitão mor George da Silua, me pedem prouēja este cargo em Ministro de tais procedimentos que satisfizesse pontualmente a meu seruiço, e bom tratamento daquelle pouo. Encomendouos que vendoa me informeis com vosso parecer, sobre o que refferem, e pedem para lhes deffirir como mais conuier a meu seruiço. Escrita em Lix.^a a 20 de Setembro de 1657.

Raynha —

O C.^{de} de Cantanhede.

Saluador correa de saa j benauide

P.^a Joanne Mendes de Vasconcellos.

1657. SETEMBRO, 27.

fol. 144

Ioanne Mendes de Vasconcellos amigo. Eu El Rey uos inuio muito saudar. Encomendouos, me proponhaes nas vagantes q̃ se offerecerem de companhias d'infantaria paga, a Ioão de Siqueira Couseiro, para Capitão de hũa dellas, estando elle por sua sufficiencia a caber, no mesmo posto, porq̃ por seus merecimentos adquiridos no discurso de muitos annos q̃ ha continua a guerra, por suas auções e particularmente por o q̃ obrou nessas fronteiras, depois de promouido a Thenente, e alfrs de hũa Companhia de

Cauillos do Thenente g.^{al} da Cauallaria Timiricur, e valor que mostrou, nas occaziões q̄ teue de peleya, sera nelle empregado. Escrita em Lix.^a a 27. de Set.^{bro} de 657.

Raynha.

P.^a o Thenente G.^{al}

1657. SETEMBRO, 29.

fol. 6

Joanne Mendes de Vasconcellos amigo, Eu El Rey vos enuio muito saudar. O Sargento mor reformado Simão Pitta Porto Carreiro, me representou que serue ha muitos annos nas guerras do Brazil, e deste Reyno aonde tem acquerido bastante experiencia e que de prezente se acha nessa Provincia, exercitando o cargo de Capitão mor da Vila de Maruão. Encomendouos que com attenção a seu prestimo, e seruiços, mo proponhais no mesmo posto, ou nos em que estiuer a caber, fazendo Relação delles na forma de minhas ordens. Escrita em Lix.^a aos 29 de Setembro de 1657.

Raynha.

O Marques Almirante.

O C.^{de} de Cantanhede.

P.^a Joanne Mendez de Vasconcellos.

1657. SETEMBRO, 30.

fol. 4

Joanne Mendes de Vasconcellos amigo, Eu El Rey vos enuio muito saudar. Por ser a Cauallaria a parte principal

dos exercitos, e hauer neste Reyno tão pouca, achandosse nelle hũ grande numero de pessoas que tendo possibilidade para terem cauallos, os não comprão plos não hauer. fui seruido ordenar a Ruy de Moura Telles dos meus Conselhos de estado e guerra, Veedor de minha fazenda, fizesse nesta Corte assento com Homens de negocio, e ajustasse com elles, que mandem vir cauallos de fora do Reyno plo mais acomodado preço que for possiuel. Me pareceo mandaruos, que em todas as Cidades, Villas, e lugares de vosso dstricto, facais notificar e fazer listas (que inuiareis ao meu Conselho de guerra) das pessoas que conforme hũa resolução del Rey meu Sñor. e pay que Sancta gloria haja, de sete de Agosto de seis centos sincoenta e quatro, são obrigados a terem cauallos possuhindo quatro mil cruzados de fazenda, e se lhes dira, que cada hũ tenha o dinheiro prompto para comprar hũ Cauallo dos que vierem de fora, e vos hey por muito encomendado o facais executar muy pontualmente, nos que tiuerem a dita quantia, sem lhes admittirdes escuza algũa, por conuir assy a meu seruiço, e boa deffensa do Reyno. Escrita em Lix.^a a 30 de Setembro de 1657.

Raynha —

O Marques Almirante

Saluador correa de sãa j benauide.

P.^a Joanne Mendes de Vasconcellos.

1657. OUTUBRO, 11.

fol. 58

Joanne Mendes de Vasconcellos amigo. Eu El Rey vos enuio muito saudar. Pella boa enformação q̃ o Embai-

xador Del Rey Christianissimo, meu muito amado, e prezado Jrmão, e primo, me deu dos procedimentos, e prestimo de Francisco Richarel gentil homem frances, hauendo militado em seus exercitos, na cauallaria, e infantaria, tendo tambem consideração ao bom animo com q̃ passou a este Reyno a meu seruiço, ouue por bem q̃ elle va seruir a essa fronteira de Alentejo e por intertenimento, junto a vossa pessoa goze por mes o soldo de Capitão de cauалlos, como se paga aos Portugueses, de q̃ me pareceo auisaruos, e encomendaruos q̃ entendais de francisco Richarel se tem prestimo e he capaz de ser occupado em posto, e achandoo sufficiente mo proponhaes nos em q̃ estiuer a caber, auizandome de seu talento, para o ter entendido. Escrita em Lx.^a a 11. de Outubro de 1657.

Raynha.

O C.^{de} de Cantanhede.

Ruy de Moura.

Para Joanne Mendez de Vasconcellos.

1657. OUTUBRO, 14.

fol. 57

Joanne Mendes de Vasconcellos amigo. Eu El Rey vos enuio muito saudar. O Choronel Carlos de Groenberghe, me vay seruir a esse Exercito, no officio de Engenheiro, como o ha feito ja alguns annos com satisfação, e porq̃ para bem accodir a sua obrigação lhe era necessario ter cauallo, me pedio lho mandasse dar, e tendo consideração ao bem q̃ este Engenheiro me tem seruido. Vos encomendo, e mando lho façais dar com a reção ordinaria para

elle, emquanto nessa fronteira servir, porq̃ assim o hej por bem. Escrita em Lx.^a a 14 de Outubro de 1657.

Raynha —

O Marques Almirante

Ruy de Moura.

Para Joanne Mendes de Vasconcellos.

1657. OUTUBRO, 14.

fol. 1

Joanne Mendez de Vasconcellos amigo. Eu El Rey vos enuio muito saudar. Com esta carta se remetterá hũa petição do Capitão de Cauillos Miguel Duplesis, em que, pellas rezões q̃ apponta pede se declare q̃ a sua companhia seja de couraças, e se pague a elle, seu Alferes e soldados todos os meses, como se fas ás Estrangeiras, porq̃ de outro modo se não podem sustentar e antes de lhe deferir, me pareceo mandaruos remeter a petição e encomendaruos me informeis com vosso parecer acerca do referido nella, para com isso o despachar como mais conuier a meu seruiço, tornandome a enuiar a mesma petição. Escrita em lixboa a 14 de Outubro de 1657.

Raynha.

O C.^{do} de Cantanhede.

Saluador correa de sáa j benauide.

Para Joanne Mendez de Vasconcellos.

1657. OUTUBRO, 14.

fol. 65

Joanne Mendes de Vasconcellos amigo. Eu El Rey vos emuio muito saudar; os Religiosos de São Paulo primeiro eremita, me representarão em a petição que com esta se uos remetera como tinhão por noticia que eu os mandaua despeiar do seu conuento, que tem na Villa de Serpa para nelle se acomodarem os moradores, e outras pessoas, a quem se derubarão cazas, e o mais que della vereis encomendouos que vendoa, mandeis sobestar qualquer ordem q̃ sobre este particular se haja passado, e me informeis com uosso parecer, para com elle resolver o que mais conuier a meu seruiço; escrita em Lx.^a 14 de Outubro de 657.

Raynha —

O Marques Almirante

Ruy de Moura.

P.^a Ioanne Mendes de Vasconcellos.

1657. OUTUBRO, 20.

fol. 10

Joanne Mendes de Vasconcellos amigo. Eu El Rey vos emuio muito saudar. Com esta carta vos mando remeter hũa petição que me fes Ayres de Saldanha de Souza filho de Luis de Saldanha que actualmente me está seruindo em que pellas rasões que apponta, me pede lhe faça merce de o prouer no posto de Capitão de hũa Companhia de Infantaria, e per que por sua calidade merecimentos e dezesjos que mostra de me servir na guerra, Vos encomêdo e mando, mo proponhaes numa das primeiras Companhias de

Infantaria que ouuer vagas ou uagarem, fazendo menção desta carta, para me ser presente; escrita em Lx.^a 20 de Outubro de 657.

Raynha.

Ruy de Moura.

Saluador Correa de sáa j benauide.

P.^a Ioanne Mendes de Vasconcellos.

1657. OUTUBRO, 20.

fol. 59

Joanne Mendes de Vasconcellos amigo. Eu El Rey vos enuio muito saudar. Dom Pedro o pecinga, fidalgo sisiliano, me representou que estando seruindo a El Rey de Castella, com fundamento de ser poderoso, ou com outros pretextos daquella Coroa, o expulsarão do seruiço della, prendendo sua may, filhos, e parentes, confiscandolhe os bens: de que obrigado se passou a França, onde por sua qualidade, e experiencia millitar, foi prouido no posto de marichal de campo, por pattente de El Rey Christianissimo, com o qual seruiu no seu exercito de Italia, e por adoecer ficou em Veneza tratando de sua cura, e depois o occupou aquella republica em suas guerras, com largo soldo; o que sabendo os Embaxadores de Castella, fizeram instancia a mesma Senhoria, para q̄ senão seruice delle: plo que se veyo a este Reyno dezejoso de me seruir nos exercitos delle, onde pudesse mostrar melhor seu prestimo, e vallor; para o que me pedio o mandasse encarregar de algum posto, correspondente aos que já occupou; e porque de seus papeis, cartas, e certidão do Embaxador de França, se

infere ser sogeito de importancia, tendo consideração a sua qualidade e zelo com que se offereceo a hir seruirme nesse exercito (para o poder fazer com mais comodidade) fui seruido mandarlhe passar aluará, para que vença o soldo de mestre de campo por entretenimento, junto a vossa pessoa; mandandolhe tambem dar hum cavallo, e reção para elle. Encomendouos o occupeis no que baste a exprimentar seu prestimo; e sendo elle merecedor de outros postos, mo auizeis para que não esteja sem exercicio, e vencendo este soldo por entretenimento. Escrita em Lx.^a a 20 de Outubro de 1657.

Raynha —

O C.^{de} de uilar maior.

Saluador correa de sáa j benauide

P.^a Ioanne Mendes de Vasconcellos.

1657. OUTUBRO, 23.

fol. 80

Joanne Mendez de Vasconcellos Amigo. Eu El Rey uos inuio muito saudar. Em Companhia da uossa Carta se recebeu hũa petição de Lourenço Gallego, natural da Praça de Oliuença em que allegaua hauer perdido nella muita fazenda, allem de particullares mr.^{ces} q̄ o Duque de S. Germão G.^{al} do Eix.^{to} inimigo lhe prometeu p.^a sy e seus filhos de q̄ El Rey de Castella, lhe mandou passar Aluara, pedindome satisfação destes seruiços; e porque antes de lhe diffirir, he muito para conciderar, hauer Lourenço Gallego ficado na Praça, com os inimigos aceitar as mr.^{ces} q̄ lhe fizerão, e dispois de passados quatro mezes

uoltar para este Reyno, q̄ são acções que inuoluem indicios, muito prejudiciaes a meu serviço; Vos encomendo q̄ plo modo que tiuerdes por mais conueniente o examineis, com todo o cuidado, destreza e deligencia, e procureis quanto uos for possiuel aueriguar se os procedimentos. Escrita em Lix.^a a 23 de 8.^{bro} de 657.

Raynha.

P.^a Joanne Mendes de V.^{cos}

1657. OUTUBRO, 31.

fol. 60

Joanne Mendez de Vasconcellos amigo. Eu El Rey uos enuio muito saudar. Com a uinda de Dom francisco luis lobo recebi a capitulação, com que se rendeo a praça de Mourão, e relação do procedimento do exercito, e dos cabos e soldados delle nesta occazião, em duas couzas não falais, sendo ellas as de mayor estimação p.^a m̄y, a primeira o que uos fizestes, que foi o que todos dizem, e o que eu sempre esperei, e experimentei em uossa prudencia, e valor, sem reparardes no tempo, nem em vossos achaques, que melhorarão com o trabalho porque o sofrestes por m̄y, ou com o gosto de restituirdes a minha Coroa huma das duas praças, que perdeo este verão. A segunda o hauerela ganhado sem mortes e perda consideraiuos de meus vassallos; hũa e outra cousa vos aggardeço muito, como he razão, e como pede o contentam.^{to} que tiue com esta noua, que foi igual ao sentimento que me custou o perder aquella praça. O mais entenderéis pellas cartas, que uos mando escreuer plo. cons.^o de guerra, e meu aggardecimento não soffreo dilataruos esta carta, q̄ vos mando

escreuer no mesmo tempo em q̃ recebi o uosso auizo.
Escrita em Lix.^a a 31 de Outubro de 1657.

Raynha.

Para Joanne Mendez de Vasconcelos.

1657. NOVEMBRO, 12.

fol. 140

Joanne mendez de Vasconcelos amigo. Eu El Rey uos enuio muito saudar. Com esta será carta p.^a Dom Sancho M.^{el} em que lhe agradeço o como se houue na occasião de Mourão, e lhe dou licença p.^a se recolher a sua prouincia, esperando que com qualquer auizo nosso uolte a essa; enuiailhe a carta e a licença. Tambem a concedj ao Conde de São João para uir a esta Corte pla outra carta q̃ tambem lhe remeteréis. Escrita em Lx.^a a 12 de Nou.^{ro} de 1657.

Raynha.

P.^a Joanne Mdez de V.^{cos}

1657. NOVEMBRO, 14.

fol. 61

Joanne Mendes de Vasconcellos amigo. Eu El Rey vos enuio m.^{to} saudar. Da vossa carta de dous do corrente fico entendendo como no mesmo dia passastes com todo o exercito desta parte de Guadiana que ja hia crescida por receardes que tomando mais agua, senão pudesse vadear. Que para ficar gouernando Mourão nomeastes Francisco Pacheco Mascarenhas que deixais nella com seiscentos Infantes, e duas companhias de cauallos, com tudo o que

era necessario ao reparo, e conseruação do Castello, e Sancta Colomba com o filho de Laugres para fazerem trabalhar nas fortificações. Que já me auieis dado conta de que Mourão necessitava de quatro baluartes sem os quaes não poderá resistir muitos dias se o Inimigo o sitiari: e que estes se podião fazer de pedra, e barro por hauer para isso boa comodidade, ficandolhe as muralhas do Castello seruido de quartina: cuja obra com terraplenos, e estrada cuberta não poderá custar mais que dezaseis mil cruzados, sendo pequena despesa para segurar hũa praça de tanta importancia, e que para ella se fazer logo, deuia mandar alguma ajuda considerauel, ou que se suspendesse a fortificação de Evora e Beja; porque cõ a recuperação daqla praça, tinha menos, ou nenhũ perigo; com cujos effeitos se poderia accodir as fortificações da mesma praça, e a outras que muito necessitão: porque faltando estes rendimentos, não ficão mais de vinte, e quatro mil cruzados para todas as praças dessa prouincia. Que ao Mestre de Campo francisco Pacheco diuia mandar passar pattente de Governador de Mourão com o soldo pago todos os mezes por ser sogeito de grande vallor, e zelo. Que dos cem mil cruzados que ultimamente forão para o Exercito deixastes em Mourão seiscentos mil rs para reparo do Castello, e porque podera hauer alguma duuida na despesa, do pagador geral, diuia mandar ordenar se lhe leuassem em conta: e hauendo visto tudo o que refferis na vossa carta: me pareceo dizeruos que se não determinais fazer algũa facção, não se deixaua sem risco util a Artelharia em Mourão quando no cazo de ser acometida do Inimigo aquella praça, se pode dezejar nella; mas como sois tão solícito, e zeloso ã meu seruiço que tereis as noticiais necessarias do estado do Inimigo dispondo tudo a certeza do fim de conseruar hũa praça de

tanta reputação, ganhandola tão breuemente depois de perdida, e tão necessaria a seguridade da prouincia, e Cidades de Evora, e Beja pedindo (parece que por esta razão) o destinado para sua fortificação para a de Moura, e outras: sobre o que me pareceo dizervos não conuem a meu seruiço, assy por não estar ajustada de todo a quantidade com que Evora ha de accodir, como plo receo de que digão os que pagão de presente que não contribuem para o que vos o quereis aplicar, a que vos tenho já mandado acodir com algũ dinheiro promptamente, e ordenado se busque logo todo o mais que for necessario. No tocante a Francisco Pacheco, lhe mandey passar patente na forma que apontais, e sobre os seis centos mil rs que se derão da mezada para a fortificação de Mourão, mandarey ordenar a Junta dos tres estados se fação papeis correntes, para se leuarem em conta na despeza do pagador geral. Escrita em Lx.^a a 14 de Nouembro de 1657.

Raynha —

O Conde de Odemjra

Saluador correa de sãa j benauide.

P.^a Joanne Mendes de Vasconcellos.

1657. NOVEMBRO, 13

fol. 34

Joanne Mendes de Vasconcellos amigo. Eu El Rey uos inuio muito saudar. Para que neste Reyno possa hauer criação de caualllos de tão boas raças que tenham prestimo para o seruiço das minhas Caualhariças e em quantidade q̄ supirão a falta q̄ ha delles nas fronteiras,

melhorandose nas criações; tenho detriminado q̃ na Serra de Sintra pellos muitos pastos, e comodidades q̃ nella ha, andem cincoenta, ou sesenta egoas as milhores q̃ se acharem. E porque muitas uezes nas entradas q̃ se fazem nos Campos de Castella, vem muitas q̃ poderão seruir para este effeito: Vos encomendo muito q̃ se por essas fronteiras entrarẽ algũas com bons sinais e castissas, as remetaes a esta Corte, á ordem de Antonio Galuão de Andrade meu Estribeiro q̃ entreguara o preço dellas a pessoa que trouxer o uosso auizo. Escrita em Lix.^a a 13 de Nouembro de 657.

Raynha.

P.^a Joanne Mendez de V.^{cos}

1657. NOVEMBRO, 17.

fol. 13

Ioanne Mendez de Vasconcelos amigo. Eu El Rey uos enuio muito saũdar. Encomendouos que se as couzas dessa prouincia, e particularm.^{te} as de Mourão dão lugar a poderdes chegar a esta Corte só e com limitação de outo dias, o façais, porque tenho algumas couzas de importancia a meu seruiço, que folgara de vos communicar. Escrita em Lix.^a a 17 de Nou.^o de 1657.

Raynha —

P.^a Joanne Mendez de V.^{cos}

1657. NOVEMBRO, 15.

fol. 139

Ioanne Mendes de Vasconcellos amigo Eu El Rey vos emuio muito saudar. Antonio Maldonado moço fidalgo de

minha caza, me representou em hũa sua petição, como me estaua actualm.^{te} seruindo nesse exercito em o posto de Capitão de Infantaria do Terço do Mestre de Campo João leite de Oliueira, e que sendo o mais antigo delle, estando por seus seruiços merecimentos e partes a caber ao posto de Capitão de Cauillos, e prouendose algumas Companhias delles nunca fora proposto para ellas; pedindome o mandase prouer, na que vagou por Dom Diogo de Almeyda, de que me pareceo auisaruos que tendo consideração aos seruiços, que me tem feito, mo proponhaes nella e nas mais que vagarem; escrita em Lx.^a 15 de Nouembro de 1657.

Raynha —

O Conde de Odemjra.

Saluador correa de sáa j benauide.

P.^a Ioanne Mendes de Vasconcellos.

1657. NOVEMBRO, 15.

fol. 141

Joanne Mendez de Vasconcellos amigo. Eu El Rey vos enuio muito saudar, O Capitão de Cauillos Sebastião da Costa Homẽ, me representou que há vinte e oito annos que continua meu seruiço em Africa Catalunha e há mais de quinze na Cauallaria desse exercito procedendo nas occasiões que se offerecerão com particular valor e zelo de meu seruiço, e porque mandey se recolhesse a elle; me pedia o mandasse acomodar nos postos em que por seus merecimentos, seruiços e partes estiuesse a caber; De que me pareceo encomendaruos q̃ com atenção a elles mo propo-

nhaes nos que vagarem e por elles merecer; escrita em Lx.^a
15 de Nouembro de 657.

Raynha.

O Conde de Odemjra

Saluador Correa de cáa j benauide.

P.^a Ioanne Mendes de Vasconcellos.

1657. NOVEMBRO, 16

fol. 61

Ioanne Mendes de Vasconcellos Amigo Eu El Rey uos inuio muito saudar. Os officiaes da Camara da Villa de Estremos, me representarão plo meu Conselho da fazenda: q̃ aquella Villa se recolherão muitos dos moradores q̃ forão rendidos na Praça de Oliuença, leuando consigo quantidade de gados: q̃ destruindo as fazendas de rais q̃ estão iunto à Villa lhe causarão grande danno; e q̃ cada ues hia em maior augmento; sendo occasião delles não temerem as coimas, de q̃ ficarão izentos pla. Carta q̃ Andre de Albuquerque M.^o de Campo G.^{al} desse Eix.^{to}, escreuera em seu fauor, fundada nas nossas ordens, e do Conde de S. Lourenço quando gouernaua as armas nessa Prouincia: e porq̃ he por reparar o inconuiniente q̃ desta premição se segue; folguarey q̃ antes que mande responder a Camara de Estremos, e tome resolução nesta materia; me digais a forma, em q̃ se poderão fauorecer estes rendidos, no q̃ for justo sem tanta oppressão dos pouos, como se me significou fazião. Escrita em Lix.^a a 16 de Nouembro de 657.

Raynha.

P.^a Joanne Mendez de V.^{cos}

1657. NOVEMBRO, 26.

fol. 36

Joanne Mendez de Vasconc.^{os} amigo. Eu El Rey uos enuio muito saudar, hauendo v.^{to} o que me escreuestes em carta de 27 de Set.^{ro} deste anno sobre o que representaes em rezão de se acrecentar o ordenado ao l.^{do} João miz medico que persuadistes a que curasse com lugar do L.^{do} Felipe Roiz no hospital real dessa Praça de Elvas. E Pareçome dizeruos que notorio nos he a falta que há de dr.^o p.^a os socorros ordinarios do exercito, e assy se deuem euitar todos os acrecentam.^{tos} de ordenados, e q.^{do} o trabalho do medico seja excessiuo em algũa occasião fazendo presente mandarey defferir com ajuda de custo que for seruido por hũa só uez. escripta em lx.^a a 26 de nou.^{ro} de 657.

Raynha.

Dom pedro de meñs.

Para Joanne Mendez de Vasconc.^{os}

1657. NOVEMBRO, 28

fol. 135

Joanne Mendes de Vasconcellos amigo, Eu El Rey vos enuio m.^{to} saudar. Diogo de Mendoça Arraiz, Capitão mor e Guouernador da Comarca do Campo de Ourique, me representou os séruicos que me ha feito naquella Comarca, e na praça de Serpa, onde o mandaste assistir procedendo com satisfação, e pla breuidade com que se partio desta

Corte, lhe não foi possível levar sua casa, mulher, e filhos que deixou na sua quinta que tem em Alanquer, pedindome lhe concedesse licença de dous meses para o poder fazer enquanto a guerra da lugar, e tendo consideração ao refferido; me pareceo dizeruos que achando não fara falta, nem se vos offerecendo inconuiniente que o impida lha concedais em meu nome a licença que pede, e no tempo que vos parecer. Escrita em Lx.^a a 29 de nou.^{ro} de 1657.

Raynha —

Saluador Correa de sáa y benauide.

Pedro Cesar de Meneses.

P.^a Joanne Mendes de Vasconcellos.

1657. NOVEMBRO, 29.

fol. 142

Joanne Mendes de Vasconcellos amigo Eu El Rey vos enuio muito saudar. Nuno Alures da Costa Governador da Comarca de Beja, me representou tinha muita necessidade de vir a esta corte acodir a alguns negocios importantes, q̄ requerem sua assistencia pessoal, pedindome lhe concedesse licença de dous meses, e porq̄ Nuno Alures tem seruido bem nesta occupação, e na do Campo de Ourique enquanto esteue a sua conta, me pareceo dizernos q̄ achando não para falta nella, nem se vos offerecendo inconueniente, q̄ o impida lhe concedais em meu nome a licença q̄ pede,

e no tempo que vos parecer. Escrita em Lx.^a a 29 de Novembro de 1657.

Raynha.

Ruy de Moura.

Saluador correa de sáa j benauide

Para Ioanne Mendes de Vasc.^{os}

1657. NOVEMBRO, 29.

fol. 152

Jonane Mendes de Vasconcellos amigo Eu El Rey vos enuio muito saudar. francisco de Goes de Araujo, Capitão de huma das companhias do terço do Mestre de Campo francisco Pacheco Mascarenhas, assistente na praça de Mourão, me representou, que nos nauios desta frota ã entrarão neste Reyno, lhe vierão papeis e negocios de muita importancia, e consideração, a que lhe he necessario uir assistir pessoalmente, por não ter pessoa de confiança por meo de quem o possa fazer, e ficara recebendo muito damno, pedindome lhe fizesse merce conceder licença para poder vir a esta Corte accodir aos ditos negocios, encomendouos, ã achando ser assim, como este capitão refere, e não se uos offerecendo inconueniente ã o impida, lhe concedais em meu nome a licença por tempo de dous meses, Escrita em lisboa a 29 de Nouembro de 1657.

Raynha.

Saluador Correa de sáa j benauide

Pedro Cesar de menses.

Para Ioanne Mendes de Vasc.^{os}

1657. NOVEMBRO, 29.

fol. 172

Joanne Mendez de Vasconcellos amigo. Eu El Rey vos emuio muito saudar; O Mestre de Campo Agostinho de Andrade Freyre, me pedio licença por tempo de outo dias para vir a esta Corte, a tratar de hum negocio que nella dis tem de importancia; e porq̃ fuy seruido concederlha, me pareceo auizaruos para o terdes entendido; escrita em Lx.^a 29 de Nouembro de 1657.

Raynha —

O Conde de Odemjra.

O Conde de uilar maior.

P.^a Joanne Mendez de Vasconcellos.

1657. OUTUBRO, 31.

fol. 9

Joanne Mendes de Vasconcelos amigo, Eu El Rey vos enuio muito saudar. Phelippe Roiz Thenente de hũa Companhia de Cauallos, nesse exercito, me prezentou a petição, e relação, que com esta se vos remete, em que pede vos ordene, mo proponhais, na primeira companhia de Inffanteria que vagar, encomendouos que vendoa, e confferindo seus seruiços, com attenção a elles, e seu prestimo, o proponhais, em hũa das primeiras companhias de Inffanteria que vagarem, fazendo relação delles na forma das ordens. Escrita em lix.^a a 31 de Outubro de 1657.

Raynha.

Ruy de Moura.

Saluador correa de sãa j benauide.

P.^a Joanne Mendes de Vasconcellos.

1657. DEZEMBRO, 22

fol. 35

Ioanne Mendes de Vasconcellos amigo. Eu El Rey vos emuio muito saudar; Por ter entendido que os Terços desse exercito estão muy deminutos, me pareço mandaruos me auiseis de quantos são e o estado, em que se achão com toda a declaração e miudeza, passando para isso mostra o Vedor G.^{al} de que mandara as listas, e a mesma deligencia se fará com a Cauallaria para q̄ tendo noticia de huma e outra couza mande preuenir o que mais conuier a meu seruiço; escrita em Lx.^a 22 de Dezembro de 657.

Raynha —

O C.^{de} de Cantanhede.

Pedro Cesar de menses

P.^a Ioanne Mendes de Vasconçellos.

1657. DEZEMBRO, 22.

fol. 63

Joanne Mendes de Vasconcellos amigo, Eu El Rey vos enuio muito saudar. Por quanto fui seruido admittir a meu seruiço a Dom Pedro O pecinga, para que me fosse servir nesse exercito junto a vossa pessoa com o soldo de Mestre de Campo, e me pedio que por ser estrangeiro, e senão poder sustentar conforme sua qualidade, lhe mandasse pagar o mesmo soldo na primeira plana da Corte, como se faz aos mais Estrangeiros. Me pareço encomendaruos, que na

forma do Aluara que sobre isso lhe mandei passar, lho facais assentar, nos liuros da Veedoria geral a que tocar, para haver delles pagamento na primeira plana da Corte, por tempo de hũ anno dentro do qual podera mostrar, se he merecedor de se lhe continuar com este soldo. Escrita em Lix.^a a 22 de Dezembro de 1657.

Raynha.

O C.^{de} de uilar maior

Pedro Cesar de menseses.

P.^a Joanne Mendes de Vasconcellos.

* * *

A *Vila de Mourão* dista cêrca de 5 léguas da cidade de Olivença. Era pequeno e fraco de muralhas o antigo castelo de Mourão, aproveitado para «praça». «*Munições e mantimentos havia para 4 meses, as muralhas para 4 dias*». (Rocha Júnior, Matos Sequeira, *ob. cit.*).

O rio Guadiana interpõe-se entre a vila de Mourão e a cidade de Olivença; as águas do rio, no seu vae-vem levam e trazem abraços enternecidos, recados saúdosos, e até parece, por vezes, que o rio engrossa com as lágrimas que vai colhendo:

«Que saúdades de ti sinto
por de ti me apartar!...
De saúdades, eu chorei;
eu chorei, por te deixar!...

A campina undosa, ainda mal erguia o seu olhar de espanto para a heróica cidade, que depois da negra procela vivia cerrada em densa treva, quando ouviu de novo o som

do cruel génio da guerra e novamente o monstro, correr os campos, dispondo-se a mais outro cometimento.

Mourão é cercada pelo inimigo, a 13 de Junho (1657); ao cabo de 6 dias de intensa luta teve que se render, embora fôsse com honrosas capitulações.

* * *

Passaram-se poucos meses, e durante os dias e noites dêsses meses, o Conde de Sabugal, Dom Sancho Manoel, Dom Manoel de Melo, e André de Albuquerque só pensavam em recuperar Mourão. Joanne Mendes de Vasconcelos deu a sua plena adesão; a Rainha teve grande esperança no projectado intento por ter sido elaborado por homens de mérito demonstrado, aos quais nunca se alterava o ânimo por mais arriscados que fôsem os instantes.

Logo que entrou o mês de Outubro e antes que as águas do inverno fizessem mais trabalhoso o assédio à vila e praça, se dispôs Dom Sancho Manoel a adiantar as prevenções tomadas; assim o fez a 22 de Outubro dêsse mesmo ano.

Safu de Elvas o exército que se compunha de 9.000 infantes, 2.200 cavalos, 10 peças de artilharia e todos os mais instrumentos de expugnação. A-pesar-do forte temporal de chuva e vento que se desencadeou, prosseguiu o Mestre de campo general D. Sancho Manoel o seu caminho, para ganhar os postos sôbre Mourão.

Era pequena a circumvalação da praça; formaram-se duas baterias e abriram-se dois aproxes, um vindo do arrabalde que dá caminho para a porta do «Castelo», outro pelo sítio que se chamava «Lagar» pouco distante da barbacã; a cabeça da trincheira do «Lagar» tocava ao têrço governado pelo sargento-mor João de Amorim de Betancor;

destemido como sempre e de rápidas resoluções «mandou pegar os soldados nas armas e deu ordem para que investissem a barbacã». (*Portug. Restaurado*, parte II, livro II, tomo III, p. 66).

Devido a êste impulso, talvez imprudente, mas sem dúvida valoroso, foi ganha a praça e nela se fortificou o exército Português.

Esta acção coroada de tão grande êxito, passou-se 4 dias depois de termos posto o cêrco à «Praça». A 28 do mesmo mês de Outubro capitularam os sitiados; no dia 30 entregaram a Praça.

Teve êste facto o grande poder de levantar o espírito dos nativos daquela província e dar mais desassombrado vigor ao exército em campanha.

A Rainha estimou muito a recuperação desta vila, por ser «uma praça de tanta reputação e tão necessária para segurança das cidades de Évora e Beja e ter sido ganha em tão breve espaço, sem mortes nem perdas depois de perdida». (*Vide* cartas de: 31 de Outubro e 12 de Novembro de 1657).

Ficou governador da praça de Mourão o mestre de campo Francisco Pacheco Mascarenhas, carácter recto e brioso; ficaram-lhe 600 infantes, dinheiro, materiais e os engenheiros Pedro de Santa Colomba e Nicolau de Langres, para que se levantassem 4 baluartes de forma a dar à vila melhor defesa, porque aquela em que se encontrava não oferecia resistência.

Os engenheiros traçaram um plano de fortificação, delinearam derrubar a Igreja Matriz, o que deu à Rainha grande pena; com justificadas e prudentes razões deu Dona Luísa de Gusmão ordem para que tal se não fizesse. Ficou assim aquele povo com a sua igreja que houvera

ornado com tão entranhado esmero. (*Vide* cartas de: 14, 17 de Novembro 1657; e 30, 31 de Janeiro e 30 de Março de 1658).

1658. JANEIRO, 30.

fol. 69

Joanne Mendes de Vasconcellos amigo. Eu El Rey vos enuio muito saudar. Para a fortificação q̃ está traçada na Villa de Mourão, tenho entendido se praticava derrubarse a Igreja Matrix della: e porq̃ seus moradores terão grande desconsolação de assy ser: uisto q̃ he a unica q̃ tem e estar ornada com sumptuosidade bastante p.^a o luguar: Vos encomendo q̃ tomadas as noticias necessarias: veiaes se se pode fazer a fortificação em forma q̃ fique a Villa com segurança q̃ se requiere, e a Igreja sem ruina pois não he yusto q̃ esteia sem lugar sagrado capax de se celebrarem nelle os officios diuinos. Escrita em Lx.^a a 30 de Ianeiro de 658.

Raynha.

P.^a Joanne Mendes de V.^{cos}

1658. JANEIRO, 31.

fol. 72 *

Joanne Mendes de Vasconcellos amigo Eu El Rey vos enuio m.^{to} saudar. Henrique de Limonheira fidalgo frances, me representou o bom animo com q̃ me veo servir, hauendo militado nos exercitos de frança, flandres, Italia e Catalunha, e occupado postos e q̃ sabendo, q̃ sahya esse exercito a campanha passara logo a servir nelle com dous criados e cauallos a sua custa, e se achara na empreza de

Mourão, pedindome o mandasse prouer de huma companhia de cauallos, hauendo a uaga, ou na primeira. e tendo consideração ao referido e ao q̃ de seus procedimentos, e valor com q̃ se ouue em Mourão, me escreuestes merce q̃ se lhe faça fauor: Encomendouos e mando, mo proponhais nas primeiras companhias de cauallos q̃ uagarem com attenção a tudo o q̃ fica referido. Escrita em Lx.^a a 31 de Jan.^{ro} de 658.

Raynha.

Dom Alu.^{ro} de Abranches de Cam.^{ra}

O Conde de Prado.

Para Joanne Mendez de Vasc.^{os}

1658. JANEIRO, 31.

fol. 130

Ioanne Mendes de Vasconcellos amigo. Eu El Rey vos enuio muito saudar. Encarregando o anno proximo passado ao Conde de Cantanhede Dom Antonio Luis de Menezes do meu Cons.^o de estado Vedor de minha fazenda, e Governador das armas de Cascaes as levas de Infanteria, e Cauallaria que se havião de leuantar no Reyno, para com os soldados, e cavallos se reencherem os terços desse exercito, e remontar a Cauallaria, por Aluara particular lhe concedi faculdade para que pudesse nomear os Capitães das Companhias auxiliares que de novo formasse, e passarlhe pattentes destes postos, as quais terião o mesmo vigor como se fossem assinadas por mim: o que nesta forma, e como mais conuinha a meu serviço executou: E porque entre os Capitaes que fez desta qualidade forão (na Comarca

de Ourem) João Sodre do Valle, e Simão Pereira de Faria, os quaes me representarão que acodindo segunda vez cõ suas companhias a essa provincia de Alentejo, os não socorrerão nella em todo tempo q̃ la assistirão mais que como soldados: dizendolhes não pertencia o soldo de Capitaes, por não hirem suas patentes firmadas por my, o q̃ he contra o Aluara que mandey passar ao Conde de Cantanhede nesta occasião: e porque podem resultar daquy prejudiciaes consequencias a meu seruiço quando se offereça ser necess.^{ro} que acudão os terços auxiliares a essa fronteira, e exercito: vos encomendo, e mando, que a estes dous Capitaes, e aos mais de auxiliares que tiuerem a mesma queixa, e assistirão nas campanhas proximas passadas com as suas companhias, facais fazer seu tempo bom para haurem o pagam.^{to} de Capitaes, assy, e da maneira q̃ o vencerão os mais desta qualidade que por patentes minhas acodirão a esse exercito nas Campanhas refferidas. pois plo Aluara que mandey passar ao Conde tem suas pattentes (dadas nesta occasião) o mesmo vigor que se por my fossem firmadas; escrita em Lx.^a a 31 de Jan.^{ro} de 1658.

Raynha —

O Conde de Prado.

Pedro Cesar de menseses.

Para Ioanne Mendez de Vasconcellos.

1658. JANEIRO, 31.

fol. 77

Joanne Mendez de Vasconcelos amigo. Eu El Rey uos enuio muito saudar. Prezente uos he, que se não pode sahir com exercito sem soldados auxiliares, que o engros-

sem, e que fiquem guarneendo e defendendo as praças, e porque não estão formados nem disciplinados de maneira, que possam servir como conuem nas occasiões que se offererem. Me pareceo encomendaruos muito mandeis fazer nouas listas delles assy para creçer o numero, como para se escolherem os mais capazes ordenandose juntem cada mez nas cabeças das Comarcas para fazerem exercicio, e hirem com alguma disciplina quando forem chamados; e porque tenho muito particular confiança no zello e experiencia de Andre de Albuquerque mestre de Campo General desse exercito, e me parece sogeito muito a proposito para fazer com açerto negocio de tanta utilidade, como este será. Vos encomendo muito lho encarregueis como eu tambem o faço pla carta q̄ será em companhia desta q̄ lhe mandareis entregar. Escrita em Lix.^a a 31 de Janr.^o de 1658.

Raynha —

P.^a Ioanne Mdez de V.^{cos}

1658. MARÇO, 30.

fol. 138.

Joanne Mendes de Vasconcellos amigo. Eu El Rey vos enuio m.^{to} saudar. Tendo consideração ao Capitão de Infanteria do terço da Armada Martim Correa de Saa, hauerme seruido de meu moço fidalgo mais de oito annos cõ toda a satisfação, e a continualo o anno passado nas campanhas dessa Prouincia, hauendo recebido huma pelou-rada na inuestida de Badajoz, e vltimamente na recupera-ção de Mourão hauerse m.^{to} como conuinha a meu seruiço, e satisfação de seus superiores, e outro s̄y a ser filho de Saluador Correa de saa, do meu Conselho de Guerra; e por todas estas rezões desejar de o acrescentar para melhor me

seruir. Vos encomendo q̃ nas primeiras Companhias de Caualllos q̃ uagarem, mo proponhaes com rellação do referido, e de seu prestimo, escrita em lixboa a 30 de Março de 1658.

Raynha —

O Conde de Prado

Pedro Cesar de meneses

Para Ioanne Mendes de Vasc.^{os}

1657. NOVEMBRO, 3.

fol. 17

Joanne Mendez de Vasconc.^{os} amigo; Eu El Rey uos enuio muito saudar. Pella carta de João mendez mexia a cujo cargo está a superintendencia da cobrança dos reaes dagoa e Terças das comarcas dessa Prouincia que estão applicados as fortificações das Praças della de que com esta se uos remete a copia vereis o de que me dá conta acerca da consignação que está feita dos ditos effeitos p.^a a fortificação das Villas de Cast.^o da Vide, Nisa, Arronches e Montaluão cuja desp.^a corre pellos officiaes da cam.^{ra} dellas; encomendouos me informeis se conuem continuarensse ou não as ditas consignações na fortificação daquellas Praças applicandosse o dr.^o della ao thes.^{ro} g.¹ das da Prouincia, p.^a com uossa informação e parecer mandar tomar nesta mat.^a a resolução que mais conuenha a meu seru.^{vo} Escripta em Lisboa a 3 de nou.^{ro} de 657.

Raynha.

Dom Alu.^{ro} Abranches de Cam.^{ra}

Para joanne mendez de Vasconc.^{os}

1658. JANEIRO, 16.

fol. 132

Joanne Mendez de Vasconcellos Amigo: Eu El Rey vos enuio muito saudar. Mandey ordenar ao Conde de Val de Reys Governador, e Capitão General do Reyno do Algarue, vos remetesse o Engenheiro Pedro de S.^{ta} Colomba para assistir ás fortificações de Moura, e Serpa. E porq̃ he tambem necessario ver hũs baluartes da q̃ se está fazendo nesta Corte, vos encomendo muito, que, tanto q̃ o puderdes escusar, naquellas duas praças, o remetais a esta Corte, donde voltará com toda a brevidade. Escrita em Lx.^a a 16 de Janr.^o de 1658.

Raynha —

P.^a Joanne Mẽz de Vasc.^{os}

1658. JANEIRO, 23.

fol. 131

Joanne Mendes de Vasconcellos amigo Eu El Rey vos enuio muito saudar. O Capitão Francisco de Alua Barradas, que o he de hũa companhia do terço do mestre de campo Diogo de Mendoça furtado em Castello de Vide, me representou q̃ vay em desasete annos q̃ serue no mesmo terço sem interpolação algũa, e porq̃ tem hũa demanda nesta Corte q̃ lhe importa mais de doze mil cruzados, a q̃ he necessario acodir, pede lhe conceda licença por tempo de dous meses, para deixar a causa afinal, e voltar logo a continuar meu seruiço; E por quanto parece justificada a pretensão deste Capitão; Vos encomendo, e mando q̃ não se vos offerecendo inconueniente que o impida lhe concedais

em meu nome a licença q̄ pede. Escrita em Lx.^a a 23 de janeiro de 1658.

Raynha.

O C.^{de} de uilar maior.

Ruy de Moura.

Para Joanne Mendez de Vasc.^{os}

1658. JANEIRO, 28.

fol. 64

Joanne Mendes de Vasconcellos amigo Eu El Rey vos enuio muito saudar. Dom Antonio Cauissario Capitão de Infanteria de huma Companhia do terço da Armada e foy seruir nelle a esse Exercito, me representou que estando na Villa de Terena succedeo hũa morte de q̄ o Juiz tirou deuassa e a remetteo ao Auditor geral desse Exercito, e porq̄ Dom Antonio quer tratar de seu liuramento nesta Corte ante o Auditor geral della, onde assiste o terço, me pedio mandassem q̄ se lhe remetessem as culpas, e tendo consideração ao referido, e como este Capitão he adicto ao terço da Armada, e seu juiz priuatiuo o Auditor geral desta cidade, e a juridição do desse exercito, senão deue entender mais q̄ nos soldados assistentes, e que seruem nessa Pro-uincia, Hey por bem e uos mando, que tanto que receberdes esta carta facais remetter as culpas deste Capitão ao Auditor geral desta Corte para ante elle se liurar da q̄ contra elle resultou na dita deuassa. Escrita em lixboa a 28 de Ianeiro de 1658.

Raynha —

O C.^{de} de Cantanhede.

O C.^{de} de uilar maior.

1658. JANEIRO, 28.

fol. 71

Ioanne Mendes de Vasconcellos amigo Eu El Rey vos emuio muito saudar; Os Procuradores do pouo da Cidade de Euora me offereserão a petição que com esta se vos remetera pedindome nella lhes mandasse passar ordem para se reformarem as sinco Companhias dos soldados Auxiliares da mesma Cidade, tirando os homens cazados e obrigando os solteiros e pareceome encomendaruos, que vendo a dita petição acomodeis este negoceo de modo, que aquele pouo fique satisfeito, porque dezejo eu muito honrar e fauorecer os moradores de Euora pello bem que me seruem em todas as occasiões, principalmente na dos effeitos que tem imposto, para se fortificarem, como o tenho entendido, do Conde do Prado, do meu Conselho de Guerra, e meu estribeiro mor, escrita em Lx.^a 28 de Ianeiro de 658.

Raynha.

... O C.^{do} de Cantanhede.

O Conde de Prado

P.^a Ioanne Mendes de Vasconcellos.

1658. JANEIRO, 31.

fol. 133

Joanne Mendez de Vasconcellos amigo Eu El Rey vos enuio muito saudar. Ioão da Sylva Comissario geral da Cauallaria nesse Exercito de Alentejo, me representou q̄ tinha negocios de importancia nesta Corte q̄ requerem sua assistencia pessoal, e por o não poder fazer sem licença

minha me pedio lha concedesse por tempo de hum mes e porq̃ João da sylva merece fauor pello bem q̃ tem seruido Vos encomendo, e mando q̃ não se vos offerecendo inconueniente q̃ o impida lhe concedais em meu nome a licença q̃ pede. Escrita em Lixboa a 31 de Jan.^{ro} de 1659.

Raynha —

O C.^{de} de uilar maior

O Conde de Prado

Para Joanne mez de Vasc.^{os}

1658. JANEIRO, 31.

fol. 23

Joanne Mendez de Vasconcellos Amigo: Eu El Rey vos enuio muito saudar. Mandovos remeter em companhia desta carta carta despachos para se entregarem ao Pagador Geral da gente de guerra dessa Provincia seis contos de rs que vos encomendo, façais logo empregar em cavallos, mandandoos comprar pelas pessoas que vos parecerem mais a proposito, ás Comarcas, e lugares em q̃ vos parecer se acharão melhor. E porque sabeis quanto importa engrossar o exercito de cauallaria sem nenhũa dillação, não he necessario encomendarnos a brevidade com a mandei encomendar muito apertadamente ao Conde de Val de Reys Govern.^{or} e Capitão G.^{al} do Reyno do Algarve, a cuja ordem se remeteu outra tanta quantia para semelhante leva. Escrita em Lix.^a a 31 de Janeiro de 1658.

Raynha —

P.^a Joanne Mez de V.^{los}

1358. FEVEREIRO, 8.

fol. 79

Joanne Mendez de Vasconcellos Amigo. Eu El Rey vos enuio muito saudar. Encomendouos encarregueis a pessoa de confiança, que faça toda a diligencia, por hauer aas mãos Antonio Miz. da Vide, e Antonio Rodrigues Boletto, soldados de cauallo, que na Villa de Fronteira e seu termo, (dessa prouincia) andam cometendo grandes excessos, sem temor das justiças, e que presos, a bom recado, os façaes entregar ao L.^{do} Sebastião Ferreira de Barros juiz de fora da mesma Villa, para na forma q̄ lhe tenho mandado, os conduzir para as cadeas do Limoeiro; e muito Vos encomendo a breve execuçam do que, por esta carta, se uos auiza. Escritta em Lix.^a a 8 de Feuereiro de 658.

Raynha —

P.^a o Thenente g.^{al} da Prou.^a de Alentejo.

1658. FEVEREIRO, 9.

fol. 134

Joanne Mendes de Vasconcellos amigo Eu El Rey vos enuio muito saudar. Paulo Vernola, Mestre de Campo entretido junto de vossa pessoa, e thenente geral da Artilharia desse exercito, me representou que Diogo de Gongora de Touar me esta seruindo nelle com praça de soldado em o terço do Mestre de campo João Leite de Oliveira, ha cinco annos, cõ bom procedimento, e satisfação; pedindome juntamente lhe fizesse merce de o mandar prouer em hũa das primeiras companhias que estiuer vaga, ou vagar nesse

Exercito, em consideração de seus seruiços, ser o dito seu genro pessoa nobre, e cavalleiro do habito de Sanctiago; E por folgar de fazer merce a Paulo Vernola, vos encomendo, e mando me proponhaes em hua das primeiras companhias de Infanteria que vagarem a Diogo de Gongora de Touar genro de Paulo Vernola; Escrita em Lx.^a a 9 de fev.^o de 1658.

Raynha —

Ruy de Moura

O Conde de Prado.

Para Joanne Mendez de Vasconcellos.

1658. FEVEREIRO, 13.

fol. 125

Joanne Mendez de Vasconcellos amigo. Eu El Rey uos enuio muito saudar. O mestre de campo Agostinho de Andrade freire uai acudir ao gouerno de seu terço, e porque ficou muito deminuido pla gente q̄ se lhe tirou; Vos encomendo que das companhias q̄ de nouo se leuatarem lhe façais acrecentar o terço ao numero que de antes tinha deixandoo assistir em Moura, pla importansia de que será sua comp.^a ao Barão na fortificação daquella praça q̄ tanto conuem concluir com muita breuidade, para o que será neçessr.^o lhe acudaes com os carrinhos e ferramentas neçessarias; e vos encomendo m.^{to} q̄ assy a esta obra, como á pessoa de Agostinho de Andr.^o fauoreças em tudo o que for justo. Escrita em Lx.^a a 13 de fev.^o de 1658.

Raynha —

P.^a Joanne mdez de V^{los}

1658. FEVEREIRO, 16.

fol. 81

Joanne mendez de Vasconc.^{os} amigo. Eu El Rey vos enuio muito saudar, Hauendome dado conta, o Vedor g.^l desse exercito Antonio de Siq.^{ra} Pestana antes de sua morte per carta de 21 de nou.^{ro} do anno passado que vos lhe ordenastes por uossos desp.^{cs} fizesse descarregar aos Cappitaens os caualos que lhe morrerão na occasião da campanha passada, o duuidou fazer, representandouos que conforme as condições do contrato da caualarya se não perdião per conta de minha faz.^a mais que os caualos que leuaua ou mataua o inimigo; e porq̃ sem embargo da dita duuida, resoluestes que elle fizesse descarregar os ditos caualos aos Cappitaens que lhe morrerão no dito t̃po não obstante não os levar ou matar o inimigo V.^{to} o rigor do t̃po que foy grande e a falta que ouue de ceuada e palha, me Pareço dizeruos me aniseis da causa que tiuestes p.^a passar a ordem refferida, sendo contra o regimento. Escripta em lx.^a a 16 de feu.^{ro} de 658.

Raynha.

Dom pedro de mens.

Para joanne mendez de Vasconc.^{os}

1658. FEVEREIRO, 23.

fol. 147

Joanne Mendes de Vasconcellos amigo. El El Rey vos enuio muito saudar. Com esta carta vos mando remetter huma petição de Luis de Almeyda da Sylua, em q̃ me

representou, q̃ ha oito annos me serue com cauallos, e criados á sua custa, como da petição vereis, e porque deseja continuar meu seruiço no posto de Capitão de cauallos no posto de hũa companhia delles me pede lhe mande dar vinte, e que elle fará outros uinte comprados a sua custa; e antes de lhe deferir me pareceo mandaruos enuiar os ditos papeis. e encomendaruos q̃ vendoos me informeis com vosso parecer acerca do q̃ Luis de Almeyda pede, para com isso lhe mandar deferir como mais conuier a meu seruiço. Escrita em Lx.^a a 23 de feuerero de 1658.

Raynha —

O Conde de Prado.

Pedro Cesar de meneses.

Para Joanne Mendez de Vasc.^{os}

1658. FEVEREIRO, 29.

fol. 105

Joanne Mendes de Vasconsellos amigo. Eu el Rey vos emuio muito saudar, O Iuis Vereadores e mais moradores da Villa da Pouoa das Meadas Comarca da Cidade de Portalegre me reprezentarão em hũa petição que com esta se uos remeterá em que pedem lhes largem as terças da Villa de Alpalhão, e lugar de Gafete, encomendouos que vendoa lhes defirais como mais conuier a meu seruiço, Escrita em Lix.^a a 29 de feur.^o de 658.

Raynha —

Ruy de Moura.

Pedro Cesar de Meneses.

Pera Joanne Mendes de Vas.^{los}

1658. MARÇO, 2.

fol. 66

João Mendes de Vasconcellos amigo: eu el Rey uos enuio muito saudar. Hey por meu seruiço que logo que receberdes esta carta faças cortar as orelhas direitas a todos os cavallos das tropas desse exercito sem deixardes hum só tanto dos que agora há como dos que uierem ao diante em que fareis executar esta ordem minha. escrita em Lix.^a a 2 de Março de 1658.

Raynha.

Para João mendes de Vasconsellos.

1658. MARÇO, 11.

fol. 22

Joanne mendez de Vasconc.^{os} amigo; Eu El Rey uos enuio muito saudar. Hauendosseme representado a necessidade que auia de pessoa que por ora fosse occupar o Posto de Vedor g.^l da Prouincia da Beyra do Partido de Ribacoa pello estado em que se acha aquella Vedoria, em resão de ter mandado uir Manoel de Vasconcelos que occupa o dito lugar e de não estar ainda corrente em suas contas José Pestana de Mendonça que nelle está prouido, e propondosseme p.^a isso Ant.^o de torres official mayor da Vedorya desse exercito p.^a com sua experiencia e noticias daquelle exercicio ir dispor e encaminhar como conuẽ as cousas e dar forma ao bom expediente daquelles officios por tpo de dous ou tres meses que tanto pode durar esta occupação, Fuy seruido resolver que com nossa aprouação a resp.^{to} do estado em que de presente deue estar o exercito p.^a a Campanha fosse a este neg.^o o dito Ant.^o de torres pelo tpo ref-

ferido; Encomendouos que não hauendo inconuenientes de calidade que impidão esta minha resolução lhe ordeneis vá logo a esta dilig.^a E siga as ordens que lhe forem dadas pella junta dos tres estados pello muito q̃ assy conuem a meu seru.^{co} E offerecendossenos sobre isso cousa encontr.^o me auisareis cõ toda breuidado; escripta em lx.^a a 11 de m.^{co} de 658.

Raynha —

Dom pedro de meneses.

Para joanne mendez de Vasconc.^{os}

1658. MARÇO, 18.

fol. 82

Joanne Mendez de Vasconcellos amigo Eu El Rey vos enuio muito saudar. Ioão Vieira Mendes Capitão de Infantaria, do terço, de q̃ he Mestre de Campo Pedro de Mello, me representou seus seruiços, annos, e occasiões, em q̃ o fes, pedindome o mande prouer na primeira comp.^a de cauallos q̃ ouuer vaga ou uagar, por nella desejar auantearse em meu seruiço, E porq̃ este Capitão tem seruido bem, como mostrou por seus papeis, mereçe fauor; Vos encomendo, e mando mo proponhais para hũa companhia das q̃ ouuer uagas ou uagarem cõ rellação de seu prestimo, e seruiços, que com esta carta se vos apresentarão, na forma das ordens dadas. Escrita em Lx.^a a 18 de Março de 1658.

Raynha —

O Conde de Prado

Pedro Cesar de meneses

Para Ioanne Mendez de Vasc.^{os}

1658. MARÇO, 28.

fol. 169

Joanne Mendes de Vasconcellos amigo. Eu El Rey vos enuio m.^{to} saudar. O Ajudante reformado Andre Soares do Canto, me representou a qualidade de seus seruiços, annos, e partes em q̃ os fes, pedindome q̃ com attenção a tudo o mandasse prouer na primeira campanha q̃ nesse Exercito uagar ou ouuer vaga, encomendouos que com relação de seus seruiços, e prestimo, na forma das ordens dadas me ponhaes este Ajudante nos postos em q̃ estiuer a caber. Escrita em Lx.^a a 28 de Março de 1658.

Raynha.

O Conde de Prado.

Pedro Cesar de Meneses

Para Ioanne Mendez de Vasc.^{cs}

1658. MARÇO, 28.

fol. 76

Joanne Mendes de Vasconcellos amigo Eu El Rey vos enuio muito saudar. Por hauer entendido que o terço de que he mestre de Campo o Conde de São Ioão esta muito diminuto de soldados lhe mandei aggregar as companhias de que são Capitães Mathias de gounea, e Lucas Leite, e porque nem assy se prefaz este terço a numero dos soldados que se requiere: tenho ordenado que dos que se estão fazendo na Cidade de Coimbra, e sua Comarca se dem trezentos para reencher este terço; e porque todos vos hão de ser remetidos conforme a ordem que para este effeito man-

dey passar: vos encomendo, e mando trateis de prefazer este terço com os trezentos Infantes refferidos. Escrita em Lx.^a a 28 de Marco de 1658.

Raynha.

O Conde de Prado

Pedro Cesar de meneses

Para Joanne Mendez de Vasconcelos.

1658. MARÇO, 29

fol. 137

Joanne Mendes de Vasconcellos amigo. Eu El Rey vos enuio muito saudar. Por se achar o Mestre de Campo Diogo de Mendoça furtado cõ o seu terço de guarnição na praça de Castello de Vide, ouue por bem de o nomear por gouernador della. E assy vos encomendo, e mando lhe deis a posse na forma costumada; Escrita em Lisboa a 29 de Março de 1658.

Raynha —

Salvador Correa de sãa j benauide

Pedro Cesar de meneses

Para Joanne Mendes de Vasconcellos.

1658. MARÇO, 29

fol. 151

Joanne Mendes de Vasconcellos amigo. Eu El Rey vos enuio muito saudar. Luis de Sousa de Meneses, cuja

he a petição, q̃ se vos remettera com esta carta, me representou sua qualidade e seruiços, e de presente me estar seruindo de Governador da cidade de Portalegre, pedindome por estas e as mais razões q̃ da petição vereis, o melhore de posto appontando estar vago o Governo da cidade de Eluas, e antes de lhe defferir, me pareceo mandaruos remetter a petição, e encomendaruos q̃ com attenção ao q̃ refere me' informeis com vosso parecer acerca da pretensão de Luis de Sousa, para com isso lhe mandar responder a sua petição como mais conuier a meu seruiço, enuiando a informação em carta serrada com a mesma petição ao meu Cons.^o de guerra. Escrita em Lx.^a a 29 de Março de 1658.

Raynha —

O Conde de Prado.

Saluador correa de sáa j benauide.

Para Ioanne Mendes de Vasc.^{os}

1658. MARÇO, 30.

fol. 100

Joanne Mendes de Vasconcellos amigo. Eu El Rey vos enuio m.^{to} saudar. Tendo consideração ao que Francisco de liueno frances, me representou do desejo com q̃ passou a este Reyno a seruirme nas guerras delle, hauendoo feito nos Exercitos Del Rey Christianissimo nos postos de Capitão de Infanteria, e oito annos de Capitão de Cauillos, pedindome, q̃ emquanto dava proua de seu ualor, e experiencia para ser prouido de posto, lhe mandasse dar o soldo

de Capitão da Caualleria Estrangeira: fuy seruido de mandarlhe dar cem cruzados de ajuda de custo para hir servir na Caualleria desse Exercito, de q̄ me pareço auizaruos para o terdes entendido, e encomendaruos, q̄ presentandosenos este estrangeiro, e uendo seu prestimo conforme a elle mo proponhaes nos postos em q̄ estiuier a caber. Escrita em lixboa a 30 de Março de 1658.

Raynha.

O Conde de Prado.

Saluador correa de sáa j benauide.

Para Joanne Mendes de Vasc.^{os}

1658. ABRIL, 6.

fol. 78

Ioanne Mendes de Vasconcellos amigo Eu El Rey vos enuio muito saudar; O Capitão Manoel Mendes Mexia, pretende ser provido no posto de Capitão de cauillos; encomendouos, que vendo os papeis de seus seruiços que vos presentara com rellação delles, mo proponhaes nos postos em que estiuier a caber escrita em Lx.^a 6 de Abril de 658.

Raynha.

O Conde de Prado

Pedro Cesar de meneses.

P.^a Ioanne Mendes de Vasconcellos

1658. ABRIL, 12.

fol. 96

Ioanne Mendes de Vasconcellos amigo Eu El Rey vos enuio muito saudar, o Ajudante Antonio Soares Barbosa que ha desessete annos continua meu seruiço pertende ser prouido em huma Companhia de Infantaria encomendouos q̄ vendo os papeis de seus seruiços q̄ vos prezentara com rellação delles, mo proponhaes nas que vagarem, escrita em Lx.^a 12 de Abril de 658.

Raynha.

Saluador Correa de Sáa j benauide.

Pedro Cesar de menses.

P.^a Ioanne Mendes de Vasconcellos

1658. ABRIL, 12.

fol. 92

Joanne Mendez de Vasconc.^{os} amigo. Eu El Rey uos enuio muito saudar. Por se ter entendido que as doencas que ate gora ouue nessa Praça de Eluas tem parado com que se necessita de menor fisicos dos que nella assistem; Vos encomendo que sendo assy como se reffere, e achando não ser ahy necess.^o o D.^{tor} Manoel frz uinagre que desta cidade foy enuiado por minha ordem p.^a acodir á cura dos muitos doentes que auia nos hospitaes e casas particulares da dita Praça E pedindouos l.^{ca} p.^a se recolher a sua casa

lha concedaes não se offerecendo sobre isso inconueniente;
Escripta em lx.^a a 12 de Abril de 658.

Raynha —

Dom pedro de meneses

Para jóanne Mendez de Vasconc.^{os}

1658. ABRIL, 12.

fol. 128

Joanne Mendes de Vasconcellos amigo. Eu El Rey vos enuio m.^{to} saudar. Hauendo uisto a uossa carta de vinte seis de feuereiro proximo passado, appontando as rezões porque não destes comprimento a hum Aluara meu porq̄ fis merce a Antonio Simões Bayoilo, de o nomear por capitão mor da vila de Euora Moute, e as porq̄ se deue escusar aly este posto. pareço dizeruos que assy o hey por bem, tendeo assim entendido. Escrita em Lx.^a a 12 de Abril de 1658.

Raynha.

Dom Alu.^o de Abranches de Cam.^{ra}

O Conde de Prado.

Para Joanne Mendez de Vasc.^{os}

1658. ABRIL, 13.

fol. 177

Joanne Mendes de Vasconcellos amigo Eu El Rey vos enuio m.^{to} saudar. Com esta carta se vos remetera

huma petição de Manoel fernandes da costa Ajudante supernumerario do terço do Mestre de Campo João leite de Oliveira com duas fes de officios, e pellas rezões q̄ refere pretende seja proposto para hũa companhia de Infanteria, encomendouos, q̄ vendo os ditos papeis, me proponhaes a este ajudante para os postos em q̄ estiuier a caber com relação de seu prestimo, e seruiços na forma das ordens dadas. escrita em Lx.^a a 13 de Abril de 1658.

Raynha.

O Conde do Prado.

Para Joanne Mendez de Vasc.^{os}

1658. ABRIL, 13.
fol. 73

Ioanne Mendes de Vasconcellos amigo. Eu El Rey vos emuio muito saudar; Alvaro de Azeuedo Gouvernador do Forte de Santa luzia, me pedio licença para vir a esta corte tratar de alguns negoceos que dis tem nella, que necessitão de sua assistençia; encomendouos, que não se uos offerecendo inconueniente lha concedais em meu nome por tempo que vos parecer; escrita em Lx.^a 13 de Abril de 658.

Raynha.

O Conde de Prado

Pedro Cesar de meneses

P.^a Ioanne Mendes de Vasconçellos

1658. ABRIL, 30.

fol. 176

Joanne Mendes de Vasconcellos amigo. Eu El Rey vos enuio muito saudar; Thome Dias soldado de cauallo da Companhia de que nesse exercito he Capitão Dom Ioão da Silua, pretende ser prouido nos postos em que estiuer a caber; encomendouos, q̄ vendo os papeis de seus seruiços q̄ vos prezentara, com rellação delles mo proponhaes, para os que vagarem; escrita em Lx.^a 30 de Abril de 658.

Raynha —

Dom Alu.^{ro} Abranches de Cam.^{ra}

Saluador correa de sáa j benauide

P.^a Ioanne Mendes de Vasconcellos.

1658. ABRIL, 30.

fol. 145

Joanne Mendes de Vasconcellos amigo Eu El Rey vos enuio muito saudar; Pascoal Rodrigues Iurge Thenente de Cauallos da Companhia do Capitão Bernardo de Miranda Henriques; cuja he a petição q̄ com esta se vos remetera, pertende ser melhorado de posto e a dar vinte e sinco caualllos para hũa noua Companhia, fazendoo eu Capitão della, e dandolhe outros vinte e sinco com as monições necessarias; encomendouos que achando ser conueniente

o q̄ refere na sua petição me informeis com uosso parecer;
escrita em Lx.^a a 30 de Abril de 658.

Raynha —

Dom Alu.^{ro} de Abranches de Cam.^{ra}

Saluador Correa de sáa j benauide

P.^a Ioanne Mendes de Vasconçellos.

1658. ARRIL, 30.

fol. 126

Ioanne Mendes de Vasconcellos amigo. Eu El Rey vos enuio muito saudar. Por ser perjudicial a meu seruiço, hirem os soldados de cauallo (quando se lhes concede licença) as suas terras nelles; me pareceo encomendaruos, deis a ordem necessaria, para q̄ os Capitães de Cauallos não dem licença a nenhum dos soldados para q̄ vão nelles, pellos desmanchos, que fazem, a que conuem acodir demais de outras rasões que tenho para tomar esta resolução, que mando obseruar em todas as mais Prouincias; escrita em Lx.^a 30 de Abril de 658.

Raynha —

Saluador Correa de sáa j benauide

Pedro Cesar de meneses.

P.^a Ioanne Mendes de Vasconçellos

1658. ABRIL, 30.

fol. 127

Ioanne Mendes de Vasconcellos amigo. Ev El Rey vos enuio muito saudar; Domingos Martins; Preto, Alferes reformado me representou acharse no citio de Oliuença, donde hera morador, e sahira rendido com os mais, trazendo consigo sua familia, emgeitando as promesas que o Inimigo lhe fazia; e hora me estaua servindo na Companhia do Mestre de Campo, João Leite de Oliueira, pedindome o mandasse prouer, em huma das Companhias de Infantaria, q̄ uagasse a q̄ estava a caber por ter mais de quinze annos de seruiços encomendouos q̄ vendo seus papeis, que vos prezentara, com rellação delles, mo proponhaes, nos postos em que estiver a caber; escrita em Lix.^a 30 de Abril de 658.

Raynha —

O Conde de Prado

Pedro Cesar de menses.

P.^a Ioanne Mendes de Vasconcellos

1658. MAIO, 3.

fol. 175

Joanne Mendez de V.^{los} amigo. Eu El Rey uos enuio muito saudar. O L.^{do} francisco fiuza corregedor do crime desta cidade e Auditor geral da gente de guerra della vai a essa prouincia em companhia dos terços desta corte p.^a executar nos q̄ fugirem a pena do bando, que he de morte natural e ha de ficar na paragem mais seguida repartindo

plas outras os dous alcaides, escrevão q̄ leua emquanto o exercito andar fora, ajudando aos mais ministros, a que encarregades semelhante deligencia. Encomendouos lhe façais dar o fauor, e ajuda necessr.^a p.^a executar neste particular as ordens q̄ leua, e estando com aquela pena mandareis publicar no exercito, para que uenha a noticia de todos, e se justifique melhor a execução delle q̄ mando fazer irremesiuelmente. Escrita em Lix.^a a 3 de Mayo de 1658.

Raynha.

P.^a Joane mdez de V.^{cs}

1658. MAIO, 4.

fol. 106

Joanne Mendes de Vasconcellos amigo Ev El Rey vos envio muito saudar. Com esta carta se vos remettera outra dos officiaes da Camara da Villa do Torrão, em q̄ appontão as resões porq̄ lhes deuo conceder q̄ em lugar dos oitenta soldados auxiliares q̄ aly se fizerão, por serem pobres, e lauradores, possam elejer outros desobrigados q̄ sejam mais continos, e assistentes em meu seruiço, e pareceome mandaruola remetter, e encomendaruos q̄ considerando o q̄ estes officiaes da Camara referem, lhe defirais como entenderdes q̄ mais conuem a meu seruiço. Escrita em Lx.^a a 4 de Mayo de 1658.

Raynha —

o Marques Almirante

Ruy de Moura

Para Ioanne Mendez de Vasc.^{cs}

1658. MAIO, 14.

fol. 11

Ioane Mendes de Vasconsellos amigo; eu el Rey uos enuio muito saudar. Fuy informado que os melhores cauallos que se leuantarão nesta corte para a campanha passada, não apparecerão no exersito, e porque conuem castigar daño tam perjudicial a meu seru.^{co} como este foy, porque não suseda o mesmo neste, e nos maes años seguintes, uos mando remeter em companhia desta carta hũa lista dos caualos que daqui forão, para que façaes auereguar os que delles forão ao exersito, e os que faltarão nelle, em que parte, e por cuja culpa e cometeréis auereguação desta deligencia, ou ao Auditor geral da gente de guerra, ou a pessoa que uos parecer a fará melhor e do que constar me auisareis. escrita em Lix.^a a 14 de Mayo de 1658.

Raynha —

Pera Ioane mendes de Vasconsellos.

1658. MAIO, 18.

fol. 101

Joanne Mendes de Vasconcellos amigo Ev El Rey vos enuio muito saudar. Pretendendo Iorge de Meneses continuar meu seruiço nesse exercito, tendo respecto a sua qualidade, zelo e bom procedimento, ouue por bem concederlhe Aluara para vencer o soldo de Capitão de Infanteria nesse exercito pago na conformidade de minhas ordens enquanto não for prouido em posto; e porque são prejudiciaes a meu seruiço os soldos de entretenidos: Vos encomendo e mando me proponhaes Jorge de Sousa na prim.^{ra} companhia que

vagar nesse exercito; Escrita em Lisboa a 18 de Mayo de 1658.

Raynha —

O Conde de Prado

O Conde de Soure

Para Ioanne Mendes de Vasconcellos.

1658. MAIO, 19.

fol. 74

Ioanne Mendes de Vasconcellos amigo: Eu El Rey vos enuio muito saudar. Tereis entendido, que a gente da Companhia do Commercio, que me vay servir nesta occasião, hade voltar a esta Corte em Setembro ao mais tardar; porq̃ se hade embarcar na Armada p.^a o Brasil; e antes disto, e depois não consentireis se deuirta a outro seru.^{co}, mais que ao do exercito. Escrita em Lix.^a a 19 de Mayo de 1658.

Raynha —

P.^a Ioanne Mendes de V.^{los}

1658. MAIO, 23.

fol. 136

Joanne Mendez de Vasconcellos amigo Ev El Rey vos enuio muito saudar. Em carta de quatorze de Outubro do anno passado, mandey a esse exercito o Choronel Carlos de Groenemberghe, para me servir nelle, no officio de Engenheiro, e q̃ se lhe desse hum cauallo, e reção ordinaria para elle, emquanto nessa fronteira servisse, e ora me representou o dito Choronel, q̃ na carta (cuja copia offere-

ceo) fora nomeado Engenheiro (que não era) hauendo de dizer para seruir na guerra, e nas fortificações de q̄ tinha prestimo, e experiencia, me pedia lhe mandasse reformar v̄ dita carta nesta forma, e q̄ logo se partiria para essa fronteira, De que me pareço auisaruos, e encomendaruos, q̄ com esta declaração em comprimento da carta citada, e desta, façais dar a este Coronel o cauallo, e reção ordinaria para elle, emquanto nessa fronteira seruir. Lx.^a a 23 de Mayo de 1658.

Raynha —

Ruy de Moura

O Conde de Soure

Para Ioanne Mendez de Vasc.^{os}

1658. MAIO, 25.

fol. 111

Joanne Mendes de Vasconcellos amigo. Ev El Rey vos enuio m.^{to} saudar. Felix de Sottomayor Capitão de Infanteria do terço do Mestre de Campo Agostinho de Andrada freire, cuja he a petição que se vos remettera com esta carta, pede pellas rezões que nella refere, o proeja na primeira companhia de cauалlos, q̄ nesse exercito uagar, e tendo consideração aos seruiços, e valor deste Capitão, e particularmente pello bem q̄ obrou na campanha do uerão passado de seiscentos sincoenta e sete, Vos encomendo muito mo consulteis nos postos a que estiuer a caber escrita em Lx.^a a 25 de Mayo de 1658.

Raynha —

Ruy de Moura

O Conde de Soure

Para Ioanne Mendez de Vasc.^{os}

1658. MAIO, 27.

fol 174

Joanne Mendes de Vasconcellos amigo. Eu El Rey vos enuio muito saudar; Dom Pedro de lalande fidalgo frances passa a essa Prouincia, e seruirme esta Campanha; e porque tenho muito boas informações de seu proçedimento e noticia, e constou auer seruido de Marischal de Batalha nos exercitos del Rey Christianissimo, e occupado outros postos de grande confiança vos encomendo muito, o trateis com muita estimação empregandoo nas occasiões, que se offereçerem exeminando seu prestimo e conselho, para conforme o que achardes o poder occupar em meu seruiço; escrita em Lx.^a 27 de Mayo de 658.

Raynha —

Saluador Correa de sáa y benauide

O Conde de Soure.

P.^a Ioanne Mendes de Vasconcellos.

1658. MAIO, 27.

fol. 149

Joanne Mendes de Vasconcellos amigo Ev El Rey vos enuio muito saudar. Gonçalo de Pina de Castello branco, cuja he a petição que vos mando remeter com esta carta, pellas resões, q̄ nella apponta pede seja occupado nos postos em que estiuer a caber, para continuar meu seruiço, encomendouos, q̄ com attenção ao q̄ Gonçalo de Pina refere,

mo proponhais para os postos que vos parecer lhe cabem por sua qualidade, merecim.^{tos} e seruiços fazendo rellação delles, e de seu prestimo na forma das ordens dadas. Escrita em Lx.^a a 27 de Mayo de 1658.

Raynha —

Ruy de Moura

O Conde de Soure

Para Joanne mendez de Vasc.^{os}

1658. MAIO, 29.

fol. 107

Joanne Mendez de Vasconcellos amigo Ev El Rey vos envio muito saudar. Com esta vos mando remeter hua petição dos officiaes da Camera da Villa de Benauente, pla qual me representarão as causas que por ella vereis para não serem obrigados a dar os oitenta homens para soldados auxiliares que da mesma Villa tirou Ioseph Freire de Andrada Gouvernador da Comarca do Mestrado de Avis: pedindome que em consideração dellas, lhe fizesse merce hauer por escusos os homens refferidos; e me pareceo mandarvos remeter esta petição para que vendoa com attenção a ser a Villa de Benauente, limitada, e o numero de soldados oitenta lhe defiraes como parecer justiça. Escrita em Lix.^a a 29 de Mayo de 1658.

Raynha —

Ruy de Moura

O Conde de Soure

P.^a Ioanne Mendez de Vasconcellos.

1658. MAIO, 30.

fol. 87

Joanne Mendes de Vasconcellos amigo. Ev El Rey vos enuio muito saudar. Porque se tem passado ordens aos Julgadores para que assistão, e ponhão guarda nas passagens do rio Tejo, e prenderem os soldados que dêsse exército vierem fogidos, e se executar nelles o bando que mandey promulgar, e a mesma se deu ao Auditor geral como o vereis de outra carta que por elle se vos mandou; e porque algũs soldados costumão vir com licença sem serem registadas nos officios da Vedoria, e confirmadas na forma de minhas ordens, por não terem noticia dellas: Vos encomendo e mando, as façaes notorias a todos por seus officiaes, e por as mais vias que vos parecerem de modo que não possam allegar ignorancia quando incorrão neste bando. Escrita em Lx.^a a 30 de Mayo de 1658.

Raynha —

O Conde de Prado

O Conde de Soure

Para Ioanne Mendes de Vasconçellos.

1658. MAIO, 31.

fol. 86

Joanne Mendes de Vasconçellos amigo. Ev El Rey vos enuio muito saudar. Por me estar seruindo nesse exercito, o Capitão Fransisco de Mello, filho de Antonio de Mello de Castro, em o posto de Capitão de hũa Companhia de infanteria com boa satisfação e proçedimento, vos encomendo e

mando mo proponhaes nas primeiras companhias de caual-
los que vagarem, escrita em Lix.^a a 31 de Mayo de 1658.

Raynha —

O Marq.^s Mordomomor

O C.^{de} Cam.^{ro} Mor

Para Joanne Mendes de Vasconcellos.

1658. MAIO, 31.

fol. 110

Ioanne Mendes de Vasconcellos amigo, Ev El Rey vos enuio muito saudar. Christouão de Mattos fragoso me reprezentou (na petição que com esta se vos remetera) que tem perto de oittenta annos de idade, e se acha com muitos achaques, que o não deixão sahir de caza a tratar de sua fazenda, e de algũas demandas que tras e que Christouão de Mattos fragoso seu filho vnico passa de sinco annos que serue de Capitão de Auxiliares, e por as muitas occupaões que tem no exercicio do dito posto, perece sua fazenda, e se acha alcancado, em razão do que me pedia se ellegesse outro em seu lugar. Encomendouos que vendo a sua petição, e informação do Sargento mayor, o reformeis se vos parecer que conuem a meu seruiço. Escrita em Lix.^a a 31 de Mayo de 1658.

Raynha —

O Conde de Soure.

Saluador Correa de sáa j benauide

P.^a Ioanne Mendes de Vasconcellos.

1658. JUNHO, 1.

fol. 94

Ioanne Mendes de Vasconcellos Amigo.* Eu El Rey nos inuio muito saudar. Por ter resolutõ q̃, as alfandegas de portos secco do Reyno, se tornassẽ abrir na forma, q̃ d'antes estauão e se fazia (despois da Acclamação) e os officiaes dellas, uzassem de seu regimento, e o negocio do Comercio, corresse como era estillo; Vos encomendo muito não consintaes, se lhes impida o exercicio de seus officios, e expidição das alfandegas, q̃ ficarem, dentro de vosso destricto, antes se lhes dée, para esse effeito, toda a ajuda e fauor, ordennando não se intrometa (q̃ lhe não tocar), naquella materia, porq̃ do contrario se seguiria a minha faz.^a grande preiuzo. Escrita em Lix.^a a p.^o de Junho de 658.

Raynha —

P.^a o Thenente G.^{al}

1658. JUNHO, 6.

fol. 143

Joanne Mendes de Vasconcellos amigo. Ev El Rey vos enuio muito saudar. Antonio ferreira da Camara, fidalgo de minha casa, pellas rezões q̃ refere na sua petição q̃ se vos remetera com esta carta, e os papeis q̃ accusa, pretende q̃ lhe mande passar patente minha com titolo de Governador das Companhias de Cauillos Auxiliares da cidade de Euora, e sua Comarca, e antes de lhe deferir, me pareço mandaruos enuiar os ditos papeis e encomendaruos, me informeis com vosso parecer acerca do q̃ Antonio ferreira pede para com isso mandar responder a sua pretensão

como mais conuier a meu seruiço, Escrita em lixboa a 6 de junho de 1658.

Raynha —

Ruy de Moura

O Conde de Soure

Para Joanne Mendes de Vasc.^{os}

1658. JUNHO, 6.

fol. 89

Ioanne Mendes de Vasconcellos amigo. Ev El Rey vos emuio muito saudar; Miguel Iuni Thenente de hũa Companhia de Cauillos nesse exercito pertende ser prouido em hũa Companhia de Infantaria, encomendouos, q̄ com rellação de seus seruiços mo proponhaes para os postos em que estiuer a caber; escrita em Lx.^a 6 de Iunho de 658.

Raynha —

O Conde de Soure.

Saluador Correa de sáa j benauide

P.^a Ioanne Mendes de Vasconcellos.

1658. JUNHO, ?

fol. 104

Joanne Mendes de Vasconcellos amigo, Ev El Rey vos enuio muito saudar. Recebeosse a vossa carta de trinta de Mayo, em que refferis a sahida que o Inimigo fez, e as razões porque lhe não impedistes o seu intento, e porque

todas me parecerão muy ajustadas a meu seruiço; Vos agradeço muito o acordo com que vos ouuestes nesta occazião. A Dom Sancho Manoel escrevo que sem dilação, vos mande os soccorros que tenho ordenado, e toda a Cauallaria paga, socorrida, e da ordenança, menos duzentos cauallos da ordenança, cento para ficarem no partido de Almeyda, e cento no de Castello branco, Escrita em Lix.^a a de Junho de 1658.

Raynha —

O Conde de Soure

Pedro Cesar de menses

P.^a Ioanne Mendes de V.^{los}

1658. JUNHO, 15.

fol. 173

Joanne Mendes de Vasconcellos amigo. Eu El Rey vos enuio m.^{to} saudar. Yuelin de Roque Mont, cuja he a a petição q̄ se vos remettera com esta carta, se offereceo a jr seruirme nesta Campanha e pellas rezões q̄ refere, pretende q̄ o ocupe no posto de Thenente de mestre de campo general sem soldo, merces, nem ajuda de custo, encomendouos procureis accomodalo no q̄ ouuer lugar, e entenderdes podera seruirme, e ser de prestimo nesta occasião. Escrita em Lx.^a a 15 de Junho de 1658.

Raynha —

O Conde de Soure.

Pedro Cesar de menses.

Para Joanne Mendes de Vasconcellos.

1658. JUNHO, 23.

fol. 50

Ioanne Mendez de Vasconcelos amigo. Eu El Rey uos enuio muito saudar. Tereis entendido, que os que nesta occazião de Campanha prouerdes em postos Vagos, hão de vencer soldo do dia da vossa nomeação em diante; Nesta conformidade lho mandareis sentar. Escrita em Lix.^a a 23 de junho de 1658.

Raynha —

P.^a Ioanne Mendez de Vas.^{cos}

1658. JULHO, 6.

fol. 97

Joanne mendes de uasconcellos amigo Ev El Rey uos enuio muito saudar. Lator Constantini françes de nação me vai seruir a esse exercito: Emcomendouos, que vendo o seu prestimo conforme a elle o acomodeis no que ouuer lugar. Escrita em Lx.^a a 6 de Julho de 1658.

Raynha —

Saluador Correa de sãa j benauide

Pedro Cesar de menses.

Para Joanne mendes de uas.^{los}

1658. JULHO, 24.

fol. 85

Joanne Mendes de Vasconcelos amigo. Eu El Rey uos enuio muito saudar. fran.^{co} de Carvalho, e Valentim de

Caru.º filhos do Doutor fran.º de Carualho do meu Cons.º e meu Chanceler mor me vão servir a esse exercito, e porque os serviços e merecimentos de seu Pay são dignos de se fazer a seus filhos todo o fauor, vos encomendo lho façais em tudo o que fôr justo, mandando ter com suas pessoas a conta q̃ merecem e espero eu a darão tão boa de sy, que caya bem nelles esta m.ºe q̃ lhe fazo. Escrita em Lx.ª a 24 de Julho de 1658.

Raynha —

P.ª Ioanne Mdez de V.ºs

1658. JULHO, 30.

fol. 98

Ioanne Mendes de Vasconsellos. Amigo. Ev El Rey vos enuio muito saudar. Por conuir assy a meu serviço, vos ordeno e mando, que logo que Esta receberdes, façaes com que o Mestre de Campo Simão Correa da Silua, va servir o seu terço que tem nesse Exercito, sem embargo de não ser entrado o mez de Agosto, em que tinha resolutu o fizesse. Escrita em Lx.ª a 30 de Julho de 658.

Raynha —

Dom Alu.º Abranches de Cam.ª

Pedro Cesar de meneses.

Para Ioanne Mendes de Vasconsellos.

1658. JULHO, 31

fol. 91.

Joanne Mendes de Vasconcellos amigo. Ev El Rey vos enuio muito saudar. Simão Carn.^{ro} de Couros deseja continuar meu seruiço nessa campanha, e para com melhor comodidade, e lusim.^{to} o poder fazer pretende ser prouido de posto. Encomendouos mo proponhaes para os postos a q̄ estiuer a caber com rellação de seus seruiços, e prestimo na forma das ordens dadas. Escrita em Lx.^a a 31 de Julho de 1658.

Raynha —

Saluador correa de sáa j benauide

Pedro Cesar de meneses

Para Joanne Mendez de Vasc.^{os}

1658. AGOSTO, 6.

fol. 90.

Joanne Mendez de Vasconcelos amigo. Eu El Rey uos enuio muito saudar. Conuem muito a meu seruiço remetaes a esta Corte Christouão Roiz o Marquez, ou P.^o frz Lemos, para se ajustar com elles o assento de pão de monição çeuada, e palha desse exercito, do que he neçessr.^o tratar por estar o tempo mui entrado, e não podendo escuzar ahi no tempo prezente algum destes homens lhes ordenareis da minha parte, enuiem ambos procuração, p.^a aqui se ajustar este negocio. Escrita em Lx.^a a 6 de Agosto de 1658.

Raynha —

P.^a Ioanne Mdez de V.^{los}

1658. AGOSTO, 9.

fol. 88

Ioanne Mendes de Vasconcellos amigo. Ev El Rey vos enuio muito saudar. A fransisco Gonçalves Almocreue da Cidade de Beja obrigação assistir na condução desse exercito, e porque se occupa no seruiço do çeleiro do Iffante Dom Pedro meu muito amado e presado Irmão, me pareceo dizeruos que com elle se não entenda, e que assy o ordeneis, para que o não molestem nem obrigẽ a hir a outra parte, emquanto assistir nesta em que anda occupado, escrita em Lix.^a a 9 de Agosto de 1658.

Raynha —

Dom Alu.^o de Abranches de Cam.^{ra}

Saluador Correa de Saa j benauide

Para Joanne Mendes de Vasconcellos

1658. AGOSTO, 16.

fol. 99

Ioanne Mendes de Vasconsellos Amigo. Ev El Rey vos enuio muito saudar. Hauendo mandado ver a vossa carta de dezoito do mez passado, em que auizaes que entendedes de Mons.^r de Lalande, que dezejaua seruirme com algum posto nesse Exercito; e outra que elle tambem me escreueo sobre a mesma materia; Fuy seruido mandarlhe liurar quinhentos cruzados de ajuda de custo, e dar hum

Cauallo a sua escolha, das tropas que de proximo forão desta Corte. e porque o posto com que me ouuer de seruir, conuem sempre que seja na parte onde for de mais pres-timo, por poder ser mais inclinado, e pratico, da Cauallaria, ou da Infantaria; Vos ordeno me auizeis com breuidade, donde vos parece, se lhe pode dár, e qual deue ser, conforme sua qualidade, sufficiencia, e inclinação. Escrita em Lx.^a a 16 de Agosto de 658.

Raynha —

O Conde de Soure

Saluador Correa de Sáa j benauide

Para Ioanne Mendes de Vasconsellos.

1658. AGOSTO, 17.

fol. 72

Joanne Mendez de Vasconcellos, Amigo: Eu El Rey vos envio muito saudar. Luis le Roi Gentil-homem Frances, que foy Capitão de Cauallos nas guerras de S Md^e Christianissima meu bom Irmão, e Primo, me vay servir a esse exercito nesta ocasião. Encomendovos, lhe mandeis dar hũ cavallo para sua pessoa das tropas, que d'aqui forão, ou das que ouuerem de ir, e o favoreçais no que for justo, porque se se contentar de servir no Reyno, e convier o seu serviço, poderá ficar nelle. Escrita em Lx.^a a 17. de Agosto de 1658.

Raynha —

P.^a Joanne Mēz de Vasc.^{cos}

1658. AGOSTO, 28.

fol. 83

Ioanne Mendes de Vasconsellos. Amigo. Ev El Rey vos enuio muito saudar. Balthezar de Souza Pereira, se me offereceo hirme servir a esse Exercito, nesta campanha em razão do que e de seus serviços lhe concedi o soldo de Capitão de Cauillos por entretenimento, na forma que se declara no Aluara que lhe mandey passar, E vos presentará. Encomendouos muito que nas occasiões que se offerecerem o ocupeis; ou mo consulteis nos postos que nelle couberem. Escrita em Lx.^a a 28. de Agosto de 658.

Raynha —

Saluador Correa de Sáa j benauide

Pedro Cesar de meneses

Para Ioanne Mendes de V.^{os}

1658. AGOSTO, 31.

fol. 84

Ioanne Mendez de Vasconcelos amigo. Eu El Rey uos enuio muito saudar. Aqui se acharão dous caualos das tropas desse exercito, que se tomarão a dous soldados fugidos delle, hum que diz ser da comp.^a do Capitão tristão da cunha com duas pistolas, e outro que diz ser de hum Aju-dante do terço da gente q̄ daqui foi pla junta do Companhia do Comercio do Brazil; Aqui custa muito fazer os caualos, e ahy os tratão desta manr.^a, estranhaloeyes da minha parte aos cabos q̄ os derão, e os tornareis a restituir as tropas, pondo uigia neste e noutros desmanchos seme-

lhantes, porque delles nace os desmanchos de meu seru.^{co}
q̄ sabereis considerar. Escrita em Lix.^a a 31 de Agosto
de 1658.

Raynha —

P.^a Ioanne Mdez de V.^{cos}

1658. AGOSTO, 31.
fol. 102

Joanne Mendes de Vasconcellos amigo Ev El Rey vos
enuio muito saudar. Pella vossa carta de vinte, e quatro
de Iulho, reposta da que vos mandey escreuer sobre occu-
pades a Roque Mont de nasção frances em algũ posto desse
exercito, me desteis conta de estarem prouidos todos os em
que podia ser empregado: porem que entendereis delle que
se contentaria de occupar, nesta campanha somente, o de
Thenente de Mestre de Campo general desse exercito, e que
vem tratar deste requerimento: para cujo effeito vos enco-
mendo, e mando me declareis se vos parece que se deue
dar a este sogeito o posto de Thenente de Mestre de Campo
general. Escrita em Lisboa a 31 de Agosto de 1658.

Raynha —

O Marq.^s Mordomomor

Ruy de Moura

Para Joanne Mendes de Vasconcellos

1658. SETEMBRO, 7.
fol. 146

Ioanne Mendez de Vasconcelos amigo. Eu El Rey uos
enuio muito saudar. Tereis entendido que se por doença
ou qualquer outro accidente não puderdes acudir ao gouerno

desse exercito toca neste cazo o gouerno delle ao Mestre de Campo General Andre de Albuquerque, que o gouernará assy e da manr.^a que vos hora o gouernaes, e esta resolução guardareis para vos, tendoa comtudo em parte, onde se ache promptamente, se o cazo acontecer, o q̄ não espero. Escrita em Lix.^a a 7 de Setembro de 1658.

Raynha —

P.^a Ioanne Mdez de V^{cos}

1658. SETEMBRO, 26.

fol. 103

Ioanne Mendez de Vasconcellos Amigo: Eu El Rey vos enuio m.^{to} saudar. Para a gente da Companhia do Commercio do Brazil chegar a esse exercito com mais segurança de não fugir, ordeney aos Capitães de mar e guerra, que estão nomeados, a leuasem ao exercito e entregassem a vossa ordem, p.^a a encorporardes com a mais q̄ lá está da Comp.^a, ou dispordes della como for mais conueniente a meu seru.^{co} Encomendouos o façais assim, e deixeis vir os Capitães de mar e guerra, q̄ agora vão, p.^a esta Corte, p.^a tratarem do apresto de seus nauios, a que he necessario acodirem. Escrita em Lix.^a a 26 de Setr.^o de 1658.

Raynha —

P.^a Ioanne Mendez de Vas.^{cos}

1658. SETEMBRO, 30.

fol. 5

Joanne mendez de V.^{los} amigo. Eu El Rey uos enuio muito saudar. Com os soldados da comp.^a do Commercio

do Brazil uos mando remeter os que uão declarados na memoria incluza q̃ se prenderão em Aldeagalega como fogidos, ahi os mandareis agregar aos terços e comp.^{as} a q̃ tocão, e uão socorridos com mil e quinhentos r̃s cada hum como o uão tambem os da comp.^a do Comercio. Escrita em Lx.^a a 30 de Setr.^o 658.

Raynha —

P.^a Joanne Mdez de V.^{cos}

1658. OUTUBRO, 11.

fol. 3

Joanne Mendes de Vasconcellos amigo. Ev El Rey vos enuio m.^{to} saudar. O Conde de Prado a cujo cargo está o Gouerno da cidade de Eluas, e Prouincia de Alentejo me auisou o que vereis da sua carta cuja copia se vos enuiara com esta, a qual hauendo uisto, me pareço dizeruos, que tudo o que o Conde apponta, he digno de grande cuidado, e que pede prompto remedio, e encomendaruos o deis, porq̃ não succeda perdermos as nossas praças, e não ganharmos as do inimigo. Escrita em Lx.^a a 11 de Outubro de 1658.

Raynha —

O Marques Almirante

O Marq.^s Mordomo mor.

Para Joanne Mendes de Vasc.^{os}

1659. JUNHO, 30.

fol. 82

Conde amigo. Eu El Rey uos enuio muito saudar como aquelle q̃ amo. Deuseme o papel que sera em com-

panhia desta carta, e posto que dos que vem sem nome, senão pode fazer muito cazo, principalmente tendo eu satisfação da pessoa de Christouão de Brito p.^{ra} Pareçeo mandaruolo remeter, p.^a que tomando a informação, que julgardes por conueniente, me auizeis do que achardes com nosso parecer. Escrita em Lix.^a a 30 de Junho de 1659.

Raynha.

P.^a O Conde de Attouguia.

1659. JULHO, 1.

fol. 78

Conde Amigo. Eu El Rey vos enuio muito saudar como aquelle que amo; Por hauer dado a Companhia de Pedro Cesar de Meneses o titulo de couraças; e a que foi de Francisco Correa (com o de Arcabuzeiros) a Henrique de Limonera, vos encomendo que na forma da carta que vos mandey escrever em trinta do passado, me proponhaes ao Capitão Miguel Duplesis na primeira de couraças que ouuer uaga, ou uagar nesse exercito. Escrita em Lix.^a a 1.^o de Julho de 1659.

Raynha —

O Conde de Prado.

Pedro Cesar de meneses.

P.^a o Conde de Attouguia.

1660. OUTUBRO, 12.

fol. 155

Conde da Atouguia Amigo. Ev El Rey vos enuio muito saudar, como aquelle que amo. Encomendouos, que

com o cuidado, e cautella possiuel, procureis por todas as uias, mandar prender a hum Francisco Guerreiro, natural de Almodouar do Campo de Ourique (onde quer q̄ for achado) e posto a bom recado, me deis logo conta, para se uos auizar, o que na materia deueis fazer, e m.^{to} vos encarrego o executeis, com a maior diligencia q̄ se puder. Escritta em Lix.^a 12 de Outr.^o de 660.

Raynha —

P.^a o Conde da Atouguia.

1661. MAIO, 26.

fol. 91

Conde amigo. Ev El Rey vos enuio muito saudar como aquelle q̄ amo; Bernardo Pereira Governador da Cidade de Portalegre, me offereço o papel cuja copia com esta se vos remetera, em q̄ pellas razões, que delle vereis, me representa, o estado em q̄ se acha aquella Cidade, para sua deffensa; emcomendouos muito, que vendoo emmendeis as faltas q̄ nelle apponta, e iuiteis os danos q̄ se podem seguir a meu seruiço de q̄ vos faço este auizo, para o terdes emtendido. Escrita em Lx.^a a 26 de Mayo de 661.

Raynha —

O Conde de Soure

Pedro Cesar de menses

P.^a o Conde da Atouguia.

1661. OUTUBRO, 13.

fol. 51

Conde Gou.^{or} Amigo. Ev El Rey vos enuio muito saudar, como aquelle que amo. Conuem a meu seruiço,

para que se não perca o respeito q̄ he bem se guarde aos ministros da justiça, como fez Feliciano Gomez Capitão de hũa das Companhias do terço do Mestre de campo João Leite d'Oliveira, resistindo grauem.^{te} contra o l.^{do} Franc.^{co} Luis de Carualhosa juiz de fora de Campo mayor; que em recebendo esta carta, o mandeis logo remeter prezo para as Cadeas do Limoeiro, com bastante segurança, para ser castigado como suas culpas o mereçerem, porq.^{to} neste caso conforme ao aluara q̄ ha sobre a materia, lhe não compete o priuilegio militar. E muito vos encarrego, que com effeito, o façaes assy dar a execução, o mais breue q̄ vos for possiuel. Escritta em Lix.^a a 13 de Outr.^o de 661.

Raynha —

P.^a o Conde da Atouguia.

1661. DEZEMBRO, 13.

fol. 101

Conde amigo. Ev El Rey vos enuio muito saudar como aquelle que amo. Com esta vos mando remeter hua carta do juiz de fora da Villa de Moura, outra dos officiaes da Camera com huns capitulos que derão contra Agostinho de Andrade gou.^{or} da mesma praça de quem vos vay tambem a carta que me escreueo sobre o mesmo particular que nellas se trata, para que uendoas todas, e mais papeis mandeis fazer a diligencia que vos parecer necessaria para aui-riguação do que contem; e do que achares, e for conueniente me informareis com vosso parecer. Escrita em Lx.^a a 13 de Dezz.^o de 661.

Raynha —

O Conde de Soure.

Pedro Cesar de meness

Para o Conde de Attouguia.

1662. JANEIRO, ?

fol. 88

Conde amigo Ev El Rey vos enuio muito saudar como aquelle que amo. Agostinho de Andrade Freire Mestre de Campo, e gouernador da praça de Moura, me representou por sua petição neçessitaua de acudir a fazenda que lhe ficou por morte de seu tio o Inquizidor Christouão de Andrade Freire na Villa de Fontarcada para o que pedindome licença, pareceo ordenaruos lha concedais por tempo de quinze dias; tanto que o Conde da Vidigueira chegar a Moura, em que está nomeado por gouernador della, e ainda não fazendo o Inimigo algum mouim.^{to} a que seja necess.^{ro} acudir o d.^o Mestre de Campo com sua pessoa. Escrita em Lisboa a de Janeiro de 1662.

Raynha —

O Marq.^s Mordomo mor

O Conde da Ponte

Para o Conde de Attougua

1662. JANEIRO, 11.

fol. 93

Conde amigo. Ev El Rey vos enuio m.^{to} saudar como aquelle que amo. O Mestre de campo frey Iorge de Mello gou.^{or} da praça de Serpa me pedio licença por quinze dias para chegar a esta Corte ajustar com seu irmão P.^o de Mello alguns particulares antes que parta para o rio de jan.^{ro}, e por me parecer urgente esta cauza, fui seruido de lha conçeder com declaração de que não estará nesta Corte mais q̄ oito dias somente, e aduertencia de que deixará o trabalho da fortificação de Serpa de maneira que por este

tempo não faça falta, e se recolhera acabados elles a mesma praça approuando vos assy: por não ser este o tempo em que os Cabos tão grandes deuem largar as fronteiras. Escrita em Lx.^a a 11 de Ianr.^o de 662.

Raynha —

O Conde da Ponte
Pedro Cesar de menseses
Para o Conde de Attougua.

1662. JANEIRO, 26.

fol. 94

Conde amigo. Ev El Rey vos enuio m.^{to} saudar como aquelle que amo. Vendo pella uossa carta de doze do presente as cauzas da impossibilidade que concorrem na pessoa de Vallentim Carreiro de Aímada para seruir de capitão de auxiliares da Villa de Montemor o nouo, o houue por desobrigado deste posto mandandolhe passar prouizão para que com elle se não entenda; e porque conuem prouer esta companhia vos encomendo nomeeis nella o sogeito que vos parecer mais capaz desta occupação. Escrita em Lx.^a a 26 de Ianr.^o de 662.

Raynha —

O Conde da Ponte
Pedro Cesar de menseses
Para o Conde de Atougua.

1662. JANEIRO, 29.

fol. 42

Conde amigo. Ev El Rey vos enuio muito saudar. Pellos merecimentos, e grandes calidades que concorrem na pessoa do Conde da Vedigueira fui seruido de o nomear por mestre de Campo, e Governador da praça de Moura de que

lhe mandei passar patente; e porque a deffensa della he de muita importancia, e nos cazos que se podem offerecer necessita de que lhe assistão nella officiaes de toda a confiança: vos ordeno enuieis ao Conde seis reformados de satisfação, mandando juntamente aos Governadores das Comarcas de Beja, e Campo de Ourique que tendo auiso delle para socorrerem a praça de Moura o fação sem esperarem outra ordem, e na mesma forma as tropas de Monçaras, ficando tambem em sua jurisdição as Aldeas de Santo Aleixo, e Safara como a tiuerão os mais Governadores daquella praça, e parecendoos necessario assistir nella hum dos Commiss.^{os} geraes da Cauallaria lho mandareis; E porque conuem muito a deffensa da dita praça fortificarse o posto de São fran.^{co} ordeno ao Engenheiro Mor desse Exercito Selincurt (que se acha nesta Corte) vá logo desenhar esta fortificação na qual mandareis trabalhar com todo o callor possiuel, e reconduzir os soldados do terço que assiste de guarnição na mesma praça com diligencia, prouendoa de mantim.^{tos}, artelharia, munições, reparos de sobrelente, granadas, botica, e tudo o mais necessario para o q̃ mando acodir com dinheiro. Escrita em Lx.^a a 29 de Ianr.^o de 662.

Raynha —

Joanne Mez de Vas.^{los}

Pedro Cesar de meneses

Para o Conde de Schomberg.

1662. FEVEREIRO, 4.

fol. 61

Conde amigo. Eu El Rey uos enuio muito saudar: Auisandome o Conde de Atougua de que se perdião as

companhias de Bernardo de miranda e luis de saldanha que se achão nesta Corte por falta de não assestirem nellas: fuy seruido resolver que a companhia de Bernardo de Miranda se reforme e assi o fareis executar, e porque luiz de saldanha tem nesta Cidade negocios presisos a que acudir lhe consedi licenca por tempo de hum mes para que acabado elle se recolha ao seu posto de que vos faço auiso para o teres entendido. Escrita em Lx.^a a 4. de feu.^o de 1662.

Raynha —

Joanne Mez de Vas.^{los}

Pedro Cesar de menses

Para o Conde de Chomberg.

1662. FEVEREIRO, 7.

fol. 109

Conde amigo Ev El Rey vos enuio muito saudar. Com esta vos mando remeter huns apontamentos sobre a forma em que se deuem reconduzir os soldados ausentes do terço de Agustinho de Andrade Freire; e porque na cõformid.^e delles conuirá faserse esta deligencia, e que vá a ella o Sargento mor Luis Lourenço, Vos ordeno que com toda a breuidade, lhe passeis as ordões necessarias, para que logo vá faser esta recondução; o qual leua cartas minhas, para os Donatarios das terras, donde são naturaes os soldados ausentes, afim de que ordenando as justiças dellas fauoreção, e ajudem ao Sargento mor, se consiga o effeito com mais acerto, e breuidade. Escrita em Lx.^a a 7. de Feuer.^o 662.

Raynha —

Joanne Mez de Vas.^{los}

Pedro Cesar de menses

Para o Conde de Schomberg

1662. FEVEREIRO, 14.

fol. 133

Conde amigo. Ev El Rey vos enuio muito saudar. Iorge de Sose Thenente Choronel do Regimento de Monjorge, me fes petição, em q̄ pellas resões q̄ della vereis, pede q̄ os caualllos q̄ justificar morrerão do mal de Loanda, q̄ trasião quando lhos entregarão, se fação boas as baixas delles, como se fas dos q̄ morrem na guerra, ou da mesma maneira dos q̄ morrerão em poder dos Almojarifes, antes de se lhe entregarem, ou lhe dem outros tantos em lugar dos q̄ morrerão, ou q̄ por via de ajuda de custo se lhe de o ualor q̄ for necessario para compralos os q̄ justificar morrerão, e hauendo uisto a petição, me pareço mandaruola remetter, e ordenaruos, q̄ me informeis com vosso parecer acerca do q̄ ella conthem, mandando primeiro, q̄ o Vedor Geral, faça sobre a dita petição a delligencia, e aueriguações necessarias, q̄ me inuiareis com a vossa informação em carta serrada, para com isso mandar deferir a Iorge de Sose como mais conuier a meu seruiço. Escrita en Lx.^a a 14 de feureiro de 1662.

Raynha —

Joanne Mez de Vas.^{los}

Pedro Cesar de menseses.

Para o Conde de Scomberg.

1662. FEVEREIRO, 16.

fol. 112

Conde amigo. Ev El Rey vos enuio muito saudar. Com esta vos mando remeter hũa instrução da forma em que haueis de mandar faser nessa Prouincia de Alentejo oito centos soldados, para a Cauallaria, que no Exerc.^{to}

della se há de acrescentar; os quaes Vos encomendo se fação com sũma breuidade; de mais dos tres que mandei tirar de cada companhia da ordenança, e aux.^{res} E assĩ mesmo mandareis reconduzir todos os soldados auzentes do mesmo Exerc.^{to} que forem naturaes dessa Prouincia; e delles achareis as listas, que se tirarão na Vedoria, por se hauerem inuiado ao Conde de Attouguia; e pella Junta dos Tres Estados, Vos tenho mandado acudir com o dinheiro necessario, para as leuas referidas; e ordem para se pagar aos officiaes que forem nesta deligencia, seus soldos na primeira plana, emquanto nella andarem. Escrita em Lisboa a 19 de Feuer.^o de 1662.

Raynha —

O Conde da Ponte

Joanne Mez de Vas.^{los}

Para o Conde de Schomberg

1662. FEVEREIRO, 19.

fol. 110

Conde amigo. Ev El Rey vos enuio muito saudar. Nas leuas que mandei fazer de soldados para esse Exercito, nas Comarcas de Estremadura, Prouincias de Tras os Montes, e Beira, ficou reseruada a de Alentejo para oito centos, que são necessarios para a Cauallaria, que se há de acrescentar; de mais dos tres soldados, q̃ mandei tirar de cada companhia da ordenança, e auxiliares, para elle; os quais oito centos soldados, mandareis faser na forma desta instrução, para com mais suuidade se conseguir o fim della, em açerto de meu seruiço, deffensa do Reyno, e bem de meus vassallos.

Aos officiaes das Cameras, que se incluirem nas Comarcas aonde se há de levantar esta gente, e aos Capitães Mores,

mandareis senificar os justos motiuos que obrigam a mandar faser estas leuas para soccorro desse Exerc.^{to} por se achar tam destituido, que com toda a breuidade necessita de se ir engrossando, em opposição do que o Inimigo forma para inuadir essa Prouincia; porque sendolhes presente esta urgente causa, espero de huns, e outros, que na parte q̄ lhes tocar facilitem os meynos de se conseguir esta leua, quanto mais promptamente for possiuel.

E ainda que por ser tam forçosa esta occasião, não permite poder aliuiar a meus Vassallos della, com tudo desejando o bem, e quietação delles, Vos encomendo muito que disponhaes esta leua, com a mayor igualdade, e suauid.^o possiuel; e mandareis dar a cada soldado dous crusados para se aviarem e meyo tostam de soccorro por dia para a marcha; regulando os que deuem gastar nella, do dia que partirem para esse Exercito, conforme a distancia a quatro legoas por dia; e mandareis faser certo a estes soldados, que terei particular attenção a este seruiço, para lhes faser a merce q̄ ouuer lugar, e q̄ todos os que fugirem antes de se lhes dar licença, ham de ficar logo feitos soldados pagos, e que se há de proceder contra elles nesta forma.

E porque meu intento hé que se fação estas leuas, com a mayor suauidade possiuel, e menos oppressão dos Pouos, Vos encomendo mandeis; que não hauendo quem na forma referida queira voluntariam.^{te} alistarse para este soccorro; neste caso comunicarão as pessoas que mandares a esta leua, com os Capitães Mores, Sargentos Mores, Corregedores das Comarcas, mais Menistros, e pessoas particulares que lhes parecer, o meyo mais conueniente com que se pode tirar esta gente; examinando as companhias da ordenança, que ouuer em cada Comarca, e lhes repartirão prorrata o numero dos que se hão de tirar de cada hũa, a respeito dos oito

centos, que ham de faser; escolhendo os mais capases de poderem seruir, e os mais desobrigados que ouuer; tendo particular attenção aos filhos únicos dos lauradores, ou creados de quem dependem suas lauouras precisam.^{to} e aos das Veunas que lhes amparão, e sustentam suas casas; tomando para tudo isto informação dos ditos Capitães Mores, Sargentos Mores, Corregedores, e pessoas de mayor confiança, valendosse delles, e dos mais officiaes de Justiça, e Milícia p.^a a leua desta gente.

E o dinheiro para estas despesas se vos remete pella Junta dos Tres Estados, a entregar a Vossa ordem e os assentos dos soldados que nesta forma leuantarem, mandarão lançar em hum liuro cujas folhas ham de ser rubricadas pello official a quem tocar em titulos ceparados, fasendo assento de cada hum, com declaração de seus nomes, Paes, Comarcas, e lugares donde são naturaes, e sinaes pessoaes, por donde possam ser conhecidos; e as fianças lhes tomarão como lhes parecer mais conueniente e premetir o estado das cousas; aduertindo que em outras occasiões se experimentou mudarem de nomes, lugares, e Comarcas donde são naturaes; dando seus Paes em nome delles homens vagamundos, q̃ em chegando a esse Exerc.^{to} fogem, ficando impossivel a recondução delles; pello q̃ conuem irem com cautella neste particular.

E aos Escriuães das cameras mandareis encarregar a deligencia de escreuerem os assentos, ou listas dos soldados que se ham de faser nos lugares, e dstrictos das Villas donde elles são naturaes, ou a outros quaesquer que Vos parecer; os quaes se ham de desocupar para isto de todo o mais negoceo por preciso que seja, sem leuarem selario algum, por ser bem comum de todos.

Para irem a estas leuas, e as conduirem a essa front.^{ra}

escolhereis os officiaes que Vos parecerem de maior confiança, cuidado, e zelo; e assim como se forem formando as tropas do numero que lhes parecer conueniente as iram remetendo a Estremos, onde se entregarão a Vossa ordem; e se entregarão aos Capitães, ou Cabos das leuas o dinheiro que for necess.^{ro} para soccorrerem com meo tostão por dia a cada soldado nesta marcha, a respeito de quatro legoas cada dia; e para maior claresa, e acerto destas leuas, darseá ao Cabo de cada hũa, lista dos que lhe encarregarem, tirada do liuro de seus assentos, com toda a distincção, para os entregarem por ella em Estremos, e se tomar no Exerc.^{to} a rasão delles, e dos que faltarem por qualquer accidente, Vos darão conta os Cabos das leuas, para procederes contra elles, seus Paes, ou fiadores, obrigandoos a que vão servir nesse Exerc.^{to} de soldados pagos.

E aos Corregedores, Prouedores, Ouuidores, Iuises de fora, mais Menistros, e officiais de Justiça, das Cidades, Villas, e lugares, por onde marchar esta infantaria, mando dem, e fação dar aos Capitaes, e Officiaes, que a forem conduzindo, toda ajuda, e fauor que lhes for necess,^{rio} e alojamento de casas, camas, lenha, e candea de graça; e de comer, e mais cousas por seu dinheiro, pago tudo pellos preços da terra, sem alteração algũa; e para cada leua de cem soldados, mandareis dar des caualgaduras, pagas por conta do dinheiro da dita leua; e pello tempo que durar a marcha de hida, e volta, a noue vintões por dia as maiores, e a seis as menores; e com cada leua que se despachar, se mandará hũa cópia deste capitulo, assinada pella pessoa q̄ mandares a esta leua, em que se limitem as jornadas que ham de fazer na forma sobredita, elegendo aposentador, com carta sua, aos Menistros, e Officiaes de Justiça, para que preuinão mantimentos. e se fação as boletas, afim de que entrando as companhias

nas Villas, e lugares, por ellas se vão logo alojando esta gente; encomendando m.^{to} particularmente aos Capitães, e Cabos dellas, não consintão aos soldados que pello caminho fação extroções; e impondolhes por obrigação, que leuarão certidões dos Menistros, e officiaes de Justiça por onde forem, e fizerem os transitos, pellas quais conste o procedimento, com que se ouuerão nestas marchas. E aos Corregedores, Juises, e mais Justiças, que fação autos das culpas, q̄ cometerem os taes Capitães, e officiaes das leuas, os quaes Vos remeterão para q̄ os façaes castigar, como conuier: e hũa, e outra cousa da que se conthem neste Cap.^o cumprirão os Menistros, e officiaes de Justiça com quem se fala, em virtude das ordēs que lhe passar a tal pessoa q̄ for a esta delig.^a, tam inteiramente, como se a cada hum delles se dera particularmente carta por mim assinada, porq̄ assĩ o hey por bem, e mando, que sem embargo de quaesquer ordēs, ou priuilegios que contra isto haja; e quasquer menistros, e officiaes de guerra, e justiça, que assim o não cumprirem, lho mandarei estranhar, com a demonstração que pede esta materia; e assim me auisareis da ommissão, ou falta com que cada hum delles se ouue nella, para mandar proceder contra elles á prisão, e suspenção de officios, de que se fação autos, que fareis enuiar ao meu Cons.^o de guerra, para os mandar castigar com a demonstração que conuier.

Aos Capitães, ou Cabos destas leuas (como fica aduertido) mandareis entregar os socorros dos soldados para o caminho, leuandouos carta da pessoa que as for faser, porq̄ conste do que se lhes entregou e dos soldados que leuarem, para que dem conta de tudo.

Não se obrigarão os soldados dos terços aux.^{os} para estas leuas por se lhe ter concedido este priuilegio.

E porque podem succeder casos nesta deligencia, que não hé possiuel preuenirensse nesta instrução, fio de Vossa prudencia, disporeis o que for mais conueniente a meu seruico, com aduertencia de q̄ nesta deligencia senão perca hora de tempo, por estarmos quasi entrados na Primavera. Lisboa 19 de Feuereiro de 1662. Francisco Pereira da Cunha a fes escrever.

Raynha —

O Conde da Ponte

Joanne Mez. de Vas.^{los}

Para o Conde de Schomberg.

1662. FEVEREIRO, 21.

fol. 105

Conde amigo. Ev El Rey vos enuio muito saudar. Com esta se vos remeterá a copia de hum Decreto, porq̄ fuy seruido ordenar ao meu Conselho de guerra se mandase informar muy particularmente por pessoa de toda a satisfação, dos procedimentos de Christouão Pantoja, Governador, e Capitam mor da Cidade de Beja, e assim mesmo dos seus officiaes; ordenouos que na forma da queixa, que se me fes presente, como vereis da copia do Decreto, Vos mandeis informar com todo o segredo pello Auditor geral desse Exerc.^{to} e me auisareis do que resultar da informação, pello mesmo Cons.^o Escrita em Lisboa a 21 de Feuer.^o de 1662.

Raynha —

O Conde da Ponte

Joanne Mez de Vas.^{los}

Para o Conde de Schomberg

1662. FEVEREIRO, 21.

fol. 40

Conde amigo Ev El Rey vos enuio muito saudar. Em carta de catorse de Dez.^{ro} proximo passado; ordenei ao Conde de Attouguia, que para se facilitar a liberdade do Capitam de Cauillos Miguel Carlos de Tauora, e do Coronel Monjorge, presioneiros do Inimigo em Galisa, procurase faser emboscadas aos seus officiaes, e aos que ficassem prisioneiros não desse liberdade, sem noua ordem minha. Ordenouos que nesta conformidade o tenhais muito em lembrança, para que dandoo a execução, com o successo que se pretende, se possam trocar estes sугeitos, com algũs Cabos, ou officiaes do Inimigo, meresendo elles por muitas rasões tiralos de seu poder. Escrita em lisboa a 21 de Feuer.^o de 1662.

Raynha —

O Conde da Ponte

Joanne Mez de Vas.^{los}

Para o Conde de Schomberg.

1662. FEVEREIRO, 25.

fol. 39

Conde amigo. Ev El Rey vos enuio m.^{to} saudar. Com esta vos mando remeter a copia de hum papel que se me deu, em ordem à melhor forma com que se pode fortificar a praça de Serpa. Ordenouos passeis logo ordẽs ao Gouvernadores das Comarcas de Campo de Ourique, e Beja mandem a fr. Iorge de Mello, Gouvernador da dita praça quatro centos, ou quinhentos homẽs cada hum, de maneira que assistindo des dias no trabalho da fortificação della; os

mandem render por outros tantos, para assim com mais brevidade se por em deffensa; e para o pam de munição que se lhes há de dar, se remete o dinheiro necessario; e dos mais petrechos, para aquella fabrica que o papel aponta, lhe mandareis acudir com todo o cuidado. Escrita em Lisboa a 25 de Feuer.º de 1662.

Raynha —

Joanne Mez de Vas.^{los}

Pedro Cesar de menses

Para o Conde de Schomberg

1662. MAIO, 5.

fol. 47

Honrado Marques amigo. Ev El Rey vos enuio muito saudar como aquelle que prezo. Vendosse a petição que com esta se vos remetera de Diogo fernandes subtil, em que representa hauerselhe tirado o seu posto, se ordenou informasse o Iuiz Ascessor; e na forma da sua reposta vos ordeno lhe diffirais como for Iustiça, e mais conuier a meu seruiço; escrita em Lix.^a a 5 de Mayo de 1662.

Raynha —

O Marques Almirante

Pedro Cesar de menses.

Para o Marques de Marialua.

1662. MAIO, 17.

fol. 40

Honrado Marques amigo Ev El Rey vos enuio muito saudar como aquelle que prezo. O Conde de Schomberg Mestre de Campo general nesse Exercito de Alentejo, me

escreueo hũa carta de uinte e tres do mes passado, em que me da conta do dezejo que os officiaes da Camara da Villa de Cabeça de Vide, que tinhão de a fortificar, obrigandosse p.^a este effeito a dar parte do dinheiro na forma que uereis da dita carta; e me pareceo remeteruos a copia della p.^a que facaes nesta materia o que vos parecer mais conuiniente a meu seru.^{co} Escrita em Lix.^a a 17 de Mayo de 1662.

Raynha —

Joanne Mez de Vas.^{los}

Pedro Cesar de menses

P.^a o Marques de Marialua.

1662. MAIO, 25

fol. 46

Honrrado Marques amigo. Ev El Rey vos enuio muito saudar, como aquelle q̄ prezo. Hauendo encomendado, repetidas ueses ao Conde de Miranda, e antes delle a Dom fernando, procurassem nas partes do Norte hum Engenheiro de sciencia qual era necessario para vir seruirme neste Reyno, e por se não achar, com intelligencia, e interuenção de Ieronimo Nunes da Costa, e de seu Pay Duarte Nunez da Costa, meu agente, chegou agora o Choronel Miguel Salsbergh Alemão, sogeito q̄ dizem, q̄ por seu valor, e suficiencia em sua profissão, he conhecido em todo o Norte, e procurado com grande cuidado pello Embaixador de Castella, q̄ assiste na Haya, e embarcandosse à sua custa com sua familia em Mayo do anno passado, foi roubado, e por não ter cabedal para a Viagem lhe derão por minha conta quinhentos florins para se lhe abaterem de seu soldo, neste Reyno, e demais disso lhe mandey dar aqui quinhentos

cruzados de ajuda de custo, para hir servir nessa Campa-
nha; e pareceome fazeruos este auizo do referido, e enco-
mendaruos que uendosse nella o préstimo deste estrangeiro
mo digais, para se lhe deferir ao soldo q̄ se lhe deue dar.
Escrita em Lx.^a a 25 de Mayo de 1662.

Raynha —

Joanne Mez de Vas.^{los}

Pedro Cesar de menseses.

Para o Marques de Marialua.

TORMENTA E PAZ

A Rainha Dona Luisa durante tôda a sua regência afastou com vigor os males que pudessem tocar na integridade de Portugal e com inteligente diplomacia consolidou a independência do Reino, não só dentro do País e nas nossas Colónias, como em tôda a parte do Mundo.

Um dos factos mais notórios foi o ter estreitado a aliança anglo-portuguesa, em 1662, com os laços do casamento de El-Rei Carlos II da Grã-Bretanha com a Princesa D. Catarina.

Não foi sem arrancar pedaços à sua alma que Dona Luisa preparou êsse enlace; as cartas comovidas que escreveu à Filha bem demonstram que lhe «fugiu a luz dos seus olhos»; em cada princípio de carta há um suspiro vindo do coração: «Mi Catalina y todo my bien», «Hija de mi alma», «Hija mya y todo mi amor», «My Catalina de mis ojos». Tôdas juntas formam um ramo da flor «saúde».

* * *

A-pesar da experiência dura de longos anos ter preparado esta Rainha para a tormenta, no entanto, as últimas

lutas que lhe estavam reservadas assumiram o grau de crueis desgostos, por serem fruto da mais flagrante injustiça. Assim, a cada hora se lhe levantavam os trabalhos debaixo dos pés, a cada instante redobravam as dificuldades, envolvendo-a arduo labirinto que lhe pôs os últimos meses da sua regência a flutuar ao sabor da tormenta, em que sopravam ventos contrários. Homens ambiciosos do poder instigaram Dom Afonso a tomar posse do govêrno, embora ainda lhe faltassem dois anos para a sua maior idade. Para pôr têrmo a tamanho desassossêgo, entendeu a Rainha dever consultar os ministros; e a resposta foi ditada pela mais viva dedicação, pois «não se achava nenhum de seus vassallos, ainda dos que se julgavam menos favorecidos, que não rubricasse com seu sangue a sua satisfação» (*Port. Rest.^{do}, Conde da Ericeira, t. 4, l. VII, parte II, páq. 25*).

A todos inquietava o ficar a monarquia desamparada do prudente govêrno e do equilíbrio diplomático de S. M. D. Luisa de Gusmão; as muitas e justas razões dos Ministros e Conselheiros de Estado não chegaram para convencer a Rainha a que persistisse na regência; a dignidade de rainha e de mãe não se podia expôr à perigosa responsabilidade de continuar de posse do govêrno desde que sentia a manifesta má vontade de seu filho e Rei. Determinou a Rainha entregar-lhe o govêrno a 21 de Agosto de 1662, dia em que El-Rei completaria 19 anos; porém, a ambição de governar, quer do jovem rei, quer de seus partidários, era tal, que levou êsse acontecimento a antecipar-se:

«estava dispuesto p.^a dia de los años de tu hermano, y assi rebento la mina a los veinte y uno de junio, dia de S. Luys Gonçaga (q̃ te nom-

bro p.^a q̃. le quedes tan obligada como yo lo confessare siempre».

(Da colecção das 25 cartas originaes e manuscritas da Rainha D. Luisa a sua filha D. Catarina, existentes na Biblioteca da Ajuda, Códice 51-VI-32, carta n.º 22).

A Rainha, sem delongas, declarou ser seu desejo deixar o govêrno. A única coisa que

«solamente deseaba es q̃ el lo viniessse accetar de my mano, y conocer q̃ el gusto cõ q̃ lo largava no era menor tal cõ q̃ lo conserve cerca de seys años (*ibid.*).

Todo o dia seguinte, que era o de 22 de junho de 1662, o passou El-Rei a eleger novos conselheiros de Estado; no dia 23 recebeu D. Afonso os «Selos Reais» com tôdas as formas exigidas:

«el dia veinte y dos passo occupado ã eleger nuevos consejeros de estado, a los antiguos, dar puestos a Sebastian Cesar (q̃ estãdo ya por premission mya en sua casa llamo a su assistencia) como tãbien Ant.º Cabide y el visconde preso. A los veynte y tres cierto en el deseo q̃ yo tenia de le entregar los sellos, y q̃ syn ellos no quedava valida ninguna cosa se resolvio venir acetarlos acõpañado de toda la noblesa, y tribunales de gala, echandose dinero por las calles, y las mayores demonstraciones de Alegria» (*ibid.*).

Foi êste o «último successo do prudente govêrno da Rainha, não a última acção da sua generosa vida que para

esta havia reservado as mais heróicas circunstâncias» (*Port. Rest., ob. cit., p. 78*).

* * *

Julgou a Rainha Mãi que, desde o momento em que deixasse a regência, encontrasse o seu espírito a quietação necessária para tratar da fundação de uma ordem religiosa ainda não existente em Portugal, pois que tinha o elevado desejo de se recolher à vida conventual:

«hija estoi libre del jugo del gobierno p.^a tratar de my alma, syn desculpa q̃ dar a Dios assy no lo hiciese.

Aora todo my cuydado se applica a la elecion de la parte q̃ ede escoger p.^a my retiro» (*carta cit.*).

Todavia os desgostos e desassossêgo teimavam em persegui-la; aos ministros não convinha a preponderância que porventura a «mãi» ainda exercesse sôbre o «filho»; o que dava ânimo e consôlo a Dona Luísa era desabafar com a filha e receber as suas cartas.

A Rainha mãi chegou a dar início a obras, no Mosteiro do Sacramento, sem contudo conseguir o refúgio de que necessitava, porque se interpuseram entre a vontade decidida e a acção decisiva motivos impossíveis de remediar.

Veio a Lisboa o ilustre diplomata Marquês de Sande, embaixador de Portugal na Grã-Bretanha; e ao visitar a Rainha Dona Luísa condeou-se por tal forma do estado de espírito em que a encontrou, que lhe fêz o oferecimento da

sua quinta de Xabregas, para que construisse ali o convento porque anelava.

À margem: Carta excellente dando conta de se querer retirar p.^a o Sacram.^{to}

N.º 17

Hija y todo my Amor muy desalentada me dexaron las nuebas, q̄ me dio el consul de quedar una vez sangrada, y aun q̄ me asseguro no passarian a mas por aver cessado la quexa no se quieta my cuydado, assistiēdote de la manera q̄ puedo, y solo sirbe a penalisarme, por lo q̄ te amo hija q̄ no pierdas occasion de me aliviar cō tan buenas nuebas, como espero en Dios me podras ēbiar, y es solo lo de q̄ me alimento, ya en posse, ya en esperança, y conoce por la mayor finesa pedirte medios p.^a cōservar una vida q̄ no sirbe mas q̄ de tormento, cō las ocasiones presentes (por no le dar otro nōbre) y cō las memorias passadas, q̄ me traen el alma tan lastimada, y me tiene Dios de suerte privado de todo consuelo q̄ conosco vivir ya del mismo veneno. Al monasterio del Sacramento e ēbiado añadir, en la misma clausura una quinta, q̄ le quedava contigua, y no de mucha cōsideracion, y esto no por querer buscar a Dios (unico refugio, y descanso) cō mag.^{des} mas por conocer soy tal q̄ solo sirvire de desacomodar a las monjas. Los pocos dias q̄ me dizē ser necesarios a poner la obra ē perfeccion jusgo una eternidad, pues ē ellos no oygo sino continuas suppli-

cas, no faltãdo ã ellas tus hermanos (q̃ aun q̃ agradeasco me son bien molestas) a q̃ no ponga ã execucion esta resolucion tan antigua, y principalmente por q̃ me quierẽ divirtir de te ir encomendar a Dios y a my hijo en cuya cõpañia te g.^{do} como desea. Tu madre q̃ mucho te ama

Raynha.

Caminhavam a passos lentos as obras que mandara fazer para se construir o «Convento»:

À margem: Carta notavel de saudades e sobre o seo retiro se não effectuar, e sobre não querer fallar nas novidades do G.^o

N.^o 18

Hija cõ grande queixa passo de my furtuna, q̃ solo a ella y no a tu descuido q̃ me fuera mas gostoso, quiero atribuir la falta de nuebas tuyas, y como tube aquellas noticias de q̃ quedavas sangrada, y sienpre espero della lo peor estoi cõ grande pena asta q̃ tenga los seguros q̃ la occasion de la dilacion a sido los festines, cõ q̃ te reciben tus Reynos, y vasallos, y el olvido la presencia, y buena cõpañia de my hijo q̃ yo apruebo tanto q̃ porq̃ no pierdas un instante de su presencia y asistencia lo cõprare a costa de mys saudades, mas aun q̃ prometto tan largo ellas te piden, y merecen algun alivio, ya q̃ no logro lo q̃ pensava de te escribir estos renglones de my retiro, porq̃ sabras q̃ estando ya

ẽpeçada la obra se hallaron tantos incõvenientes, y los mas contra la salud ñ fue preciso suspenderla, y agora ando, cõ nuebas deligencias (ñ me son bien trabojas (sic), pues obliga a estar, en este sitio) en el Palacio de Enxobregas p.^a se encerrar en la clausura, ñ aun ñ no es resolucion de my inclinacion ny voluntad, sigo, por no ser obstinada en no acetar el general parecer Dios disponga todo, como fuere mas servicio suyo y medio p.^a la salvacion de my alma en el nuebo gobierno sobre se aver recogido el enemigo de Alentejo no faltã novedades ñ te no cuento pues no es razon sea chronista de lo ñ aborreci siẽpre ser autora.

De Pedro te dare muy buenas nuebas, y las ñ sé asde estimar ñ es estudiar, y applicarse cõ notable curiosidad aprovechamiento, y satisfacion de sus criados ñ e experimentado muy buenos, y sobre tudo muy tu amante, y conocido de la criacion ñ te deve, y a ñ se deve todo, y me cuenta los favores ñ le hacias de le castigar, cõ grande reconocimiento echale tu bendicion ñ continue p.^a le serbir y avisame sy presto p.^a lo hacer en algo ñ la brevedad, cõ ñ parte este navio no me da lugar a ser mas dilatada en esta suplica, ny a ninguna muestra de muy cuidado a ñ te no falte lo ñ quieres deste Reyno Dios te g.^{de} q.^{to} desea.

Tu madre ñ mucho te ama

Raynha.

* * *

Foi a 17 de Março de 1663, sábado, véspera de «Domingo de Ramos», que a Rainha Senhora Dona Luísa de Gusman saiu do Paço Real (onde nunca mais entrou) para ir viver no Convento de Xabregas.

De cima de seus ombros magestosos tirara o manto régio de veludos e sedas custosas, para acobertar o seu espírito com as orações piedosas em clausura e humildade.

Deixou os faustos palacianos; mas também se afastou das lutas políticas, e deixou de ver a turba vã e incauta pelo futuro, que ruim caminho ia tomando. Ali não chegavam nem festas, nem risos; não se ouviam as queixas amargas, nem a voz ruídososa do egoísmo. Ali reinava religioso silêncio que só era interrompido quando se espalhavam pela nave da Igreja o som mavioso das preces e as vozes harmoniosas e solenes do órgão, unificando-se êsses sons quási celestiais com o fumo do incenso, espraiando-se em espirais de misticismo, onde a Rainha e Monja encontrava tréguas às crueis lembranças.

El-Rei D. Afonso VI e o Infante D. Pedro acompanharam Sua Magestade; tudo se passou sem ostentações, numa simplicidade digna. Chegado o momento das últimas despedidas, a Rainha deitou a bênção a seus Filhos; em momento tão grave recalcou com energia admirável as expansões de carinho que naquela despedida solicitava a sua alma; e nem uma lágrima se lhe viu... Mais doloridamente as chorou aos pés do Senhor.

Com frieza saiu El-Rei; o Infante, ainda tão jovem, sentiu-se desamparado e, sucumbido, se curvou perante tão grande mudança.

Tôda a alma feminina da Rainha e Monja se retrata pela sua própria mão na carta modesta, piedosa e cheia de ternura que merecia ser dada na íntegra.

* * *

A 22 de Fevereiro de 1666 agravaram-se os padecimentos que de há muito a fundadora (em Portugal) da «Ordem das Agostinhas Descalças» vinha a padecer; a 24 fêz o seu testamento, escreveu três cartas, sendo uma para cada Filho, confessou-se e comungou; a 27, que era um sabado, foi sacramentada e ungida.

Por entre as mãos erguidas do sacerdote brilhava a «hóstia sacrosanta»; êle, abeirando-se da moribunda, reconfortou com palavras de «paz divina» a alma que longos anos andou exposta aos revezes da «fortuna» e lhe foi sofrendo as inclemências; o corpo enfêrmo e alquebrado não teve posses para se erguer; o hálito vital ia-lhe fugindo, a voz tremia-lhe na garganta e mal se distinguia. Em seus olhos o pranto havia-se extinguido; para o «Céu» os erguia como em prece, para logo em seguida os fitar na porta por onde a todos os instantes esperava ver assomar seus filhos, que lhe viriam apagar o fogo da saúde que lhe atravessava o coração de lado a lado.

A Rainha, não vendo chegar seus filhos e apercebendo-se de que o último suspiro estava por momentos, levantou a mão direita, trémula, e a derradeira bênção deitou, como se seus filhos ali estivessem. Os olhos não os desprezava da porta que teimava em se não abrir.

Estavam quási a dar as 8 horas da noite quando chegou El-Rei e o Infante; o olhar da mãe, já embaciado, disse ainda

o que os lábios já não puderam dizer; ajoelharam-se e beijaram-lhe a mão fria e quási inerte, Dom Pedro aqueceu-lha com as lágrimas que escaldavam.

Já a morte com gélido suor lhe invade o rosto e lhe paralisa os membros; ainda há um ténue vislumbre de vida no olhar que dos filhos se despede.

Sairam El-Rei e o Infante.

O pálido semblante passou da vida à morte; eram 9 horas da noite quando se finou a Rainha e Monja Dona Luísa Francisca de Gusmão.

MARIA JOSEFINA ANDERSEN

Todos os direitos reservados

A RESTAURAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA E O IMPERIALISMO EUROPEU

I

INTRODUÇÃO

Na fluência cadenciada ou tumultuosa dos sucessos históricos, quando quisermos estudar as origens e o decurso de certos acontecimentos, nunca o poderemos fazer isolando-os, mesmo que êles se reduzam a um acto particular e individual. Há sempre a considerar as causas, o condicionamento, os fins e os seus efeitos, na sucessividade dos fenómenos sociais.

No caso de apreciação de um sucesso histórico mais amplo, o campo das acções, cujo concurso deram como resultado êsse acontecimento, o estudo do ambiente de diversas categorias, as incidências e as repercussões coloca aquele, que procura investigar, no direito de expor na liberdade do seu pensamento, e nos limites da sua mentalidade, empregando os seus próprios meios sem restrições impeditivas. É assim que, quando nos determinarmos a estudar um sucesso referido a determinada época, temos que a alargar e olharmos atentamente, escavando na história e na tradição, êsse terreno no qual mergulham as profundas e longínquas raízes ancestrais, que vem sem dúvida enriquecer a representação ambiental do problema mais recente.

Bases doutrinais A concepção e o computo de uma vasta e por isso complicada rêde de dados estáticos e dinâmicos, concorrentes para determinado movimento na vida de uma Nacionalidade, obriga-nos a utilizar um corpo de doutrina que formulámos, e empregámos como indispensável, em mais de um dos nossos trabalhos. Aqui vamos recordá-lo, pela necessidade de usar dêle como instrumento lógico e assertório de interpretação e classificação conceitual dos sucessos.

Sem a passagem do conhecimento objectivo ou pragmático, cujos pormenores nunca se esgotam perante a inteligente e paciente investigação dos especialistas, para o campo subjectivo dos conceitos, a acção, a construção interpretativa, o seu lugar no campo racional pelo seu tratamento lógico, fica incompleto. É êste o caso geral de um estudo que se deseje possa ter um carácter sério.

No caso mais particular que nos ocupa, poderíamos comparar os sucessos históricos com um acto de navegação de longo e ancestral curso no aparcelado e revólto mar de antigos condicionamentos. Em a nave portuguesa os seus sucessos constituem um todo, no qual a estrutura e as funções vitais só podem ser conhecidas e interpretadas pela aplicação do corpo de doutrina a que acima aludimos, e cuja substância e alcance aqui temos de expor e de usar.

O Princípio Demonstrámos que o conceito de Nacionalidade se define como «invariância continuante num grupo de transformações de movimentos sociais» (1).

(1) Vide o nosso *Princípio de Nacionalidade*, Lisboa, 1917.

Nos sucessivos grupos de transformações político-sociais da Nação persiste a invariância, que marca a Nacionalidade, o Ser nacional continuante no tempo, formado pelo agregado descontínuo, na fluência de aspecto contínuo das gerações, constituindo a massa populacional da Raça Nacional, no seu «locus», no seu País. Esta dupla entidade, Raça e País, constitue esta admirável invariância fluente da Nacionalidade, conforme com as feições do ambiente nos sucessivos tempos.

Leis * Desta base conceitual, dêste princípio cuja existência lógica demonstrámos (¹) deriva necessariamente uma série de leis constituindo, como que a nomologia da vida, a explicação e a razão de ser, e da manutenção da Nação historicamente interpretada.

A invariância representa o valor da vitalidade nacional, continuante no tempo. Compreende por um lado a totalidade dos valores materiais e de todos os géneros, tudo quanto constitua o património do Estado, o inventário das suas disponibilidades, o seu activo. Por outro lado os valores espirituais que se manifestam substanciais e profundos, ou arreigados no sentimento pátrio na forma de quantiosa disponibilidade de sacrifício, e bem assim os que se manifestam na feição explosiva ou arrebatada, podem ser comparados à quantidade e ao potencial da vitalidade nacional. Por qualquer destas formas, mais ou menos perceptíveis nas suas manifestações, elas são conduzidas pela prudência ordenadora, pelo terror, pelo entusiasmo ou pelo sentimento de posse ameaçada do que nos pertence.

¹ Vide os nossos artigos *Valores de Portugal* em «O Instituto», vol. II, n.º 93 (1937) e segs.

Acresce a isto tudo nacional, o conjunto pessoal do Estado e as suas armas de acção: a legislação vigente ou as ditatoriais de ocasião.

Persistência Indicámos que, no decurso de qualquer história nacional, a permanência do seu carácter próprio constitue uma Lei de Persistência, uma dupla Lei de Unidade e Continuidade.

Desigualdades Coligada à Lei de Persistência, invariante e nela implicada, observa-se a existência de outra substancial, e condicionando a primeira. É a que denominamos Lei das Desigualdades, ou Lei das Diversidades e das Divergências: a Lei da Diversidade para com as populações limítrofes ou vizinhas, e a Lei de Divergência de seus Destinos. A Lei de Persistência (dupla) estende-se da persistência das características próprias da Raça à persistência das desigualdades para com as raças confinantes» (1), como defensiva da integridade nacional contra infiltrações estrangeiras.

Unidade «Considerada a Nacionalidade como substancialidade de classe, esta é regida pela Lei de Unidade e, sendo existencial, persiste como sob uma Lei de Continuidade, constituindo as duas a dupla Lei de Persistência».

Progresso Estas leis, formuladas pela lógica perante a observação do desenrolar dos acontecimentos histórico-sociais de uma nacionalidade, exigem como com-

(1) Vide o nosso trabalho *Fundamentos, Formação e Fundação da Nacionalidade* (separata de *O Instituto*, Coimbra, 1939, págs. 15 a 18).

plemento a Lei de aperfeiçoamento, Lei de progresso, definindo praticamente a vitalidade de um povo desde a sua origem, na Grei nacionalizante.

Finalidade Finalmente existe, sem dúvida, uma Lei de Destino, uma necessidade espiritual de finalismo e que é justificada, na experiência histórica da nossa Nacionalidade, pela sua existência perpetuada, prevendo-se nela uma interpretação teleológica, uma finalidade assegurada por uma misteriosa acção prospectiva e protensiva».

A Lei de Divergência ou de Destino próprio, privativo de cada Nacionalidade, com exclusão do destino das outras, e principalmente com irreductível exclusão do destino da mais vizinha, é evidentemente coligada à Lei de Persistência. Persiste a vida nacional e o seu Destino mantém-se através de todas as vicissitudes. Manteve-se abafada sob a pressão dos Áustrias de Espanha, como reserva de potencial na esperança política do aparecimento do dirigente da acção restauradora.

Quais foram, das leis representativas da invariância nacional, as que ficaram afectadas pela subjugação filipina ou impedidas total ou parcialmente no seu imperativo?

Recordémo-las numeradas e desdobradas:

- 1.º Lei de Unidade;
- 2.º Lei de Continuidade;
- 3.º Lei de Diversidade;
- 4.º Lei de Divergência;
- 5.º Lei de Destino;
- 6.º Lei de Progresso.

Teòricamente uma subjugação não implica o aparecimento de desfalque na Unidade territorial ou governativa,

quando esta tem antiga existência histórica e é larga e profundamente etnográfica, como a portuguesa. A nossa larga expansão ultramarina e a justa animosidade da Europa contra a Espanha desenvolveram a cobiça dêsses seus inimigos contra os vastos territórios governados pela hegemonia dos Áustrias espanhois. Daí o enfraquecimento da nossa continuidade unitária com os domínios do além-mar, pois a força subjugante era incapaz de abranger tão vastos domínios contra a cobiça alheia; nem contra a sua própria soube ou poude honradamente defendê-los.

A Lei Etnográfica da Diversidade era intangível, tal era e foi sempre o seu valor intrínseco, as suas profundas raízes e o alto e forte bracejar, através dos tempos, desta frondosa árvore da vida nacional, na qual viceja e se condensa em perpétuo movimento a poderosa seiva da invariância. Invariância até fisiológica que se reconhece na observação e no estudo das constantes hematológicas, nas características endocrínicas, que dão o feitio no apêgo aos costumes tradicionais, às tendências da arte popular e ao próprio espírito tão português que na nacionalidade funde o regionalismo, sem qualquer vestígio separatista, ao contrário de Espanha, sempre subjugada por uma escravidão unitarista e sempre desavinda. Através da subjugação castelhana manteve-se sempre viva, mas abafada sob o manto da infelicidade e do opróbio, a alma nacional, diversificada, bem distinta para com a do opressor, reserva de potencial para se actualizar (sob um constante pensamento e anelo), na ressurreição da vida de cada qual, na vida congratulada da comunidade, esperançosa de melhores e bemvindos dias.

É de imediata seqüência de uma subjugação o desaparecimento dos actos emanados de sob uma Lei de Diver-

gência. Convergem pelo contrário para a mesma direcção, tomam as mesmas directrizes as linhas de conduta no mesmo sentido. Sob o mesmo jugo castelhano caminharam então dois seres nacionais: um robusto, outro enfraquecido por fatais desastres. O condutor da junta que tirara desde então o carro peninsular é vivificado pelo cruel sangue dos Habsburgos, nestas proesas do sudoeste da Europa, nesta convergência obrigatória e imposta contra o interêsse do património português. Esfacelam-se riquezas e posses da nossa gloriosa história de além mares, pelo desleixo do condutor e pela cobiça de tantas nações europeas que, fartas dos espanhóis, querem aproveitar-se do que é nosso, acorrentado que está ao jugo castelhano. A nossa lei de progresso é pelo jugo espanhol obliterada, o qual a inverteu em uma fatalidade de retrocesso, como succedeu sempre em todos os países onde pôde, à fôrça de actos de crueldade secular, espesinhar as liberdades nacionais.

Raça É a Raça Nacional a sùmula material e espiritual invariante renascente do passado, revivendo na passagem pelo actual e prosseguindo sempre vívida para os tempos vindouros. Representa também e enriquece todos os valores de Portugal, inventariados em qualquer época, constituindo e mantendo o seu Património. O Património defendido pelo Estado Dirigente, exercendo a conservação do passado, o desenvolvimento do presente e a preparação do futuro, isto é, os três domínios que no conceitual se exprime por extensidade, intensidade e protensividade. Na realidade e no campo dos conceitos, o destino de uma colectividade, de uma Raça Nacional, postula uma direcção, uma fôrça dirigente, e essa Direcção tem que ser personificada por alguém, cujo espírito pensativo, cuja alma dedicada, cujo génio

inventor seja a sùmula da alma do ideal nacional, da sua justificada aspiração; e que na sua indómita vontade seja guiada «pelo sentimento colectivo de Finalidade» (1).

Restauração Restaurar o passado consiste, essencialmente, em repeti-lo e melhorá-lo. «A repetição dos fenómenos é uma lei universal». Tal é esta a fórmula sob a qual o eminente filólogo F. A. Coelho (2) afirmou o princípio universal da tendência à repetição. O caso de que aqui tratamos refere-se à repetição sociológica e de política orgânica, caracterizada pela conservação do amor pátrio.

A conservação do amor pátrio e da solidariedade nacional constitue o condicionamento básico da possibilidade da Restauração. É bem assim que, avaliados conjuntamente os caracteres manifestados no sentimento da Pátria que servem de unidades para a sua avaliação *in se* ou no fôro individual, êles são constituídos pelo teor de espontaneidade, de perduração e de revivescência. Fora do indivíduo, no fôro externo ou social, o que mais o valoriza é a sua inten-

(1) O *Sentimento colectivo de finalidade* é o título de um notável estudo do Prof. Sr. Vieira de Almeida (inserto na *Revista de História*, n.º 7 e segs.). Empregamos esta fórmula como correspondendo a uma idéa necessária ligada como que a uma constante da equação e não como *primeira interpretação do fenómeno* no sentido indicado pelo mesmo autor e notável filósofo.

Êste seu estudo mostra a penetração do seu pensamento, aliado a larga erudição no assunto filosófico e ao uso de um curioso processo de forma dicotómica, na análise exaustiva que levou a cabo vigorosamente, concluindo que a «finalidade, como uma realidade da consciência», e pela sua «importância psíquica e pelo seu valor biológico tem de ser um aspecto do problema do conhecimento». Esta conclusão coliga-se com o significado de protensividade que adoptámos de W. Hamilton.

(2) Vide *Revista Lusitana*, 1912, n.º 1, 2, 3.

sidade de sacrifício útil, a solidariedade com o meio normal e as condições de eficiência da sua energia.

Uns e outros tendem a desempenhar o seu papel de resistência contra as pressões demolidoras do meio, contra a indiferença aos perigos do ambiente exterior, e contra a inércia de acção, que numa esperança messiânica comodamente atende em repouso, a chegada de um «salvador» (*Sebastianismo*)... No entanto «reconhece-se, na particular emotividade de cada qual, uma representação espontânea da defesa do conjunto, que pelo facto de não ser organizada nem por isso deixa de constituir um poderoso instrumento de vigilância e conservação do amor pátrio, e da aplicação na defesa da unidade racial» (1). Ainda no tocante ao fenómeno da repetição êle consiste, no nosso caso, em assegurar para o futuro o ressurgir, o restabelecimento da Lei de Continuidade, a Restauração enfim. Sob ela se regia a função dirigente da Governação do Reino e a permanência do seu órgão supremo: o Rei.

A renovação da monarquia portuguesa teve a forma mais desejável pela erecção à função de reinante, de alguém a quem se restituisse êsse lugar em ser, o Trono, a coroa da antiga família da dinastia de Bragança.

Sob a natural conservação da Diversidade, a Continuidade do Destino foi felizmente acompanhada pela continuidade da Casa de Bragança figurando como «Memento» de renovação, de estrêla do Norte, para guia no rumo desta prolongada navegação de sessenta anos e de variada fortuna, até que mais agitada a idéa e excitadas as vontades appareceu o inventor, o piloto e homem do leme. Como disse-

(1) Vide *O Princípio da Nacionalidade*, do autor.

mos tinham precedido factos preparatórios, que só ao depois se reconhecem como influentes e que permitiram surgisse um impulso criador (Patten) ou iniciador do movimento acelerado de «inovação» (Tarde), denominações diversas representando o mesmo fenómeno de desenvolvimento de trofismo social ou de «Bathismo» (Ward) e que o inventor dirigente soube aproveitar sôbre a «lei da multiplicação dos efeitos» (Spencer) com a sua superior intelligência na direcção suprema do movimento. Tal foi João Pinto Ribeiro, que ao grande Rei D. João IV pôde franquear a Nau do Estado e à Nação o supremo bem da liberdade, independência e autonomia.

II

LIGAÇÕES E DENOMINAÇÕES TERMINOLOGIA

De que modo se poderá consubstanciar e adjectivar a perda da independência e da autonomia portuguesa, em 1580, e a sua sujeição a rei estrangeiro?

Como denominaremos essa perda em termos de classificação?

A existência de concentração de poderes e da unicidade soberana nas mãos do Imperador, êste facto assegurou-lhe a soberania única na península, portanto a criação de uma unidade hispânica e a correspondente anulação da unidade estadual portuguesa.

Esta concentração de poderes na mão de um só chefe de Estado, e sendo êste estrangeiro, significa para o dominador o exercício de uma subjugação activa levada a cabo

pela força, e para as vítimas uma odiosa sujeição a esse rei estrangeiro, sob forçada dominação.

União Denominar União ou Reunião de duas coroas esta dominação é um tendencioso disfarce ou um elegante e ilusório eufemismo de cortesia para iludir a dura verdade que uma cabeça não pode ter duas coroas sem que essa cabeça com uma das coroas (a primitiva) governe os antigos domínios da outra, que se tornou apenas simbólica de um domínio, já então inexistente. A corôa simbólica serve de «memento» do latrocínio, contra o qual pela revolução confirmada e assegurada por 28 anos de guerra assegurámos, sobre a cabeça do nosso restaurador da monarquia e reino de Portugal, a corôa perdida.

A dominação Filipina revela-nos que, se por um lado é ilusória a designação de duas coroas unidas para disfarce do domínio, por outro lado, era realizado de modo diverso daquele que se dava nos antigos reinos de Leon, Sevilha, Cordova, etc. Assim o termo União e Reunião, constituem simultaneamente um benevolente eufemismo para com a Espanha e um erro de interpretação no ponto de vista *de jure*.

Também não constituíu uma união etnográfica, por ser oposta à natureza das cousas, contra a lei persistente da diversidade. Nem tão pouco foi uma união moral inexistente na ocasião da subjugação nem o foi sendo, pelo caminhar da opressão durante 60 anos, atendendo a que subserviências ameaçadas e subornos não são mais que aderências imorais, de timoratos aterrorizados ou de degenerados.

Um sarcasmo, pois, que essa pretensa União existisse desgraçadamente para Portugal mas na forma de Anexação. Anexação ou dominação política, implicando a perda de

autonomia e de existência, como Nação Livre com representação diplomática, eis o verdadeiro termo classificador do estado a que a Espanha reduzira o Reino, assim tutelado.

O simples uso do termo União constitue, pois, uma falsidade. Só é legítimo adicionando-lhe um adjectivo e designando-o como União subjugada, subordinada, ou jugulada. A supressão destes adjectivos constitue uma subtracção feita à verdade e uma tentativa de subôrno moral.

Federação Prosseguindo ainda nesta análise das relações entre Portugal, sujeito sob a subjugadora Espanha, não poderiam classificar-se de «Federação», tal como a «Union» N. Americana ou a Sounderbund Helvética, porque em qualquer delas não existe um Estado, de Cantão dominante, e tão somente uma governação emanada das respectivas Casas do Govêrno (Casa Branca ou a de Berne).

Confederação também não poderia ter sido, pois funcionaria por acção comum ou de compacto. Nem tão pouco «Associação» pois implicaria a coligação e igualdades associadas que não existia pois vegetávamos em tutela.

Coligação também não o era, sob o férreo jugo e cruel domínio de um Usurpador. À sua governação suprema ficámos adstritos, por actos compulsórios de antemão preparados, e completados pelo cometimento invasor de um exército armado.

Finalmente por essa conquista, que assegurou a Castela a concentração de todos os poderes gerais internos e internacionais nas mãos de um só rei, usurpador do trono português e de poder absoluto, como o exercia também em Flandres, em Nápoles, no Milanês e nas duas Sicílias, era necessário um sistema de distribuição de trabalho adminis-

trativo, para que a usurpação desse resultados profícuos para o império, onde o «sol nunca estava em ocaso».

A ingenuidade de alguns críticos, a irreflectida ignorância da maior parte espalham (quando podem ou têm auditório ignorante ou leitores de apoucada capacidade), que a partilha administrativa e judicial, atribuída em parte a Portugal, fôra uma prova de delicadeza para com o nosso país, quando pelo contrário era um meio de tornar prático o domínio imperial para reger esta nação, como as outras sob seu uso singular de línguas, e tradições diversas e bem arreigadas. Tal afirmativa só serve para iludir os espíritos fracos da actualidade, na aceitação de uma antiga Nação peninsularista ou neo-ibérica.

Resumo Em resumo a terminologia relativa ao domínio espanhol em qualquer forma de Anti-Nação portuguesa pode dividir-se em dois grupos: o primeiro exacto, completo, correcto e elucidatório compreendendo Unicidade de poderes: Sujeição, Subjugação, Dominação, Tutela, Anexação, implicando perda de independência, autonomia política nacional e internacional. O segundo inexacto por incompleto illusório, illusivo e tendencioso: Uniões etnográficas administrativas (monarchia dualista ou diarchia), Reünião de dois Reinos, Reünião de duas Coroas, Superpatria peninsularista.

III

CAMPO INTERNO

A-par das profundas feridas na sensibilidade do campo colectivo, enfraquecera-se fatalmente o potencial da deter-

minação. Uma revolta contra uma fatal e profunda desgraça nacional que significa senão a desolação de desespero? Só nas almas de elite, possuidoras de uma visão das realidades presentes e de uma larga previsão do futuro se pode avigorar o pensamento, para nele se firmar uma vontade. O seu sempre memorado tipo será o de Febo Moniz.

Êxtase Por via da dolorosa jornada de África tinham diminuído de capacidade tôdas as faculdades da alma portuguesa. A verdadeira Herdeira da Coroa portuguesa, sendo mulher, tinha de ser bravamente defendida pelo Regente, no qual concorria a senilidade e o sacerdócio para assegurar a Filipe, o pretendente espanhol a incapacidade defensiva do suposto opositor. O suborno dos grandes, que raras vezes preferem a independência da Pátria às comodidades e prazeres, ainda que, só esperançosos, de uma Côte, amolecera-lhes a vontade. Os fronteiros do Alemtejo ofereceram fraca resistência contra os afamados terços do Duque de Alba. Justificava isto tudo o alegado dito do Rei espanhol a respeito do novo país, apanhado para o seu império: «herdei-o, comprei-o e conquistei-o?»

Reservas Debaixo dêste pesado pano de caixão, de cobertura estrangeira e de humilhação nacional, vivia em catalepsia, mas vivia, a alma portuguesa, vivia o corpo colectivo de Portugal, alquebrado em fôrças, diminuído em número.

Vivia a Diversidade etnográfica e histórica para com o povo espanhol. Vivia a Unidade nacional a dentro de fronteiras. Vivia portanto, em Continuidade ainda que subjogado, o País com o seu Destino mas com indeterminado rumo, e dentro de uma convergência no sentido espanhol.

Não enveredamos pelas complicadas e dolorosas sendas dêste período de estupefacção, incerteza e decadência de vontade, em narrativa desoladora, nem tratámos de escrever uma narrativa da Restauração em minuciosa análise. Não é essa a tendência da nossa feição nem o caminho do nosso propósito. Tentamos pelo contrário caminhar por fora dos atalhos, expôr os sucessos mais decisivos, mas tão somente sob um aspecto de conjunto.

Campos de acção Tentamos expôr quais as disponibilidades gerais das quais o corpo colectivo nacional estava possuído, na possibilidade ou na eminência de lutas, dentro do País. A êste conjunto panorâmico damos o nome de Campo Interno.

A luta de defeza contra o estrangeiro para conseguirmos assegurar a continuïdade da Restauração, vingada dentro do País, luta que logo após a vitória interna se desenhou, constitue uma história gloriosa contra os torpes imperialismos europeus e sua cobiça de nos querer, sob falsos pretextos, acorrentar aos seus proveitos. A êste domínio vasto e interessante daremos o nome de Campo Externo.

No Campo Interno observam-se tôdas as formas de passividade, de reacções e de actividade da entidade colectiva, como população nacional, bem como são observáveis os factores individuais.

À entidade colectiva, à Nação subjugada, pertencia, como sempre e em casos análogos pertence, um potencial político-social geral analisável e traduzível perante uma classificação das Leis Nacionais, no decurso dêste trabalho expendidas. Aos indivíduos andam adstritos os factores particulares de passividade ou de reactividade, perante as

contrárias sugestões que os cercavam, e as suas próprias consciências e dignidade.

Dinamismo Não é definível o campo interno em breves termos, como acabamos de mostrar. Apresenta-se-nos antes como um complicado panorama, ou vista cinematográfica, vasto porque vindo pelo menos de épocas anteriores a 1580, prolonga-se ainda além de 1640, não custando a compreender como seja complicado. Em sucessivos períodos dessas épocas agitam-se os influentes da Nobreza e do Clero e parte da classe média, e não menos o sentimento popular sempre queixoso, sofredor, mas vigilante e revoltado contra o desaparecimento da Soberania nacional, vendo a Divergência dos Reinos convertida numa sujeição convergente e contra o bem da Nação portuguesa, dominadora e esmagadora da pública Liberdade.

Reacção difusa A mentalidade dêste conjunto da Colectividade, Clero, Nobreza e Povo não pensava em vão. Um Rei português, uma coroa, um trono nacional, eram o pensamento comum, que para a imaginação popular se desviava por vezes para a esperançosa vinda de D. Sebastião, constituindo êste mito uma sorte de potencial que sustentava a Finalidade nunca destruída, e por outro lado a Casa de Bragança nos seus vastos domínios, com centro em Vila Viçosa, esperava e também vigiava.

Sucessos Na sucessão da Casa de Bragança dera-se um passo suspensivo na sua vida a partir de 1630. Neste ano morrera D. Teodósio II, casado com D. Ana Velasco, filha de D. João de Velasco, Duque de Frias, sucedendo-lhe o primogénito D. João II, que veio a ser o res-

taurador D. João IV, que nascera em 19 de Março de 1604 e casara-se em 1633 com Luisa Francisca de Gusmão, filha de D. João Peres de Gusmão e de Medina Sidónia.

Contraste No âmbito do domínio das Leis da Diversidade e do Destino, notável contraste se observa ao percorrermos a história comparada de Portugal e da Espanha principalmente.

Em Portugal as árvores das famílias dinásticas tem sido tão fortes que o seu nome se impõe, e de tal maneira que o nome das famílias da Rainha de Portugal não se mencionam, como não é o caso de Bourbons e Habsburgos, Casas reinantes cujos enxertos parece terem valido mais pelo prestígio do seu nome que as famílias radicais dos tronos, desses outros países como a França, a Espanha e a própria Inglaterra. Em Portugal as casas reinantes foram sempre bem portuguesas de nome e Raiz e as notabilíssimas Rainhas que tivemos parece que se esforçaram em manter o prestígio dos nomes titulares dos dinastas portugueses. Ilustres foram algumas delas e de ilustres famílias reinantes, mas a opinião pública traduzida pelos escritores nunca mencionaram predomínio algum dessas casas reinantes, para as quais, para a fama política e familiar essas rainhas nunca influíam e sobre as quais os acentuados elogios pessoais e afeição saudável que possuímos, provenientes das suas altas qualidades, não passam além da família do reinante português com excepção da Mãe Inglesa dos Altos Infantes, produtora da ínclita geração do século de ouro de Portugal, e da Aragoneza pela sua graciosa Santidade. Com estas duas excepções que valem enxertos, venham de onde vierem, perante a robustez da árvore Nacional sugerindo, dando-lhe a seiva portuguesa, a essas ínclitas princesas que envi-

daram esforços elevadíssimos pelo gosto da vida portuguesa? Esse contraste acentua-se ainda após a entrada de Filipe II de Espanha a sujeitar Portugal, subjugando-o à canga castelhana. Que repugnância semi-oculta pelo rei estrangeiro! Não queríamos, e sobre este sentimento de repulsa foi aquecendo pouco a pouco o forninho da revolta, até à feliz explosão de 1640.

RESUMO SÔBRE O ESTADO E ACCÕES
NO CAMPO INTERNO

De tudo quanto em abreviada forma de generalidade expusemos, há a resumir e precisar, em síntese, as seguintes conclusões:

A existência de uma consciência colectiva, íntimo psiquismo geral, apoiado nas Leis derivadas do Princípio de Nacionalidade, substrato espiritual da Raça, constitue a sua resistência estática e é formulável pelo esquema a seguir:

1.º Sob as leis regendo os factos:

A continuïdade da Identidade territorial, regional e total do País.

A continuïdade da Diversidade étnica e histórica da Nacionalidade.

2.º Sob as Leis regendo o pensamento no ideal persistente:

Da existência de uma Unidade fundamental e histórica da Pátria.

Da existência de uma Continuïdade perdurável.

Da possibilidade e crente probabilidade de uma renovação.

As manifestações externas, derivadas destas bases do psiquismo do subconsciente, até aos limites superiores de uma lúcida consciência manifestavam-se:

Pela feição individual e grau de valor do carácter pessoal.

Pela sensibilidade de adaptação ao meio e poder reflexogénico.

Pela sensibilidade ao contágio opiniativo e sugestivo às intimidações, próximos perigos, promessas, subornos, trocas de favores, parentescos.

Pelos estados da alma colectiva: sensibilidade emotiva, crença nos destinos, vaticínios, alucinações.

Na síntese da sensibilidade totalitária da maioria da população caracterizando a sua Individualidade.

Por êste resumo fica estabelecida, a nosso ver, a Passividade amorfa ou a Resistência Estática da População, desde o negrume iniciador da dominação, e através dela ao longo do opressivo caminho, até ao dealbar da Restauração.

Passemos a resumir o Dinamismo da sensibilidade reactiva e reflexiva.

No seio e na distribuição difusa das opiniões, o meio opressivo da dominação ou subjugação espanhola não permitia a existência de órgãos reactivos, mas nunca poderia proibir a reactiva difusão das idéas e das formas larvadas de protesto. Mostrava-se o dinamismo reactivo:

1.º No exercício do pensamento, regido pelas Leis derivadas do Princípio de Nacionalidade contra:

a) A convergência dos destinos, contrariando a Divergência da Finalidade entre Portugal e Espanha.

b) O pensamento castelhano de unificação provincial, último passo para a anulação da Nacionalidade.

2.º No exercício dos protestos contra:

c) As acções depredatórias no Património das possessões ultramarinas, glórias imortais de Portugal.

d) Os danos e perdas no Inventário dos bens nacionais.

e) A depressão resultante da não representação internacional de Portugal.

f) Os males individuais, as terríveis perseguições morais e físicas.

Avivara-se extraordinariamente a chama da esperança, alimentada na do desespero, foco já patente que iluminava o entusiasmo da população para a brevidade do desenlace, e aterrorizava Castela, contra cuja descarável tirania tóda a Europa clamava, e se movia. Recusara o Duque de Bragança o vice-reinado de Lombardia, com que Olivares o queria afastar de Portugal; e nomeando-o pela carta régia, datada de Ventosilas em 28 de Janeiro de 1638, para Governador das Armas, deu facilidades extraordinárias ao Duque para, nas visitas às praças de guerra e quartéis, tornar-se simpático, aliciando só com as suas boas maneiras, tódas as guarnições, a seu favor. Tal foi o fruto colhido pelo apoucado e cruel Conde Duque de Olivares.

Em dever de seu cargo, vinha o Duque de Bragança freqüentemente entender-se com a vice-raíña, Duquesa de Mântua, em Lisboa. Vindo por Almada, tinha-se sempre a sua côrte de esperançosos conspiradores e vassallos (contava destes 80:000) e em 1639 as reuniões tinham já o aspecto de uma verdadeira côrte, ouvindo tanto as queixas como os

propósitos. «Tudo ouvia El-Rei nosso senhor e calava: observando o segrêdo de tal maneira que os fidalgos que nisto lhe falavam, diziam: vamos a Almada, que o Duque é grande confessor: ouve e cala».

Estavam já os confederados tão resolutos, que «queriam no mês de Agôsto, de 1640, e no seguinte de Setembro reduzir a acto, o que tanto se desejava»... «E êste honrado zêlo do bem comum moveu os corações dêstes fidalgos com tanto assombro...» que queriam «aclamar ao Duque por Rei, ainda que êle não viesse nisso; porque em tal caso ou recorreriam ao Senhor D. Duarte, ou, quando de todo o ponto faltasse cabeça, se governaria o Reino como República, e senhoria livre».

Sobreveio o aviso aos nobres para acompanharem Filipe III à Catalunha e, apressada a conspiração, o Padre Nicolau da Maia «deu parte de tudo que estava ordenado, aos Juizes do Povo, aos Escrivães, aos Vinte e quatro e aos Misteres, e a muitos officiais capazes de se fazer deles a confiança que o caso pedia.

IV

INVASÕES ARMADAS A LIÇÃO DE BRENNUS

Altivez gaulesa Já bem depois da primeira invasão no norte de Itália e para além do Reno, succedeu que, em 391 (a. C.) repetiram os gauleses a entrada pelo Latium, em vingança dos embaixadores de Roma terem incitado os Clusianos e defenderem-se. Tinha respondido Brennus, o chefe gaulês, às increpações da embaixada Flávia que

reclamava contra êste insulto ao «direito das gentes», dizendo que «o seu direito consistia nas suas armas e que tôdas as cousas pertenciam aos homens valorosos e resolutos; mas que sem recorrerem a êste primeiro direito se queixava justamente dos Clusianos, pois tendo muitas terras que êles não podiam cultivar, haviam recusado entregar-lhe as que deixavam sem cultura». «Êles nos fazem a mesma ofensa, que em outro tempo vos faziam os Sabinos, os de Alba Longa, os de Fidena e que ainda vos fazem todos os dias os Equos, os Volces e todos os vizinhos aos quais com as armas na mão vós tomastes a maior parte do seu território: assim deixai de interessar-vos pelos Clusianos, temendo ensinar-vos pelo vosso exemplo a defesa daqueles, que vós despojastes do seu antigo domínio» (Vide T. Lívio, Diod. Siculo, Appiano &).

Transladamos esta imorredoura lição que Brennus ensinou aos modernos imperialistas, atroses ou ridículos discipulos em falsidades e de guerras desatinadas e atroses. Porque não fazemos história, apenas aludiremos à batalha junto à ribeira de Ália e ao cêrco de seis meses ao Forte do Capitólio, que os Gauleses levantaram por dinheiro, depois da defesa desilusória de Mânlio, despertados os romanos pelos ganços de Juno, da Olímpica esposa de Zeus. Lembremos a lenda da balança, do ouro das «divisas» metálicas de então, avaliadas pelos pêsos falsificados por Brennus, compensados pela sua espada e seu talabarte e com a sua insolência ao depôr os contrapêsos: «o que poderá ser isto senão a desgraça para os vencidos»?

Altivez germânica Após tantos anos passados na marcha dos sucessos, eis que se nos depara na leitura do Canon da política internacional germânica, escrito no livro *Gross Deutschland* (Otto Richard Tannenberg)

publicado em 1911, entre muitos outros trechos o seguinte: «o problema de hoje, para a Alemanha, é passar de potência europea para potência mundial... A política sentimental é uma tolice. Sonhos humanitários, estupidez. A partilha dos benefícios deve começar pelos patriotas. A justiça e a injustiça são noções, que apenas se tornam necessárias na vida civil. O povo alemão tem sempre razão porque é o povo alemão, porque conta 87 milhões de nacionais»... E este programa da vida pública era acompanhado por um mapa da divisão da América do Sul em três partes: uma pequena porção territorial do lado norte era atribuída aos Estados Unidos, a parte do sul, compreendendo parte do Brasil e até ao cabo Horn, à Alemanha e a parte central, a mais extensa, à Inglaterra.

Suprimindo inúmeros exemplos de trechos, que tentam justificar o direito da força sobre a força do direito, concluïremos estas simples notas com as afirmativas do notável sociólogo alemão Freier, sobre o valor da conquista (o que apelidamos Imperialismo Totalitário), perante o Estado: «A conquista é em si condição de existência para o Estado, é-lhe preciso ter em volta de si atmosfera de conquista. Tõda a política consiste em dirigir a guerra por diversos meios. Durante os intervalos de paz o Estado só deve ter por objecto o regresso ao estado normal: a guerra (vide *Documents du Combatant* de Fevereiro).

O desenvolvimento do actual imperialismo germânico é para o próximo oriente: Balcans, projectado na frase Draugnachosten (rápido caminho oriente) é assim germânicamente justificado.

A mais de dois mil anos de intervalo de tempo a lição de Brennus alcançou formais e temíveis discípulos.

V

TEORIA DO IMPERIALISMO
E SUAS PRÁTICAS

Bem admitido é o significado de Imperialismo, como ser uma tendência impendente a uma expansão territorial, com anexação e sob o domínio do invasor. Constitue assim o Imperialismo um limite para que tendem todos os poderes populacionais ou estaduais, independentemente das formas ou sistemas governativos.

Causalidade Dadas as exigências orgânicas dos agremiados ou corpos colectivos, sejam êles multidões migrantes, hordas, tribus, ou finalmente no último desenvolvimento político social, Nações armadas, compreensível é a existência de um mau estar que se possa sentir na localidade, nos territórios do seu estacionamento. Mau estar que pode provir de alterações das condições agrológicas, hidrológicas, ou climáticas; tais foram as causas das migrações dos Pelasgos acossados pelo transbordamento do oceano Scytico, tais as da retirada dos antigos Saharaenses perante a secagem do centro-norte africano. Pelas simples exigências do organismo físico social são estas migrações isentas de idéas imperialistas pois têm por origens causas externas.

De causas internas de que provém os Imperialismos, e o seu mais repetido exemplo, observa-se no caso de aumento da população cujo solo cultivável dê insuficiente garantia de colheitas, ou de manutenção, perante o aumento demográfico. Esta profunda causa económica, independente das tendências do nomadismo, aparece sempre como humana

que é, incorporada, personificada nas entidades responsáveis por serem detentoras da chefia, nos supremos poderes de direcção.

Nunca a tendência imperialista é isenta da humana qualidade da cobiça individual e colectiva, e da ambição da glória imortal, cuja meta vem tantas vezes a dar em morredoura vanglória ou em comum desgraça.

Desviando a vista destes casos gerais para outros mais concretos, passemos a exemplificar e a classificar os mais acentuados, nesta universal tendência dos dirigentes e responsáveis, pelo futuro dos povos e das Raças nacionais de todos os tempos.

Raça Raça Nacional é o resumido e apropriado nome dado à população tradicional de um país diversificado de qualquer outro pela sua História gloriosa (que é a do nosso caso), pela sua caracterizada e inconfundível etnografia em todos os seus ramos, desde os populares até aos de mais alta cultura. A raça é também diversificada pelos caracteres antropológicos e somáticos, largamente comprovados e fundados no heredismo. Mantida na sua personalidade pelas seis Leis deduzidas do Princípio de Nacionalidade, a Raça é um corpo colectivo a que tem de se atribuir incontestavelmente, Sensibilidade, Mentalidade e Vontade. Ainda, com tais caracteres, a sua situação como individualidade internacional é avaliada pelo discernimento da sua governação interna e pela posição internacional de se manter respeitável, respeitando as outras nações. É a consciência colectiva, manifestada pelos actos públicos externos do Estado vivificado pelo Amor Pátrio, que deve manter as Nações em equilíbrio internacional, segundo o «direito das gentes».

Patriotismo É fundamental no Amor Pátrio a Fortalesa, a virtude que pugna pela Eqüidade na moral social e internacional, bem como na moral individual. Para bem de mútuo respeito deve reconhecer-se uma conexão entre o grupo de actos naturais, exigidos pela defesa contra agressões, e os fundamentos éticos. A defesa racial possui o seu fundamento ético mas não assim a agressividade nem os larvados meios da cobiça sôbre tentativas de desorganização alheia. O sentimento pátrio representa pois a manifestação de uma Lei moral correspondendo à constância substancial da Raça ou à sua invariância e à constância consciencional do espírito colectivo, ou da Alma Nacional.

A constância do espírito colectivo mantém-se pela compreensão e exercício da solidariedade, de modo que os esforços, as energias sejam orientadas num sentido comum, conduzindo esta energia à económica orientação dos meios defensivos.

Em nefasta opposição à sanidade universal desta doutrina levantam-se, repetidas vezes na história, os exemplos da mais terrível criminologia internacional, praticada pelos chamados homens de Estado, sob os mais mentirosos pretextos.

Imperialismo Pelos factos bem conhecidos da história europea concluimos que, se há fenómeno político social mais antigo e generalizado, até aos tempos mais recentes, êsse fenómeno é o Imperialismo, praticado e classificável nos grupos seguintes:

De invasão total, ou migrações populacionais.

De invasões armadas assaltantes e unilaterais.

De invasão diplomática.

De invasão diplomática, consagrada como sacrosanta (à antiga).

De invasão cumulativa.

Derivados de causas diversas e de formas variadas exemplificam-se os imperialismos, acima classificados, no sudário, ora deprimente ora glorioso entre o efémero e o eterno, nos seguintes anais do mundo.

1.º Imperialismo mental de Roma antiga.

Conceito do espírito e do sentimento político-idolátrico, sob a continuação do *Senatus populusque romanus*, fonte das leis e do mando a executar pelos cônsules. Admirável síntese iniciadora de grandes e pequenos feitos, criadora e mantenedora por via da adaptável e modificável, mas sempre viva, *Lex romana*.

2.º Invasões armadas de persistência descarável secular, fundadas no desprezo das Leis Divinas e humanas e na afirmativa afrontosa das doutrinas transcritas por nós, no artigo «A lição de Brennus».

3.º Invasões e apropriações territoriais, a partir da região helvética, da Família dos Habsburgos.

4.º Imperialismo das «Casas Reinantes». As tendências e os actos de expansão além fronteiras raciais, ou das nacionalidades assim reconhecidas em dadas épocas, essa expansão em ser ou em acção, é determinável por qualquer das formas seguintes:

a) por herança de uma corôa, testada por um Rei a favor de outro príncipe, tal o caso de Carlos II de Espanha a favor de Filipe de França, que veio a ser Filipe V de Espanha.

b) por direito sucessório legítimo, natural.

c) por direito falseado, como foi o caso do direito invocado por Filipe II de Espanha para se apoderar à força da liberdade portuguesa.

5.º Imperialismo de entusiasmo guerreiro, tal o da França napoleónica.

6.º Imperialismo que invoca excesso de população, procurando alargamento de «Espaço vital» ou invadindo, procurando o pertencente ou ocupado pelas populações de semelhança racial, o que constitue o «Racismo» e retendo a ocupação pela violência do nazismo. Imperialismo continuante dos antigos imperadores germânicos e finalmente dos Hohenzollernes e da actualidade.

7.º Imperialismo mundial procurando os lugares mais apropriados a estabelecimentos de feitorias comerciais, para troca de produtos industriais por matérias primas destinadas à alimentação e transformação. Exigências seqüentes de defesas territoriais e de Império organizado ultramarino, por toda a vastidão do globo: Império Britânico.

8.º Imperialismo assaltante, ou irracional destruidor, latrocinário, assassino, só comparável aos dos antigos turcos, tal é o malbaratado nome de Imperialismo dado ao bolchevismo slavo, e às suas selvagens hordas militarizadas.

Duas formas Cumulativamente, condensando e resumindo, podemos dizer que o Imperialismo constitue tendência inata e portanto natural aos seres agregados da espécie humana. É seu carácter dominante a tendência à expansão, e em dois campos activos: no espaço e no tempo. No espaço tende a desenvolver-se nas áreas territoriais mais próximas, ou naquelas que melhores auxili-

lios materiais ou políticos oferecerem. No tempo propaga-se por via da psicose colectiva dominante.

No espaço, territorial ou «vital», a expansão opera-se por infiltrações sugestivas e por ocupações démicas insinuadas com pretensos futuros direitos de minorias domiciliadas, e ligadas aos próprios interesses locais. Sôbre tais bases o assalto militar abruço e terrorista completa a premeditada ocupação «imperialista».

No tempo, a prospecção faz-se sob directivas gerais de actividade Diplomática Militar, ou económico-financeira, separada ou combinadamente. Faz-se por intervenção individual, ou colectiva, de escritores de literatura, poetas em publicações, em jogos florais, num intercâmbio incessante de tôdas as formas, e finalmente pelo conhecido e suspeito turismo internacional, onde uma preparatória espionagem ocupa o seu lugar de interêsse próprio e assalariado, intimamente ligado aos desportos internacionais.

VI

CAMPO EXTERNO IMPERIALISMOS EUROPEUS CORPOS GERADORES

O campo externo é definível como representando o conjunto das fôrças políticas das Nações europeas de qualquer forma que se exerçam as suas acções interventoras na vida interna do país, ou sôbre a sua vida internacional. Fôrças geradoras se poderão denominar essas fôrças que constituem a parte basilar do campo, e que na época de que tratamos eram as que emanavam das Casas Reinantes, no

seu inveterado hábito de ambicioso mando em avassalar territórios e povos sob a sua ideologia política imperialista. Neste imperialismo europeu eram dominantes, e em mútuo litígio de predomínio as casas reinantes dos Habsburgos e de Bourbon, a cujas intenções de posse e de expansão servia de base ou de pretexto, o direito sucessor, pois que os países se consideravam como domínios directos das Realezas ou das Dinastias. Sem grandes pormenores convém dar indicações sôbre essas duas casas que constituíram então a base do campo externo ou os corpos geradores de tôdas as múltiplas e mais agitadas acções dêsse tempo e das quais remanescem ainda vestígios, que revivescem com diversos alentos.

DOS HABSBURGOS

Dos Condes ou Landgraves da Alsácia, vassallos do Império de Alemanha, o mais autenticamente conhecido foi Adalric, Duque de Alsácia e vassallo de França, casado com Berswinda filha de S. Leger da qual veio a descender Radbot Conde do Altenburgo por via de seus antepassados Condes de Alta Alsácia e de Brisgau (Ethicon, Evrard, Hugo Gontran e Lancelin). Certo dia (seria pelos anos de 1020) vadiando Radbot à caça pelos terrenos que demoram entre o Aar e o Reuss, até à sua confluência, tendo-lhe fugido o seu falcão (Habicht) conseguiu apanhá-lo no alto do monte de Wulpelsberg, e, em memória do feito e perante a vista e a posição dominante do sítio, aí edificou o seu lar definitivo, dando-lhe o nome de Habichburg, que foi abreviado para Hapsburg e corrompido para Habsburgo. Para o seu solar transferiu sua vida e família, e dessa pequena montanha deu largas então ao seu espírito de conquista, pois

que organizado o seu corpo de homens de armas êle e depois seus descendentes, assenhorearam-se de todo o território adjacente por meios que só variaram no grau de violência ou deshonestidade. Êste primitivo e lindo país (parte da actual Suíssa) dos Habsburgos compreendia a confluência dos três rios: o Aar correndo de Neufchatel, o Reuss vindo de Lucerne e o Limmat de Zurich e as povoações de Lucerne, Zurich e Basilea, sendo êste local o nó das vias de comunicação de França e de Alemanha e para as partes de Veneza, Milão e Génova.

Irradiação Dêste sítio de sublimada paisagem, paraíso da terra helvética, veio a irradiar a projecção bélica, e das mais intensas, dos Von Habsburgos como reis e Kaisers da Alemanha e de Roma antes de cingirem a coroa dupla da Áustria e como imperadores do «santo império romano» tinham precedência sôbre os outros reinos, que tinham latrocinado até que êsse «Império», que não era Império, nem santo, nem romano acabou em 1804. O último e deposto Kaiser de Alemanha era o 23.º descendente de Conrado de Hohenzollern, primeiro burgrave de Nuremberg, no tempo do Imperador Frederico barba russa, cujo solar de família era perto de Altorf, ainda na Suíssa, e de Hohenstafen.

Em 1273 os Habsburgos tinham entrado, como casa reinante, no Império Germânico, na pessoa de Rodolfo I. Pela sucessão reconhece-se que às mãos de Carlos I tinha ido parar o Império de Filipe o Belo, que de sua Mãe herdara a Borgonha, de seu Pai Maximiliano I os domínios dos Habsburgos, isto é, a Áustria de Oeste sôbre o curso superior do Rheno, a Caríntia, a Áustria, a Carniola, o Tirol, etc., e do casamento com Joana a doida os reinos de Aragão, Castela e Nápoles. Às mãos dêsse primogénito veio a parar

pois o vasto Império que ficou sendo de Espanha e para o qual reverteu a casa dos Habsburgos. Reclamou Francisco I de França, representante da Casa Bourbon, a posse de Milão, Nápoles, Génova, Flandres, etc. e depois de duas infelizes guerras desistiu de tudo pela Paz de Cambrai.

Carlos V Pela abdicação de Carlos V em Bruxelas (25/10/1555 e 15/1/1556) dividiu-se a corôa de Espanha. Coube a Filipe II (I Portugal), a parte Nápoles, Milão, Flandres e Franche Conté. E os territórios dos Habsburgos vieram para a posse de Fernando, rei da Boémia, casado com Ana da Hungria, cujo filho foi Max. II (1564-1576) e teve por sucessores Rudolfo II e Matias.

Lutero Em 31/10/1517 Martinho Lutero, dr. em teologia, apresentou à Igreja de Wittenberg os célebres 95 artigos, originários de inúmeras guerras, angústias, matanças e desgraças sem nome e sem número na já agitada Europa, desde que o seu autor se apresentou a defender essas suas teses na Dieta de Worms em 1521. Desde 1523 que se desencadearam a disputa e as lutas armadas religiosas. Foram estas, que se prolongaram até 1618, a causa da guerra dos 30 anos no seu primeiro período, marcado pelas lutas em volta da Boémia e Dinamarca. Guerras políticas foram as da Suécia e as de França nos territórios alemães, e as lutas contra o predomínio da casa de Habsburgo. O Império Alemão, ainda mais com as lutas calvinistas se enfraqueceu, o que aproveitou à Casa reinante dos Bourbons.

Tertius gaudet Entre estes dois potentados o «tertius gaudet» encontrou o favorável campo externo da abençoada Restauração.

FAMÍLIAS DE HABSBURGOS DA ALSÁCIA, HABSBURGOS
 AUSTRÍACOS, IMPERADORES DA ALEMANHA,
 DA CASA DOS HABSBURGOS

Rodolfo I (1273-1274), IV Landgrave de Alsácia e Conde de Habsburgo, Imperador da Alemanha, teve por sucessor Alberto I (III em Áustria). Assassinado pelo sobrinho João entre o Reuss e o Aar, sucedeu-lhe Henrique, Conde de Lutzelnhurgo (1311-1313), seguindo-se uma confusa sucessão causada por lutas intestinas, até que em 1438-39, reinou Alberto II (VII em Áustria), ao qual se seguiu seu primo Frederico III (Frederico de Áustria, sucedendo-lhe Maximiliano I (1493-1514), que se arrogou o título de Imperador romano eleito. Casara com Maria de Borgonha († 1482), filha de Carlos o calvo, dos quais nasceu Filipe o belo, arquiduque da Áustria († 1506) o qual casou com Joana a louca, Rainha de Aragão e de Castela († 1555).

A casa de Áustria novamente irrompeu em Espanha, pelo casamento de Afonso XII, realizado na Catedral de Atocha em 29/11/1879 com Maria Cristina Henriqueta Desiré Reniére, filha do Arquiduque Carlos Fernando e da Arquiduquesa Isabel da Áustria. Segundo a lei austríaca, extensiva a tôdas as princesas, abdicou os seus direitos ao trono em 1/11/1879.

DOS BOURBONS

Origem É comparável a família Bourbon a um pequeno arbusto com extraordinária faculdade de enxertia sôbre árvores mais frondosas das casas reinantes de França e de Espanha. Um dos primeiros gomos dos Bourbons,

senão o conhecido como o mais antigo, foi Adhemar filiado da prole de Pepino o Breve, que regia o Senhorio ou feudo indirecto de Bourbon ao Rei de França. Mas logo na descendência se perdeu a varonia, mas essa descendência foi tal que se tomarmos a palavra casa (reinante) como de habitação, os Bourbons vieram a dar uma casaria capaz de formar povoação familiar de mortos e vivos.

Expansão Esta ascendência, entrecortada na linhagem por vários acidentes podemos tomá-la como renovada ou surgida pelo casamento da Infanta Beatriz (?), filha do Duque de Borgonha e herdeira da Baronia ou Senhorio de Bourbon, com o Conde Clermon, 6.º filho do Rei S. Luiz de França. Dêste casamento descendeu Luiz I Duque de Bourbon († 1341) representante do ramo Capetiano dos Bourbons, La Marche e Vendôme. Pelo andar dos tempos chegados à época de Francisco I (1547) e de Margarida Rainha de Navarra, a filha desta, Jeanne d'Albret casou com António de Bourbon († 1562), cujo filho foi Henrique IV, 1589, († 1610) de França e III de Navarra, ficando assim reinando a chamada casa de Bourbon, a Casa reinante europeia que mais guerras promoveu com muita glória e mais imperialismo imprimiu, usando e dando mau exemplo justificativo de muitas dolorosas ambições. E assim a seiva persistente do enxêrto Bourbónico dominou e deu nome à árvore. A descendência Bourbónica seguiu, em dias próximos, até Luiz Filipe, Conde de Paris, Duque de Chartres, representante dos últimos Bourbons Orleans de França, por cuja morte Henrique Duque de Bordeus e Conde de Chambord, foi o último que seria H. V († 1883) de França.

A casa de Bourbon reinara em França desde 1589 (Henrique IV) até 1792 (Set. 21, abolição da Monarquia).

Desde que a história medieval de França cessara em 1598, a antiga rivalidade entre essa nação e a Espanha tomara outro carácter. Acentuou-se êste, principalmente, pela intervenção a datar de Abril de 1624, de Richelieu na governação de França. Por esta época o poder dos Austríacos de Espanha tinha-se robustecido porque os primeiros resultados das guerras dos 30 anos (1618-1648) assegurara-lhe o Palatinado e o curso do Reno, pelo qual a Espanha podia comunicar com a Flandres espanhola, ameaçar os holandeses, e pelo Valteclive comunicar com o Tyrol e com a Baviera. Em 1635 Richelieu incitara os Holandeses a atacar a Flandres espanhola e a atacar a Espanha, cujo poder veio realmente a diminuir em 1638.

Decadência Um grande e prolongado eclipse das Casas Reinantes nos tempos modernos diminuiu as suas forças reais. Permaneceram contudo as recordações reivindicadoras, transplantadas algumas para conjuntos de sentimentos nacionalistas no sentido de ideologias políticas, dirigidas e robustecidas com largos argumentos étnicos e históricos, substituindo mais substancialmente as razões de família dos reinantes por processos particulares dos chefes chamados populares, por se terem popularizado à força de tiranias impondo unidades nacionais quasi illusórias. É por formas tais que o imperialismo germânico tem sido mantido, criando-se o termo nazismo para o definir, e produzindo-se sintomas de propaganda em outras nações.

Está em ser o Imperialismo Habsburguense e Bourbonense de Espanha, de modo que imperialismos naturais e verdadeiramente históricos, independentes de casas reinantes e não dominadoras dos bens alheios, há só três: o português, o italiano e o inglês.

IMPERIALISMO ESPANHOL

Em tudo quanto precede e se segue, os factos de feição imperialista dominante impõem-se ao registo da verdade histórica que temos de respeitar.

Origens Deveras curiosa é a origem do imperialismo espanhol, muito antes mesmo que a cobiça viciosa dos Habsburgos se tivesse insinuado na monarquia e lhe tivesse exacerbado o seu furor de domínio. Bem sabido é que em 1133 Afonso VII de Castela e Leão, ufanosamente se fez coroar Imperador na cidade de Toledo, robustecendo-se com uma convicção autosuggestiva para se apoderar do resto da península, pois só era então rei de Castela e Leão e não mais que suzerano de Aragão, Navarra e Portugal. O império dividiu-se pela sua morte, logo em 1139 Portugal se desmembrara de tão pouco desejável império, e desenvolveu a sua vida intensiva e extensiva até ao mar do Algarve, completando a ocupação do actual território em 1249, enquanto que a Espanha só pôde levar a cabo a expulsão dos mouros em 1498, isto é, 143 anos depois.

O preclaro flamengo, Carlos V, imperador da Alemanha e Carlos I de Espanha tinha, pela extensão territorial dos seus domínios, o direito ao título de Imperador de Espanha, mas como tal não era designado, nem de tal título se arrogou esse rei.

Filipismo Foi o imperialismo espanhol dos Filipes, de herança Habsburguiana, dominante e inexorável nesses tempos, firmando exemplos para o futuro, pela Europa. No ultramar uma sede na avidez das riquezas e

do ouro a colher, dera-lhe uma tendência e acção esmagadora sôbre as populações indígenas, e a-pesar do grande potencial de expansão não conseguiu, êsse imperialismo, a retenção colonial por causa dos cruéis processos de governação. Era o Imperialismo espanhol de natureza não unitário apenas com a aparência de unificado, o que conseguia com a forma do seu domínio.

Nos tempos felipinos a permanência do idealismo imperialista acentua-se pela fortuna do império herdado, incluindo Portugal, sonogado à herança legítima por meio de conquista auxiliada pela depressão da derrota africana e pelo suborno sistematizado. A Europa odiava, como se sabe, o império espanhol e do desejo de vingança viemos nós a pagar, anexados que estávamos e com as circunstâncias apontadas no «campo interno».

Através do tempo e de tôdas as vicissitudes e modalidades políticas, ocasionais ou deliberadas, a constância desta tendência tem-se mantido até nossos dias. A opinião pública falada ou publicada em jornais e em um rico cômputo de livros e folhetos teve como uma notável amostra de início no «Portugal convencido» de Nicolau Fernandes de Castro (1) que apresenta um adornado e enriquecido braço de armas do império espanhol dêsse tempo com a incorporação das armas de Portugal e, na seguinte página, com gravura de louros com um dístico de póstuma impostura.

Desde então e dando um grande salto sôbre a rica

(1) Êste livro de XLII, 1905, pág. foi impresso em Milão na data acima e tem o n.º 569 no Maggs Spanish books.

bibliografia antiga e moderna, escolheremos desta última um único excerpto por ser breve característico e didático para ensino ou guia de espanhóis para conosco. Entre os mais perfeitos, como método expositivo, mencionamos o de Gay Vicente, *El Imperialismo*, Madrid, Beltran — 1915 —, no qual a idéa imperialista espanhola é definida com uma perfeição, como uma «doctrina», «una directiva de la vida social»... un impulso natural, una tendência expansiva comun a todos los pueblos, a no tratar-se de sociedades decadentes e degeneradas. La teoria del principio de la nacionalidad, que encierra el Estado en los limites precisos de una nacion, es un sintoma de debilidad»...

Lançado êste anatema de débeis, degenerados e fracos a todo o espanhol que não proclame ou queira o império à nossa custa, é bem de ver que principalmente aos espanhóis de tôdas as épocas compete a propaganda e promoção da invasão espanhola sôbre o território alheio (o português), para dêle se apossar de vez. Dêste livro de 315 páginas, a têrça parte é consagrada à orgânica do império conquistado sôbre nós. Todo o espanhol encontra nêle a matéria prima da sua propaganda. Tôda a Espanha estará ao presente imbuída dêsse ideal imperialista, de nos aniquilar como nação independente, não tanto como fim, mas como o único meio de os espanhóis se constituïrem em vasto e importante Império Hispânico?

Tendo invejado sempre a Inglaterra e odiando a aliança luso-britânica, diz: «quiero soñar con un Portugal que no sea la factoria inglesa de hoy»... «España no puede consentir nunca que Portugal sea pisado por planta extranjera»... «Recuerde-se que la proteccion otorgada a Portugal por la Gran-Bretanha ha sido en cambio de una tutela permanente»... «No obstante si Inglaterra nos

garantizasse *la libertad de accion para resolver la cuestion peninsular*, y no se opusiera a la español acion de Tanger, loada sea la alianza con Inglaterra».

Traições O desespero do Imperialismo espanhol, por se ver em poucas horas despojado em 1 de Dezembro do seu mando na capital, e em breves dias no resto do Reino, traduziu-se dentro do País em uma infame tentativa dos 47 conspiradores, justicados aqueles que puderam ser presos, e pelas operações fronteiriças e de guerra metódica. No campo externo a actividade da intriga espanhola exercitou a habilidade de D. João IV e a inteligência e dedicação, sem limites, dos nossos agentes diplomáticos.

Perfidias Em Roma, as diligências para conseguir dos Papas, sucessivamente solicitadas para proverem nos bispados os prelados apresentados pelo nosso soberano para as sedes vacantes, iniciaram-se pela Embaixada que chegou à cidade Eterna em 20-9-1641, presidida pelo bispo de Lamego, D. Miguel de Portugal, que logo encontrou por parte do Embaixador espanhol, um tal Chumacero, uma grande opposição.

Substituído pelo Marquês de los Velez ao qual a Espanha prometia o vice-reinado de Nápoles se conseguisse do Papa a expulsão de D. Miguel de Portugal, teve a embaixada violenta opposição. Protegia-nos a França nos nossos intentos, e então o embaixador espanhol mandou atacar a tiro o pessoal da nossa embaixada, que se defendeu com bacamartes. Sem êxito retirou-se D. Miguel em 17-12-1642 e foi substituído pela de D. Nicolau Monteiro, que entrou em Janeiro de 1645, a qual também foi atacada a tiro e à arma branca pelos espanhóis. A missão de Manuel Nunes

Carrilho, entrada em Roma em 11-10-1648, nada conseguiu. Foi substituída pela de F. de Sousa Coutinho que, entrando em 20-11-1655, empregou trabalhosas diligências inutilizadas para a apresentação a Filipe IV do memorial que o Papa recebera de Sousa Coutinho. Mandada depois por El-Rei D. Afonso VI, foi a Roma a embaixada de Francisco Manuel de Melo, que também não teve êxito, e nisto cessaram por inúteis mais diligências até que, assinado o tratado de paz com a Espanha em data de 13-2-1668, foi mandado o Conde do Prado (futuro Marquês das Minas) pelo qual se obteve apenas o reconhecimento da realeza de D. João IV. O que se solicitava da Santa Sé só foi obtido em 1740, um século depois da Restauração, assim demorado pelas intrigas do imperialismo espanhol.

Outro exemplo de selvejaria dos agentes do corpo diplomático de Espanha deu-se em Osnaburgo, onde o venerando ancião Rodrigo Botelho de Moraes, por ordem de D. João IV, voltando da Suécia de falar à Rainha Cristina, com os delegados desta soberana nas conferências preliminares do tratado de Westphalia, adoeceu e morreu. Do seu corpo se apoderaram os espanhóis da embaixada e invadindo a casa dos outros delegados portugueses à conferência, aí maltrataram Luiz Pereira de Castro e Francisco de Andrade Leitão.

Entremeou-se a intriga com as violências e as acções de guerra defensiva contra as incursões espanholas através das fronteiras. Das intrigas foi formidável a do Duque de Medina Sidónia com a célebre carta de descrédito contra a renascente monarquia portuguesa já tão invejada. Dessa e doutra nada mais diremos, por falta de espaço.

Quando o Marquês de los Velez foi substituir, em Roma, o Chumacero levou instruções de Olivares, datadas

de 27-9-1641, para dizer à República de Génova, à qual a Espanha devia muitos milhões, que logo que recuperasse Portugal lhe pagaria e no mesmo texto recomendava-se ao marquês que tivesse os seus criados armados de punhais e de armas de fogo para, se houvesse ocasião, prenderem o embaixador de Portugal, e levarem-no para Nápoles. Não o podendo prender, ao bispo de Lamego o tratasse como vassalo e que subornasse os membros do tribunal da Rota. Urbano VIII, temeroso de desordem (da qual tão bem se saíu o nosso bispo de clavina em punho ao ser assaltado), pedira-lhe para não aparecer em público. Recusou-se o Papa à exigência espanhola de excomungar D. João IV, mas assentiu à intimação de não receber em audiência pública o nosso embaixador, sob a ameaça de reunião de um concílio espanhol para tratar dos interesses da Igreja de Espanha.

Pelo lado popular, o instinto de defesa e a inteligência e conhecimento dos factos históricos e de ocasião, da cubiça estrangeira conduz-nos ao conhecimento de que a mais de uma nação a fusão de Portugal com o país vizinho seria internacionalmente lucrativa, e particularmente sempre desejável da parte de Espanha e só em satisfação do seu imperialismo permanente. Êste desígnio e permanente acção indutora sôbre o campo interno ou induzido do nosso País, permite considerar as seguintes modalidades, como formas de sedução, as seguintes miseráveis combinações a repelir por modos, que são todos justificáveis.

1.º União política de Portugal com a Espanha com a relativa independência administrativa, na forma instituída pelo primeiro dos Filipes e renegada pelo último.

2.º União dualística monárquica, com hegemonia de

um futuro rei de Espanha, como Imperador da Ibéria: tipo Áustria Hungria, de desgraçada memória.

3.º União federalista republicana: dois Estados, dois presidentes estaduais e um presidente da União.

4.º União federalista republicana, formada por vários estados obtidos pela junção de retalhos feitos em Portugal com os fronteiros de Espanha. Cada Estado mixto com seu presidente, e um presidente federal. Existência de mapas com estas combinações estaduais de retalhos.

5.º União pluralista republicana socialista.

6.º União totalitária de forma e regime nazista.

7.º União pluralista, comunista ou soviética.

Tomando o assunto em tóda a generalidade, podemos aplicar-lhe a afirmativa absolutamente sensata do Dr. O. Salazar sôbre a origem do mal «nacional socialismo» (1) aplicável ao Nacional Imperialismo de todos os tempos e de agora: «A origem do seu mal não reside pròpriamente na densidade da população, no esgotamento do solo ou do subsolo, na estreiteza das terras ocupadas, mas numa doença de espírito».

Com qualquer das formas acima enumeradas essa «doença de espírito», essa psicose adapta-se na propaganda às manias políticas de qualquer indivíduo ou facção suggestionável. Uns, de acanhado ou degenerado espírito, exultam com mudanças, outros vendem-se pelos lucros realizados de pronto ou a prazo revolucionário, ou por veneras mais ou menos imerecidas, tudo posto a caminho pelos propagandistas animados pelo potencial, mais ou menos capitalista, da expansão imperialista. Prostituem a Pátria por-

(1) Discurso de 19 de Outubro de 1939.

tuguesa tentando transformá-la no ignóbil peninsularismo, produto de traição contra o estatuto do integralismo lusitano. Formam-se por êste modo os anti-portugueses de diversas e arrevesadas côres, monarquistas de nome ou cortesãos em ser, os esperançosos e cubiçosos comunistas aliados de tôdas as ignomínias, mas nunca da histórica e honrosa aliança inglesa.

Por tais execráveis meios permanece a horda do Anti-Portugal, factores assim de diversas e suspeitas origens, de amaldiçoada Anti-Nacionalidade.

IMPERIALISMO PORTUGUÊS

Procuremos entre testemunhos estrangeiros insuspeitos de parcialidade a nosso favor, um por exemplo, que nos relatasse os defeitos portugueses na história resumida e comparada dos impérios perdidos. Diz-nos Mr. Walter Frewen Lord para explicar a alma espanhola e seus efeitos imperiais (1): «O espírito do Oriente, varrendo o norte de África, destruindo as igrejas que encontrava pelo caminho, transpôs o estreito e entrou em Espanha. Depois de um conflito que durou alguns séculos fôra aparentemente repellido para a África, mas na realidade êle tinha penetrado na alma espanhola. Atravessando o Atlântico, conquanto se tivesse denominado de Cristianismo, caiu sôbre os domínios da América de livre paganismo, como outrora caíram sôbre a Pérsia e sôbre a Mesopotamia as abominações de Tamerlão, assim operou e repetiu no México as mesmas abominações praticadas nas margens do Tigre. Qual seja melhor, perguntamos, ser um

(1) *The lost empires of modern world*, by W. Frewen Lord. London R. Bentley 1897.

pagão como um Inca ou um farrapo de Cristão como Pizarro? E na América central representou a invasão espanhola o tipo de uma horda exterminadora do Oriente, tais como os tártaros, Mongóis ou Turcos. Afogou num mar de sangue, dominou arruinando tudo, todos os documentos do passado, quasi substituindo as populações deixando viver, afora os escravos, só os que puderam escapar-se. Os novos colonos não ganharam mais liberdade, a-pesar-de tão longe de Castela, que sugava os resultados dos seus próprios roubos e expoliações e só quando essas colónias lograram em sucessivas rebeliões livrar-se do jugo de Espanha puderam então respirar e medrar um pouco». No fim da Introdução da sua notável obra, o mesmo autor acrescenta estas tão gratas palavras ao nosso coração de portugueses: «Desta opressiva e desoladora invasão de Leste para Oeste temos a fazer destacar aquelas de Portugal e Inglaterra que em direcção oposta se dirigiram para o oriente... O Império mais semelhante ao nosso foi o de Portugal, a sua queda é para ser deplorada e a sua revivescência uma desejada esperança.» «O de Espanha foi simplesmente asiático, um poderoso avanço do Oriente através do Atlântico. Caiu como caíram todos os impérios orientais para nunca mais se levantarem. Outros estados constituíram-se sobre as suas ruínas, mas onde uma vez a chama consumiu nunca as cinzas poderão reacender-se».

A Nação portuguesa, pura de qualquer tentativa de imperialismo europeu, cristianizou o ocidente da península e expulsou a horda islâmica, manteve-se e mantém-se sempre firme neste parapeito, e debruçado dêle,

«onde a terra acaba e o mar começa
e onde Febo repousa no oceano».

E não tomou Portugal o exemplo de Febo, para seu bem e para o bem universal.

Foi o seu imperialismo extra europeu, concebido de uma idéa superior da descoberta de caminhos para mundos desconhecidos, para os patentear e compartilhar ao mundo ingrato. Nascido do corpo político social da Pátria portuguesa, regida por ínclitos reis, êsse imperialismo dotado de espírito científico e alma fortíssimamente guerreira, unitária e elegante, fêz para Deus a propagação da sua fé a povos ignaros, e para os homens a dádiva de um alto grau de civilização.

Imperialismo Grandioso, Nobre, Cristão e Glorioso deu um luminoso exemplo que esclarecerá para sempre o mundo, e com êle se mantém numa repreensão contínua contra as passadas e presentes infames malfeitorias dos imperialismos odiosos e truculentos, mantendo-se nobre e firme na defesa do seu património e autonomia:

para além da Fama e para além do Tempo.

VII

RESPOSTAS RESTAURADORAS DA VERDADE E DA EQÜIDADE

De que modo e perante que circunstâncias dos dois campos interno e externo concorreram êles para o seu dinamismo?

Ficara na memória de todos a afirmativa, que corre em língua espanhola, de Filipe II de Espanha ao absorver Portugal: «Herdei-o, comprei-o, conquistei-o. É a primeira uma falsidade, a segunda uma vileza, a terceira a confissão

de um latrocínio. Contra esta tríplice audácia foi Portugal recolhendo argumentos para uma tríplice resposta definitiva: violenta ao cabo de 60 anos e uma gloriosa terminação após 28 anos de guerra.

Êste dinamismo reactivo do campo interno apresentava um sólido e inabalável fundamento de moral social e internacional, um fundamento ético. Era falsa a alegada legitimidade da herança do trono, a Filipe II de Espanha. De entre todos os numerosos argumentos expendidos no magnífico trabalho do Dr. Francisco Velasco de Gouveia (1), *Justa aclamação do Sereníssimo Rei de Portugal D. João IV* escolhemos como mais decisivos os seguintes, e não por serem os outros de mais fraco valor.

«Que el Rey catholico não podia preferir-se na successão do Reino, pela prerogativa da melhor linha, em que se achava a Infanta Duqueza D. Catharina, pela qual excluía também a todos os mais pertensores».

«Que el-Rey catholico não podia preferir-se na successão do Reyno pela proximidade do gráo, na qual a Infanta D. Catharina, estava igual com elle, e com os mais pertensores; e ainda mais próxima na censura dos ditos».

«Que el-Rey catholico não podia justamente negar a representação na successão destes Reynos, por serem os pertensores sobrinhos del-Rey D. Henrique, ultimo possuidor delles, sem concorrer com elles tio algum, irmão do mesmo Rey».

«Que a Infanta Duqueza D. Catharina entrava na successão destes Reynos, representando o Infante D. Duarte,

(1) Dr. F. V. de Gouveia, *Justa aclamação do Sereníssimo Rei De Portugal, D. João IV*. Á custa dos três Estados — Lisboa na officina de Lourenço de Anvers, Ano 1644.

seu Pay, não sómente no gráo, mas também no sexo, prerogativa, e qualidade de varão, pela qual ficou excluindo a el-Rey catholico, e a todos os mais pertensores».

«Que el-Rey catholico por ser Principe estrangeiro, e não ser natural destes Reynos, não podia succeder nelles; e competia a successão á Infanta Duqueza D. Catharina portuguesa, natural do Reyno e casada com senhor portugues».

«Que el-Rey catholico por não querer estar pelo juizo, e sentença do Reyno sobre a successão delle; e o entrar, e tomar a posse com força de armas, antes da sentença, perdeu o direito de succeder, quando o tivesse».

As conclusões seguem de perto em lógica cerrada, no notabilíssimo trabalho de Gouveia. Entre outras copiámos as seguintes:

... «em que se mostra que el-Rey Filipe IV foi tyrano destes Reynos, por defeito de titulo, e de direito de successão».

Sôbre a tirania dos Reis Católicos de Castela, D. Filipe II, III e IV, do tempo que estiveram de posse destes Reinos, no exercício do govêrno dêles:

«Que a sentença que deram os governadores do Reyno em favor del-Rey Catholico Phelippe II, não foi valida, nem lhe deu direito algum, ou aos Reys seus successores, para impedir a justiça da aclamação do Serenissimo Rey D. João o IV».

«Que os juramentos com que, nas côrtes, successivamente foram jurados os Catholicos Reys D. Filippe II, III, e IV por Reys destes Reynos, não obrigaram de maneira, que não podesse o Reyno, sem cometer perjurio, aclamar ao Serenissimo Rey, D. João o IV, e elle acceitar a aclamação e tomar posse do Reyno».

«E que nenhuma cousa podia tambem obrar em contrario, o consentimento do mesmo Reyno separado do juramento».

Legítima, tal qual é a expulsão do rei escolhido, ainda mais legítima é a revolução restauradora e expulsante de um rei estrangeiro que se arrogava direitos dizendo: herdei-o, comprei-o, conquistei-o.

Grupos de fundamentos morais operando como grupos de causalidade «in se» ou de potencialidade, constituíram o alicerce ético, irreduzível da Restauração pela Revolução de 1640.

Como fim do exercício dessa ética apresenta-se o tema de que o «supremo bem entre os bens» é o bem da Nação: «Bonum Reipublicae est principium bonum inter bona humana». Tal o diz S. Tomás de Aquino, o sábio e Santo e, sobre considerar o bem da República, isto é da Nação, o «supremo bem de entre os bens» (bonum inter bona), acrescenta que «divinamente se pode considerar o sacrifício da vida pela pátria um martírio, e para que exista, que ponha nesse sacrifício o amor de Deus e então, consubstanciada a pátria com Deus, será herege quem de tal afirmativa duvidar, descrente quem de tal religião não entender, justapondo-se assim á tara da degenerência involuntária e perdoável, o pecado voluntário e pensado por aquele que em tal matéria tenha de ser instruído».

Sobre este fundamento ético, religioso, geral, o mesmo S. Tomás de Aquino apresenta o direito de substituir um Rei indesejável tirano ou odioso por outro que à Nação convenha e o Santo o exprime pela forma seguinte:

Direito revolucionário restaurador	«Si ad jus multitudinis alicujus pertinet sibi providere de rege, non injuste ab eadem rex institutus potest destrui, vel refrenari ejus potestas, si potestate regni tyran-
---	--

nice abutatur. Nec putenda est talis multitudo infideliter agere tyrannum destituens, etiam si eidem in perpetuo se ante subjecerat: quia hoc ipse meruit, in multitudinid regimine, se non fideliter gerend ut exigit regis officium...» (1).

Este trecho de fundamental doutrina, dá em tradução livre, quasi à letra:

«Se é de direito de qualquer povo escolher para si um rei, esse mesmo rei por ele escolhido, pode sem injustiça ser destituído, ou pelo menos o seu poder diminuído, se se ele abusar tirânicamente da sua potestade real. Nem se deve dizer que esse povo procede com deslealdade, destituindo tal tirano, embora antes se lhe tivesse sujeitado para sempre: porque isso mesmo é o que ele merece, não procedendo com fidelidade no govêrno do povo, como exige o officio de rei...»

Os legítimos fundamentos da revolução da Restauração de 1640 podem em resumo e última análise considerar-se os seguintes, no litígio que pusémos entre as falsas ou vergonhosas afirmativas do «Demónio do meio dia».

I. Contra a afirmativa de direito de herança: ilegitimidade do direito sucessório que não lhe cabia, conforme a demonstração, tão bem explanada pelo trabalho do Dr. F. V. de Gonveia.

II. Contra a afirmativa de compra, só ela serve em história como menoscabo real, de vilipêndio da espionagem,

(1) O texto copiado acima, é tirado da seguinte edição: *Sancti Thomae Aquinatis... Opera omnia*, t. xvi, Parmae, 1866, p. 230. (De rege et regno ad regem Cypri) mais conhecido pelo título de *De regimine principum ad regem Cypri*. Cf. João do Ameal S.^{to} Tomaz de Aquino, pág. 424, nota 2, l. I, c. 6.

que vinha a ser feita vergonhosamente desde o tempo de D. João III.

III. Contra a afirmativa da real conquista, inglória, há a contrapor a ilegitimidade do latrocínio, a covardia da desproporção das fôrças empregadas para o que teve de despovoar militarmente Castela e a ferocíssima perseguição, não só ao Prior do Crato, como a tantos outros, depois de ter falsamente prometido o perdão que nunca se alojara no seu coração.

Pelos seus fundamentos éticos, demonstrados sôbre a dupla doutrina de S. Tomás de Aquino, circunstância adicional favorável foi a publicação em 1632 da obra do célebre D. Suarez *De legibus*, que popularizou perante os revoltosos a legitimidade de certas revoluções, conforme a doutrina aquinense.

Também concorreu em sua proporção animadora a publicação das Actas das Côrtes de Lamego, que vieram à luz nesse ano.

VIII

RESTAURAÇÃO. O IMPERIALISMO DA VERDADE

Restauração, mágica e alacre palavra despertadora de nosso contentamento dos dias de hoje, continuadores na liberdade conquistada então, e em simpatia da memoração piedosa com os que tanto sentiram e tanto sofreram no corpo e na alma, nas atrozes perseguições que se seguiram à entrada do Duque d'Alba, nas vindictas de todo o género, desde os saques ao destino sem misericórdia na vida tormentosa nas galés Filipinas, na vergonha colectiva da perda

da independência do Reino e da baixesa de carácter dos que se acorrentaram como escravos bem pagos, ao carro do vencedor...

Restauração, nome sem igual que recorda a tenacidade e final êxito das brilhantes campanhas do Alentejo, na defesa do que se alcançara, para não se recair nos males Filipinos, nas vinganças dos seus carrascos e dos renegados.

Restauração, nome que por último nos desperta a visão do campo dos imperialismos europeus, escolhos, servedouros parcelados, correntes desorientadas mas nem sempre adversas, embaraços de tôda a espécie contra os quais teve de se haver, com tão notável e honrado êxito, como hábil navegador o grande Rei D. João IV, o criador de uma verdadeira arte diplomática, neste torpe oceano de navegação internacional, arte pela qual pôde finalmente dobrar o cabo das tormentas políticas da Europa, restabelecendo o Reino em Autonomia e a Raça portuguesa em Liberdade.

Visão do triunfo emfim.

Restaurar é reviver a vida do passado emendado, a decadência no pendor para o abismo da perdição, computando a resenha dos bens a recuperar, dos danos a reparar, das perdas a substituir, ou a lamentar para sempre a sua substituição irremediável.

Ficara a Raça inconfundível desde a sua formação através da Pátria sob a eterna Lei da sua Finalidade, do seu Destino para sempre, para além do tempo, na sua Diversidade para com a Raça espanhola bem oposta à nossa. Faltava assegurar a Portugal a sua Divergência de Destino, por forma prática, pelo trabalho, pelos meios legais que se seguissem à gloriosa explosão do 1.º de Dezembro.

Em 6 dêsse nunca esquecido mês, chegara de Vila Viçosa a Lisboa o Duque de Bragança. Os 500 espanhóis da guarnição do Castelo não se tinham movido e os três galeões espanhóis fundeados no Tejo não tinham bombardeado a cidade nem tomado o único galeão, que aí tínhamos, a pedido dos reféns espanhóis. As guarnições dos fortes dos arredores entregaram-se de pronto. Só o de S. Julião exigiu dinheiro; e satisfeito êste, segundo as tradições dessas muralhas, rendeu-se em forma de fácil venda em 12 de Dezembro.

Não descansava o grande Rei da Restauração, pois que a 11 nomeou um Conselho de Guerra, três dias antes da sua brilhante coroação realizada em 15 na Sé de Lisboa, e no mesmo dia a Junta de Serviço e Defeza das Fronteiras. Um e outro corpo começaram logo a trabalhar. Revigoreou-se a legislação das coutadas para se manterem madeiras sempre em quantidade para as construções navais.

Por decreto de 20-1-1641 mandaram-se convocar as Côrtes dos três Estados. Estabeleceu nos Paços Ouvidorias que davam audiência ao público às terças e sextas de cada semana.

Nomeados os comandantes das praças do lado de Espanha, procedeu-se à organização militar, na forma moderna de Nação Armada em três grupos de defensores.

«A 28 de Dezembro foi criado o cargo de Tenente General de Artilharia do Reino... com ampla jurisdição» mas sujeito às ordens da Junta dos Três Estados (que superintendia no aprovisionamento do exército e das praças do reino) às do conselho Ultramarino (que tratava da defesa das colónias) e às da junta do comércio (que cuidava do aprovisionamento da marinha de guerra)».

«Depois, para assegurar o recrutamento, instrução e disciplina das tropas nomeou governadores das armas do Alemtejo, Algarve, Beira, Trás-os-Montes, Minho e Extremadura, dividindo cada província em várias comarcas, e as 25 comarcas do reino em companhias, dando a cada comarca um capitão mor, um sargento mor e dois ajudantes, e a cada companhia os capitães e oficiais estatuídos pelo *Regimento de ordenanças de 1570* (ordenanças sebásticas). Correspondiam os cargos de *Governador das armas de uma província* aos antigos fronteiros mores. Êste exército de linha tinha os oficiais recrutados na nobreza e nomeados pelo rei». Os soldados eram recrutados nas listas das ordenanças por sorteio sôbre elas, uma vez que em tôdas as comarcas se faziam alistar todos os homens válidos dos 16 aos 60 anos, com a declaração dos que eram fidalgos, e dos que tinham ou não armas e cavalos. Os filhos segundos de viúvas e lavradores e os homens casados em idade militar constituíam um segundo escalão, o das tropas auxiliares ou milícias (terços em cada comarca)».

O exército de primeira linha na fôrça de 20:000 infantes e 4:000 cavalos recrutados por sorteio sôbre as listas de ordenanças, pago pelo dinheiro da corôa, obtido por um imposto extraordinário votado pelas Côrtes em Janeiro de 1641, foi destinado à guerra das fronteiras, para cujas operações e administração lhe foi dado, em Agôsto de 1645, o *Regimento de fronteiras*.

Mandou D. João IV reparar a maioria dos castelos e mais fortificações do Alemtejo e do Minho. Mandou importar cavalos do estrangeiro e montar coudelarias. Fundou uma fábrica de ferro em Tomar, e outra de fundição de projecteis em Figueiró. Fundou a Aula de Fortificação e Architectura Militar, bem como uma Escola Prática de Artilharia.

E querendo que tãda a Nação se interessasse a valer na sua defesa ordenou que os comendadores e cavaleiros das ordens militares se provessem de armas e cavalos e que os freires, e até os clérigos seculares, do arcebispado de Lisboa constituissem um tãrço do comando do deão da Sé. Não havendo engenheiros em Portugal contratam-se muitos estrangeiros, mórmente franceses e flamengos para êsse provimento.

Por êste completo modo e inteligente visão, D. João IV *Restaurou a segurança do território e o exército de defesa do reino.*

À Restauração da Defesa terrestre, incluindo a das costas, acrescentou logo a da Restauração da Armada, grandemente diminuída pela incapacidade espanhola e infelicidade portuguesa. Esta dera-lhe um rude golpe no naufrágio de D. Manuel de Meneses, nas costas da Biscaia. As de Espanha, não contando já com as da «invencível armada», defraudara-nos com a derrota de Oquendo na Mancha, além de que, com máximo desplante Olivares se tinha apoderado de maior parte dos nossos navios. D. João IV obteve fundos do imposto dos consulados e pôde juntar, ordenar e construir uma armada de 10 naus, 3 fragatas e outros navios mais miúdos, artilhados com perto de 150 peças e uns 1:000 homens de guarnição entre marinheiros e soldados de marinha.

A par com a Restauração progressiva dos meios de defesa, começou o grande Rei com a Restauração da vida política social e espiritual interna, tanto civil como religiosa. Êste grande problema, involúvel sob os Felipes, tinha como única base as Côrtes dos Três Estados que D. João IV abriu com grande cerimonia na Sala grande dos Paços da Ribeira, em 20 de Janeiro de 1641, acompanhado pelo seu filho o Príncipe Teodósio, e onde o braço da Nobreza,

do Povo e do Clero prestou o juramento, segundo a fórmula exposta pelo Secretário de Estado. Na seguinte sessão o bispo de Elvas fez o Discurso da Corôa, no qual expôs a justificação da Revolução e declarou extinta toda a tributação felipina, mas lembrando as necessidades financeiras.

Na sessão de 30-1.º, reunidos separadamente os Três Braços, votaram um milhão e oitocentos mil cruzados para formação e manutenção de um exército, como já indicámos. A união do braço popular com o Rei foi completa, criando-se uma verdadeira soberania popular, que com a cooperação dos outros braços pôs como primordial o direito sucessório do Trono, em mui apertados termos nacionalistas, implicando proibição de casamentos com estrangeiras da parte de monarcas portugueses a que o braço da Nobreza e do Clero fez acrescentar o recurso de eleição do Soberano em Côrtes, quando faltasse o de carácter hereditário. Notabilíssima foi a perfeita união de vistas nacionais dos Três Braços a El-Rei na administração e correição da justiça, nos justos limites a impor aos direitos abusivos da Nobreza e do Clero, bem como ao excessivo pessoal de clérigos e de frades e seus desmandos imorais.

Não deixaram também as Côrtes de tratar com grande senso prático do alargamento do comércio externo requerido pelo braço popular, do abuso dos emprazamentos que restringiam as culturas, da arrematação dos impostos e dos excessos das sisas. Todos os negócios públicos foram tratados com acerto, e com tal diligência que a última sessão foi a de 5 de Março, ficando satisfeito este importantíssimo ramo da Restauração.

O último e mais temeroso passo da Restauração foi depois, sem dúvida, o do restabelecimento da posição inter-

nacional de Portugal, da sua vida diplomática, no meio da complicada rede dos imperialismos europeus de então.

O campo de forças diplomáticas apresentava-se a Portugal em grupos, cujas respectivas resultantes podem ser classificadas em primeiro lugar pelas suas origens de imperialismo. Assim deparava-se-nos o imperialismo espanhol ou dos Habsburgos, de perseguição inexorável sem escrúpulos até à paz de 1668 e continuado até aos dias de hoje, como aspiração permanente. Deveras curiosa como já mostrámos é a origem do imperialismo espanhol antes mesmo que o veneno dos Habsburgos tivesse exacerbado os seus furores de domínio.

O imperialismo espanhol, sempre em posição ameaçadora para com o nosso bem estar e pacífico sossêgo, não era o único a contar entre os adversos ao nosso património territorial ultramarino, cobiça de todos, e de todo o sempre.

As manifestações imperialistas europeas podem classificar-se em relação ao tempo como sendo umas anteriores, outras durante o período opressivo de 1580-1640 e outras posteriores até aos dias de hoje. Independente de períodos cronológicos podemos classificar as manifestações dos imperialismos, uns como ocasionais e adventícios quanto a nós, outros intencionais e de ambos estes grupos, as indiferentes eram no entanto aproveitáveis em nossa defesa contra as adversas, que eram temerosas e finalmente outras houve que em amistosa cooperação nos foram muito úteis e mesmo decisivas.

Estas manifestações imperialistas traduziam-se em «Estado de Guerra». Da França, Alemanha, Suécia, Países Baixos e Espanha permanecia sempre através de tôdas as aparentes acalmias uma constante animosidade contra

a Espanha da Casa de Áustria, contra os Habsburgos detestados de todo o sempre.

Foi-nos favorável o enfraquecimento do poderio espanhol nos países baixos, produzido pela acção crudelíssima do Duque de Alba e seu tribunal de sangue. Substituído sucessivamente por D. João da Áustria e por Alex. Farnésio, Duque de Parma (1572-1582), a pacificação das províncias católicas não impedia, em 1579, a União de Utrecht. Finalmente a invasão em Portugal veio exacerbar o ódio contra o poderio espanhol. Esta atitude de defesa contra as demasias imperialistas dos Habsburgos conduziu a Inglaterra, a Holanda e a França em 1610 (Henrique IV) a um entendimento contra o inimigo comum. A regência de Catarina de Médicis, a seguir ao assassinio de Henrique IV, também nos foi indirectamente favorável.

A decisiva batalha de Nordlingen em 1634, libertando a França da guerra contra os Suecos, fê-la recear sobre o desenvolvimento do imperialismo alemão numa possível aliança com a casa da Áustria.

As combinações realizadas no campo externo contra a Espanha eram constantes e por serem tantas não as podemos enumerar bastando citar uma das primeiras, tal o protesto do Rei de França a favor dos direitos da Rainha Mãe, sobre a herança de Portugal, numa audiência de 8-1-1581 concedida por Felipe II de Espanha. Não mencionaremos coisa alguma sobre as protecções enormes que o Prior do Crato encontrou da parte de França e de Inglaterra e das medidas de protecção contra os sicarios, mandados por Filipe II de Espanha para o matarem tanto em França como em Inglaterra. Passando por sobre um largo período em que eram incessantes as disputas e ameaças recíprocas entre a França e a Espanha e com que indirectamente lucrávamos,

a França ia celebrando alianças contra os espanhóis, tais como com o Hesse em 1636, com os Grisões em 37 e com a Sabóia e Suécia em 1638.

Em 1634 sugerira-se ao Duque de Bragança apoderar-se do trono, ao que êste prudentemente não assentiu. Aproveitando o caso da revolução de Évora, o embaixador de França Mr. de Saint Pré oferecera ao Duque uma esquadra de 50 navios, 12.000 infantes e 1.000 cavalos e um subsídio anual para promover a expulsão dos espanhóis e Richelieu, a alma da agitação franco-portuguesa, propunha para Rei Gastão de Orleans se o nosso Duque não aceitasse a corôa.

Era formidável o trabalho da Europa para abater o orgulho e as ambições dos Habsburgos de Espanha: Tudo por via diplomática se tratava e o inventário dêsse trabalho das chancelarias cada dia mais investigado já é digno de leitura no *Quadro elementar* do Visconde de Santarém e em obras utilíssimas de vulgarização bem ordenada e de cuidadosa investigação, principalmente as últimas de Ed. Brazão. Impossibilitados por falta de espaço a prosseguir, apenas mencionaremos o tratado de 29-1-1642 com a Inglaterra, reatando a secular aliança.

De um modo geral o campo externo apresentava-se em séries de causalidade adversas ou favoráveis a um tempo, concorrentes entre elas e bem temerosas. A habilidade de D. João IV e o zêlo inteligente dos seus agentes diplomáticos fizeram coisas de causar assombro. Realizava o Rei a Lei do Destino, como «inventor» no sentido inteligente de reconstituir o aniquilado, de reaver o perdido e de compensar os danos, desta nossa vida multiseccular, utilizando as propriedades substanciais dos melhores do Reino, na adaptabilidade reflexogénica, que lhes encontrava entre tentadas

probabilidades fictícias do êxito, que não o desanimavam. Valores imateriais, imponderáveis, dimanados da Providência protegiam êste Reino, que mais cristianismo espalhara pelo mundo por êle oferecido à Europa, pelo nosso imperialismo cumulativo, nobre e generoso, altivo e respeitoso, nobre e valoroso.

A Restauração proclamara vitoriosa a Finalidade cumprida pelos caminhos da Prudência, da Audácia, da Coragem e da Fortaleza e o Rei Restaurador pode repetir:

Êste sempre as soberbas castelhanas
Co'o peito despresou firme e sereno
Porque não é das fôrças lusitanas
Temer poder maior por mais pequeno

(Canto III. cix)

e quem vive? Para além da Fama e para além do Tempo?

Eis aqui, quási cume de cabeça
Da Europa todo o reino Lusitano
Onde a terra acaba, e o mar começa
E onde Febo repousa no Oceano.

(Canto III. xx)

JOÃO PERESTRELO.

BIBLIOGRAFIA

- Fortunato de Almeida — *História de Portugal*. Coimbra, 1926.
Queiroz Veloso — *A Dominação Filipina*. Coimbra Editora, 1930.
M. de Marliani — *Histoire politique de l'Espagne Moderne*. Paris, 1840, Dessessart.
W. H. Prescott — *History of the reign of Philip the second*. London, 1855, Bentley.
W. Frewen Lord — *The lost Empires of modern world*. London, 1897.

- M. Lopes d'Almeida — *Colecção de papéis da Restauração*. Coimbra, 1939.
- E. Brazão — *Obras sôbre história diplomática*. Lisboa.
- J. M. Rubio — *Felipe II y Portugal*. Madrid, 1927.
- Conde de Santibañez del Rio — *A lo largo de la ruta*. Madrid, 1930.
- Ribera y Revira — *La integridad de la Patria*. Barcelona, 1910.
- José Pla — *La mission internacional da la Raza Hispanica*. Madrid, J. Morata, 1928.
- D. Rafael M. de Labra — *La personalidad internacional de España*. Madrid, 1915.
- D. Juan del Nido y Segalerva — *La Union Iberica*. Madrid, 1915.
- Tomás Gatica Martinez — *El Alma Portuguesa*. Santiago (Chile), 1933.
- Ribera y Revira — *O génio peninsular*. Pôrto, 1914.
- Vicente Gay — *El Imperialismo*. Madrid, Beltran, 1915.
- Damião Peres — *História de Portugal*. Barcelos.

A EVOLUÇÃO DAS IDEAS PACIFISTAS DEPOIS DE 1640. — A SUA INFLUÊNCIA NOS DESTINOS DA NACIONALIDADE

Durante os sessenta anos de escravidão da Pátria Portuguesa, redobraram os esforços para descortinar o caminho, que conduzisse a humanidade à paz eterna.

Para muitos a guerra continuava a ter a sua origem nos atrasos da civilização e seria fácil conseguir uma paz duradoura, melhorando as relações entre os diferentes povos.

Apareceram assim, nessa época, importantes trabalhos sobre direito internacional, entre êles o de Grotius, intitulado *O direito da paz e da guerra*, pretendendo que todos os litígios internacionais fôsem resolvidos por árbitros desinteressados.

Mas o que mais se assinalou na história dêsses tempos foi o *Tratado de Westphalia* onde, detalhadamente, se regulavam as relações entre as potências. Tôdas garantiram a sua execução e se alguma contrariasse as suas cláusulas, seria perseguida como perturbadora da ordem social.

Êsse tratado pretendia pacificar a Europa, mas não deixava de aceitar a guerra, como último argumento, para as futuras contendas.

Da agitação de ideas dêsse tempo surgiu o projecto de Sully para a confederação das repúblicas cristãs.

Pretendia-se com essa confederação acabar com a guerra e garantir a liberdade de tôdas as crenças religiosas.

Para isso suprimiam-se os exércitos, para darem lugar ao exército da confederação.

Era uma variante da monarquia universal, sonhada por aquêles que pretendiam o predomínio da Europa.

Esforçou-se Henrique IV pela realização do projecto do seu ministro, conseguindo ainda que êle fôsse aceite pela Inglaterra, pela Holanda e pelos Estados Pontifícios.

A sua morte violenta punha de parte mais essa tentativa que seria de pacificação se não fôsse o prelúdio de novas contendas.

No número das nações, que se pretendia confederar, não entrava Portugal por ter perdido a sua independência.

O pacifismo tinha contribuído para mais facilmente o subjugarem e era ainda com o ideal da paz, que se pretendia privar os nossos antepassados de poderem lançar o grito da liberdade.

As guerras de conquista eram as mais condenadas, mas Portugal não esperava que lhe viessem quebrar as grilhetas, que há tantos anos o amarravam.

Subjugado pela violência, só pela violência poderia ver raiar de novo os seus dias felizes. As utopias já o não podiam embalar. E as amarguras e as humilhações passadas reacendiam o patriotismo lusitano. E êsse não era apenas o amor da pátria onde tinham nascido, onde cresceram e onde criaram os seus interêsses, era sobretudo o orgulho dum povo pelos seus cometimentos, exaltado pelas suas glórias.

Os novos que não desconheciam as tradições da sua raça, não podiam deixar de sentir a desdita pelo pêso dum tal jugo. Mas os vélhos que tinham nascido numa pátria livre e conservado o orgulho próprio dum povo de heróis,

sentindo que a vida já não ia longe, não podiam com o opróbrio de não terem por mortalha a gloriosa bandeira da sua velha Pátria.

Foi assim que D. Miguel de Almeida, vélho de oitenta anos, sentiu a virilidade dos vinte para, à frente dos conspiradores de 1640, entrar no Palácio Real, vencer todos os obstáculos para alcançar as varandas donde lançava o grito da liberdade.

Êsse grito despertava tôdas as virtudes do vélho povo lusitano e quebrava as amarras que o subjugavam.

Os protestos do Prior do Crato, em 1580, contra o testamento do Cardeal Rei e contra a passividade da Nação, tinham deixado lições na história, que haviam de frutificar um dia.

Esforçou-se o dominador em segurar a sua prêsa e para isso urdiu conspirações, comprando aqueles que não sabiam o que era uma pátria. E como tais processos fôsem inúteis, foi então com o seu exército que de novo tentou impor-lhes o jugo.

A obra dos bons portugueses de 1640 não estava concluída.

Era preciso afastar para sempre êsse regime de amarguras e humilhações, que a Nação vinha sofrendo. Antes a morte gloriosa nos campos de batalha do que o regresso à tirania.

Os portugueses de então, cheios da mesma fé dos seus antepassados nas gloriosas jornadas que ennobreceram a sua história, souberam defender a liberdade conquistada pelo preço dos maiores sacrifícios.

Não havia um exército. A população de Portugal era então deminuta. Foi preciso militarizá-la rápidamente, restaurando a sua antiga organização de 1570.

Mas as instituições militares iam evolucionando durante a luta, sobretudo na França. E a política europeia passava por uma fase que deixava prever que seriam cada vez mais violentos os ataques à nossa soberania.

O Exército Português estava reduzido, pelo sangue já derramado em tão prolongada luta, mas a sua fé na vitória não o poderia abandonar. Era preciso reforçá-lo e melhorar-lhe a sua organização.

Procuravam-se então com freqüência, no estrangeiro, oficiais com notórias qualidades adquiridas na experiência da guerra. E assim veio contratado para Portugal o alemão Conde de Shomberg, discípulo de Turenne, acompanhado de alguns oficiais franceses.

Auxiliava-se o valor hereditário com uma organização cuidada, para que se pudesse perseverar na luta, até à vitória final.

Em 1668 o inimigo convencia-se da invencibilidade do povo português e assinava um tratado reconhecendo-lhe a sua independência.

Montijo, Elvas, Ameixial e Montes Claros ficaram recordando as mais gloriosas acções dum exército que soube afirmar perante o Mundo que um povo que de tal forma se batia pela sua independência nunca poderia suportar uma tutela.

O sangue derramado durante vinte e oito anos era o preço da paz e da independência.

* * *

Nos princípios do século XVIII procurou-se o equilíbrio das potências para evitar as lutas desencadeadas pelas paixões e caprichos dos soberanos, então senhores absolutos.

Esse pretendido equilíbrio, para sossegar a Europa, levou as potências a procurarem alianças que as obrigavam a reforçar os seus elementos de defesa.

Tais esforços para prolongar a paz vieram despertar interesses, avolumar ambições e precipitavam a guerra.

O pretexto para nova conflagração foi o problema da sucessão em Espanha.

Portugal voltava a ser invadido por um exército espanhol do comando de Filipe v. Tinha continuado em luta no seu império ultramarino. Os hábitos da guerra não estavam perdidos e as vitórias alcançadas em tantos anos de luta não eram de molde a afrouxar o seu velho espírito militar.

Filipe v vinha encontrar soldados e vinha encontrar generais.

Fêz-lhe frente o Marquês das Minas que, recuperando as posições já ocupadas e invadindo a Espanha, por seu turno ia de vitória em vitória até Madrid.

Era êste o maior triunfo que um general português poderia ter alcançado e o melhor desagravo às provocações do velho inimigo.

Foram mais uns anos de guerra que Portugal teve de sustentar. As vitórias do seu exército voltavam a afirmar o seu valor e mais consolidavam a sua independência. E essa era a única compensação para tão pesados sacrifícios.

* * *

As ruínas da Guerra da Sucessão provocaram na Europa as mais audaciosas ideas para afastar a guerra dos hábitos da humanidade.

A-pesar do descrédito das tentativas passadas, que levaram Voltaire a considerar a paz perpétua uma utopia como a da língua universal, ficava na história como o mais importante esforço dessa época o projecto do Abade de S. Pedro. Inspirado nas doutrinas de Sully, pretendia uma aliança das potências, que seria regida por disposições análogas às que regem as nações.

Manteria um tribunal arbitral e um só exército para fazer observar as suas sentenças e para sufocar as revoltas que surgissem nos países aliados. Êsse exército seria distribuído pelas fortificações levantadas nas fronteiras da confederação.

A-pesar-de não lhe faltarem adeptos, não teve um monarca que pretendesse dar-lhe realização, como aconteceu com o de Sully.

Era mais uma idea para alcançar a paz perpétua, mas também previa a hipótese de qualquer das nações confederadas ser agredida. E em tais casos pretendia que tôdas se armassem para combater o agressor, ou fôsse a guerra pela causa da paz.

* * *

Pelos meados do século XVIII era ainda o pretendido equilíbrio europeu, que envolvia as potências numa nova guerra, que ficava sendo conhecida pela guerra dos sete anos.

As instituições militares continuavam evolucionando, sobretudo na Prússia, com a impulsão de Frederico II.

Pelo curso que a guerra tomava, natural era que Portugal viesse a ser arrastado para mais essa luta e, conquanto não tivesse descurado a sua defesa, não se podia alhear

dos progressos porque estavam passando os principais exércitos da Europa.

Assim pensava o Marquês de Pombal, pretendendo um exército que pudesse honrar o passado da Nação.

Veio então ocupar o lugar de Marechal General do Exército Português o Conde de Lippe, que passava por ser o melhor discípulo de Frederico II.

Justificaram-se tôdas as providências para melhorar as instituições militares. Portugal era coagido a declarar a guerra à Espanha e à França, perante as suas exigências de fecharmos os portos à Inglaterra e perante nova violação das suas fronteiras.

Foram mais uns meses de guerra a que pôs termo o Tratado de Fontainebleau.

Portugal nada ganhava mas nada perdia porque, não tendo confiado no humanismo da Europa, tinha um exército que sabia afirmar o seu valor.

Feita a paz, não se descortinavam perigos imediatos para a Nação, mas Pombal não ignorava que era durante a paz que ela melhor se poderia preparar, para as eventualidades da guerra.

Aproveitando os conhecimentos e o valor militar do Conde de Lippe, procurou então para o Exército uma organização que valorizasse o País e o puzesse a coberto de novas surpresas.

As virtudes militares e a disciplina, segundo o conceito militar prussiano, deixavam-lhe hábitos considerados indispensáveis à sua existência.

Portugal sabia aproveitar o velho espírito militar do seu povo, dando-lhe organização e direcção.

* * *

O século XVIII foi o século das ideologias contrárias à guerra.

Foi na França e na Alemanha que mais se agitaram essas ideias e delas se ocuparam quasi todos os homens eminentes desses países.

Não faltaram adeptos da Confederação das nações e da monarquia universal, mas o filósofo alemão Kant queria a nação das nações. Assim como os homens se tinham civilizado pelas leis sociais, depois de agrupados em nações, também estas poderiam sair da anarquia em que viviam, quando se constituísse a nação das nações. Que era pela sua civilização que se poderia evitar a guerra e não só pela confederação.

As suas ideias concretizadas constituíram uma moral internacional, que se tem pretendido adoptar por meio de tratados, mas facilmente deturpados ou esquecidos.

Os homens da revolução francesa também eram pacifistas. A guerra para eles era o pior dos crimes. A Assembleia legislativa de 29 de Maio de 1790 decretava a renúncia do povo francês à guerra de conquista e tomava o compromisso de nunca empregar as suas forças para violar a liberdade duma outra nação.

As alterações que se produziram no estado social da França, pelas ideias triunfantes, foram consideradas um perigo para a estabilidade das nações monárquicas da Europa. E logo que se pressentiu uma possível hostilidade, a França passava a ser militarista.

Em 1793 ainda a convenção fazia novos protestos de paz, já em contradição com os seus propósitos.

Apenas Robespierre se manteve partidário da paz. Defendia as doutrinas de Rousseau, que considerava a guerra o assassínio em massa, para vantagem de alguns e só gloriosa quando defensiva.

Era para êle um crime contra o povo, que podia abalar a democracia. E a sua intransigência a favor da paz produzia tal efeito nas camadas populares, que passava dum agitador de ideas a homem de Estado. E de fervoroso defensor da democracia, passava a ditador e acabava na guilhotina.

A França, então militarista, em opposição ao pacifismo tão proclamado, não hesita em fazer a guerra de conquista que considerava necessária para manter o seu novo regimen e a sua integridade.

Destruía assim os argumentos daqueles que, vendo na revolução um grande progresso do espirito humano, attribuíam a guerra aos atrasos da civilização. Declarando a guerra à Áustria, estendia-a às outras potências, incluindo a nossa vizinha Espanha, que solicitava o auxilio duma divisão portuguesa.

Depois da morte do Marquês de Pombal foram decaído as instituições militares, para o que não deixaram de contribuir as ideas antimilitaristas, tão proclamadas na França pela revolução, e tão contrárias à guerra que provocara. No entanto, o objectivo das potências foi favoravelmente acolhido em Portugal, o que o levou a assinar uma convenção sobre o auxilio solicitado.

A divisão portuguesa foi incorporada no Exército do General Ricardos, que impacientemente aguardava esse reforço. Era desmoralizador o estado de miséria com que tinham entrado em Espanha os soldados portugueses, mas não fôra pequeno o seu quinhão nas vitórias alcançadas.

E quando o insucesso leva os espanhóis a debandar, são eles que valentemente lhes cobrem a retirada.

Foi a Espanha que levou Portugal para essa nova luta, que ficava conhecida na história pela Guerra do Rossilhão. Foram os regimentos portugueses que alcançaram as primeiras vitórias e que protegeram a retirada dos espanhóis quando debandavam pelos seus erros. Mas a Espanha desses tempos, temendo os efeitos da derrota, aliava-se ao inimigo da véspera e passava a fazer imposições a quem tão desinteressadamente a auxiliara, com a ameaça duma nova invasão.

As várias utopias que continuavam a agitar-se na Europa e a falta de unidade política contribuían para a decadência da Nação. A decadência da Nação era a decadência das suas instituições militares, para o que contribuía a desastrada campanha do Rossilhão e a política que tinha passado a corroer-lhe tôdas as suas virtudes.

Quando um país chega a uma tal situação, não é fácil empreender com êxito uma acção militar.

E não seria de estranhar que 1580 acudisse ao espírito daqueles a quem a calma das paixões permitisse encarar a situação.

Êsses factos não eram ignorados pela Espanha desses tempos, que resolvendo aproveitá los nos invadia de novo com uma simples divisão, que calculou suficiente perante a nossa fraqueza.

Conquanto o seu comandante não viesse encontrar a mesma passividade encontrada pelo Duque de Alba, as operações não levaram o rumo que poderiam levar, se em Portugal se tivesse conservado o culto pelo tradicional heroísmo do seu povo.

E a nação que durante tantos anos lutara denodada-

mente para consolidar a sua independência, mendigava a paz no fim de poucas semanas. Perdia Olivença e pagava à França uma pesada indemnização de guerra.

* * *

A cooperação portuguesa na esquadra de Nelson, em operações contra a França, eram agravos que não tinham sido esquecidos.

Portugal estava sentenciado por Napoleão a verter lágrimas de sangue. E mal prevendo que seria êle a derramá-las, pelo trágico sucesso das suas aventuras, ordenava a sua invasão por um exército do comando do General Junot.

O Marquês de Pombal tinha sabido preparar um exército que pudesse repelir os agravos dirigidos á Pátria e rodeá-la de prestígio. Com a sua queda, as lutas de paixões e de interêsses tudo dissolviam.

As ideas antimilitaristas, que acompanharam a revolução francesa, também tinham encontrado abrigo numa nação que tinha sabido afirmar perante o mundo o seu valor militar.

O povo português não tinha perdido as virtudes dos seus antepassados, apenas tinha deixado de ter quem as quizesse ou soubesse aproveitar.

Perante a indiferença da população, Junot entrava em Lisboa com alguns soldados rotos e famintos. O resto eram estropiados que ficavam pelos caminhos. A conquista já tinha sido feita, tratava-se apenas da ocupação.

Bem depressa o País começava sentindo as consequências dum novo jugo. As extorsões e tôda a sorte de violências provocavam a reacção.

Insurreccionava-se de norte ao sul e com o auxílio inglês armava-se e organizava-se.

Aliado aos ingleses lutou então, como sempre tinha lutado para se libertar da tirania.

As vitórias do Exército Anglo-Luso apressaram Junot a assinar uma convenção e a retirar-se do País.

Abalavam-se assim os conceitos da invencibilidade francesa e Napoleão, pretendendo destruir êsses efeitos morais, ordenava nova invasão por um exército do comando de Soult.

O exército português, a-pesar das suas provas, precisava de melhor organização e disciplina e essa tarefa foi confiada a Beresford.

Recorria-se mais uma vez a um oficial estrangeiro, não pela falta de pessoas idóneas, mas porque a confusão política em que se vivia, depreciando e demolindo, não permitia que houvesse um oficial com o prestígio necessário para exercer o comando supremo.

Soult não era mais feliz que Junot. Perante a hostilidade da Nação receou passar além do Pôrto e a pressão do Exército Anglo-Luso levava-o a retirar precipitadamente.

Não era pequena a glória dum povo que, abandonado e desorganizado e só mais tarde auxiliado, tinha conseguido um tal esforço.

Tinham sido batidos dois generais da maior confiança de Napoleão. Abalava o seu prestígio, se não conseguisse levar as suas conquistas até êste recanto da Península. Veio então com um poderoso exército Massena, o Anjo da Vitória, como era conhecido e que na sua primeira proclamação se intitulava Rei de Portugal.

Perante a nova invasão o povo português afirmava o

seu patriotismo, com um espírito de sacrifício talvez sem precedentes na história.

Retirava na frente do invasor destruindo os seus lares, todos os seus haveres, para que nada ficasse que lhe pudesse ser útil. Passava a uma vida errante, exposto às maiores calamidades, sem quaisquer recursos. A independência da Pátria por todo o preço lhe servia.

No Buçaco foi Massena surpreendido por uma resistência que não consegue quebrar, a-pesar da pertinácia dos seus esforços. E os aliados infligiam-lhe tais perdas que desmoralizavam o seu exército.

Tinham contribuído para essa vitória simples recrutas portugueses que, na opinião de Wellington, se tinham mostrado dignos de combater nas fileiras inglesas e que todo o Exército Português se tinha mostrado capaz de pelejar e derrotar o inimigo.

A organização, a direcção e a disciplina tinham feito desaparecer as hesitações dos primeiros momentos, para cederem lugar às velhas virtudes com que continuavam a alcançar a vitória.

Buçaco não mais poderia ser esquecido pelos povos da Europa, que esperavam a hora da sua liberdade.

Maior surpresa esperava o invasor quando o deixaram avançar a caminho de Lisboa.

Esbarrando nas linhas de Tórres, o maior general de Napoleão emprega tôdas as fôrças, não só para salvar a honra do Exército Francês, mas ainda o seu nome e o seu prestígio. O seu orgulho levava-o aos maiores extremos. Mas a inacessível barreira que se lhe deparava trazia lhe a desilusão e a derrota, que o levava a retirar de Portugal na triste situação de vencido.

A Pátria ficava de novo liberta e o povo português

ensinava às potências o caminho do resgate, como os seus antepassados lhe tinham ensinado o caminho da civilização.

Para um chefe militar a derrota compromete o futuro e o passado.

Massena tinha batido na Suíça o célebre general russo Suwaroff. Os louros obtidos com a adversidade dum general de tal fama não deixaram de contribuir para que fôsse escolhido para a conquista de Portugal.

Suwaroff, ao entrar no seu país, era apenas um vencido que se recebia com frieza.

E Massena não era mais acarinhado ao entrar em França.

Os desgostos, por verem tão rudemente atingidos os seus bríos militares, abreviavam-lhes a existência.

Sôbre a campa do general russo, fôra gravada a seguinte inscrição: «Aqui jaz Suwaroff». Na campa do seu vencedor, por seu turno vencido em Portugal, lia-se apenas: «Massena».

Quanto mais o seu passado era esquecido, maior era a sua derrota e maior a glória do exército que o vencera.

Dizia nas suas memórias o chefe do estado maior de Junot, Thiébault, que o insucesso do Exército Francês em Portugal tinha sido a desgraça da França e as suas maiores humilhações, a queda dos seus generais mais célebres, perante simples gente do campo.

Não foi só a simples gente do campo que os fêz baquear, mas todos os portugueses que tinham sabido conservar o culto da Pátria. Se alguns se não contavam, seriam apenas aqueles que tudo esqueciam perante as comodidades da vida.

As desgraças e as humilhações, a que se refere Thiébault, só avolumam o triunfo dêsse povo, de que desdenhava.

O Exército Anglo Luso, numa epopeia que deu lugar às páginas mais brilhantes da História do Exército Portu-

guês, foi até Waterloo, onde se jogaram os destinos da Europa. E a derrota de Napoleão punha termo às suas aventuras.

Libertavam-se as potências, salvava-se a civilização e era o povo português que tinha aberto caminho para tanto triunfo.

O seu esforço, apreciado pelo embaixador inglês em Lisboa, tinha-se elevado a um cume de eminência moral, que muito excedia a proporção do seu território, população ou poder.

Era o Exército, que em tão grande causa era o povo válido da Nação, que mais uma vez a libertava da tirania e afirmava o seu valor com os mais gloriosos feitos.

Beresford, o seu organizador, e Welington o generalíssimo que o conduziu à vitória, igualava-o aos melhores da Europa e capaz de excedê-los em boa conduta, ordem e disciplina. Em louvor oficial afirma-se que a sua infantaria era a melhor da Europa, o que justificou as mais nobres legendas em algumas das suas bandeiras.

* * *

Depois de tão grande dispêndio de fôrças e de se terem esgotado os recursos da Nação em mais sete anos de luta, bem necessárias seriam umas tréguas, para que se pudesse atender às necessidades do País.

Mas o Exército não conseguia descansar por longo período. Acontecimentos na América do Sul, que ameaçavam a fronteira do Brasil, exigiam a presença de fôrças portuguesas, seguindo para ali vários transportes com uma divisão.

Para segurança do território português foram essas

fôrças, depois de vitoriosos combates, ocupar Montevideu, o que despeitara a Espanha e dera origem à intervenção das potências.

Sendo então grande o prestígio que Portugal tinha alcançado pelo valor do seu Exército, não se intimidou. Largaria Montevideu quando lhe restituíssem Olivença e lhe dessem uma indemnização de guerra.

Essas condições não foram aceites, mas as operações continuaram e uma vasta região, do sul da fronteira do Rio Grande, ficava sob o domínio português.

Era a existência dum exército bem organizado, disciplinado e vitorioso, em tão prolongadas lutas, que permitia que o Governo Português tomasse atitudes que honravam a Nação.

Mas, se a estranha intervenção surgisse num período de decadência das instituições militares, seria então mais ousada e só encontraria as transigências que deshonram.

* * *

O período de 1820 a 1851 foi de lutas internas.

Durante êsses trinta e um anos andou o Exército ao sabor das paixões.

Dividido pela política, perdia a sua disciplina e assim desviado da sua missão transformava-se num elemento de desordem, mantendo a Nação numa total anarquia de que só a intervenção estrangeira a conseguiu libertar.

Nesse longo período fizeram-se várias reformas militares, mas inspiradas mais pelas conveniências políticas do que pelas necessidades da Nação.

Essas reformas foram continuando, perdendo o Exército as características de Nação Armada.

Deu-se-lhe algum material moderno, que se foi reforçando, mas não se previa a mobilização nas condições necessárias para a defesa da Nação.

* * *

O sangue abundantemente derramado em Waterloo intensificava a propaganda pacifista. Aos esforços isolados juntavam-se os esforços colectivos de sociedades organizadas.

Em Londres organizava-se a Sociedade dos Campeões da Paz. Em França a das Virtudes Cristãs e em Génova uma outra análoga.

Em 1843 realizava-se em Londres um Congresso, com pacifistas de vários países, onde se resolveu enviar delegados a todos os governos para os convidar a dirimirem todos os seus pleitos pela arbitragem.

Em 1848 realizava-se outro em Bruxelas, em que tomavam parte 160 delegados da América, e reunia no ano seguinte em Paris, com cêrca de 600 delegados dos diferentes países. Nas suas decisões insistia-se pela arbitragem e pelo acatamento, sem mais recurso das suas sentenças.

Propôs-se o desarmamento geral. Fêz-se apêlo a todos os representantes das diferentes confissões religiosas para empregarem os seus esforços em extinguir os ódios políticos e para manterem as relações pacíficas entre os homens.

Tôdas as suas resoluções foram confirmadas numa nova reunião, realizada em Francfort.

Em Praga também se realizava um congresso a que afluía grande número de alemães e onde se condenavam os exércitos permanentes, como principais origens da perturbação da paz.

Para êsses congressistas a guerra era um crime que seria preciso suprimir por todos os meios morais e materiais. Detinham-se nas frases já muito conhecidas e não se concretizavam os meios para realizar tais aspirações.

Em 1867 fundava-se em Paris a Liga Internacional da Paz e em Génova a Liga Internacional da Paz e da Liberdade, com sessenta mil associados, entre os quais Vítor Hugo, Garibaldi, Carnot e Favre.

Também foi grande o número de congressos realizados por estas sociedades e que despertaram interêsse por tôda a Europa.

Depois da guerra austro-prussiana, surgiu um conflito entre a França e a Prússia por causa do Ducado de Luxemburgo. Foram então grandes os protestos das sociedades da paz contra uma provável efusão de sangue, a que se juntaram as dum congresso operário realizado em Bruxelas.

A Prússia não se julgava preparada para uma nova guerra e foi mais por isso do que pelos protestos que ela se evitou. No entanto os pacifistas julgavam ter descoberto o caminho para a paz eterna.

Bismark também por vezes era partidário da paz. Mas foi então apresentado no parlamento prussiano, por um deputado do partido liberal, um projecto para que o Govêrno procurasse conseguir pela diplomacia o desarmamento geral e êsse projecto era rejeitado, por uma maioria de 116 votos.

Tanto esforço colectivo não deixou de ser secundado por homens eminentes. Mas para alguns só o curso natural da civilização deveria suprimir a guerra.

A tendência para a paz perpétua seria um dogma da civilização.

Outras perante uma propaganda tão contrária à guerra

não hesitavam em emitir, desassombradamente, as suas ideias, considerando inviável a sua supressão.

Para Moltke a paz era um sonho que nada tinha de belo. A guerra era uma das partes constituintes das coisas dêste mundo, como Deus as tinha estabelecido. Para o célebre marechal, só ela desenvolvia as mais nobres qualidades do homem.

Mas em melhor ocasião declarava que a história marchava para a paz e que já não seria possível uma guerra como a da sucessão de Espanha.

Tendo-se modificado consideravelmente a vida das nações, natural é que também se tenham modificado as origens dos conflitos e que nos nossos dias já não seja possível ver uma guerra internacional por questões dinásticas. Mas o marechal antecipava-se nesses conceitos, porquanto foi êle que se cobriu de louros numa luta que teve por origem a candidatura dum Hohenzollern ao trono de Espanha.

Para o professor Freitscke a guerra era a benção da humanidade e achava absurdo e imoral condenar a guerra. Para êle essas utopias manifestavam-se em períodos de enfraquecimento intelectual.

Para Cousin renunciar a guerra, era renunciar o progresso. As vitórias e as derrotas eram decretos da civilização, de acôrdo com a Providência.

Para Say a guerra era um mal necessário, não só para salvar os Estados mas também para impedir a decomposição das sociedades.

Max Jähus via na guerra a origem de tôdas as cousas. Para êle o progresso da humanidade consistia no enobrecimento das suas aspirações, devendo-se causar ao inimigo todo o mal exigido pelos fins da guerra, sem dar ouvidos aos sonhadores da paz eterna.

Ao lado daqueles que emitiam a sua opinião sobre a guerra, encontrava-se ainda o General Prussiano Baguslawski. Sábio de renome, as suas opiniões não eram por isso encaradas como as dum simples profissional. Considerava a guerra inseparável da sorte da humanidade. Era uma força educadora e uma das mais elevadas manifestações da vida humana. Exigia que o homem fôsse física e moralmente sã e um conjunto de virtudes, que permitiam o progresso da nação que as possuísse. E justificava a necessidade dos armamentos progressivos para que se pudesse recorrer a êsse argumento supremo.

Não se organizaram sociedades em favor da guerra, mas não faltaram aforismos condenando e ridicularizando a aspiração do pacifismo perpétuo.

* * *

Considerava-se a paz dependente dos progressos da civilização, esquecendo que as guerras eram feitas e provocadas pelos povos considerados mais adiantados. Mas em 1870, quando os pacifistas, crentes na eficácia da sua propaganda, julgavam ter afastado o maior flagelo da humanidade, assistiam a uma encarniçada luta entre dois povos, considerados como os que mais tinham avançado na senda do progresso.

Como sempre aconteceu em seguida às grandes lutas, surgiam novos protestos e intensificavam-se os esforços para que os pleitos entre as nações não mais fôssem solucionados pela violência.

São então os parlamentos que se manifestam, insistindo pelo recurso da arbitragem.

A França era o país onde mais tinha progredido o

pacifismo. Vencida em 1870, natural era que as suas aspirações se limitassem à desforra, mas assim mesmo cento e doze deputados acompanhavam o movimento iniciado nos outros países. E era em Paris que se reunia a primeira conferência de parlamentares para estabelecerem as bases dum regulamento de arbitragem.

Em 1890 realizava-se com o mesmo fim uma nova conferência em Londres.

E no ano seguinte realizava-se, em Roma, um congresso com representantes dos parlamentos de todos os países da Europa, incluindo Portugal que se fêz representar por dois deputados e pelo Presidente da Câmara dos Pares. Reconheciam o respeito pelos direitos de cada nacionalidade e consideravam como ameaça para a paz, defendida pelo congresso, todo o tratado em que se dispusesse da sorte dum povo sem seu conhecimento ou assentimento.

Havia a igualdade de votos, quer se tratasse dos pequenos Estados ou das grandes potências. E passava a reunir em conferências ordinárias e extraordinárias, para analisar e sanar tôdas as discordâncias entre as nações europeas.

Nesta época tôdas queriam a paz, mas continuavam as divergências do preço.

* * *

A vida agitada do País tinha contribuído para o abandono das suas colónias, tornando precária a sua soberania, em presença das acentuadas cobiças de nações que tinham tido assento no Congresso de Roma.

Estabelecida a calma, convergiram então as atenções dos governantes para o Império Colonial, sobretudo para Angola e Moçambique, procurando efectuar a ocupação de tão vastos domínios.

Fêz-se uma organização militar colonial por vezes modificada e reforçada, mas sempre com efectivos tão deminutos que não dispensavam o envio de tropas da Metrópole quando era necessário empreender operações de algum vulto.

Abria-se um ciclo de campanhas coloniais onde os portugueses continuaram a afirmar o seu valor, ao serviço da Pátria e da civilização.

Encontraram-se hostilidades que nem sempre foram removidas pela fôrça das armas.

Apareceram direitos contestados e o Governo Português, recorrendo à arbitragem, conseguia que os direitos de Portugal fôsem reconhecidos.

Era um feliz acaso que permitia que o pacifismo, que tinha contribuído para as amarguras da Nação, então viesse em seu auxílio.

Pareciam confirmar-se os desejos de paz que tão longo curso iam tendo na Europa e tal solução tinha influência no enfraquecimento da defesa do País.

Confiava no êxito da arbitragem e que do mesmo modo fôsem solucionados futuros pleitos.

Mas quando não tínhamos exército nem marinha, perante novos litígios já foi de balde que apelámos para êsse meio de os solucionar, o que era obrigatório pela conferência de Berlim.

Confirmava-se mais uma vez que os interesses podiam inutilizar os melhores tratados e as mais solenes declarações. Era mais uma lição para se poder orientar o futuro.

Em 1894 o exército batia-se em Moçambique. Foi necessário que para ali seguisse uma forte expedição em presença da rebelião indígena, que comprometia gravemente o prestígio português.

Seguiram bons soldados e uma boa pléiade de oficiais.

Os brios de nação ofendida pela recusa da arbitragem e as conseqüências que daí resultaram elevavam o seu moral e contribuíam para que a expedição fôsse organizada com os maiores cuidados.

Foram relevantes os serviços que o exército prestava em Moçambique. A êle se ficava devendo a pacificação da colónia e todo o seu progresso. O solo africano foi bem regado pelo sangue português, para que pudesse dar os frutos que temos colhido.

Os seus feitos são páginas brilhantes da história do Exército e da história da colonização.

Coroados por essa lendária façanha de Chaimite, fizeram reviver todo o nosso passado.

Mousinho, com poucas dezenas de esfarrapados, minados de febres, aprisionava o mais poderoso régulo africano, guardado por alguns milhares de negros. Perpetuava as virtudes daqueles que tinham feito de Portugal a melhor escola da heroicidade.

Essa façanha passava fronteiras e as nações que seguiam com interêsse os acontecimentos, como se duvidassem dum tal feito, perguntavam aos seus representantes se êles se confirmavam.

Portugal aumentava o seu prestígio com o heroísmo dos seus soldados e a sua população dava largas ao seu patriotismo, nesses dias felizes que não podiam ser esquecidos.

* * *

Depois da guerra de 1840 teve a Europa um longo período de paz. Mas a-pesar das esperanças no novo rumo da propaganda pacifista, vivia na intranqüilidade pelo receio de maiores lutas.

Em 1914 rebentava essa conflagração, esperada há muitos anos e que ficava conhecida na história pela Grande Guerra.

Tendo sido a mais mortífera e a que mais danos causara, redobraram os protestos para que não se repetissem tais violências e seriam também de esperar novas tentativas para alcançar êsse fim.

Surgiu então a Sociedade das Nações, de que era precursor o Congresso de Roma. Êste reunia no Capitólio e a Sociedade das Nações reunia num palácio, construído para êsse fim. Eram estas, talvez, as principais diferenças entre os dois organismos, com que se pretendia pacificar a Europa.

Natural era que os resultados fôsem idênticos, mas o novo organismo não deixava de ser uma grande esperança para os sonhadores da paz eterna, alheados da história.

Só volvidos anos se convenciam da sua ineficácia. E depois de terem arrasado fortificações e enfraquecido o seu poder militar, passavam a fortificar-se e a armar-se como nunca, já convencidos de que a guerra seria inevitável.

Êsse organismo talhava cada vez mais fundas as divergências entre as potências. Fomentava a guerra e aniquilava nações, por terem confiado numa fôrça virtual.

* * *

Assim decorreram mais três séculos de esforços, que foram apenas uma esperança a iludir as nações. A guerra, longe de desaparecer, aumentava os seus horrores.

Os progressos da civilização tornaram-na cada vez mais cruel e sangrenta.

Natural era que a pretendessem evitar, mas tais desejos são por vezes antagónicos com o interesse e a honra das nações. E quando um povo descuidava a sua defesa, mais facilmente ela o surpreende.

Em Portugal também por vezes se escutava o eco das utopias, mas só o esforço heróico do seu povo lhe deu grandeza e dias felizes.

Em momentos de desalento, duvidava-se das suas virtudes, mas nunca os velhos brios lhe faltaram. Falta-ram-lhe por vezes governantes e orientadores, que o não desviassem do bom rumo.

Quando abandonado em horas críticas para os seus destinos, sabia reagir e os seus sentimentos abriam caminho para heróicas jornadas que o levavam a bom termo.

Foi o inalterável patriotismo desse povo, que através os séculos o levou aos maiores sacrifícios, que nos deu uma nacionalidade e nos permitiu que, passados oito séculos depois da sua fundação, aqui viéssemos, com o maior orgulho, recordar um pouco da sua história e das utopias que por vezes o iludiram.

Coimbra, 1 de Junho de 1940.

GENERAL GOMES DE SOUSA.

CARTAS DA RESTAURAÇÃO

Continua a ser imperiosa a necessidade de promover o conhecimento exaustivo dos documentos relacionados com a Restauração.

As linhas gerais do patriótico movimento encontram-se traçadas com suficiência, mas isso não basta; alguns dos antecedentes não se teem convenientemente esclarecido, assim como, ainda hoje, três séculos passados, se desconhece a repercussão do movimento redentor em muitas zonas do país.

Grande contributo poderiam os arquivos municipais fornecer para a história da Restauração que é mister escrever de novo e reajustar; mas a inutilização dos seus livros de actas e dos seus documentos avulsos tem sido tal, que na maioria dos concelhos não é possível já hoje saber-se como decorreu a aclamação de D. João IV nem que reflexos locais êsse acto acarretou.

E muito importava, justamente, averiguar de forma iniludível a trajectória seguida no País pela notícia da aclamação, o grau de entusiasmo que provocou, a maneira como reagiu o espírito popular durante época tão profundamente nacional. Depois se faria a revisão do que anda escrito e se vai inconscientemente repetindo.

Com aquêlê intuito se juntam aqui algumas cartas inéditas e outras que teem passado despercebidas à historia-

grafia nacional; os valiosíssimos documentos trazidos a público neste ano de comemoração do *alevantamento* de 1640, não rejeitarão, certamente, a companhia que lhes oferecemos; e duns e doutros alguma coisa de novo e de definitivo se haverá conquistado para a história pátria, que é de tudo o que mais importa.

Uma carta de D. João IV para a Câmara de Arganil, em 3 de Fevereiro de 1641, que tivemos presente em original e que supomos inédita ⁽¹⁾, permite-nos inferir alguma coisa do que nessa região do interior, longe da Corte e das combinações políticas, por então se passava.

Diz o documento:

«Juiz Vereadores, E Procurador da camara da uilla de Arganil EU El Rey Vos enuio muito saudar: da uossa Carta de 14 do passado, entendi como fui Aclamado E leuantado nessa uilla, por Rey e Senõr natural destes meus Reynos, e o contentamento e alegria com que A esse respeito se achão os moradores, e Naturaes della, e pareceo me dizer uos que de uosso Zello, e Amor, estou com A diuida Satisfação, e que nas occasiões Que ouer para Vos fazer merce, mandarey se tenha lembrança deste Seruiço / escrita em Lix.^a a 3 de feu^{ro} de 1641»

Rey . . .

(1) Pertença do Museu do Instituto de Coimbra.

Para A camara de Arganil

(No exterior) + Por El Rey / Ao Juiz Vereadores E Procurador da camara da uilla de Arganil

(Conserua o selo de obreia)

A comparação dêste documento com outros para destinatários idênticos e tratando o mesmo assunto, permitirá concluir se os termos em que está redigido constituíam formulário geral, adequado à circunstância, e mais ou menos igual para todos os municípios, ou se o agradecimento a Arganil se extremava dêles, em consequência de notícias especialmente importantes daquela região comunicadas à Côrte em 14 de Janeiro de 1641, mês e meio após a restauração.

A carta de D. João IV para a câmara de Arganil tem junto a ela dois outros documentos, de 1642, que dizem respeito às guerras da Restauração e que merecem igualmente tornar-se conhecidos, pois escasseiam pormenores da actuação da Beira e da sua organização militar; são do teor seguinte:

Recebi a de Vossas mercês, estimando muito o acerto com que Vossas mercês fazem as cousas tocantes ao Seruisso de Sua Magestade. Vai a eleição confirmada, tratem Vossas mercês que os Capitaes alistem a gente, e a adestrem, armando a o melhor que poder Ser, para que esteia prestes todas as ueses que for necessaria, e para o que eu prestar Me terão Vossas mercês aqui Mui certo. Guarda 4 de feureiro 642.

João de Saldanha

Sertidaõ

Antonio Soares escriuão da Camara e almotasaria nesta uilla darganil E seu termo por el Rej noso Senhor &.^a

Certefiquo E dou fee que ã a Camara desta uilla se fez emllejsam dos officiãis da mellicia, estando presente na dita Camara O Juíz E uereadores, E procurador geral do conselho Com os mãis homens bõs da gouernamsa, adestimdo e estando presente na dita camara o Licenciado paullo da Cunha Camello Ouvidor dos Coutos do bispo Comde Com proCuRasam espresa do dito bispo pera adestir na dita Emlejsam Conforme a pose que tem Como Senhor E comde desta uilla, E outrossim estaua presente na dita camara E emlejsam que Se fêz gaspar de Barros da fomesqua Sargento mor da Comarqua de Coimbra que Seruia de Capitam mor ã auzencia de gaspar de Brito freire Capitaõ mor da dita Comarqua E estando assim todos Juntos ã a dita Camara ãllegerão por officiãis da dita mellicia para esta uilla E termos á p^o da fomesqua por Capitam mor por ter seruido na dita uilla E termo de capitam de infantaria auia mais de dẽz años Exercitando toda a dita gente que Sam quinhẽtos Soldados fazendo muitos gastos E seruisos a Sua magestade, E por Sargento mor Se emlegeu a Antonio da Costa / E á Antonio Luis Botelho Simão de Freitas Sueiro E a Sebastiam Dolliueira por Capitais da infantaria E assim emlegerão os mais alferes E Sargentos pera as ditas companhias tudo na forma do Regimẽto de Sua magestade por uotos de todos os da Camara geralmente, E por Ser uerdade pasei a prezẽte Sertidam na uerdade Como

cõsta do lljuro da Camara E emlleisam que nelle Se fez asinada por todos, que fica em meu poder a que en todo, E por todo me Reporto, E os ditos officiãis de mellicia ouuerão todos Juramento Com todas as Sonolidades na forma do dito Rygimento E por uerdade me asinei de meu Sinal Custumado oie 29 de Janeiro de 642 anos . desta nada

Antonio Soares

Comfirmo esta eleição do Capitão Mor: e mais Capitães . Guarda 4 de feureiro 642.

Joaõ de Saldanha

São páginas vivas da contribuição de sangue que o Reino pagava e que serviu a reintegrar Portugal no seu próprio destino iniciado havia cinco séculos já.

* * *

Outra das cartas por nós aqui reünidas é a que o discutido João Pinto Ribeiro escreveu, a 4 de Janeiro de 1641, em plena azáfama de organização de serviços e de montagem da nova máquina governamental, transbordando de confiante entusiasmo pela nova ordem de coisas implantada no Reino.

É autógrafa, tôda ela, e também a supomos inédita; uma preciosidade, portanto. As considerações aqui apresentadas foram objecto duma comunicação nossa ao 4.º Congresso do Mundo Português, em Junho do corrente ano, mas o documento merece difusão maior do que pela acção do Congresso recebeu e por essa razão a apresentamos nesta colectânea de *cartas da Restauração*.

João Pinto Ribeiro escreve de Lisboa, em resposta a uma carta que em 25 de Dezembro lhe dirigira Vasco de Andrade, personagem de difícil identificação, que ficamos supondo, pelo teor do documento, conjugado com a antiga cota arquivística exarada no verso da última fôlha, assistente ao tempo numa vila distante da Côrte, presumivelmente praça de armas, e possivelmente Monsanto.

Os nobiliários que pudemos consultar, designadamente *Manso de Lima* e *Felqueiras Gaio*, não registam no título de Andrades o correspondente de João Pinto Ribeiro, pessoa, em todo o caso, de respeitabilidade, que se verifica possuir categoria e dispor de influência capaz de interessar o confidente de D. João IV, que termina o seu escrito prometendo não esquecer os negócios do amigo, levando-os ao primeiro despacho que houvesse.

Pertence o precioso documento ao Arquivo da Universidade de Coimbra, a cujas colecções foi, por diligência nossa, oferecido em 1932, como consta do catálogo que então publicámos da valiosa doação (1); são duas fôlhas duplas de almaço não pautado, cosidas em caderno, medindo 286×206^{mm} , de escrita compacta em tôdas as laudas; o sulfato de ferro que entrava na composição da tinta dilacerou já o papel em muitas passagens do texto; não obstante tal precalço, comum, infelizmente, à maioria dos nossos documentos cartáceos, e os muitos vincos resultantes da primitiva dobragem da carta e do muito manuseio a que em três séculos a sujeitaram, lê-se sem dificuldades e não se pode dizer que seja absolutamente de ruína o seu estado actual.

João Pinto Ribeiro conta ao seu distante correspon-

(1) Catálogo da colecção de cartas «Jardim de Vilhena» do Arquivo e Museu de Arte da Universidade de Coimbra; Coimbra, 1932.

dente a entrada de D. João IV em Lisboa a 6 de Dezembro (na quinta feira seguinte do sábado do alevantamento, dia de S. Nicolau, de muita chuva) tão inesperada, ou tão discreta, que — João Pinto Ribeiro não procura encubri-lo — *muito pouca gente o viu entrar* (1).

D. João IV devia conhecer, de tradição, a entrada que em 17 de Janeiro de 1581 seu avô D. João, e seu pai, de 13 anos apenas, tinham feito na côrte, e talvez que nesse momento decisivo da sua vida, de particular comoção, elle acudisse diabòlicamente à memória; ficou essa memorável cerimónia apontada em manuscritos da época, que largamente circularam, como era costume; dum dêles, proveniente da colecção de manuscritos do bibliófilo Martinho da Fonseca, recolhida, por nosso intermédio também, no Arquivo da Universidade de Coimbra, a exhumamos para estas notas por nos parecer curiosidade muito a propósito; diz assim a *Relacion de la entrada del Duque de Borganca y del de Barcelos su hijo en esta Corte a besar las manos a su Magestad en 17 de Enero de 1581*:

El dia antes uinieron sus excellencias a haser noche a un Castillo suyo, que llaman Villa buyn una legua

(1) ... «entrou com tanta breuidade que não ouue tempo p.^a o acompanharem e esperarem», confirma o cónego da Sé de Coimbra, Gonçalo Leitão de Melo, que nessa data se encontrava em Lisboa; vejam-se as suas interessantíssimas cartas, pertença do Arquivo da Universidade, e publicadas pelo Prof. Dr. M. Lopes de Almeida: *Noticias da aclamação e de outros sucessos*; Coimbra, 1940, pág. CVII.

«La mattina de' 6 comparve d'improvviso il nuovo re con solo sette persone in sua compagnia» comunicavam também de Lisboa Famiano Andreucci e Vincenzo Mobili para Roma, segundo o Dr. Deoclécio Redigde Campos: *Quatro documentos originaes e inéditos tirados do Arquivo Secreto Vaticano e da Biblioteca Apostólica...*, in *O Instituto*, vol. 96, de 1940.

desta Corte, y al otro dia Comieron a buena hora, y partieron cerca de la una.

Trahia como hasta ducientos de a cauallo, todos criados de Su casa, y en buenos cauallos. Venian en modo de media posta. Salieron le a recibir muchos Caualleros principales de la Corte, y señores. Entraron com el ueinte quatro Lacayos en cuerpo, y descarapucados. Llegó a Palacio dadas Las tres.

Fue tanta la gente assi Castellanos, como Portugueses, que acudieron, que Con hauer mandado el Duque a todos Los suyos, que si no fuessen los Caualleros, y moços Fidalgos ninguno otro se apeasse, fue La Cosa de manera que no hauia por donde reboluer. Su Magestad Les estaua aguardando en la quadra donde suele dar Las audiencias sentado en una silla, y Con capus uestido. Como entraron los Duques por La puerta lleuantose, y salió a recibirlos hasta mas de media pieça, que Como La gente hera tanta no podia Salir mas. Quitoles mui bien La Caperuça. Llegó primero El Duque de Barcelos a pedirle La mano, y su Magestad huyó con ella mucho, y le abraçó abaxandose, y llegandole a ssi mostrandole mucho amor; llegó luego su Padre y hizo lo mismo. Acabado boluió su Magestad a su Lugar, y mandó traer sillas; llegolas un ayuda de Camara y pusieronlas dós Caualleros de Casa del Duque a sus excellencias.

A todo esto estauan presentes Los grandes, que aqui ay, y mas señores y Caualleros, Mayordomos, y gentiles hombres de la Camara de su Magestad. Su Magestad hizo seña, que despejassen la pieça; salieronse todos.

Estarian los Duques com su Magestad espacio de una hora, en la qual passaron muchas Cosas, que no

son para Semejante relacion. Al fin su Magestad quedó muy satisfecho de los Duques, y ellos mucho mas de su Magestad.

Acabado que tuuieron, lleuantaronse y Su Magestad salió Con ellos mucho mas adelante de lo que hauia salido a recibirlos a la entrada, y Con la Caperuça en la mano dió al Duque de Borganca un recado para La Señora D. Catalina su muger. Salieron Con sus excellencias todos aquellos señores, y Caualleros por todos Los apozentos hasta la postrera sala, dispidiendo a unos en una pieça, y a otros en otra, porque no hauia reboluerse; de alli se fue el Duque, y su hijo a pié con toda la gente, que le aCompañaua a Casa del Cardenal Princepe, que es mui cerca. Salió a recibirles a la postrera Sala junto a la escalera Con mucha Cortesia, y Comedimiento, y ansi los lleuó hasta su Camara, donde Se sentaron todos tres en sendas sillas de Caderas . estuuieron alli un rato, aun que no tanto por ser ya tarde, y hauer de boluer sus excellencias a la dicha Villa boyn donde salieron.

Salió el Cardenal Princepe Con ellos hasta el mismo lugar donde Les hauia uenido a Recibir. Embió el Duque a uisitar al Cardenal legado por un Cauallero de su Casa, y desculpase de no uerle por ser el dia que era. Pusieronse los Duques a Cauallo Con todos los que le aCompañauan. Serian Casi las cinco . era tanta la gente por las Calles, uentanas, y puertas, y aun por El Campo por donde entró, y salió que en uerdad todo lo lleuaua.

Despidieron sus excellencias a todos los Caualleros que hauian Salido de la Ciudad a recibirles, y á companarles, y se fueron a Villa buyn donde ya

llegaron un poco tarde, al otro dia fueron a Comer a su Casa.

Natural é, também, que entre os pensamentos e evocações que em tropel acudiriam à mente do Rei de Portugal restaurado, ao pisar pela primeira vez o solo da Córte, singelamente vestido de pano dozeno pardo (1), como João Pinto Ribeiro testemunha na carta que estamos seguindo, perpassassem ainda as imagens de seu avô e de seu pai, naquele mesmo ano de 1581, ricamente vestidos, como as relações manuscritas da época no-los mostram, a prestar juramento a Filipe II de Espanha; merece a pena fazermos também essa ligeira digressão documental; um papel da mesma proveniência do que acabámos de ler dá-nos conta de tudo:

Relacion de la horden que se tubo en el Juramento del Rey nuestro señor por los tres estados destes Reynos de Portugal.

Domingo a 16. de Abril de 1581 en el monesterio de thomar cabeça y conbento dela horden de christus se hico vn tablado a forma de theatro en el descanso de las gradas por donde se sube en la eglesia del dicho monesterio, estubo aderecada la Placa donde estubo el dicho tablado con los paños de tapiceria de tunes que eran de la Ynfanta doña maria // : las gradas estuvieron cubiertas de alombras de Persia de seda y oro

(1) «Veio uestido em hũ pano pardo do monte»; carta cit. do cónego Gonçalo Leitão.

y vn dosel de brocado con vna silla cubierta de vn paño grande de tela de oro con almoadas en el suelo de la mesma tela // En lo baxo deste tablado estauan puestos por orden bancos cubiertos con arembeles de Barueria donde estuieron los procuradores de cortes a los quales vn maestro de ceremonias asento por su orden conforme al Lugar que cada ciudad y Villa toccaua Los quales venieron a las dos de la tarde a esta mesma hora venieron Los prelados deste Reyno que fueron los siguientes /:

Don fray Bartolome de los martiles Arçobispo de Braga primado destes Reynos el qual entro con crux don francisco de almeyda Arçobispo de lisboa Ynquisidor mayor destes Reynos D. antonio de Bergança Arcobispo de euora don fray Gaspar del casal obispo de coymbra don Antonio pinihero obispo de Leyra Presidente dela casa dela suplicacion y del consejo de estado D. Andres de Loroña obispo de pontlegre eletto de Placença D. Antonio mendez obispo delvas. D. fray Amador obispo limosnero mayor D. Jorge de atayde obispo y capellan major del consejo de estado y Presidente dela messa dela consciencia Don f. Mendez obispo de lamego D. f. obispo de Viseo don Geronimo de meneses obispo de miranda, los quales se sentaron a la mano derecha En las gradas deste tablado por sus antiguidades tras estos fueron beniendo los señores de titulo El Marques de Villá Real El conde Allusin su hijo mayor con algunos caualleros de su casa los quales fueron derechos a lo posento del Rey donde se Juntaron con los demas titulados //.

El Portero mayor deste Reyno con vna Maça en la mano estubo guardando el tablado con nueue Reyes de armas vestidos con cottas de tela de Plata con las armas de Portugal y seys maçeros despues desto vino don JorJe da silua conde de Portalegre mayordomo mayor del monesterio donde posa con su baston y con el don martin xuarez masaireñas tambien con caña como maestro de sala que assi los suolen tener los Reyes de portugal al conde se llegaron el portero mayor y Bertolameo de tauora Repostero Mayor y estuuieron Juntos sentados mientras se hacia hora su Magestad eneste tiempo estuuo en vna torre sobre este patio mirandolos con los dela camera y mayordomos eneste espectaculo que con la gente y comberso era hermosa vista // :

Luego vino El Duque de Bergança y el de barcelos hiJo mayor suyo El duque vestido con calcas y Jubon colorado sayo de Raso y capa guarnescida y gorra con buttones de piedra el hiJo venia vestido de Blanco con calças y Jubon blanco capote de Raso afforado en tela encarnada venian en muy rricos caualllos con ricos aderecos los quales no se apearon asta llegar a las mesmas gradas donde se subia. Los caualllos quedaron alli donde no se consentia quedar otros y les cubrieron las sillas con telillas de brocado venian con el duque el Comendador mayor de christus y el Mariscal deste Reyno con otros muchos caualleros de su casa vestidos a la castellana con muchas telas de oro con bottones de perlas y piedras que pareciam muy bien // .

Pasaron al aposento del Rey por delante de los bancos de los procuradores los quales desde que descubrieron el duque estubieron en pie y lo mesmo hiço el conbento de los frayles que estauan a las gradas a la mano yscierda con la Capilla del Rey desta manera passo el duque y subio con el Rey trayendo al hombro vn estoque con bayna don Jorge de meneses alferes mayor lleuo el estendarte Real //.

El Bestido del Rey era vna sotana de tela de oro y roba grande de brocado aforrada con la mesma tela con el collar del tuson y gorra de rico sin toquilla traya la falda el camarero mayor francisco dessa //.

El duque de bercança quedo en la tarima con el Rey y el de barcelos su hijo fue el primero dela orden drecha donde estauan los prelados al otro lado staua el marques de villa Real y su hiJo el conde de castañeyra el de portalegre el de matusinos y el de linares y el de vidigueyra debaJo del tablado en el suelo estauã los del consejo de estado y Justicia los alcaldes mayores y la demas nobleza //.

El obispo de Leria Passando el canton del tablado y haciendo vnas reuerencias al Rey con el Bonette en la mano como stuuieron todos en el teatro con breue raçonamiento exorto el pueblo vn general aplauço eneste leuantamiento del Rey ya assegurandoles de parte de su Magestad muchas fidelidades y felicidades y dando algunas raçones Breues a la succession a todo el qual respondio el procurador de lisboa litrado agra-

desciendo mucho a su Magestad la solenidad deste acto assegurandole la fidelidad de sus vassallos y la osse-
 uancia de su Juramento El Repostero mayor puso
 delante los pies del Rey Vn sitial y el capellan mayor
 puso vn Misal y crus sobre La almoada en que se hincó
 de rodillas sin gorra hiço su Magestad el Juramento
 en mano de los tres arcobispos deste Reyno por la
 forma que leyo El secretario miguel de mora luego
 Juro El duque de bergança y su hiJo y los demas
 señores de titulo por su orden y luego los prelados
 alcaydes mayores consejeros y procuradores del Reyno
 besando todos las manos al Rey y vn Rey de armas
 dixo en altas voçes al pueblo tres veçes oyd oyd oyd
 y el alferes mayor leuanto el estendarte Real y dixo
 diciendo Real Real Real por el Rey don Phelipe nues-
 tro señor esto El pueblo respondió otras tres veçes mien-
 tras su Magestad tardo de baxar de su silla astas la gra-
 das delas yglesia donde esperaron los prelados bestidos
 de pontifical y el combento cantando el te deum Lau-
 damus ce metieron dentro acabandose este acto con
 Benedición del Arcebispo de Braga.

Tudo isto D. João iv necessàriamente conhecia e talvez
 mais duma vez a sua recordação amargamente o assaltasse
 durante a estranha entrada que fêz na Côrte nesse triste
 dia de chuva, desacompanhado, tão apagadamente que *muito*
pouca gente o viu entrar, como João Pinto Ribeiro refere e,
 tão grosseiramente vestido (com o mesmo fato de pano
 dozeno que já exhibira em Almada por ocasião da aleivosa
 convocação que Felipe III fizera no ano anterior) que pro-
 vocou os reparos de certo fidalgo, a quem logo retorquirá:
 — *que olhais? Bem vos entendo; este aqueita e custa barato...*

O regosijo popular, nos três dias seguintes, parece ter cuberto a frieza da recepção e merece carinhoso registo a João Pinto Ribeiro: *houve muitas festas e luminárias com grandes vivas e cantigas inventadas pelos meninos, que parece que falavam pela bôca do Espirito Santo...*

A chegada da Rainha ao Terreiro do Paço, em bergantim acompanhado por luzido cortejo fluvial desde Aldea Galega onde D. João IV a estava esperando desde a véspera, tudo convenientemente preparado, já se revestiu doutro aparato, mais conveniente à função; reuniram-se quantos barcos havia na cidade e fora; até uma galé se incorporou no acompanhamento; *todo o mar era coalhado de embarcações, conta João Pinto, e todos com vivas de lenços e chapéus; os sinos se quebravam com repiques, e pelas praias tôda a gente da cidade, danças, chacotas e folias, com a mor festa que tenho visto, dando as mesmas vivas, foi assim este acompanhamento pelo mar até cima de S. Francisco de Enxobregas.*

O bergantim real costeou a praia, onde acorrera enorme multidão; o Rei, *com o rôsto muito alegre olhando para todos, desembarcou na ponte da casa da Índia;* entretanto o castelo disparava três salvas e a galé uma; a atmosfera desanuviara, em todo o sentido!

João Pinto Ribeiro segue com grande cópia de pormenores contando ao seu amigo Vasco de Andrade os primeiros actos políticos de D. João, a rendição das fortalezas, a substituição de governadores, e anuncia já os futuros embaixadores às côrtes estrangeiras: a França iria o monteiro mór e levaria consigo o doutor António Coelho de Carvalho; a Holanda, Tristão de Mendonça e Luiz Pereira de Castro; a Inglaterra, D. Antão de Almada e Francisco de Andrade Leitão; e a Roma o Bispo de Lamego e Pantaleão Roiz Pacheco. É fácil verificar a exactidão das informações de

João Pinto Ribeiro, o que não é de nenhum modo indifferente para o juízo definitivo que haja de fazer-se da sua intervenção no movimento nacional de 1640, de que Sanches de Baena, Pinheiro Chagas e Camilo mofavam, e que a Herculano mereceu a grave afirmação de ser *quási romance tudo quanto dele se tem escrito* (Sanches de Baena, *Notas e documentos inéditos para a biografia de João Pinto Ribeiro*; Lisboa, 1882).

Mas não há motivo para extratar o precioso documento mais; a sua leitura integral faz-se com muito agrado e crescente interêsse; deixemos, portanto, correr a conversa epistolar por si própria:

Senhor Vasco de Andrade

Recebj a de Vossa Mercê de 25 do passado cõ que muito me allegrej por saber da saude de Vossa Mercê que hé muito para festejar a uista de tantas mercês que Deus nosso senhor nos fes Em nos dar hum Rey Portugues e tam benino que parece nos quer tornar ao tempo de nossos passados em que os Reis portuguezes amauaõ a seus Vassallos como a filhos, E naõ menos podemos esperar do que temos. Resta pedir a Nosso Senhor nos conserue bem tam grande E nos Liure de jnimigos!

Saõ tantas as festas E allegrias nesta cidade que para Contal las há mister muito tempo, E as com que foi festejada a entrada de Sua magestade, E a da Rajnha nossa senhora principes e infanta que deos nos guarde. Sua entrada foi logo a quinta feira Seguinte do Sabado do aleuantamento dia de S. niculaõ de muita chuua E muito pouca gente o uio Entrar tres dias ouue muitas festas e Luminarias cõ grandes Viuas e Cantigas emuentadas pellos meninos que parece que fallauaõ pella boca

do esperitto Santo. E depois disso a primeira oitaua chegou a Rajnha E principes a Aldea gallega onde Sua magestade a estaua esperando do dia de Antes onde se embarcou depois de Jantar Em hũ bargantjm Com el Rej E principes, E quantos barcos auia nesta Cidade E de fora e huã das galles aCompanharaõ o bargantj com a fidalguia E Senhores do Rejno de que todo o mar era coalhado E todos com Viuas De lencos e chapeos os Sinos se quebrauaõ com Repiques E pellas prajas toda a gente da cidade danças chacotas e fullias com a mor festa que tenho uisto dando as mesmas Viuas foy aSj com todo este aCompanhamento pello mar ate Sima de S. francisco de emxobregas E deceo no mesmo bargantjm ao longo de terra uendo a toda a gente que deceo a praja que hera Jnfenitta E el Rey nõsso senhor com o Rostro muito allegre olhando para todos, desembarcou na ponte da caza da india no qual tempo o Castello lhe fez tres Saluas com a artelharia E a galle hũa, naõ fizeraõ Salua os nauios do Rio por estarem notificados naõ desparasem em Rezaõ de hũ desastre que aConteceo o dia que El Rey entrou que foi dia de S. niculao a .6. do passado que desparando Alguñs nauios huã Lasca pellouro ou buxa matou dous homeñs No terreiro do paço E duas caualgaduras e Leuou as pernes Sercias a outro homẽ (1), desembarcando

(1) Confirmado na comunicação para Roma, acima citada; em 15 de Dezembro, no juramento de D. João IV, o rei não consentiu «che in tutta questa attione sparasse l'artiglieria del castello, nè dè navigli del porto, per cui far altro disastro simile a quello che seguì il giorno della sua venuta, che un bombardiere di una nave inglese sparò un pezzo con palla che nella piazza del palazzo uccise tre persone et alcune cavalcature».

El Rey E a Rajnha e principes o marques de ferreira conde do Vimiozo E todos os demais Senhores com grandes Viuas da gente do terreiro do paco que todo estaua cheo, Se mostrou El Rey E a Rajnha E os principes a tres Janellas indo andando pello corredor de Sima que Vay da caza da india para o paço, logo essa tarde Ouue conselho destado, E se tratou de acodir Ao Algarue E as fronteiras de Alemtejo com gente E armas que Logo lhe foraõ, o Castello Se entregou a Dom Aluaro de Abranches que nelle assiste com companhias da terra de que o nosso conde de Monsanto dizẽ o desapossara por lhe pertencer o Castello como Alcaide mör desta cidade Se lhe fizerem Justiça o Conde chegou a poucos dias a esta Cidade E asj como ueo foi bejar a maõ a Sua Magestade huã noite E disse estas pallauras pondo sse de gíolhos, meu Rey meu Senhor E meu Redentor E chorou Lagrimas de Alegria.

El Rey o festeiou muito com mostras de boa Vontade isto me afirmou hũ moço da Camara que estaua presente has fortallezas de Alemtejo foi aCodir e fortalecer o Conde do Vimiozo que Em Eluas Suspendeo o juíz de fora por naõ aCodir as obrigaçois de Seu officio E ser negligente no despacho dos feitos E proueo o juíz de fora dos orfaõs para que Seruisse tambem do ordinario isto uj por carta de hũ escriuaõ da mesma Cidade, Ao Algarue Dizem que uaj outro fidalgo que he o Conde de obidos pello gouernador que la esta enrique Correa da Sjlua Ser ja muito Velho a evora foi Dom Rodrigo de Castro filho de Dom noutel de Castro dahj natural a Viana de entre Douro E minho foi Dom gastaõ coutinho hũ dos que se acharaõ na morte de Miguel de Vasconcellos a pro-

uer as fortallezas daquellas partes. não temos por certo Ser Rendida a fortalleza de Viana muitos dizem que ja está por Nós esta aqui de S. giaõ foi a deRadeira que se Rendeo com Dous mil Cruzados de Renda ao capitaõ que hé hũ biscajno, e huã quinta de Miguel de Vasconcellos e foi grande bem estar Rendida no tempo que lhe uinha Socorro de cadiz Duas setias e hũ nauio cõ muitos mantimentos poluora armas E pelouros E gente E per auenturejro Vinha hũ Sobrinho do Duque de maqueda que desembarcou Em terra, cuidando que ainda a torre não estaua por Nos com dous auentureiros mais que todos tres prenderaõ, E ajnda o estaõ e confesaraõ ao que uinhaõ E o que traziaõ para Socorro, as Setias E nauio entendendo que a fortalleza estaua por nós Se fizeraõ ao mar e se acolheraõ, a fortalleza lhe tirou 24. tiros Sem fruto nenhũ de maneira que se foraõ ficando os tres prizyoneiros em que entra o sobrinho do Duque de maqueda, A Almejda Dizem que Vaj dom fernando mascarenhas conde da torre que ueo prezo do brazil E o estaua na torre de S. giaõ que he do Conselho destado, a frança Vaj por embaixador o monteiro Mor do Reyno E Leua por adjunto o Doutor Antonio Coelho de Carualho dezembargador dos Aggrauos com seCratorio tambem Letrado, a oLanda Vaj por embaixador tristaõ de mendoça com Luis pereira de Castro chanceler da caza da Supplicaçam a jnglaterra Vaj Dõ Antaõ dalmada por ter La Sua progenia cõ francisco de Andrade Leitaõ tambem dezembargador dos Aggrauos., estaõ auiados esperando por tempo para Se embarcarem E partirem ao Senhor Infante Dom Duarte Jrmão de Sua Magestade que estaua Em aLamanha com o emparador tem

ido muitos auizos por diuerssas partes para que Se uenha dizẽ que ja está em frança E que uira aquj muito Sedo Com socorro está posto edital, que todos os Alcajdes Mores acudaõ a seus castellos a fortalecel los, E os que tiuerẽ jmpedimento o uaõ declarar para se prouerem outros Em Seu Lugar a 20 deste janeiro dizem que comesaõ as cortes E que para esse dia Saõ chamados os prelados titulares E procuradores das camaras., o Rama (*sic*; entenda-se a Roma) Vaj por embaixador o bispo de Lamego irmaõ do Conde do Vimiozo E Pantaleaõ Roiz pacheco inquizidor desta Inquiçissaõ aCabadas as cortes Dizem que Vaj El Rey nosso senhor uezitar todas as fortallezas do Rejno a legeira de sua primeira entrada E do juramento E ida a See a dar gracias naõ trato porque ja Vossa mercê o deue de saber, So digo que entrou uestido de panno Dozeno pardo que tinha feito quando ueo o anno passado a Almada por mandado del Rey de castella E este teue Vestido todo o dia E quando foy buscar a Rajnha o tornou a uestir e Com elle entrou E querem dizer que pondo hum fidalgo os olhos no uestido E pegando na capa disse Sua Magestade, que olhais bem uos entendo este aquenta e Custa baratto a hũ fidalgo conhecido que naõ nomeo indo lhe bejar a maõ Com huã Luua calçada, E outra descalsa bordadas de ouro, Perguntando lhe pello principe disse estas pallauras O Principe de Saude fica E he de sete para oito annos E me disse quando me partj que se hia por a cauallo para hir mattar hũ porco montes e me pedio huãs Luuas eu lhe Respondj que sendo de idade de quinze annos pedira huãs Luuas a meu paj E mas não quizera dar dizendo que as Luuas heraõ para as molheres E que

quando eu tiuesse frio esfregasse as mãos (o fidalgo que entendeu o Remoque Se turbou foi escondendo as Luvas por baixo da Capa ate que as meteo na Algi-beira) disse mais outro dia publicamente que ningem lhe pedisse o que pertencia a outrem aserca das cazas de Vasco fernandez Sezere que lhe pediu o Conde de penaguião Seu Camarejro Mór, indo se lhe pedir hũ officio de escriuaõ do ciuel da Corte que vagou a primeira couza que perguntou Se ficaraõ filhos do proprietario que lho não auia de tirar, mandou suspender a mendo fojos Procurador da fazenda E Comisario das meas anattas porque hera procurador de Dyogo Soares ate dar conta de sua fazenda e do dinheiro das meas anattas. mandou tirar do Cargo de prouedor desta Alfandega a joaõ Alvarez Soares genro de Dyogo Soares E proueo nelle a Antonio dos pouoas Conselheiro da fazenda tio do menino proprietario emquanto não fosse de jdade para Seruir, o Senhor arcebispo prendeo no Aljube a hũ Conego que chamaõ Martj afonso pereira primo de lopo pereira feitura de Dyogo Soares que hera o carretor de tudo o que se uendia em Castella officios abjtos honras Comendas, E o mais que se queria comprar, tambem mandou prender no castello ao Contador da fazenda das sette Cazas Luis pereira de Barros feitura de Miguel de Vasconcelos E Dyogo Soares que comprou o abito E officio tirando sse ao filho do proprietario baltazar Velloso de Carualho estaõ fazendo Jnuentarios de toda a fazenda de Dyogo Soares que hera Secratario Em madril E da de Miguel de Vasconcelos seCratario deste Reyno sogro E genro e Cunhados E das armas que Se acharaõ em poder de Castelhanos que Saõ muitas o deaõ de braga E o

bispo de Leiria Jrmaõs de Miguel de Vasconcelos se acolheraõ Em abitos de frades Dizẽ que para Castella outros dizẽ que estaõ em galliza ate Verem o fim que tem djogo Soares que Sem duuida o tera como o teue Seu Sogro pois foraõ ambos Cauza de tantos malles em Portugual, ou para melhor Dizer de tantos beñs, Mandou sua magestade embargar todas as fazendas de todos os fjdalgos que estaõ Em castella que saõ muitos E quinze Condes E o arcebispo de Euora Juros E tenças que se pagauaõ a Castelhanos neste Reyno, Sua Alteza que gouernaua ate o Leuanto esta com guarda nos paços da Rajna Dona Caterina Junto a madre de Deos com o marques della pobla castelhano e o Conde bajnete jtalliano que com ella Vierão Mordendo as maõs de Rajua todos os mais castelhanos de de porte estaõ a bom Recado com guardas, os soldados que auia castelhanos lhe deraõ passaportes e hũ cruzado a cada hum para se jrem para as Suas terras, anda todo este pouo tam contente E allegre cõ a mercê que deus nos fes que nẽ de Sj Se Lembraõ E tanto que muitas pessoas emdoudeceraõ de allegria como foi Dom francisco de faro pessoa de grande porte Capitaõ general do castello E de mar E terra filho do Conde de faro muito amado E querido de sua magestade que quando estaua na almada sua magestade os mais dos dias hia gentar com elle, E tambem emDoudeceo hũ capellaõ da mjsericordia grande portugues apaixonado que estaõ prezos E atados, os milagres que tem aContecido nesta occaziaõ Saõ muitos, Principalmente o cristo da Crus do Senhor arcebispo o dia do Leuanto indo o chamar para Ser hũ dos gouernadores emquanto Sua Magestade naõ. Vinha bem defronte de

Santo Antonio despregou a mão direita da Crus e ficou o braco afastado da crus que bem cabia huã mão Entre a Crus E o braço E se achou o crauo Retorcido E quebrado de fresco E esta aueriguado por grande Millagre o que eu uj com os meus olhos e Como tal se tem Recolhido a Crús cõ o Cristo no Sacrario da See E o senhor Arcebispo que hé hũ Santo Mandou fazer outra Crus para quando Vaj fora não há duuida que isto Saõ Couzas ordenadas pello ceo que Nos quer Liurar do Catiuejro de Castelhanos.

Aos nossos portuguezes que estaõ a uista de Catalunha no exercito castelhano Se lhe tem mandado auiso e há nouas que os mais delles Se tem deitado Com o Catellaõ o que Sera grande bem para poderem uir por franca espera sse que o frances olandes E ingres nos haõ de ajudar pello grande bem que lhe Resulta de terem paz com Portugal.

Estando fazendo esta ouue hum grande Rebolico E Rumor nesta cidade que seuilha Sam Lucar E toda a Andalusia Se tinha Leuantada E por Rej della o duque de medina Sidonia Jrmaõ da Nossa Rajnha se hasj hé não temos que temer isto disse publicamente o Conde de Cantanhede que lho mandara dizer thome de Souza Seu trinchante mór del Rej nosso senhor.

O Perdaõ do senhor Antonio Caluo fica a meu cargo o Crusado me deraõ para o que for necessario ahj mando a Certidaõ não há nos Autos outra que falle Em deposito Nã Em sebastião Carracão So há Nos Autos hũ termo de jnnigo de Castilho feito Em 18 de Agosto deste anno passado 640 Em que declara que

sebastião Carracão entregou Vinte E quatro mil E seiscentos reis desta Condenação E a jnou este termo.

Dos negocios de Vossa mercê me não esqueço auendo despacho os applicarej As cartas para o Conde Leuou o Portador E lhas deu Entendo que vaj ordem para essa Vila E as mais de Armas. tenho bastante-mente Emfadado a Vossa mercê de que peço Perdaõ, Cuja pessoa nosso Senhor guarde Lixboa a 4 de Janeiro 641.

De Vossa mercê João Piñto

No verso da última fôlha escreveu-se mais tarde um sumário, prova de que se reconheceu merecimento ao relato; diz assim:

Carta Escrita ao Senhor Vasco de Andrade em que Se lhe refere a entrada e varios Sucessos da Aclamação do Senhor Rey D. Joaõ o 4.º

A isto se acrescentou *Monsanto*.

À distância de três séculos chega até nós, com a carta de João Pinto Ribeiro a Vasco de Andrade, a reportagem viva, animada e colorida, dêsse primeiro mês do novo Portugal, particularmente delicado e decisivo para a consolidação do movimento libertador, que o mesmo é dizer, delicado e decisivo para a vida duma pátria recuperada.

Por ela se confirmam sucessos conhecidos, se rectificam notícias menos exactas, e se dão a conhecer factos não recolhidos ainda pela história da Restauração. O carácter não suficientemente definido de D. João IV recebe novos

traços de luz com os seus ditos a propósito, de intuito moralizador, que parece terem sido uma das constantes preocupações do seu espírito, ou, pelo menos, exercício muito de sua predilecção; os processos da política da época, desgraçadamente semelhantes aos de todos os tempos, com base na grande constante que é o interêsse humano, revelam-se-nos nessa curiosa rendição da fortaleza de S. Julião, negociada com o comandante a trôco de 2000 cruzados de renda e uma quinta que fôra de Miguel de Vasconcelos...

Fazem-se judiciosas, embora breves, conjecturas sôbre o que podemos chamar política externa; e para em tudo ser completa a reportagem, nem os boatos da última hora, ao fechar da carta, lhe faltam: *estando fazendo esta, houve um grande reboliço e rumor nesta cidade, que Sevilha, San Lucar e tôda a Andaluzia se tinham levantado e, por Rei dela, o Duque de Medina Sidónia, irmão da nossa Rainha...*

A data e as circunstâncias em que João Pinto Ribeiro escrevia a sua carta já de si bastavam a grangear-lhe o nosso inteiro crédito; êle não se esquece, porém, de assegurar ao seu correspondente, em casos que mais estranhos poderiam parecer, contados fora do ambiente especial em que decorreram — como no impressionante e oportuníssimo episódio do desprendimento do braço direito do crucifixo que acompanhava o Arcebispo de Lisboa, D. Rodrigo da Cunha, na procissão de graças, *indo o chamar para ser hũ dos governadores* — que êle presenciara o que na carta relata: *o que eu vi com os meus olhos.*

E por mais duma vez abona cautelosamente a informação que vai transmitindo, declarando por intermédio de quem veio a notícia ao seu conhecimento.

Anda todo este povo tão contente e alegre com a mercê que Deus nos fêz que nem de si se lembram e tanto que muitas

peçoas endoudeceram de alegria, como foi D. Francisco, filho do Conde de Faro, pessoa de grande porte, capitão general do castelo e de Mar e Terra, e um capelão da Misericórdia, grande português, diz a carta de João Pinto Ribeiro que temos seguido: — era o real e profundo sentimento de Pátria que extruturalmente existe no nobre povo português; definido e concretizado com D. Afonso Henriques, reafirma-se viril com D. João IV, e continua ao presente para glória e consolidação de Portugal eterno!

* * *

Por fim, há-de permitir-se-me que de novo chame a atenção dos historiadores da Restauração para umas cartas da família do Marquês de Montalvão que me parecem revestidas de especial significado; publiquei-as em 1929, tal como se me apresentaram num códice da Biblioteca da Universidade de Coimbra, e por todos os historiadores de D. João IV, a quem expressamente consultei, foram consideradas inéditas.

Vim a saber, muito mais tarde, que o não eram; publicara-as, em 1877, a revista coimbrã *Archivo bibliographico*, espécie hoje tão rara que difficilmente se juntará uma dezena de exemplares dela; e sube também que noutra códice da mesma colecção bibliotecária se encontrava segunda cópia dos referidos documentos, com a vantagem de apresentar completa uma das cartas que dei mutilada por não conhecer à data exemplar melhor. É o n.º 38, que a citada revista utilizou.

Desde logo decidi republicar tudo na primeira ocasião; entretanto outros trabalhos de urgência sobrevieram e só

agora posso retomar o assunto e apenas para aproveitar a oportunidade que a comemoração do corrente ano lhe dá.

Completa-se o documento mutilado e pouco do que então se disse em comentário se modifica; a Biblioteca possui muitas outras cartas da Restauração; não publicaremos senão as do códice n.º 38 que completam as da família Montalvão; o único fim que tivemos em vista foi integrar o nosso trabalho de 1929, melhorado pela substituição dum documento truncado, e completado com outros, nas publicações comemorativas que o ano áureo de 1940 realiza.

CARTAS DA FAMÍLIA MONTALVÃO

O leitor curioso dos sucessos da Restauração de 1640 que busque nos historiadores coévos a narrativa singela dêsses dias agitados, não revestida ainda das conveniências nem dos tropos com que os tempos modernos a refizeram, encontra no contemporâneo Conde da Ericeira (1), cuja fidelidade o consenso geral abona, menção dumas cartas que a família do Marquês de Montalvão dirigiu a êste incitando-o a não entregar à causa de D. João IV o Brasil, em cuja regência fôra investido por Filipe III.

Parece que tal correspondência foi apreendida antes do destinatário tomar conhecimento dela, o que, somado à fuga de dois filhos seus para Espanha, criou ao Marquês uma atmosfera de desconfiança que justifica bem o tratamento inconstante que daí por diante sofreu.

(1) *Portugal Restaurado...*
Servimo-nos da edição de 1710.

O *Portugal Restaurado* conta assim o episódio, que resumimos ao essencial:

«Estabelecido El Rey D. João na posse do Reyno, faltava-lhe para o lograr como seus antepassados, ser obedecido nas dilatadas Conquistas que domina Portugal . . . (pág. 133).

«... Na America era Viso-Rey do Estado do Brasil Dom Jorge Mascarenhas Marquez de Montalvaõ. Chegou à Bahia hũa Caravela, sahiu em terra o Mestre, prohibindo o aos mays, que o acompanhavaõ, fallou com o Marquez, entregou lhe hũa carta d'El Rey, na qual lhe dizia que depoyz de acclamado em Portugal lhe faltava para segurança da Coroa achar a mesma obediencia no Estado do Brasil, que do seu valor, & do seu acordo esperava a felicidade desta empresa. Na diligencia do Marquez logrou El Rey as esperanças, q̃ lhe insinuava, poi q̃ sem a menor inquietação reduziu à sua obediencia aquelle vastissimo Estado. Recebida a carta d'El Rey, deu ordem que nenhum barco chegasse à Caravela, & porque na Bahia constava a guarnição Castelhana de seyscentos Infantes, mandou formar o Terço de seu filho D. Fernando Mascarenhas na praça do Collegio dos Padres da Companhia, & o Terço de Joanne Mendes de Vasconcellos na praça do Paço. Logo chamou as pessoas principaes de todos os estados, e conferindo a carta d'El Rey com cada hũ dos q̃ chamava em particular, observando o seu sentimento, & ouvindo a sua resposta, o recolhia para o interior de sua casa. Apurados todos os animos, & achando nelles a constancia que dezejava, uniu em hum conselho os q̃ havia convocado, & lida em voz alta a carta d'El Rey,

mandou que cada hũ referisse em publico o q̄ lhe havia declarado em particular. Sem algum se retratar, se ratificáraõ todos, & a execução foy voto diffinitivo. Sahíraõ do Paço com excessivas demonstrações de contentamento, chegáraõ à Sè, onde com repetidos vivas acclamáraõ El Rey D. João. Seguiu o Povo sem controversia a mesma voz, desarmáraõ a guarnição Castelhana, & continuáraõ-se na Cidade grandes festas por muytos dias... (pág. 133).

«...O Marquez havendo dedicado todo o Estado do Brazil à obediencia d'El Rey, mandou seu filho D. Fernando a Lisboa a dar lhe conta do que havia executado em seu serviço, offerecendo lhe juntamente hum dilatado papel, ditado pela sua larga experiencia, q̄ continha importantes avisos para a disposiçaõ do novo governo...». (pág. 135).

Encontra-se na obra *Restauração de Portugal prodigiosa*, que o Dr. Gregório de Almeida (ou seja o jesuíta João de Vasconcelos) escreveu e António Álvarez imprimiu em Lisboa em 1643, a carta que o filho do Marquês trouxe como credencial a D. João IV e que traduzia realmente completa aceitação do movimento nacional:

«Com mandar aos Reaes pês de Vossa Magestade ao Marichal Dom Fernando meu filho entretenho o gosto, com que quizera em prezença de Vossa Magestade mostrar o reconhecimento, que deuo, & a obediencia, que confesso a Vossa Magestade, com empenhos, a que me leua o amor natural, & a muita merce, que Vossa Magestade me faz, & fez sempre; mas já que Vossa Magestade he seruido, que eu espere aqui, o que

me pede o desejo, supra esse filho esta minha obrigação & mereça elle tambem, que Vossa Magestade lhe ponha os olhos em consideração do bem que tem seruido; & se ouue vltimamente, no que esteue a seu cargo nesta praça, que eu fio da experiencia, que tenho de seus procedimentos, saberá satisfazer às obrigações com que naceo, & auer se de maneira no serviço de V. Magestade nas occasioens, que nesse Reyno se offerecerem, que folgue Vossa Magestade de lhe fazer a hõra, & merce, que de sua grandeza deuemos esperar: Nosso Senhor guarde a Real pessoa de Vossa Magestade, como a Christandade ha mister: Bahia 26. de Feuereiro de 641,

O Marquez de Montaluão»

Não será com certeza esta carta o *dilatado papel ditado pela larga experiêcia* do Marquês, como diz o *Portugal Restaurado*; mas o que nela não falta é um óptimo conhecimento da melhor oportunidade para um bom despacho; com efeito, êste mensageiro da boa nova veio a ocupar o cargo de governador das armas da Beira recebendo também de D. João iv o título de Conde de Serém.

Enquanto no Brasil isto se passava, muito diferentes eram os sentimentos a que em Lisboa obedecia a família do Marquês; ou por cálculo ou por decidida simpatia, antes que chegassem novas do Brasil, passaram a Castela seus filhos «Dom Pedro Mascarenhas Veador del Rey, e D. Jeronymo Mascarenhas Deputado entã da Mesa da Consciencia, em quem durou o odio ainda depois que conseguimos a paz, e viveo taõ arreygado no seu peito contra a propria Patria, que os mesmos Castelhanos que lhe pagáraõ com grandes

lugares as finezas que havia feito, abominação e desprezo a sua contumacia...» (pág. 131).

Não iam sós, estes dois filhos do Marquês de Montalvão; acompanhavam-os D. Duarte de Meneses, Conde de Tarouca, seus filhos D. Luiz e D. Estevam (1), D. João Soares de Alarcão, alcaide mor de Tôrres-Vedras e mestre sala del-Rei, D. Lopo da Cunha e seu filho D. Pedro, e Luiz da Silva, filho de Lourenço da Silva; o dominicano frei Manuel de Macedo serviu de medianeiro na conspiração e preparou a fuga de todos. (pág. 121).

«Para facilitalo se lhe ofereceu ocasião oportuna: porq̃ El Rey não derogando mercè algũa feyta por Castella, mandou a D. João Soares que fosse a gouernar Ceuta, ao Conde de Tarouca Tangere, Lugares para q̃ estavaõ nomeados antes d'El Rey se aclamar.... (pág. 122).

«... Entendeo-se q̃ a Marqueza de Montalvão tivera noticia da fugida de seus filhos D. Pedro, & D. Jernymo Mascarenhas, mandou lhe El Rey pòr guardas em sua casa, e foraõ os seus criados presos; os quaes examinados & não lhes achando culpa, tornáraõ a soltar: porèm a Marqueza, constando que aos indicios acrecentava palavras demasiadas contra o decoro Real, foy remettida presa ao Castello de Arrayolos: molestia de que a livrou dentro de pouco tempo seu filho D. Fernando Mascarenhas, chegando do Brasil. Tambem foy

(1) ... sendo este de tenra idade, & que depòys passando-se a Portugal mostrou generosamente que só a falta do discurso pelos poucos annos que tinha, o obrigára a deyxar a sua Patria... (pág. 121).

preso Lourenço da Silva, & sua mulher, & soltos passado algum tempo, por constar que ignoráraõ a resolução de seu filho Luis da Silva.

«... O Procurador da Coroa requereu que fossem citados por editos todos os q̄ se passáraõ a Castella: assim se executou, & depouys das diligencias ordinarias, foraõ declarados por offensores da Magestade, e confiscados seus bens». (pág. 124).

Tiveram estes acontecimentos como efeito natural criar-se no espirito do novo govêrno uma justa desconfiança àcêrca do que no Brasil poderia fazer o Marquês de Montalvão, tanto mais que se receava que seus filhos desertores «pudesse[m] fazer prevaricar o animo de seu pay, ainda que se declarasse constante na sua obediencia...» (pág. 136).

Aparelhou-se portanto segunda caravela e conficou-se ao jesuíta Francisco de Vilhena a incumbência de ir discretamente [com «toda a cautela neste negocio» (pág. 136)] observar os actos do Marquês.

No caso de verificar que o governador se mantinha fiel a Castela, o jesuíta destitui-lo-ia, conforme poderes de que ia munido, e investiria na regência do Brasil uma junta composta pelo Bispo D. Pedro da Silva, o mestre de campo Luiz Barbalho, e Lourenço de Brito Correia.

Chegado Francisco de Vilhena à Baía, encontrou a colónia pacificada e fiel a Portugal; desvaneceu-se talvez com a importância da missão que levava, e o resultado foi que «achando as demonstrações do Marquez tam cõtrarias ao que levava suposto, naõ lhe bastando este desengano, usou da ordem da mesma sorte, q̄ se o Marquez houvera tido o procedimento de que El Rey se temia...» (pág. 136).

De imprudente classifica o Conde de Ericeira a acção.

Note-se, todavia, que Fr. Antonio Seyner, cronista espanhol que em 1644 se propôs escrever a última palavra de imparcial narração dos sucessos de 1640 (1), dá o Marquês como muito afeiçoado a Castela e explica a adesão do Governador pela circunstância de a notícia se espalhar rapidamente logo que a caravela chegou ao Brasil e os portugueses aclamarem acto contínuo D. João IV.

Feito um rápido balanço da situação e das fôrças de que poderia dispor para a resistência, o Marquês ver-se-ia rodeado de poucos castelhanos, de forma que «... Fuele forçoso ceder a la conspiracion de tantos, quando èl se hallaua tan solo».

¿Terá Francisco de Vilhena percebido isso mesmo e justificado assim o seu procedimento? Como quer que seja, nomeou portanto a junta indicada, destituiu o Marquês e fê-lo embarcar sob prisão com destino a Portugal, entregue à vigilância de Luiz da Silva Teles, que até então estivera preso por ordem do governador como cúmplice no assassinio dum ajudante na praça do Paço...

Nunca porém uma desgraça vem só.

«... Antes de dar à véla, chegou hum navio despedido por ordem d'El Rey Catholico, entrou no porto, foy facilmente rendido; & examinado, achárão-se cartas d'El Rey para o Marquez acompanhadas de outras de seus filhos: continhaõ todas repetidas instancias de conservar aquelle Estado na obediencia de Castella.

(1) *História del levantamiento de Portugal*; Zaragoza, Pedro Laranja y Lamarca impressor del Reino de Aragon, 1644.

É discutível, por vezes, a apregoada imparcialidade do autor.

«Entregáraõ os Governadores todos estes papeys a Luis da Silva para q̃ os dêsse a El Rey, & prendêraõ quatro criados do Marquez, obrigando-o a seguir a viagem com pouca assistencia, & grande discõmodo: porèm a força do cuydado era o verdugo mays violento na consideração de se haverem seus filhos passado a Castella, & saber do Padre Francisco de Vilhena, que estava a Marqueza sua mulher presa por ordem d'El Rey no Castello de Arrayolos; & não bastava a esperança de que podia sobornar tantos infortunios com o procedimento que havia tido no Brasil, para evitar o combate que lhe davão tam perigosos accidentes.

«Chegou a Lisboa & achou a fortuna com differente semblante do q̃ suppoz na viagem: porq̃ havendo chegado seu filho D. Fernando com a nova do socego, & obediencia com que ficava o Brasil; (ainda q̃ desembarcando em Peniche, o desacerto de seus irmãos incitou contra a sua pessoa a furia do Povo, a que entregára a vida, a não ser socorrido da urbanidade do Conde de Attouguia, que alli se achava, o qual o salvou em sua casa depoy de haver recebido hũa cutilada na cabeça, de q̃ o curou nella dentro de breves dias) deu-se El Rey por obrigado a lhe conceder a liberdade de sua mãy, em que os beneficios não tiveraõ em tempo algum poder para antepor os interesses de Portugal à affeyção de Castella, sendo esta ingravidão causa total da ruina de sua casa.

«Tanto, q̃ o Marquez deu fundo no Rio de Lisboa, achou q̃ o esperavaõ sua mulher livre da prisãõ, & seu filho com o posto de Coronel de hum dos Terços da

Corte. Esta primeyra luz bastou para desbaratar as nuvens q̃ lhe cobriaõ o animo, augmentou lhe o contentamento o applauso com q̃ foy recebido da Nobreza, & Povo, e socegou lhe de todo o espirito o favor, que El Rey lhe fez, quando chegou a lhe beyjar a mão, ao que se seguiu empregalo nas mayores occupaões em que durou alguns annos, mostrando lhe a fortuna (como veremos) por muytas vezes varios semblantes». (pág. 137).

Em 1642 foi o Marquês ouvido sôbre a conveniência de se fazer a guerra do Alentejo e aprovado o seu parecer; era considerado então como «Hũ dos q̃ votavaõ cõ mayor acerto nas materias mays importantes daquelle tẽpo». (pág. 361).

Afinal, de novo a desconfiança lavrou no ânimo de D. João IV, e o Marquês mais uma vez se viu encarcerado, em 1644; «El Rey... dando ouvidos a calumnias muytas vezes se arrependia de proceder aceleradamente, mandando prender por crime tam abominavel, como o de leza Magestade a alguns, que depoy mandava soltar averiguada a sua innocencia.

«Entráram este anno neste numero o Marquez de Montalvaõ, & o Doutor Duarte Alvares de Abreu Dezembargador dos Aggravos da Casa da Supplicação, e não prevalecendo brevemente a prova da sua justificação acabáram nas prisoens, se bẽ o Marquez cõ mayor trabalho; porque limando as calumnias desta, & restituído aos seus postos, veyo a morrer infelicemente em outra, sendo verdadeyro exẽplar da instabilidade da fortuna». (pág. 495).

Em 1645 ainda D. João IV nomeia o Marquês «Mestre de Campo General da Corte junto a sua Pessoa». Havia pouco deixara a prisão onde mais uma vez dera entrada como inconfidente...

Não é fácil decidir com segurança se estamos em presença dum verdadeiro exemplo da instabilidade da fortuna, como diz o Conde da Ericeira, se, afinal, o caso do Marquês de Montalvão não será mais que um comesinho episódio de equilíbrio político familiar, vulgar em todos os tempos, e que a incerteza da época explicava.

O certo é que o Marquês não voltou ao Brasil, como seria mister para a reparação ser completa. Em 1642 foi de Portugal como governador António Teles da Silva tornando assim definitivo o afastamento de D. Jorge.

A Marquesa, conclui o *Portugal restaurado*, «causa total como sempre se entendeu, da ruina de seu marido, mandou El Rey recolher no Convento das Capuchas de Sacavem.

«O amor de seus filhos, que estavam em Castela, parece q̃ a obrigava a amar pouco o socego de sua casa...» (pág. 495).

O Marquês veio a falecer no Castelo de S. Jorge em 1 de Janeiro de 1652, e não se conhece correspondência sua que o comprometa; da sua competência militar e propósitos de servir D. João IV é suficiente penhor o seu projecto de organização do Exército e da Marinha, recentemente trazido a público pelo Sr. Ângelo Pereira, na revista *Ocidente*, vol. VIII, n.º 21, documento notabilíssimo a vários títulos.

À vingança e a maquinações dos Césares de Menezes atribue Camilo Castelo Branco o desfavor que atingiu o Marquês de Montalvão; conquanto se trate dum romance

histórico, é muito de considerar, também, essa *luta de gigantes*, pelo conhecimento que revela da época e pelas reconstituições históricas que apresenta à nossa meditação: «os Cesares ilaquearam-no em uma rede de intrigas que o não deixava bracejar».

Procurando, na bibliografia da Restauração que é possível consultar, vestígios da tal correspondência apreendida no Brasil a bordo da caravela castelhana, só em nossos dias êles aparecem.

Rebêlo da Silva parece ter possuído uma cópia de tais cartas, pois com manifesto conhecimento directo do seu teor a elas se refere a pág. 386 do tómo IV da sua *História de Portugal nos séculos XVII e XVIII*, esclarecendo em nota: «*Progresso Noticioso de Diversos Papeis respectivos a algũas conjurações contra D. João IV.* Manuscrito meu. Cartas de Pedro Mascarenhas e da marquezia de Montalvão, datadas de Lisboa, em 6 de fevereiro de 1641, e de D. Pedro Mascarenhas de Niebla, em 12 de fevereiro».

Desconhecemos o actual paradeiro do manuscrito que Rebêlo da Silva possuía, e não sabemos também quem tenha visto essa correspondência⁽¹⁾; daí, portanto, o justificado interêsse com que se nos deparou no códice n.º 537, e depois no n.º 38, da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra⁽²⁾, miscelâneas dos séculos XVII e XVIII, cópia de várias cartas, algumas das quais são, evidentemente, as que

(1) Informou-nos o Prof. Edgar Prestage, distinto lusófilo a quem as Letras e a História portuguesas tantos serviços devem, que nunca logrou ver tais cartas nem da sua existência tem quaisquer notícias. S. Ex.^a é um dos melhores conhecedores da época da Restauração portuguesa.

(2) A fls. 259 e seg.

o Conde da Ericeira e, depois, Rebêlo da Silva, conheceram, e que, de-certo, devem ter sido muito comentadas na época, circulando pelo país em cópias que hoje, todavia, são da maior raridade.

A seguir transcrevemos umas e outras; a primeira, que é, por assim dizer, das vésperas da Restauração, dá-nos a conhecer o estado latente da revolta, fermentando e explodindo em pequenos incidentes isolados; é de Amador Fernandes do Outeiro, que de Vila Viçosa a escreve a D. Manrique da Silva, Marquês de Gouveia, ao ter conhecimento da forma pouco respeitosa como êste se apresentou perante Felipe III em 1 de Julho de 1639.

CARTA Q. MANDOU AMADOR FERNANDES DO OYTEIRO
DE VILLA VIÇOZA, AO MARQUEZ DE GOUVEA
D. MANRIQUE DA SILVA (1) .

«Lisboa he grande, e nella pouca a verdade: por essa razaõ faço esta, Am.º Marquez, porq̃. naõ creio de Vós q̃. fosseis taõ inimigo de vós mesmo sendo taõ proximo comvosco q̃. desseis sincos com bola liza, nas de Portugal naõ empecem nada.

«Quizeraõ me dizer q̃. hindo o Nosso Principe em o 1.º de Julho deste anno 639. ver a Snr.ª Duqueza, fallastes duas vezes, huma como Official, e mais naõ he muito q̃. todos mentem, no que merecieis ser castigado, outra como honrrado, mas nesta vos castigaste vos a vos naõ o ficando.

«Eu o naõ cri por aqui perante Deos porq. vos

(1) No cód. 324 desta mesma colecção de manuscritos encontra-se outra cópia desta carta.

conheço e sei q̃ tratais de ter bom procedimento, (q̃. he o q̃. faz os homens.) melhorando vos sempre, e q̃. tivestes boa criação.

«Que couzas estas p.^a as ouvir vosso Pai.

«Deos lhe perdoe, q̃. afirmava o Duque d'Alva q̃. o fazia grande ter criado q̃. se servia com taõ bom homem, e vosso Avô q̃. eu mal cheguei a conhecer de q.^m a Camara de Toledo hoje tem tanta lembrança q̃. diz q̃. não entrou depois d'elle melhor Escrivaõ nella.

«Pois q.^m he taõ bem nascido como havia de cahir em tal erro? Eu respondi logo: Porq̃.?

«Não sabe Manrique q.^m he o Duque? Não sabe q̃. Deos o pode honrrar, e elle aos homens?

«Senaõ dizei me; fallo comvosco como q.^m vos criou, quem vos fez mordomo, e donde o sois?

«Não podeis negar q̃. o immortal Rey D. Manoel, e da caza q̃. elle fez? Logo não sabeis q̃. he Bizavô legitimo deste Principe?

«Perguntai o ao grande Fellippe Prudente quando mandou dizer à varonil Catherina q̃. ja q̃. não era homem p.^a ser Rey lho deixasse ser a elle, ou q̃. o fosse ella. De maneira q̃. dessa maneira pagais a q.^m vos fez Conde, fazendo carranca a seu bisneto.

«Peza me de se poder dizer por vos, dai officio ao Villaõ, e vereis q.^m he.

«Senaõ vede essa Duqueza a q.^m elle foi ver, benza à Deos como dizem q̃. o tratou sem lhe ter feito nenhum bem, q̃. ainda q̃. he sua Prima, esses podem ter mais confiança.

«Nao sejais ingrato, filho, prezai vos de agradecido.

«Apósto q̃. não houvera vossa mulher de fazer tal, porq̃. he muito Cortezaã nem Vossa Avó Leonor Lopes

q̃. Deos haja em Condeixa, q̃. passando por ahi o Nosso Duque D. Theodozio q̃. Deos tem lhe fallou de gatinhas.

«A verdade he q̃. vós não fostes lá necessario, nem lembrastes nessa loba do mundo, onde não escapa nada a travessos de q̃. Deos vos livre mas parece q̃. houve algum madraço q̃. reparou nisso, ou vosso amigo q̃. vos queria ver honrrado: tomai Conselho dos mais Velhos, ide pedir perdaõ ao Duque q̃. elle he taõ clemente q̃. se está rindo disso. Eu como elle vier da minha parte lho lembrarei.

«Gonçalo, e Belchior vos mandaõ muitos recados que ainda q̃. este anno hà poucas Nozes elles teraõ cuidado.

«Nosso Snr. vos dê a sua mão direita &.^a

Villa Viçozza 5 de Julho de 639.

Vosso.

Amador Fernandes do Oyteiro.»

D. Manrique da Silva foi agraciado com o título de Marquês de Gouveia por Carta de 20 de Janeiro de 1625.

Veio a ser mordomo-mor de D. João IV, do seu Conselho de Estado e Despacho.

CARTA Q. D. JOÃO SOARES DE ALARCAÕ
ALCAIDE MOR DE TORRES VEDRAS,
E MESTRE SALLA DE EL REY ESCREVEO A SEU JRMAÕ
AO TEMPO QUE FUGIO PARA CASTELLA.

«Meu Jrmaõ agora acabareis de Entender as rezoens de minhas saudades e abraço taõ apertado com q̃. me despedi de Vós; pareceo me entaõ não vo-lo-dizer, porq̃. por huma parte, o escrupulo de minha honrra

naõ me dava Lugar a tomar conselho, e por outra, o amor q̃. vos tenho representou me inconveniente naõ vos afligir, e desconsolar de antemaõ.

«Jrmaõ eu me vou aos pés de Fellippe meu Rey porq̃. me parece força naõ me apartar dos a q̃. huma vez me deitei, nem em minha consciencia pude nunca achar rezoens bastantes para quebrar o juramento e homenagem feito a hum Rey q̃. conserva o ser Catholico e em quanto Fellippe este conservar, e eu a vida naõ me hei-de Levantar de seus pés por mais perdido q̃. o veja, nem hei-de Largar a meu Rey nas adversidades, a q̃. em melhor fortuna segui, com minha Espada o hei de acompanhar athé a morte, e se de todo o vir desbaratado com Lagrimas a seus pés chorarei suas Ruinas.

«He força seja Leal a seu Rey em toda a fortuna quem em toda lhe jurou Lealdade, quem está na bonança naõ necessita de Juramentos, o q̃. eu fiz olhava á adversidade.

«Fui taõ desgraçado q̃. p.^a sustentar o fino de minha honrra foi necessario Largar a Patria, ao Embarcar com Lagrimas a abracei e me despedi della, e dos meus Portuguezes, aonde deixo meus Parentes, e amigos, e sobretudo os Ossos de meus Avós. Por sustentar seu sangue e brios me aparto de suas Cinzas. Prouvera a Deos ficára entre ellas primeiro q̃. conhecera a rezaõ e obrigaçaõ q̃. me corre de os deixar. Se alguma hora, meu Jrmaõ, passares por Torres Vedras, pesso-vos entreis no Varatojo, e na Cappella, ou Enterro de nossos avós, lhe peçais a bençaõ em meu Nome.

«As acçoens q̃. fiz em reconhecimento do novo governo deste Reyno foraõ forçadas, como de principio o protestei com reclamaçoens, de q̃. Levo certidoens e

Conhecimentos como se dirá mais Largamente no manifesto q̃. por minha parte e da dos meus Companheiros se espalhará por todo o mundo para justificação de nossa Lealdade. Eu não soube deste Levantamento feito em o primeiro de Dezembro, nem disso me deraõ parte, e quando o ouvi, e vi, fui à Senhora Princeza Margarita, e lhe Ofereci a vida por meu Rey na forma e Posto q̃. ella em seu Nome me Ordenasse, e a Senhora Princeza me Ordenou da parte d'El Rey dissimulasse por entaõ ate me poder por em Liberdade e em tempo q̃. minha morte fosse util, e de proveito. Busquei todos os remedios para me passar a Hespanha, e me concertei com hum Bergantim de Gibraltar, e tendo se fretado por... (*sic*)... me mandaraõ p.^a Ceuta e se embargou o Bergantim por não hir diante dar avizo à Costa de Hespanha, com o q̃. se me tirou aquelle caminho, e forçado e violentado tomei segunda homenagem, reclamando a Logo, e protestando a violencia q̃. se me fazia, e q̃. só estava pella primeira pois fora Livre.

Mandaraõ me meter neste Navio, cujo Cappitaõ, e Gente Logo ao sahir da Barra hemos de render p.^a me deitar no primeiro porto de Castella, porq̃ p.^a q̃. ninguem cuide q̃ me Leva interesse, de Ceuta não quero nada, do Porto de Castella q̃. tomar no mesmo Navio hei de mandar Logo a carta de Governo de Ceuta a esse de Portugal, declarando não quero nada de Ceuta, nem por Portugal, nem por Castella. De Portugal acudaõ àquella Praça p.^a q̃. não prejudique a tardança, podeis vós se vos parecer avizar Logo ao Governo p.^a q̃. acudaõ a Ceuta. Ja q̃. posso dezistir de Ceuta, pois não tinha tomado posse della não quero q̃. em con-

fiança de me ter mandado, a perca Portugal por mim, só trato de salvar minha honra seguindo até á morte ao Rei q̄ uma vez jurei.

«Naõ vos Lembro meu Jrmaõ, minha caza, e minhas rendas, nada Levo diante dos olhos mais q̄. a minha consciencia, e honrra, a maior gloria q̄. imagino he ver me pobre por cumprir com minha obrigação, e p.^a mostrar sempre ao mundo q̄. ella só me trouxe a Reynos estrangeiros, hei de procurar viver com minha mulher, e filhos pobrementem em Castella p.^a q̄. assim só Luza a minha Lealdade, protestando com ella aos pés de meu Rey morrer por elle com as finezas com q̄. está obrigado o sangue q̄. herdei, e confesso vos Jrmaõ dou por bem empregadas todas minhas rendas na compra da acção com q̄. me imagino andar fóra da minha patria, na guerra, com huma pica aos hombros, e no descanso encostado à Espada, com huma tigella de baixo do braço pedindo pellas Portarias com q̄. sustentar minha mulher, e filhos.

«Com Vossa Licença de hoje por diante ficaraõ meus filhos com o appellido de Alarcaõ, q̄. o de Soares, como era de Portugal fique embora por Letreiro da Sepultura de minha caza, e Castello de Torres Vedras, e deste modo servirà de Lembrança aos q̄. a gozarem p.^a q̄. sejaõ Leais a seu Rey, e assim servirá Lá à minha Patria o meu Soares morto, ja q̄. me foi forçado deixal lo vivo; ficai vos embora meu Jrmaõ q̄ damos à Vella, encomendai me a Deos com o aperto q̄. vos mereço, Lançai a benção a D. Martinho q̄. vol a pede, e aos mais meus filhos, e me pedi a sua a Minha Mãe.

«Se avizares ao governo do q̄. toca a Ceuta, avizai

tambem do q̄. toca a Tanger, porq̄. o Conde de Tarouca não tem a quem avize, porem em tudo o q̄. digo nesta somos companheiros, mostrando o Conde na Rezoluçãõ, o valor, e fidelidade q̄. sempre tiveraõ os Condes de Tarouca seus Avós.

«Com a mesma rezoluçãõ nos saõ companheiros meus Primos D. Pedro Mascarenhas, e D. Jeronimo Mascarenhas, D. Lopo da Cunha, e Luis da Silva, não reparando nas grandes cazas q̄. deixaõ, ajudando nos igualmente, e animando nos ao efeito desta acçãõ q̄. cada hum delles por outro caminho tinhaõ rezoluto. Deos vos guarde &.^a

Vosso Jrmaõ

D. Joaõ Soares de Alarcaõ.

Há inegavelmente nobreza nesta carta, e a consciência hesita na sentença a proferir sôbre o precedimento do alcaide-mor de Torres-Vedras.

Nem a irreflexão nem entusiasmos juvenis dela transparecem; antes, sim, uma certa saüdade pela Pátria e um perfeito conhecimento das conseqüências inerentes ao seu actõ. Dir-se-ia até, que de tôda a carta ressuma uma amarga tristeza pela attitude a que o ponto de honra o arrastara.

Diz o citado cronista espanhol que «A Don Iuan Suarez de Alarcon, Alcayde Mayor de Torres Vedras, le hizo su Magestad merced del titulo de Conde de Torres-Vedras, del Consejo de Guerra, Mayordomo de la Reina, y General de la Cavalleria de Ciudad Rodrigo: Donde vna vez se empeñò de suerte, que solo su valor le puede sacar de el peligro, y por faltarle el socorro no rompiò al enemigo.

«Diò (juntamente) a su hijo mayor la sucession del titulo por muerte de su padre».

Comandando 4000 infantes das tropas de Castela e 1000 cavalos entrou na Província da Beira em 17 de Outubro de 1642 saqueando e fazendo guerra a Portugal; outras guerrilhas se seguiram, com sorte vária, comandadas por êle. Mais tarde foi governar a praça de Ceuta, fiel a Castela, tentando então, sem resultado, aliciar o Barão de Alvito, que governava Tânger por parte de Portugal.

Um filho dêste D. João Soares, de nome D. Francisco de Alarcão, militou a favor da Espanha na batalha de Montes Claros, sendo feito prisioneiro.

Felipe IV de Espanha galardoou ainda com o título de Marquês de Turcifal os serviços de D. João Soares.

De D. Pedro de Mascarenhas, filho do Marquês, restam no códice n.º 537 duas cartas, uma das quais incompleta, motivo pelo qual recorreremos ao códice n.º 38. É a de maior interêsse, porque nela dá a seu pai pormenores do movimento da Restauração, ressaltando dela concretamente o convencimento em que o signatário estava da vitória de Castela e do conseqüente galardão aos seus fiéis.

Tantas mercês alcançariam os Mascarenhas, diz êle, que a sua casa seria a maior de Espanha. Não o quis assim o Destino . . .

Não era a sua honra que o impelia, afinal.

Nas outras cartas, copiadas no códice n.º 38, há apenas entusiasmo pela miragem enganadora atrás da qual D. Pedro corria; são tristíssimos documentos do seu carácter.

O mais que obteve de Castela foram os títulos de 3.º Conde de Castelo Novo e 2.º Marquês de Montalvão, que Felipe III já dera a seu pai.

CARTA Q. D. PEDRO MASCARENHAS VÉDOR D'EL REY
 FILHO MAIOR DO MARQUEZ DE MONTALVÃO
 ESCREVEO A SEU PRIMO,
 DE AIAMONTE FUGINDO P.^A CASTELLA

«Primo. Bem creio q̄. vos fará grande novidade de teres carta minha de Aiamonte pellas difficuldades q̄. havia de poder sahir a Lx.^a neste tempo; porem tambem cuido q̄. fiarieis vós de mim q̄. as procuraria eu vencer por mostrar a Lealdade q̄. devo a meu Rey perdendo por elle muito mais do q̄. he a minha caza, Patria, e Parentes, esta rezoluçã tomei o dia em q̄. succedeo em Lx.^a o Levantamento do Duque de Bragança, e se vos não dei conta della foi porq̄. nesta rezoluçã cada hum segue o q̄. entende e o q̄. lhe dicta a sua consciencia, e assim não trato de vos aconselhar nesta materia, mas só de vos dar novas minhas, e de vos pedir me façais merce de quererem avizar a Minha Maȳ como cheguei aqui com saude, porq̄. como não teve noticia desta minha rezoluçã, nem sabe o caminho q̄. Levei he força q̄. esteja com cuidado, e assim vos peço com todo o encarecimento possivel a queirais avizar logo. A Senhora D. Beatriz terça feira passada ficava com saude, e o S.^r D. João. Meu Jrmaõ D. Jeronimo tem a mesma, e elle vos beija as maons, e amanhaã partiremos p.^a Madrid ao serviço de Nossa filha como devemos, e se desta banda houver outra couza de Vosso serviço, ja sabeis q̄. não tenho de novo q̄. oferecer, e com tanto vos guarde Deos com o bom successo q̄. vos dezejo.

Aiamonte de Fevereiro dez de mil seiscentos quarenta e hum.

D. Pedro Mascarenhas».

DE D. PEDRO MASCARENHAS, VEDOR D'EL REY,
ESCRITA A SEU PAY O MARQUEZ DE MONTALVAÕ
AO BRAZIL, NA FRAGATA Q. TOMOU
LOURENÇO DE BRITTO CORREA.

«Graças a Deos (Senhor) que me pôz em minha Liberdade, para com ella poder dar conta a V. Ex.^a das insolencias da dezaventurada Terra em que nascemos. Della escrevi a V. Ex.^a huã Carta, que me fizeram escrever á força; e o fiz em o estylo, e modo, que melhor me pareceu para q. V. Ex.^a me entendesse, como creyo haveria feito. E tambem entendo, que quando V. Ex.^a entendêra de mim, que eu estava empenhado na traição do Duque de Bragança; que nem por isso deixará de acudir á sua obrigação, e fidelidade, que deve a El Rey Nosso Senhor. Assim o espera o Mundo de V. Ex.^a, e não só isto, se não outras mayores finezas, com que Luza o valor, e Lealdade de V. Ex.^a como sempre; e para que alcansemos por esse caminho tamanhas mercêz, que seja a nossa Caza a mayor de Hespanha. Assim o fio de Deos, e de quem V. Ex.^a he; e que me não ha de castigar com o contrario.

«Agora darey conta de mim a V. Ex.^a. Succedeu a Traição, como já escrevi a V. Ex.^a, que nisso não havia risco. A mim me achou o Successo em caza escrevendo para V.^a Ex.^a, bem fóra do que succedeu. Tambem disse a V.^a Ex.^a o dezastrado fim de Miguel de Vasconsellos; que certo me Lastima, ainda que no lo não merecia. Hoje está isso provado Largamente com a sua Letra, e firmas, que tudo tenho em meu poder. Quando succedeu o cazo, tractey de meter na Esperansa a minha Mãy, e Cunhada; para com isso tractar de pôr

a minha pessoa em Castella. Isto se não conseguiu, porque demais de na Esperansa não quererem, pareceu a algumas Pessoas que não convinha. E assim, foy força tomar outro caminho; e elegi o sair de Caza, e esperar o Successo. Assim o fiz; e estando fóra de caza, forão a ella certos Fidalgos a preguntar por mim, dizendo = que se me avizasse que apparecesse; senão, que se poria fogo á casa = (Como se a nossa fôra a sua, em que elle pegára melhor).

Com isto, me rezolvi a ir ao Passo, aonde estavam já nomeyados por Governadores os Arcebispos de Braga, e de Lisboa (Este foi o Cabessa da Traição) e depois de lhes fallar, me entrei no Apozento da Sr.^a Princeza, e lhe disse: que a mim me havia tomado aquelle Successo em minha Caza; e que entendia não seriam necessarias testemunhas para que Sua Alteza entendesse, que não tivera eu parte em huã maldade tamanha: que entãõ vinha aly; naõ carregado de pistollas, como todos andavam; mas com a espada e pessoa prestes para perder a vida pello servisso de El Rey, a quem entãõ reconhecia por meu verdadeiro Senhor melhor que nunca: E que assim, visse Sua Alteza, se convinha que eu apelidasse El Rey.

Respondeu me grandes cumprimentos; mostrando me fiar tudo o que lhe dizia da minha Lealdade; acrescentando: que em filho do Marquez de Montalvaõ, naõ podia isso faltar; porem, que naõ queria, que entãõ fizesse nada; senãõ que poupasse a vida para a empregar no Servisso de S. Magest.^o em occasiaõ que fosse de mais proveito. E terceira vez porfey em que se me dêsse licença; e nunca o quiz fazer. Com isto me fiquey assistindo lhe, e praticando com Ella sobre a

materia, e tractando do que convinha dispôr. Nestas práticas, me disse por vezes = *Ah Don Pedro, se yó tuviera aqui el Marquêz, tuviera esperansa de remediarlo todo; porque sô valor solo bastava para éstes Picaros.* = Todos aquelles dias lhe assisti; e em Xabregas a vi emquanto o não prohibiraõ, vizitando a da parte de minha Mãe, de que ella está muy reconhecida.

Passado isto, tractey de me passar a Castella, sem embargo dos favores que o Duque de Bragança me fazia; e isto, não só por saber que eram a fim de esperar a rezoluçãõ de V. Ex.^a; que não sendo o que queria, me havia de assentar a mão, como lho aconselhavam. Os Cabessas desta Função, são os Saldanhas; e delles o Capitaõ mór Dom Antaõ, e D. Miguel de Almeyda; e os mais, a este tòm. Porem o que só me moveu, foy não querer, que em nenhum tempo cuidasse ninguem, que em Filho de V.^a Ex.^a podia haver pensamento de traiçãõ.

Tractey commigo de passar a Castella: porem, como tudo estava tomado, não foy possivel conseguil lo athé agora, que o Duque se rezolveu a mandar a Tanger, e a Ceuta o Conde de Tarouca, e Dom Joaõ Soares, que estavam nomeyados; e conferindo a materia com elles, e com Dom Lopo da Cunha, e seu Filho, e Luiz da Sylva, e Dom Jeronimo, nos resolvemos, estando os Capitaẽns já embarcados, a nos meter huã noite em hum Bergantim, que vinha em sua companhia, e virmos nelle.

Assim o fizemos; e ao sahir da barra, estando o Navio quazi fóra, lhe deu calma, e tornou se a meter dentro; e nós no Bergantim sahimos, e ficamos fóra todo o dia esperando por elles athé que sahisses; o que

naõ podéram fazer athé mui tarde; de maneira, que estando fóra dos baixos, se lhe serrou a noite; e como Nóz estavamos mais fóra, nos naõ ajuntamos aquella noite, que ventou muito; e assim, amanhecemos sem elles, e foy força caminhar na volta de Ayamonte, aonde entramos, e achamos o Marquêz, e ao Duque de Medina Sidonia.

Contar a V.^a Ex.^a a alegria destes Senhores, e o agazalho que nos fizeram, naõ he couza que se póssa fazer em taõ breve tempo como o desta Carta; e assim, só direy a V.^a Ex.^a, que o Duque dá o negocio por feito com a nossa vinda. Comigo se fexou algumas vezes para tomar noticia das coizas; e eu lhas dey de maneira, que escreve ao Conde pedindo me para o seu Exercito, dizendo, que se me tiver nelle, tem por certo ter bom successo; e que isto he em quanto á sua necessidade: porem, que se ha de dizer, que o que convem, he que me mêtam em Palacio; e que El Rey, e o Conde me naõ apartem de sy; e que comigo se tomem todas as rezolluçõens; e isto com tal modo, que em tudo se fará grande demonstraçãõ commigo; porque o Duque tem firmas em branco para as Mercêz que quizer dar; e commigo communicou o modo de me acomodarem; e cortou taõ Largo, que naõ tive eu Lugar de Lembrar nada; nem (se assim se fizer) terey de ter Saudades do que deixei em Portugal.

Eu me parto com os Companheiros a Saõ Lucar, a buscar os Generaes de Africa, para todos juntos irmos beijar a maõ a S. Mag.^o, e tractar do que convem. Dispûz com o Duque, que despachasse este avizo para V.^a Ex.^a, para lhe dar noticia de como estou desta banda, e juntamente o estado das coizas de cá.

O Duque deu conta a El Rey, de que á minha instancia despachava este avizo; e que não agoardava Carta sua, senão que com a minha só havia de despachar: porem, que ficava tractando de outros dous, para os quaes esperava Cartas de S. Mag.^o para V.^a Ex.^a Agora Lembro a V. Ex.^a quanto convem agradecer ao Duque a honra que me tem feito; e juntamente contentar ao que for com o avizo; e de Madrid direy o mais. Agora pássõ as couzas cazeiras.

Tendo rezoluto ésta jornada, chamou minha Mãy a D. Jeronimo, e lhe fez huma prática muy digna de quem Ella he; e o fim della, éra persuadir nos a que passassemos a Castella. E com isto, me pareceu fallar lhe na materia, e dizendo lhe: que como nos haviamos de vir, e deixal la só?

Respondeu me: que o que importava, era vir; e que nella não reparasse: que o que podia ser, éra prenderem na em hum Mosteyro; e que só isso faria Ella antes que lho fizessem: E que assim, tractassemos de acodir á nossa obrigação, sem curarmos della.

Protesto a V.^a Ex.^a, que me tem taõ obrigado com ésta acção, que quando tivera muitos escandalos della, os esquecêra todos, e tractára de a servir, como farey toda a vida. V.^a Ex.^a esteja sem cuidado; porque o tumulto do Povo não se póde temer, porquanto está mui quieto. E quanto ao Duque, o mais que póde ser, he o que dizemos, além da Confiscação da fazenda, que nella não havia dũvida, nam tomando V.^a Ex.^a, como não havia tomar, a sua vóz: Quanto mais, que cá nos daremos taõ boa manha, que em pouco tempo nos possamos com o favor de Deos, ver Livres de tiranias.

Lembro a V.^a Ex.^a, que convem muito não despachar Navios nenhuns a Portugal; e cá muitos; porque lhe tiremos a sustancia por todos os caminhos; entendendo V.^a Ex.^a, que de Lisboa não querem socorrer a V.^a Ex.^a, nem podem, nem o entendem; nem tractam mais, que de ver se V.^a Ex.^a manda alguma coisa a Miguel de Vasconcellos, ou a Diogo Soares, para o tomarem. E he isto que digo tanto assim, que lhe direy a V.^a Ex.^a huã coisa, que o espantará; e he que (se não para me fazerem escrever a V. Ex.^a) me não falláram mais no Brazil; como se tal couza não houvera no Mundo, nem fôra nescessario para nada. E quanto á possibilidade, V.^a Ex.^a sabe m.^{to} bem o estado do Reyno: Sobre isso, acreceu o que he nescessario para se defender nesta occaziaõ; que não há fazenda no Mundo, que baste para isso, mayormente gastando se como se gasta, sem conta, nem razaõ; e sendo Vedor da Fazenda Dom Miguel de Almeida só; e assim, tem gasto quatrocentos mil cruzados, com os quaes se teraõ Levantado ao pé de oitocentos homẽns: E nenhuã outra prevençaõ se tem feito.

Tomáram-se as Armas, e munições, que estavam para ir para V.^a Ex.^a para esta occaziaõ; e o que se tem gastado, he do cabedal da India, para onde hiam este anno seis Embarcaçoẽs. Hoje se tracta só de huã; e éssa temo que não vá por falta de cabedal. A isto se acrescenta, que este Homem Levantou todos os tributos, com que faltáram os effeitos do Assento; e assim, he força, que párem os Assentistas. E emfim; Portugal se Levantou sem dinheyro, sem armas, sem munições, sem Artilheria, sem Gente, e sem Capitaeñs para dispõrem; e elegeu para Rey a hũ Homem parvo, máo, e

traydor por natureza. Veja V.^a Ex.^a agora, como poderá ter isto bom fim.

El Rey ajunta quatro Exercitos: hum nesta parte a cargo do Duque de Medina Sidonia, que cõsta de mil Infantes, e mil e quinhentos Cavallos, com dezoito péssas de Artelheria: em Badajóz outro, a cargo do Conde de Monte Rey, do dobro disto: em Ciudad Rodrigo outro, pouco menos, a cargo do Duque de Alva: e em Galiza outro como o de cá, a cargo do Governador daquelle Reyno o Duque de Marqueda. Apresta quarenta Galeoẽs muito bons, e estaõ muito adiante: Além disto, se esperam sessenta Galéz, que estaõ sobre Barcelona: que he só o que basta para Conquistar aquelle Reyno, tendo sobre sy hũ Exercito de quarenta mil homẽs: Em todas éstas prevençoẽs se caminha a toda a pressa; e neste Exercito se vay com tanto cuidado, que a Infanteria está prompta, e passam de trezentos Cavallos os que estaõ em Ayamonte; e o que só detem para comessar a obra, he o trem da Artelheria, em que se trabalha com notavel cuidado; de maneira, que entendo, que o primeiro de Abril, com o favor de Deos, se fará entrada por toda a parte. E julge V.^a Ex.^a, o que se póde prometer das dispoziçoẽs de Portugal, pello que deixou, e por ter a Cabessa que digo, e serem os Conselheiros que governam tudo, o Marquez de Ferreyra, o Arcebispo de Lixboa, e o Bispo Conde. Emfim, Snõr; Deos quiz de todo assolar aquelle Reyno: permita Elle, que o assoite naõ seja tal qual merece.

Os Lugares de Africa todos tomáram a vóz de El Rey: Só a Ilha da Madeira tomou a do Duque: mas tudo espero em Deos que se ha de acomodar muito

bem, e depressa. — A D. Urbano de Umada achei em Ayamonte mandado assistir aly: Disse me, que fallando nesta materia com o Conde, lhe dissera = Acuerde V. Ex.^a del Marquêz de Montalvan, porque si nó pierderá; y el ha de ser Leal = E o que o Conde lhe dissera = Del Marquez fôo lo mismo en materia de Lealtad, que de mÿ proprio; y Le havemos de Soccorrer, aun que se hunda el Mundo =. E o que se havia praticado em Setias de bastimento de Cadiz, isto, applicarei eu Logo. E no que tóca á Armada Grande, isto ha de ser o meyo que ha de haver Logo; porque em Portugal não há com que rezistir ao poder de El Rey: E entrando no Reyno, elle he força que mande a V. Ex.^a a Armada Grande, porque tudo se achará entãõ á Lingoa da agoa.

De Lisboa escrevi a V.^a Ex.^a como se haviam achado todas as cartas de Miguel de Vasconcelos, ou de Diogo Soares para elle; e muitas respondidas á margem; estas se espalhãram; e eu fiz deligencia, e pude colher coiza de sessenta, que he couza que muito estimo; porque nellas se descobrem as mayores tramoyas, e maldades, que jámais se imaginãram: e todas as Conjuraçõens que estes Homẽns fizeram, particularmente tudo o que nos tóca a nós; assim do tempo que estavaõ comnosco em brassos; como depois. Prometo a V.^a Ex.^a, que he hum thezouro éstas Cartas, e que por tal as estimo. Todas Levo cõmigo; porque se as couzas se pozerem em estado, que me pareça que pôsso derribar o Soares, o hey de fazer; porem, ha de ser sem me arriscar. Isto communiquey ao Duque; e assentamos que se fizesse assim. E tambem o communiquei com Villa hermosa; porque nestas Cartas há muitas contra elle, que lhe não importará pouco. Emfim, Snõr, o

negocio se tracta com presteza; e depois de haver pescado, Levo muitos papeis de importancia para este cazo; e particularmente hum, que basta a me fazer El Rey mayor do que era o Duque de Bragança. Encaminhe nos Deos; que eu fio delle que hey de ter muito felice Successo nesta minha rezoluçãõ.

Levo particularissimas noticias de tudo o que há; e em particular dos que tem a opiniaõ de El Rey; que todos por sy, ou por terceiras pessoas, se declaráraõ comigo; e muitos foram convertidos por mim. Eu deixo disposto as communicaçõens, e intelligencias; e isto com tal modo, que o Duque está pasmado; e lhe parece, que não tem El Rey com que me pagar o muito que tenho feito; e tudo he dizer me, que me quizera em Lisboa, e ao lado do Conde Duque, e comsigo; E por remate me diz = Enfin, Vuestra Señoria nó há dexado piessa por tocar = E he tanto assim, que intentey matar ao Duque; e pôz em prática ganhar São Giaõ. Isto digo por mayor; que por menór não he possivel.

Emfim, Snõr, remato este ponto com dizer a V.^a Ex.^a, que eu me tenho rezoluto a ser o mayor homem da Monarquia; ou a meter me Frade da Capacha; porque meyo não o há.

Agora Lembro a V.^a Ex.^a, que venho sem cabedal para a rezolluçaõ que tomey; sem embargo do que, minha Mãy me deu o que tinha, e dezempenhou a sua Lassada de diamantes para ma dar; porem, poder me hei Sostentar dous, ou trez mezes com o que trago; e assim he nescessario, que V. Ex.^a despache Logo este avizo, e me soccorra nelle, e nas mais Embarcaçõens que vierem; porque, Snõr, isto he materia de honra a que se não póde faltar.

Ora, Snõr, eu perdi a nossa Caza, que V. Ex.^a, com tanto trabalho, e risco fez, e que hoje éra das mayores da nossa Terra: Perdi a Patria, Parentes, e Amigos. Mas consolo me com o que poderey dizer o que El Rey Francisco de França escreveu a sua Mulher quando o Captiváram, e he o seguinte = Madama, todo si há perdido, si nó La honra.

O mesmo digo a V. Ex.^a, acrescentando: que muito em breve tempo, com o favor de Deos, hey de recuperar tudo, e que hey acrescentar a Caza de V. Ex.^a de maneira, que todas as da nossa Terra tenham muito que envejar. Deos diante, Snõr, que elle ha de ser conosco; e V. Ex.^a de Lá ajude nos; que cá nam nos descuidaremos em o Soccorrer, e no mais que for nescessario.

Minha Mãe escreve a V. Ex.^a, e o mesmo fez a El Rey, e ao Conde Duque, duas cartas bem raras, e que haõ de andar nas Chronicas: mas agora hey de pedir segredo ao Conde, porque se naõ sayba em Lixboa, que ella teve parte nisto: antes concertey com ella, que escrevesse a V. Ex.^a contra mim, por se acazo se tomárem as Cartas; e V. Ex.^a se haja na mesma conformidade.

Isto escrevi caminhando; e assim, naõ pósso ser mais Largo, goardando o mais para Madrid, de donde escreverey com mais noticias, e com alguã rezolucaõ. Entretanto, me deyte V. Ex.^a a sua bençaõ, que com ella espero, que Deos me ha de dar mui bom successo; e emtanto G.^o a V. Ex.^a como dezejo.

Niebla 12 de Fevereiro de 1641 —

Filho de V. Ex.^a

D. Pedro Mascarenhas

CARTA DO MESMO TRAIADOR D. PEDRO MASCARENHAS
ESCRITA DO PORTO DE SANTA MARIA
AO DITO MARQUÊZ DE MONTALVAÕ SEU PAY
EM 16 DE FEVER.º DE 1641
EM Q. PROSSEGUE OS DESSIGNIOS
DA SUA ERRADA IMAGINAÇÃO. &.^a

De Ayamonte escrevy a V. Ex.^a, dando lhe conta da rezoluçaõ, que havia tomado, e D. Jeronimo, de nos passarmos a Castella, cumprindo nisso com a obrigaçaõ de Vassallos de S. Mag.^o, e de Filhos de V. Ex.^a E agora neste porto de Sancta Maria, me fez mercê o Sr. Duque de Marqueda de me honrar, vindo me a ver de Cadiz; e me diz estar despachado avizo a V. Ex.^a por ordem de S. Mag.^o

Quiz fazer éstas regras para dizer a V. Ex.^a como achamos novas de meu Primo Dom Joaõ Soares, e o Conde de Tarouca, haverem chegado com suas cazas a Gibraltar; de donde haviam de partir para Madrid: E assim, nos partimos nóz ésta tarde na volta de Sevilha a ajuntar nos com elles, para todos juntos entrarmos em Madrid, aonde espero que havemos ser bem recebidos; porque, como cá estavaõ faltos de noticias de tudo o que em Portugal havia, Creyo que a nossa vinda poderá ser cauza da Restauração de Portugal, e que muy breve o havemos de ver reduzido á Coroa de Sua Magest.^o, e castigados todos os Traidores, que foram cauza de tanto mal.

Com o Duque communiquey o modo de soccorrer-mos a V. Ex.^a, e me disse, que dissesse em Madrid, que lhe encarreguem a elle o Soccorro, que elle o fará

logo; e assim o determino fazer. V. Ex.^a esteja de bom ânimo, que espero em Deos, que mui em breve lhe ha de poder S. Mag.^o mandar Armada com que restaure esse Estado, e se venha para sua Caza a Lograr as mercêz, que S. Mag.^o ha de fazer á nossa.

Na occasiaõ presente não tenho que Lembrar a V. Ex.^a Minha Mãy ficava com boa saude; que he tudo o que por hora se me offerece dizer a V. Ex.^a, pedindo lhe me Lance a sua bençaõ, porque com ella tenha bom successo nesta jornada.

Ao Marischal péssõ haja ésta por sua; e a V. Ex.^a G.^o Deos como dez.^o

Porto de S.^{ta} Maria 16 de Fevereiro de 1641. Etc. etc.

CARTA, OU AVIZO, QUE NA MESMA CARTA RETRO
DE DOM PEDRO MASCARENHAS,
ESCREVEU SEU IRMÃO D. JERONIMO MASCARENHAS AO
D.^o MARQUEZ SEU PAY EM 16 DE FEVR.^o DE 1641

S.^{or} — Por outra via, que he a do Duque de Medina Sidonia, escrevy a V. Ex.^a, e ao Marischal: éstas regras sirvam só de dizer, que fico com boa saude aqui no Porto de Sancta Maria em companhia do Marquêz de Marqueda, de volta para Madrid; e daquela Corte escreverey a V. Ex.^a Logo. — D.^s G.^o a V. Ex.^a como póde, e dez.^o

Porto de S.^{ta} Maria 16 de Fevereiro de 1641.

Filho de V. Ex.^a

D. Jeronimo Mascarenhas

CARTA, QUE O DITO D. JERONIMO MASCARENHAS
ESCREVÊRA DE AYAMONTE AO MESMO SEU PAY
O MARQUÊZ DE MONTALVAÕ AOS ESTADOS DO BRAZIL
EM 9 DE FEVER.º DE 1641

S.^{or} — Deste Porto de Ayamonte, sendo hospede do Marquêz, e Duque de Medina, fasso ésta; e porque fico achacado, nam serey molesto: Como tambem, porque o espero ser de Madrid, com rezoluçaõ Larga de tudo o que havemos passado. O S.^r D. Pedro a deve dar a V. Ex.^a, e assim, o escuzo eu fazer por hora.

Por mayor, digo: que desde o dia, que o traidor do Duque de Bragança se Levantou com Portugal, nos determinamos, eu, e meu Irmão passarmos a Castella, e Lansarmo nos aos péz de El Rey Fellipe, e seguirmos a sua fortuna athé a morte; e só a deficuldade, que da minha parte havia, éra o ficar minha May só: Porem a isto acodio Deos; porque sem ella o saber o que intentavamos, me chamou, e me persuadio a que eu, e meu Irmaõ nos passassemos a Castella. Com isto, nos declaramos com ella; e nos Lançou muitas bençaõs por saber de nossa rezoluçaõ; acodindo-nos com tudo o que foy necessario para a jornada.

Emfim, deixando o mais que se passou, fogimos em hum Bergantim Castelhana, eu, e meu Irmaõ, D. Lopo da Cunha, e seu Filho, e Luiz da Sylva, e o Conde de Tarouca, e seus Filhos, e Mulher, e D. Joaõ Soares com seus Filhos, e Mulher; posto que estes dous se sahiram a titullo de irem para Fronteiras de Africa.

Os do Bergantim, chegamos a este porto de Ayamonte, emprendendo huma das mayores acçoens, ou a mayor que se fez em semelhantes Levantamentos.

O Duque, e o Marquez, nos tem feito extraordinarias honras; e empenhando se em que se nos fassão assignalladas mercêz: E parece que não há dũvida; porque soaraõ no Mundo as que se nos faraõ por esta acçaõ. Logo determinamos despachar este avizo a V. Ex.^a de tudo, que eu estou muito maltractado agora; porque ao entrar no Bergantim cahi no Mar, e me molhey todo, e no Corpo se me enxugaraõ os vestidos, porque em quatro dias os não despi: Mas já vou melhorando com os grandes mimos, que o Duque me fez nesta Caza. Espero em Deos de receber os brassos de El Rey Fellipe com muita saude; e que me fará elle grandes mercêz por esta acçaõ.

S.^{or}: êrro fõra querer eu dar a V. Ex.^a conselho nestas materias: Só remato esta com dizer a V. Ex.^a possúa saude como dezejo.

Ayamonte 9 de Fevereiro de 1641

Filho de V. Ex.^a

D. Jeronimo de Mascarenhas

CARTA, QUE O MARQUEZ DE LORIANA, Y PUEBLA, ESTANTE EM LISBOA, ESCREVEU A FELLIPE 3.^o DE CASTELLA EM 5 DE DEZBR.^o DE 1641, DE RECOMENDACAÕ, E A FAVOR DO ANTECEDENTE DOM PEDRO MASCARENHAS, E MAIS FIDALGOS INCLUHIDOS NA DITA CARTA; Q̃ HIAM FOGIDOS DA OBEDIENCIA DA PATRIA P.^a A DO D.^o FELLIPE 3.^o &.^a

Don Pedro Mascareñas, hijo mayor del Marquez de Montalvan, me há dicho, y el Conde de Tarouca Luiz da Sylva, Don Juan Soares, e D. Lopo de Acuña, me ham embiado a dizer: que son fielles Vas-

sallos de V. Mag.^o, y nó supieron Lo que se tractava, y há echo; porque si Lo supieron, haverian dado cuenta a V. Mag.^o; e que han de vivir, y morir en sù obediencia. Que nó declaron ésto a voces, por goardar sus personas, y sùs vidas para mayor servicio de V. Mag.^o, puesto que La violencia com que ésto corre, nó dexa esperansa de que aóra pudisse ser útil. Que protestan, que qualquier accion, que contradiga ésta verdad, és violenta, y dessimulada: y que quanto antes pudieren, saldrán deste Reyno a echar se á Los piéz de V. Mag.^o. Y en caso de nó pudieren salir; en qualquiere Puesto, ó occupacion que tuvieren, Le tendrán, y occuparon en nombre de V. Mag.^o, para entregar le a quien mandare y fuere servido. Pedindo me, que yó certeficasse a V. Mag.^o sus buenos ánimos, como Lo hago por este papel; porque julgo, que éstos Caballeros cumplirán Lo que dizen, y quan merecedores serán de que V. Mag.^o Los honre, y haga merced; pues dexan sus cazas, y haciendas, aventurando sus personas, haziendo ún exemplar tan grande, e que puede despertar a muchos en Servicio de V. Mag.^o, cuya Persona G.^o Dios como La Christianid.^o Lo há menester.

Lisboa a 5 de Deziembre de 1641

El Marquez de Lorianana y Puebla

CARTA, QUE O MESMO MARQUEZ DE LORIANA, Y PUEBLA
ESCREVEU TAMBEM DE LX.^a A CASTELLA
AO CONDE DUQUE DE OLIVARES NO DITO DIA
A FAVOR DO REFFERIDO D. PEDRO MASCARENHAS. &.^a

Don Pedro de Mascareñas, hijo del Marquez de Montalvan, cumpliendo con sus obligaciones, me dixo estava determinado a irse echár á Los piéz de S. Mag.^o;

y en llegando alli, será útil por La razon que dará, y podrá dar de todo, y para el mejor Servicio con su persona en Lo que si huviere de executar; e és merecedor de que S. Mag.^e, y Vuestra Ex.^a Le hagan mucha merced, y honren mucho, para que seya exemplar á Los demáz. — Guarde Dios a Vuestra Ex.^a como dezeo.

Lixboa, sinco de Deziembre de Mil y seiscentos y quarenta años.

El Marquez de Loriana y Puebla

Segue-se, por fim, a carta da Marquesa para seu marido.

Pelo seu character de correspondência particular, confidencial, sem artificios nem constrangimentos, esta carta é deveras curiosa como depoimento sôbre os homens da Restauração e sôbre o próprio D. João IV para o qual é duma impiedosa mas talvez exacta apreciação. Demais se sabe quam fracos eram o ânimo e a intelligência do novo rei para momento tam capital (1).

(1) Escreveu-se o que acima fica em 1929. De então para cá, a título de revisão histórica, formou-se uma corrente de opinião quasi unânime que exalta até o evidente exagêro a intelligência, a prudência, e o tacto político de D. João IV, tendo como resultado que rápidamente se atingiu o extremo opôsto daquilo que se dizia ter sido o seu carácter de governante e as suas qualidades pessoais.

Ora D. João IV veio a ser, na verdade, hábil monarca, dirigindo com muita felicidade e notável equilíbrio os destinos de Portugal; creio, no entanto, que tudo isso êle terá devido ao próprio «ofício de reinar», à Côrte, e às excepcionalíssimas circunstâncias em que subiu ao trono.

A Nação facilitou-lhe imenso a tarefa, sempre com a maior compreensão do momento político e com enorme dedicação por quem personificava o seu ideal de independência.

Mas à data dos sucessos que comentamos, o Rei pròpriamente

Marquesa de Montalvão era «D. Francisca de Vilhena, senhora dos morgados dos Melos e dos Eças, filha herdeira de Manuel de Melo, senhor destes morgados, comendador de S. Salvador do Campo de Neiva na Ordem de Cristo, governador e capitão general de Malaca, do Conselho dos Reis D. Sebastião, D. Henrique e Felipes II e III, e de sua mulher D. Maria Manuel de Vilhena, filha de Manuel de Sousa da Silva, comendador de Alfaiates na Ordem de Cristo, aposentador-mor de Portugal, e de sua mulher D. Francisca de Vilhena, filha de Jorge de Lima e Herrera».

Tinha ficado com 1500 cruzados para seu sustento quando seu marido foi ocupar o cargo de Governador do Brasil, garantidos por toda a sua vida, no caso do Marquês falecer em viagem, pelo alvará registado a fls. 238 v. Liv. 28 da Chancelaria de Felipe III.

dito não se revelara ainda; e não podemos desprezar, nem temos elementos para destruir, o conceito que os contemporâneos faziam do *Duque de Bragança*.

Do *Arquivo Secreto Vaticano*, por exemplo, acabam justamente de se publicar as notícias remetidas para Roma pelo nuncio em Madrid e pelo colector em Lisboa, a propósito da Restauração, a que já em comentário à carta de João Pinto Ribeiro acima aludimos; dizia o nuncio: ... «acclamarono per re di Portugallo Giovanni, duca di Braganza, huomo de 35 anni, di blanda natura, amico della musica, di poco intendimento, di pensieri alti, ma di animo un poco servile perchè tutto rassegnato in mano di un segretario suo; adora le voci di quello come di un oracolo.» (*O Instituto cit.*). A Rainha era na mesma comunicação classificada de «moglie di spiriti, e di ingegno sollevato».

Cingindo-me, pois, à data em que a Marquesa de Montalvão escrevia, acho preferível não alterar o comentário de 1929, que nada tem com a impressão de conjunto que a História há-de fixar ao reinado de D. João IV, e que lhe deve ser, evidentemente, muito favorável; a memória do Restaurador merece a indiscutível gratidão de todos os bons portugueses.

O Marquês era-o apenas desde 26 de Maio de 1640, com 322.858 reis de assentamento, a contar de 8 de Abril do mesmo ano, data em que embarcou para o Brasil. Reg. a fls. 379 do mesmo Livro 28 (1).

CARTA DA MARQUEZA DE MONTALVAO
 AO MARQUEZ SEU MARIDO VICE REY DO BRAZIL,
 Q. O GOVERNADOR LOURENÇO DE BRITTO CORREA
 TOMOU NA BAHIA DO MESMO ESTADO
 NA FRAGATA MANDADA DE SEVILHA EM Q. HIAO
 JUNTAMENTE AS DE SEUS FILHOS
 MANDADAS DE LX.^A ...

«Verdadeiramente pello q̄. tenho passado depois q̄. vos fostes desta caza, podéra matar a huma pessoa de bronze, por onde julgo q̄. devem ser grandes os meus peccados, q̄. mereci tamanhos castigos, pois me não bastou a pena em q̄. vivo de vos ter auzente com tantos outros males, senão este Labirintho em q̄. nos vemos, q̄. se Deos por sua mizericordia nos não acode, podem se temer grandes males.

«Já vos avizámos como ficávamos com o Duque de Bragança por Rey, e por nos dizerem q̄. haviaõ de ver as cartas nos nae atrevemos a alargar mais q̄. a mostrar grande contentamento pelo perigo q̄. havia em se dizer outra couza.

«Este negocio foi por tais cabeças q̄. se lhe não pode esperar bom fim, nem traiçoens o podem ter nunca,

(1) Afonso de Dornelas, in prefácio à *Historia de la ciudad de Ceuta*, da autoria de D. Jerónimo Mascarenhas que deixou larga bibliografia, muita dela de propaganda castelhana.

Consulte-se também a *História Genealógica*, vol. XI.

os q̄. entraraõ nisto foraõ quarenta fidalgos, q̄. hoje se nomeaõ pellos quarenta da fama, sendo assim q̄. saõ a escoria da terra, os q̄. naõ entraraõ nesta conjuraçaõ andaõ aqui mui arriscados (porq̄. este Rey naõ tem juizo p.^a conhecer o q̄. he bom, nem máo), e D. Pedro, e D. Jeronimo muito mais, porq̄. todos lhe conheceraõ sempre grande sentimento neste negocio.

«Ajunta sse a isto afirmarem me elles q̄. nunca vós podereis entregar essa terra senaõ a quem vo la entregou, e tendo nós isto por infallivel, conciderando o eu risco q̄. vossos filhos podem correr chegando cá esta nova, pois me naõ poderaõ ser boas metidos em huma Torre, nem eu a elles mais q̄. para sentir os riscos em q̄. os visse, me rezolvi em me Conformar com a rezoluçaõ q̄. elles tinhaõ de sahirem desta terra, e lhe aconselhei q̄. o fizessem, pois o meu risco naõ podia passar a mais q̄. a confiscarem-me a fazenda.

«Crede me q̄. me custou muito chegar a isto, e ver me taõ só como sabeis q̄. fico, impossibilitada de ter novas vossas, e suas, mas pellos Livrar a elles me conformei em tudo, e por me parecer q̄. era couza certa naõ entregares vos o Brazil.

«Naõ me parece q̄. he menor fineza esta q̄. a de querer hir a Argel, e ainda he maior naõ me Lembrar nesta occaziaõ de quam mal pagas foraõ ate agora todas as minhas, porem se nesta occaziaõ vos esqueceres das Obrigacoens q̄. me tendes, e co q̄. tenho feito por vos, parece q̄. faltareis ás de honrrado, e perdoe Deos a quem me tirou de acompanhar vos, q̄. se isto fora em diferente estado, estivéramos, e tomáramos este habito todos juntos, e naõ taõ divididos q̄. vos afirmo q̄. quando cuido nisto parece q̄. me falta a paciencia.

«Este Rey q̄. temos não sabe q̄. couza he Brazil, nem se lembra de nenhuma outra couza mais q̄ quando vem os Navios mandar saber se mandais alguma couza p.^a Miguel de Vasconcellos, e manda buscar os Papagaios muito escondido sem dizer nada.

«A D. Pedro tambem diceraõ q̄. mandára tomar huns feixos de Assucar q̄. vós mandaveis p.^a El Rey, e o Negro tiveraõ-no embargado thé se mostrar conhecimento q̄ era p.^a mim, elle he hum dezaventurado homem, e os q̄. governaõ tais q̄ diz D. Jeronimo d'Essa. Nos não havemos mandar socorro ao Marquez porq̄. agora não podémos tratar mais q̄. de nos defender.

«Todas estas cozas vemos, e consideramos, e parece me q̄. melhor socorro haveis de ter de Castella porq̄. de cá não ha q̄. tratar.

«D. Pedro Leva esta carta p.^a vo la mandar de Cadiz, donde me prometeo q̄. vos havia de despachar, em chegando Navio; elle vos escreverá mais particularmente tudo o q̄. passa, e eu Vos peço q̄. vos Lembreis q̄. fico aqui sem ter couza em q̄. possa pôr os olhos, e o q̄. me dá mais pena he parecer me q̄. estou impossibilitada de vos ver; afirmo vos q̄. não sei o q̄. ha de ser de mim se não fizeres todos os impossiveis por isto ter algum remedio, q̄. se vós o quizeres buscar não vos ha de faltar; não haja concelhos q̄. vos tirem a obrigação q̄. tendes ao q̄. vos mereço, q̄. eu da minha parte não porei duvida em me arriscar a tudo por vos ver.

«Bem dezejei acompanhar D. Pedro, e a D. Jeronimo, mas p.^a ter todos os males me deo Deos o contrapezo da Condeça q̄. he hum trambolho, q̄. se não pode Levar, nem eu sei como me hei de Livrar delle;

emfim, q̃. eu fico neste aperto q̃. vedes esperando o remedio só do Ceo, e de Vós me abrires algum remedio, ou Caminho com q̃. o tenha de vos ver, e torno vos a Lembrar q̃. não hei de ter nenhum conselho cá em meu favor. D. Pedro grandes esperanças me dá de se isto acabar brevemente, permita o Deos por sua misericordia, q̃. vos prometo q̃. ainda julgo isto peor q̃. Argel.

«O tabaco q̃. me mandastes he muito mà fazenda, porq̃. dizem q̃. he muito máo, e assim deraõ por elle a seis vintens menos sinco reis de maneira q̃. nas quatro Caixas se não fizeraõ mais q̃. os duzentos mil reis q̃. paguei a D. Luis de Almeida da paga do Natal; as outras duas caixas ficaõ por vender.

«Pelo diacidraõ q̃. me mandastes vos beijo as maons. he estimado, a marmelada não he taõ boa. O negro he muito bom, nos Olivais anda, e dizem q̃. trabalha muito bem.

Afirmo vos q̃. estou de maneira com a hida destes nossos filhos q̃. não sei o q̃. digo. Deos os encaminhe e nos torne a juntar a todos, p.^a q̃. alguma hora possamos ter quietação.

«Tres Navios estaõ aqui p.^a partir em q̃. vos escrevi brevemente porq̃. não haverá duvida em se verem as Cartas. Não tenho mais q̃. vos dizer nem me parece que será necessario fazer vos mais Lembranças.

«Deos vos guarde, e me mostre ver vos, como dezejo.

«Lisboa seis de Fevereiro, de mil seis centos quarenta e hum.

Vossa

A Marqueza de Montalvaõ»

Afinal, malograram-se felizmente tôdas as esperanças da Marquesa pelas quais obstinadamente lutou e intrigou anos seguidos.

O destino de Portugal era outro.

Como o próprio Fr. António Seyner comenta:

«... Fue tal el successo de Portugal, que experimentado, apenas es creído. No se pude temer, ni discurrir, y assi no admira se dificulte la credulidad. Lo preuenido de los sediciosos para la execucion, la presteza en el obrar; y finalmente el modo con que todo se assentò, no parece pudo ter inteligencia de hombres, sino permission de los Cielos, en castigo de sus pecados, y los nuestros».

A. G. DA ROCHA MADAHIL

A IMPORTÂNCIA DA DIPLOMACIA NA RESTAURAÇÃO DE PORTUGAL EM 1640

A Restauração de Portugal em 1640 não foi, como já está bem provado, obra do acaso, nem apenas a ficámos devendo a um simples acto de bravura realizado por alguns fidalgos decididos e amantes da sua pátria.

Basta conhecer um pouco em detalhe o trabalho de consolidação da nossa independência que se começou a pôr em acção logo depois da *manhã pura e alegre* do 1.º de Dezembro, para se ver que a preparação da nossa justa revolta ao poder estrangeiro fôra cuidada, como cuidada ia ser depois a acção exercida junto das potências europeias para o seu definitivo reconhecimento.

Não queremos com isto tirar o valor a êsse punhado de portugueses de lei que, expondo nobremente a vida e a fortuna, lançaram o grito da libertação. Sem o seu acto resolutivo não se teria desfraldado a bandeira das quinas; mas êles foram apenas os arautos duma grandiosa obra em que também tomaram parte, gizada com prudência e saber e realizada depois com heroísmo e inteligência.

É no plano internacional que temos primeiro de pôr os olhos para a compreensão exacta da nossa história restauracionista.

A França andava por essa época envolvida em guerra com o Império e com a Espanha: lutava mais uma vez pela destruição do círculo de ferro com que os Habsburgos a pretendiam asfixiar. Empenhada em ver diminuído o poder dos seus eternos rivais, procurava com todo o esforço uma vitória esmagadora que afastasse para longe a ameaça constante que sôbre ela pesava dos seus vizinhos sempre ansiosos de se expandirem e de a subjugar — era o pesadêlo de Carlos v que a torturava. Tornava-se pois natural que o govêrno de Paris se empenhasse em fomentar revoluções internas nos países inimigos, para assim os enfraquecer e mais fàcilmente os dominar.

Olivares, ministro de Felipe iv, governava despòticamente a Espanha, procurando impor-se em absoluto às nações que compunham êsse verdadeiro embrechado que então era a monarquia dos Reis Católicos. Com Portugal o valido do soberano espanhol assim também procedia, encaminhando a sua política para a anexação do nosso país, a-pesar da declaração solene de Felipe ii em Tomar de que os dois reinos peninsulares ficariam unidos pelos laços ténues de uma *união pessoal*, como hoje se diria em terminologia internacionalista. Apenas a corôa nos deveria ligar, mas raramente foi cumprida tal promessa. E dos erros de Olivares aproveitavam-se agora os inimigos do seu país. Assim, o grande ministro de Luiz xiii, Richelieu, atento ao que se passava na península e conhecedor do nosso sentir nacionalista, chama que sempre ardeu na alma dos portugueses desde o momento em que perderam a nacionalidade, começou a trabalhar junto dos homens de influência reconhecida no nosso país.

A-pesar-de ser difícil reconstituir hoje completamente a teia oculta dos incitamentos que de França nos vieram

por emissários de toda a espécie, conhecem-se de positivo algumas instruções que são bem elucidativas⁽¹⁾. Assim os manejos exercidos pelo Cardinal-ministro junto dos portugueses ficaram indelévelmente marcados em poucos escritos bem claros e precisos. Num dos parágrafos do já célebre documento de 15 de Agosto de 1638, dirigido a Saint-Pé, encarregado então de mandar um emissário a Portugal, lia-se⁽²⁾:

«Il ajoutera ensuite que, s'ils veulent chasser les Espagnols de toute l'Espagne, la France, voulant bien les assister, ne prétend aucune part aux conquêtes, ains consent qu'elles soient toutes entières pour celui qu'ils éliront leur Roy; et que si le duc de Bragançe y veut entendre, la France le trouvera bon; sinon, on leur envoyera un des héritiers de leurs derniers Roys.»

O interesse que a França tinha em que nos sublevássemos contra o domínio opressivo da Espanha era manifesto e bem compreensível. E logo que a Paris chegou a notícia da nossa bem sucedida revolta o regozijo foi grande e a impaciência de que a corte francesa chegassem os nossos primeiros diplomatas transparecia exuberantemente na carta que Luiz XIII escrevia, a 6 de Março de 1641, a D. João IV:

«Nous avons eu avis, escrevia o Rei de França, de divers lieux, qu'en suite de vostre promotion à la

(1) V. de Santarém, *Quadro Elementar*, t. IV, p. 1, pág. CLXXXIX e segs.; *Recueil des Instructions*, pág. XX; Roma du Bocage, *Relações externas de Portugal*, pág. 183 e segs.

(2) Roma du Bocage, *ob. cit.*, nota a pág. 184; *Recueil*, pág. XX.

couronne de Portugal vous avés envoyé un ambassadeur vers nous, duquel n'apprenant point de nouvelles, nous avons sujet de craindre qu'il ne luy soit arrivé quelque accident.» (1)

E já então o mesmo Saint-Pé estava pronto para partir em direcção a Portugal com uma nova Instrução (2). Mas, entretanto, chegavam às terras de França os nossos embaixadores Francisco de Melo e Dr. António Coelho de Carvalho.

Por nosso lado, conhecedores do ambiente favorável que na França havia para a nossa sublevação e vendo que o momento era oportuno para o golpe libertador, começámos a preparar os nossos esforços dispersos, a organizar e a articular o sentido nacional que existia em cada português. Os sessenta anos de dominação espanhola, a-pesar-de todos os esforços empregados para a absorpção desta estreita faixa ocidental da Península, não tinha feito a menor ranhura no corpo da nação portuguesa. Se a prova a que Portugal se sujeitou foi dura e violenta, queimando se uma geração que não conheceu a independência do seu país, ela serviu bem para demonstrar definitivamente a nossa razão de existir.

Aquela entrada do Duque de Bragança em Lisboa no mês de Julho de 1639, aclamado pelo povo como se fôsse seu legítimo Rei, foi bem elucidativa (3). A nação estava de novo presente e unida para a liberdade por que aspirava

(1) *Instrução* a Saint-Pé, Bocage, pág. 189 e carta do Rei de França de 6 de Março de 1641 a D. João IV, no mesmo, pág. 53. Vid. também: Eduardo Brazão, *Restauração*, pág. 76.

(2) Bocage, *ob. cit.*, pág. 189.

(3) Vid. rev. *Ocidente*, doc. por nós publicado no vol. VIII, n.º 22, pág. 419; Ericeira, *Port. Restaurado*, t. I, p. 89 e segs.

e encontrou então o chefe digno do grande acto que ia escrever na sua já tão gloriosa História.

D. João, 2.^o Duque de Bragança e 4.^o do nome como monarca português, aliava à serenidade e prudência, altíssimas qualidades de comando. Foi êle a cabeça verdadeira do maquinismo complicadíssimo que então se pôs em movimento e que nas suas múltiplas engrenagens ia tornar possível a independência. A acção militar e diplomática, a actividade colonial nos mais distantes e diversos pontos do Mundo, era orientada por D. João IV que uma história política ultrajou com bem pouca nobreza.

Em primeiro lugar com os minguados elementos que existiam, organizou-se rapidamente, depois de declarada a independência, a defesa do país. Segundo as próprias palavras do Conde da Ericeira, «ajuntáraõ (os três Estados do Reino, reunidos separadamente, logo depois de dissolvidas as côrtes de 1641) que para guarnecer as fronteiras se levantassem vinte mil infantes e quatro mil cavallos» (1).

Repartidos por vários governos militares, dos quais o mais importante foi o do Alentejo, onde se travaram as grandes batalhas da Restauração, os generais e os soldados de Portugal iam-se bater por uma causa justa, empregando todos os seus melhores recursos pela vitória que veio afinal coroar os esforços que empregaram.

Mas D. João IV, numa alta e lúcida compreensão do que se impunha para que se atingisse o fim que tinhamos em vista, desejou que o nosso exército fôsse sobretudo uma arma de defesa. As nossas reservas eram pequeníssimas e não podíamos assim ir expor Portugal aos azares duma batalha ou aos perigos duma penetração sem êxito pelo solo

(1) Ericeira, *ob. cit.*, I, 129.

inimigo. Mas se por um lado êste era o nosso maior interesse, por outro a França que nos tinha incitado à revolta, escusava-se a firmar comnosco um tratado de aliança ofensiva e defensiva, apontando-nos sempre a nossa frouxidão no ataque. Era natural que ao govêrno de Paris conviesse uma acção decidida de Portugal na sua enorme fronteira com a Espanha para que esta tivesse necessidade de desviar algumas das suas fôrças que tinha nos Pirineus. Tornava-se assim difícil e melindrosa a nossa posição, pois o interesse duma prudente acção militar e a necessidade que tínhamos de firmar em Paris uma *liga formal* eram incompatíveis. Mas D. João IV soube manejar as negociações de tal maneira que sem desgostarmos a França fomos seguindo a orientação que melhor nos convinha. Em certa altura chegaram os de Paris a instar para que assinássemos o acôrdo tal como o desejávamos, a trôco do ouro de que a França estava sedenta; mas nós soubemos ladear as dificuldades agüentando o entendimento amigo com a nova aliada até ao momento da paz dos Pirineus em que nos foi impossível por mais tempo impedir o acôrdo definitivo entre as duas vizinhas pirenaicas.

Êsse trabalho diplomático que vai de 1641, desde a chegada a França de Francisco de Melo e de Coelho de Carvalho, até à missão angustiosa do Conde de Soure, que, nas vésperas da paz franco-espanhola de 1659, lutou até à última por conseguir para o nosso país uma posição vantajosa no tratado que ia ser assinado na ilha dos Faisões, é de facto uma obra de grande engenho e de extraordinária realização.

Dentro desta série de negociações com a França tivemos a representar-nos além dos diplomatas da primeira embaixada, já aqui referidos, homens da envergadura de Francisco de Sousa Coutinho, sem dúvida o mais hábil

plenipotenciário de D. João IV, de D. Fr. Denis de Lencastre, do Marquês de Niza, do Dr. Luiz Pereira de Castro, do Marquês de Cascais, do Dr. António Moniz de Carvalho, do grande prégador António Vieira, do Dr. Soares de Abreu, de Fr. Domingos do Rosário e do Dr. Feliciano Dourado.

A missão fundamental das enviaturas de que foram encarregados todos estes homens era conseguir-se a *liga* e quando esta se não pudesse alcançar por relutância da França, ou por impedimento de Portugal, evitar sempre a paz separada dos governos de Paris e de Madrid. E assim foi até ao momento da paz dos Pirineus.

Durante o Congresso da Vestfália, onde esteve iminente o entendimento franco-espanhol, os nossos esforços multiplicaram-se. E não só os diplomatas que enviámos a Munster e a Osnaburgo se esforçaram num trabalho árduo onde as suas próprias vidas perigavam a cada momento, como as atenções de todos os outros plenipotenciários que tínhamos espalhados pelos pontos vitais da Europa não se desviavam dessa reunião magna de Estados. Parecia que hábilmente se tinha construído uma teia densa em que envolveramos a Europa com as nossas negociações perfeitamente articuladas, tendo como ponto orientador a alta figura do monarca português.

A correspondência, que os nossos diplomatas trocavam amiúde entre si e com D. João IV, dá-nos a conhecer esta grandiosa obra realizada com verdadeiro heroísmo e a mais alta compreensão dos interesses de Portugal.

Falhada a aliança com a França que nos abandonou, pelo menos oficialmente, no tratado de 1659, voltámo-nos para a Inglaterra que, sendo a nossa aliada natural e bem experimentada, não nos pudera dar o apoio de que necessitávamos logo depois da nossa sublevação por estar a braços

com uma gravíssima convulsão interna que levou ao cadafalso o Rei Carlos I.

D. João IV enviara logo em 1641 à corte de St. James, D. Antão de Almada, um dos heróis do movimento libertador, e o Dr. Francisco de Andrade Leitão, participar a sua elevação ao trono de Afonso I. Acolhidos com simpatia, o monarca britânico reconheceu depois a nossa independência, a-pesar das intrigas espanholas, mas mais nada podia oferecer. O secretário desta embaixada, o Dr. António de Sousa de Macedo, começou então a exercer uma importante acção, pelos serviços que prestou a Carlos Stuart nesses últimos tempos da sua vida, o que preparou depois, no tempo de seu filho, o reatamento das velhas relações entre os dois Estados. No entanto tal atitude de simpatia que manifestámos pela casa real inglesa, quer em Londres, quer em Portugal, protegendo os Príncipes Roberto e Maurício, seus partidários, custou-nos alguns amargos de bôca durante a usurpação de Cromwell. A atestar as dificuldades que tivemos nas negociações com a República e as imposições desta, que sabendo da situação melindrosíssima de Portugal abusava da nossa fraqueza, está êsse tratado de 1654, negociado por Penaguião, que nos deixou a sangrar (1).

Portanto se a sorte nos protegeu no momento em que desamparados pela França procurámos na Inglaterra, onde então se restaurava a monarquia dos Stuarts, o apoio externo de que necessitávamos, também nós não deixámos descuido o problema da aliança inglesa, preparando o seu reatamento desde 1641. Viamos que a crise por que passava a Grã-Bretanha não podia deixar de ser passageira e esperá-

(1) Sôbre as negociações de Portugal em Inglaterra vid. as obras de Edgar Prestage.

mos, orientando a nossa conduta nesse sentido, que a legitimidade viesse de novo a reinar no solo britânico.

Quando o Marquês de Sande, que estava na capital inglesa em missão diplomática, viu restaurar-se a monarquia na Grã Bretanha, subindo ao trono Carlos II, começou a exercer uma extraordinária actividade para o reatamento dos laços amigos que há tanto nos prendiam à côrte de St. James (1). Foi então negociado o casamento do monarca com Catarina de Bragança, filha de D. João IV. Para tal conseguir o plenipotenciário português ofereceu um importante dote: 2 milhões de cruzados, Tanger e Bombaim, a trôco da protecção inglesa para a causa restauracionista de Portugal. A-pesar-da oferta ser tentadora, Sande encontrou no seu caminho as maiores dificuldades e os mais complicados obstáculos, mas sem desânimos e jogando tudo por essa aliança que era, pode-se dizer, a última tábua de salvação que se nos deparava, conseguiu ver triunfar as suas negociações. Portugal tinha vencido a sua crise mais grave e podia ver desanuviado o seu horizonte até aí tão carregado e ameaçador.

Mas como o estado económico da nossa velha aliada era então precário e auxiliar-nos eficazmente seria para ela um grande e penoso sacrifício, tóda a sua acção diplomática daí por diante se encaminhou no sentido de conseguir por meios pacíficos a paz entre os dois reinos peninsulares. Fracasada a missão de Fanshaw em Madrid, conseguiu no entanto a Inglaterra com as negociações combinadas de Southwell, que viera para Lisboa, e do Conde de Sandwich, que fôra

(1) Vid. o relatório que Sande apresentou ao Secretário do Estado inglês e por nós transcrito no *Ocidente*, vol. IX, n.º 24, págs. 110 e segs.

para a capital espanhola, que a paz finalmente se assinasse entre as côrtes dos Reis católicos e dos novos monarcas brigantinos. A Portugal era finalmente reconhecida a sua justa independência. E enquanto a diplomacia anglo-lusa se esforçava por a conseguir, as armas portuguesas tinham evitado que os aguerridos soldados das Espanhas penetrassem no território nacional.

Ligado intimamente à questão diplomática, está o problema colonial, pois também nesse plano a nossa acção externa teve um papel de alto relêvo e importância considerável.

Portugal que esteve ligado à sua vizinha Espanha, como já se disse, apenas pela corôa que era comum, sendo portanto um país com uma limitadíssima quebra da sua soberania à face do direito, durante êsses longos 60 anos que vão de 1580 a 1640, viu contudo assaltadas as suas colônias, pelos inimigos da Espanha, que se aproveitaram da *união* para atacarem por esta via a monarquia dos Felipes, quando afinal era a Portugal que prejudicavam e gravemente.

A França, a Inglaterra e a Holanda, sequiosas da expansão pelo mundo de que nós fôramos gloriosos pioneiros, atacaram-nos no Brasil, na África e no Oriente. Tentaram assaltar as terras de Santa Cruz, cuja alma estávamos moldando magnificamente, dando ao Mundo o mais alto exemplo duma perfeita colonização, primeiro os corsários franceses (1) que auxiliavam os gentios Pitiguares contra os nossos, nas capitâneas de Paraiba e de Itamaracá, depois os ingleses do comando de Fenton, de Robert Withrington, de Tomás Cavendish, de Lancastre, estabelecendo-se nelas finalmente os holandeses que depois se expandiram pelo solo ameri-

(1) Rocha Pita, *História da América Portuguesa*, 2.^a ed., pág. 97.

cano, pretendendo terminar de vez com o nosso domínio nessas paragens distantes.

Dirigidos por alguém de alto valor como organizador e militar, o Príncipe de Nassau, que no dizer de Fabius «foi um bom soldado, um homem vigorosamente desenvolvido, calmo e jovial» (1), o poder dos Estados Gerais expandiu-se até à costa ocidental africana, conquistando-nos Angola e S. Tomé, que eram mercados indispensáveis de mão de obra negra para a colonização brasileira. E em 1640, a Holanda era senhora de tôdas as terras de Santa Cruz ao norte do Rio de S. Francisco (menos a capitania do Maranhão, que foi ocupada em 1641, e a de Sergipe ao Sul) (2).

Êste trabalho de rápida penetração compreende-se pela sua óptima direcção e sobretudo pelos meios de que dispunha a *Companhia das Índias Ocidentais*, poderoso organismo semelhante a muitos outros criados não só pela Holanda como pela Inglaterra e outros países europeus e que lhes deram os maiores benefícios (3).

No Oriente os holandeses atacavam-nos nas ilhas Malucas e em Malaca, ocupando-nos depois o Ambrino e as fortalezas de Ternate e de Tidore enquanto os ingleses se fortificavam em Surrate e nas ilhas de Sunda.

Em Moçambique aportavam em 1604 e 1607 os súbditos dos Estados Gerais que procuraram fazer-nos render nessas paragens o que não conseguiram (4).

(1) Cit. em Hermann Wätgen, *O domínio colonial holandês no Brasil*, pág. 141.

(2) Edgar Prestage, *As relações diplomáticas...* págs. 192 e seg.

(3) Vid. Morais de Carvalho, *As grandes companhias de colonização*.

(4) Teixeira Botelho, *Hist. militar e política dos Portugueses em Moçambique desde a descoberta a 1833*, págs. 264 e 266.

Assim, em quasi todos os pontos do Mundo aonde o nosso génio descobridor tinha chegado e fixado raízes, éramos agora repelidos brutalmente.

Depois de declarados livres da tutela estrangeira foi nosso primeiro movimento recuperar o que a Espanha nos fizera perder durante a sua dominação. E a arma diplomática foi então, auxiliando o braço armado do colono, um elemento de alta valia na restauração duma parte importante que se conseguiu ainda do nosso vasto Império ultramarino.

Em Junho de 1641, Tristão de Mendonça Furtado, que mandáramos às Províncias-Unidas em missão diplomática, conseguia assinar umas tréguas de dez anos que teriam início na Europa a contar da ratificação do tratado, na Índia um ano depois e seis meses no Brasil (1). Estava isto longe de representar a satisfação do nosso desejo que essencialmente consistia em recuperar o que tínhamos perdido. E com a maior fé no futuro, preparámo-nos para lutar com a arma da inteligência sobretudo, pois as nossas forças eram reduzidas, com esta temível inimiga que era a Holanda.

Como o tratado não entrasse logo em vigor, os Estados Gerais foram-nos ocupando o Maranhão, no Brasil, e Angola e S. Tomé.

Foi então que mandámos à Haia Francisco de Sousa Coutinho, que no dizer dos compiladores da sua vasta correspondência, Prestage e Pedro de Azevedo, «possuia qualidades que o recomendavam para diplomata, sabia tratar os homens, era valente, ajuizado, pertinaz e astuto». (2), e

(1) Vid. Edgar Prestage — *ob. cit.*, — pág. 191 e segs.

(2) *Correspondencia* — pág. XII.

como diz Lúcio de Azevedo (1), «foi uma das mais interessantes personalidades da Restauração», acrescentando: «realiza bem o tipo de português antigo, brusco de modos, solto no falar, impetuoso, valente, chalaceador e astuto».

Na verdade era tudo isto e a êle ficámos em parte devendo a libertação definitiva do Brasil e de Angola e S. Tomé. Sousa Coutinho comprou consciências e retardou negociações, fez ofertas e protelou o seu cumprimento, demorou respostas e evitou que alguns socorros militares partissem da Holanda para o Brasil. Isto, ao mesmo tempo que de Lisboa se incitava às ocultas e também escondidamente se auxiliavam os colonos a revoltarem-se e que estes com um alto sentido nacional iam expulsando o invasor até à sua completa derrota. Só no Oriente não levámos a melhor, o que era natural. Nessas partes as condições eram diferentes.

Mas ficáva-nos o continente negro e as vastas terras de Santa Cruz, Império suficiente para nêle exercermos as nossas grandes qualidades de colonizadores.

Portanto ainda dentro do plano colonial a diplomacia exerceu uma acção importantíssima na recuperação dos nossos domínios ultramarinos que o estrangeiro assaltou e em grande parte dominou; quando a Espanha nos trazia acorrentados ao seu destino.

Mas o plano da nossa acção exterior estendeu-se para outros pontos. E ao passo que enviávamos uma missão diplomática à Catalunha logo depois de nos libertarmos do jugo espanhol, fazendo assim fortificar a revolta que grassava na parte oriental da Península, pensámos também nos países do Norte e sobretudo na Roma Papal donde tão

(1) Vid. *História de António Vieira* — t. I, p. 131.

grandes benefícios poderiam resultar para a nossa causa se daí viesse a benção para ela e o seu reconhecimento.

Mas se na Suécia a Rainha Cristina recebia afectuosamente Francisco de Sousa Coutinho, na Cidade Eterna, para quem nos havíamos voltado logo no início da nacionalidade e cujo espírito absorvêramos, levando a doutrina da Santa Igreja Católica pelas terras sem fim das nossas descobertas e conquistas, o acolhimento não foi favorável ao plenipotenciário que para lá enviámos, o Bispo de Lamego, D. Miguel de Portugal.

É certo que a pressão espanhola sobre os Estados pontifícios era muito grande, mas no entanto a Igreja não mostrou aquela boa vontade a nosso respeito que era para esperar, atitude negativa que de resto já manifestara quando Afonso I procurou nela um forte apoio para os seus desejos de autonomia (1).

E entretanto as Sés vagavam no nosso país umas atrás das outras, sem que os pastores fôsem substituídos, isto em grave prejuízo para o sentir católico dos portugueses. Só depois da paz com a Espanha é que o Pontífice reconheceu a nossa independência.

Tão grande actividade diplomática deve causar a nossa mais viva admiração, pois Portugal em 1640 parecia ser um país paralizado por uma imobilidade forçada de sessenta anos.

(1) Vid. Carl Erdman, *O papado e Portugal no primeiro século da história portuguesa*, que veio desfazer essa falsa opinião, tantas vezes repetida, de que a Santa Sé nos havia protegido nos nossos primeiros desejos de independência. Mas a-pesar da prova feita, ainda hoje se continua a repetir essa afirmação.

* * *

Neste ano em que se comemora solenemente o terceiro centenário da *Restauração*, aproveitemos o ensejo para evocar as grandes figuras do movimento libertador de 1640 e sobretudo para esclarecer problemas que têm andado desvirtuados por uma cega paixão política e para repor a verdade donde ela tinha fugido.

Assim, focar à luz dos documentos insuspeitos a actuação diplomática durante a preparação da independência e depois, nesse período que vai de 1640 a 1668, parece-nos de elementar justiça. Logo o aspecto geral da *Restauração* se modifica e se desloca, perdendo talvez em brilho, mas ganhando em verdade e dando-se assim à inteligência o papel que exerceu e que foi muito grande. Há sobretudo a avaliar a acção concertada de muitíssimos elementos que até aqui julgávamos exercendo a sua actividade dispersamente, sem coesão nos esforços e sem que houvesse um plano previamente elaborado, como aconteceu, o que fez desaparecer ou pelo menos atenuar aquela acusação que sempre nos é feita de simples improvisadores de talento, o que é muito pouco para o génio construtivo de que temos dado provas tão evidentes. E acima de tôdas as homenagens, de tôdas as manifestações patrióticas é o momento de prestarmos a justiça que se impõe aos méritos incontestáveis de D. João IV, figura admirável a quem Portugal deve, em grande parte, a libertação, nesse ano áureo de 1640, que agora celebramos. Festejando o Rei, cuja vida tanto se denegriu, mas que hoje brilha à luz da verdade histórica, devemos englobar nesse justo preito todos os monarcas que

depois dêle e desde Afonso I, mantiveram esta nossa terra livre e independente, engrandecendo-a e ampliando-a e fazendo-a estender-se pelos pontos mais afastados do Mundo. Friso brilhante de homens ilustres, tocados da graça divina, que nos fizeram grandes, e aproveitando os reais valores da sua terra, permitiram que se escrevesse uma História gloriosa de oito séculos. Amaram o povo, procurando compreender as suas necessidades e os seus mais recônditos desejos; e mantendo a continuïdade do poder evitaram sobressaltos na governação, passos perdidos ou falsas interpretações do sentir nacional. Encarnaram a Pátria e tão confundidos com ela estiveram, que os males que a feriram feriam-nos a êles, e a sua glória era a glória de Portugal.

EDUARDO BRAZÃO

PORTUGAL E O ESPÍRITO

«Doppo Dio l'Arte» — Leão XIII.

Uma Pátria não é apenas um agregado de interesses materiais e políticos; é sobretudo uma solidariedade de sentimentos. É uma personalidade colectiva. A alma dessa personalidade colectiva não florescerá se os artistas não lhe derem expressão.

As Nações só se enobrecem e glorificam pelo Espírito; e essa é que é a sua fôrça — a sua fôrça imortal.

António Sardinha disse: «Não só pela epopeia da Fé e do Império Portugal se tornou credor do Mundo que pensa, do Mundo que cria».

Evidentemente não foram apenas os feitos de armas e as conquistas que nos encheram de glória, a-pesar-de os nossos feitos de armas e conquistas, que se definem na epopeia de Descobrimentos e Conquistas dos Portugueses, possuírem tão alto sentido espiritual — aquele sentido que o Cardeal Tedeschini celebrou nos Jerónimos na ocasião do Centenário de Vasco da Gama, pronunciando estas palavras gloriosas: «Creio que Portugal nasceu para creador de Nações e Pastor de Povos».

Notáveis foram ainda outras manifestações da nossa civilização e do nosso engenho criador, dentro do mesmo

sentido espiritual; e essas chamaram também sôbre nós a atenção do mundo. Da Arte elas nasceram, e a Arte, de tão bela e perfeita, as eternizou.

E ¿que melhor exemplo poderemos apontar para significar o valor do Espírito e o poder imortalizador da Arte, do que o Poema de Camões — *Os Lusíadas* — expressão suprema e eterna do génio duma Raça?

E ¿não foi outro grande Artista — Nuno Gonçalves — quem exprimiu com génio imortal as feições características do Povo Português, nos seus *Painéis de S. Vicente*?

* * *

Ao formar-se Portugal na sua alma forte e gentil, sempre um anseio o dominou — e foi o da autonomia, também Espiritual que afirmaria a sua personalidade artística, quero dizer, a nossa maneira especial de pensar, de sentir, de imaginar.

Asas para tais vôos quem as possui? Evidentemente os Pensadores, os Poetas, os Artistas Plásticos, os Músicos.

E os Poetas e Músicos e outros Artistas foram cooperando por maneira a mais notável nessa formação cultural da Alma Lusitana.

A Música cultivava-se logo ao alvorecer da Monarquia nas Igrejas do Reino, e espalha através de ondulações ambrosianas e gregorianas celestes cânticos. No tempo de D. Sancho I temos já a indicação de se haver cantado um *Te Deum* na Igreja de Santa Cruz de Coimbra. E, evoluindo, a Música vai-se familiarizando com as formas da polifonia, encontrando nas Capelas dos Paços Régios o templo mais adequado para o seu culto desenvolvimento.

Todos sabemos como os Reis de Portugal, alguns especialmente, aperfeiçoavam o nível artístico da sua *capela*

musical e como cuidavam «Do regymento que se deve ter na Capella para ser bem derigida» nas próprias palavras do Rei D. Duarte no *Leal Conselheiro*.

E se dêsse desvelado culto pela Sublime Arte outros resultados não tivessem resplandecido, bastaria o facto — de tão alto alcance — de os compositores nacionais receberem dentro dessas Capelas não só abrigo de espiritual elevação artística, mas ainda poderoso estímulo para criação de obras novas. Assim sucedeu. Além de que foi nas Capelas Reais que em Portugal se executaram pela primeira vez muitas das obras primas dos grandes clássicos de então.

O Rei D. José alargou, com grandeza surpreendente, os domínios da Musa Eutherpe, entronizando a Ópera em três teatros — o do Tejo, o de Queluz e o de Salvaterra, os quais adquiriram em tôda a Europa a mais gloriosa fama. Mas nem por isso êste Monarca, e outros de acentuadas predelições pelo género lírico da Ópera italiana, descuidaram a Música das suas Capelas.

El-Rei D. Diniz — grande espírito de Artista por tão diversos modos manifestado — foi o fundador da primeira Capela Real, instalando-a nos seus Paços, então Castelo de Lisboa, e foi também êste Príncipe insigne quem criou a primeira aula de música, instituída por uma lei de 1309, na Universidade de Coimbra, dentro do *Quadrivium* composto pela Aritmética, Geometria, Música e Astronomia.

Alguns dos Lentes de Música da Universidade foram músicos de grande mérito, como Aranda, Balthazar Telles, Fr. António de Jesus, Pedro Thalesio — êste o mais notável — José Maurício, e outros.

Se a Arte da Música sagrou de beleza o Portugal nascente, a Poesia, essa, desde logo exprimiu a sua sensibilidade original.

Nos começos do século XIII, o Lirismo Nacional afirma-se com carácter independente nos Cantares de Amigo dos nossos Cancioneiros, onde aparecem, com deliciosa frescura, almas e gestas do Povo; e êste carácter nacional foi consagrado pelos dois grandes Mestres dos estudos românicos peninsulares — D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos e Menendez y Pelayo.

O eminente erudito castelhano Ribera y Tarragó provou que a lírica luso-galaica é mais antiga que a lírica provençal, acentuando o mesmo erudito que o ilustre filólogo francês Jeanroy confessa que «a lírica portuguesa é rebelde a deixar-se anexar à origem francesa, sobretudo as Cantigas e os Cantares de Amigo».

Os Reis D. Sancho I e D. Denis foram dos mais célebres trovadores dessa época, tendo havido, contudo, muitos outros e notáveis também.

A importância da música trovadoresca em Portugal foi tão grande, que o Rei Afonso X de Castela se serviu da língua galaico-portuguesa para compôr as suas Canções, pois era a língua poética e musical por excelência em toda a Península Ibérica durante a Idade Média. Infelizmente, da obra musical dessa época apenas subsiste a do trovador Martin Codax do tempo do Rei D. Afonso III de Portugal.

No comêço da Renascença, o período vocal e instrumental da Música Portuguesa reveste-se também de grande importância. Daí nasceram os Vilancicos, de origem medieval, tão usados em Portugal e Espanha. Nessa época floresceram também, entre nós, compositores ilustres, como Tristão da Silva, autor do famoso «Amables de Música», Domingos Madeira — o músico que acompanhou D. Sebastião na fatal jornada de Alcácer-Quibir — Garcia de Rezende,

espírito enciclopédico como as belas mentalidades do Renascimento, e outros.

As Danças Medievais «*Folia*» e «*Chacota*», segundo afirmação recente do insigne musicólogo Luiz de Freitas Branco, são de origem portuguesa e levam aos nossos tocadores de guitarra antiga os temas preferidos para as suas variações. Peixoto de Pena foi um dos melhores artistas portugueses dêsse instrumento, que nada tem de banal; outros ainda citarei como D. Pedro de Alfarrobeira, cantado por Guillaume Apollinaire num dos seus Poemas; António de Abreu que deixou em Salamanca e Madrid, cidades onde algum tempo viveu, reputação de músico ilustre. Em edição salamantina existe uma obra sua de valor pedagógico — «Escuela para tocar com perfeccion la Guitarra»; Roberto Viseu, êste, a ter nascido português, seria então o nosso mais ilustre e afamado guitarrista, distinguindo-se ainda sobremaneira como compositor. A opinião geral julga Viseu de nacionalidade francesa — talvez porque em França vivera largos anos, tendo sido muito querido da côrte de Luiz XIV e sabendo-se até que dêsse Rei fôra professor. Ainda outro pergaminho de subido valor enobrece também êste artista — a amizade e a sincera admiração que o célebre Lully lhe consagrava.

Se é certo, conforme eu disse, haver forte corrente contra a idea de considerarmos Roberto Viseu como Lusitano, outros há que citam o Artista como músico português e, entre êles, contam-se alguns dos mais ilustres intérpretes actuais das suas obras, como sejam o eminente André Segóvia, Sainz de la Mazza, Queraltt e Pujol. Eu própria ouvi essa afirmação da bôca de alguns dêstes grandes artistas de guitarra espanhola. Quem terá razão? Onde estará a verdade?

* * *

O génio lírico nacional foi desenvolvido em prosa pelos autores da Novela Medieval Cavaleiresca—*Amadis de Gaula*— e a Novela Quinhentista Pastoril—*a Diana*—e essa concepção característica do Amor-adoração irá influir do modo mais decisivo nas literaturas da Europa.

O *Amadis*, há poucos anos reconstituído por Afonso Lopes Vieira, criou todo um ciclo de novelística cavaleiresca; foi traduzido logo em francês, para ser *la bible du Roy*, a bíblia de Francisco I de França; e a influência desse romance foi tal, que se fêz sentir nos costumes das sociedades cultas, como o demonstra o próprio título do livro de Eugène Baret — «De l'Amadis de Gaule et de son influence sur les mœurs et la littérature au XVI^{ème} et XVII^{ème} siècle».

A *Diana* de Jorge de Montemor — o Montemor vizinho desta Coimbra formosa — traduzida nas principais línguas europeias, cria por sua vez a moda pastoril; e quando Maria Antonieta faz no Trianon a vida bucólica duma pastora vestida de sêda, obedece, sem o saber, ao génio do poeta português que escreveu a *Diana*, a *Diana* que, no dizer de Lope de Vega — «ennobleció la lengua castellana». A propósito de Trianon: — Florian, coroado pela Academia Francesa nas vésperas da Revolução, confessa o que o seu celebrado romance «Estelle» deve à nossa *Diana*: «J'ai beaucoup medité Montemayor, et j'avoue, avec reconnaissance, qu'*Estelle* lui doit de grandes obligations».

Finalmente é da *Diana* que nasce também a «*Astrée*», o romance celeberrimo de Honoré d'Urfé, lido por Jean-Jacques Rousseau, o sugestionador do espírito romântico, que havia de avassalar a Europa.

Gil Vicente é outra glória do Espírito Português e, portanto, do Espírito Universal, como Camões.

O seu teatro é uma das mais vastas e mais vivas galerias de almas que um poeta jamais construiu. O illustre filólogo inglês Sr. Aubrey Bell escreve na sua História da nossa Literatura que Shakespeare, transposto para a época de Gil Vicente, não teria feito mais do que êle fêz.

E também aqui, como nos Cancioneiros, a Arte Suprema — aquela que faz dizer a Jorge de Montemor, êle próprio músico illustre, «en musica gasté mi tiempo todo», aqui também a música aparece — o grande Gil dos Autos é compositor, *ensoador* e adaptador da música original e folclórica colhida no imenso Cancioneiro Popular — tão vasto que até em nossos dias nos reserva surpresas, como essas canções que António Joyce descobriu e valorizou na Aldeia de Monsanto. Nessas e noutras composições de origem desconhecida ou popular encontra-se ainda muitas vezes a sugestão dos cantos árabes.

Gil Vicente é às vezes um verdadeiro precursor do drama musical no sentido moderno, por exemplo na *Barca da Glória*, onde figuram as grandes personagens simbólicas do mundo — o Imperador, o Rei, o Papa — e onde o papel distribuído à música é em verdade capital, como também no auto da *Mofina Mendes* no sentido hierático, e no Auto Pastoril Português, no sentido folclórico.

Gil Vicente foi recentemente ressurgido nas récitas excepcionais celebradas em comemoração do quarto centenário da sua morte, e foi grande alegria de todos os portugueses o verificar-se que os mais cultos como os menos letrados sentiam o génio do velho Mestre imortal.

Mas o século em que viveu o nosso grande comedió-

grafo é soberbamente rico em todos os aspectos da actividade do Espírito.

Garcia de Rezende refere-se, numa interessante estrofe da Miscelânea, ao gôsto dominante da música espanhola, gôsto que nos comunicavam Rainhas e Damas da Côrte que foram por êsse tempo as gentis embaixatrizes da Espanha artística. Por essa estrofe, tão saborosa, vemos efectivamente o prestígio que teriam adquirido na Côrte de D. João II e no comêço do reinado de D. Manuel I certos músicos espanhóis (se espanhóis todos eram, o que não está bem apurado).

O Poeta diz assim:

«Musica vimos chegar
A mais alta perfeição
Sarzedas, Fontes cantar,
Francisquillo assim juntar,
Tanger, cantar sem razão!

Arriaga, que tanger!
O Cego que grão saber
No Orgão! E o Vaena!
Badajoz! E outros que a pena
Deixa agora de escrever.

Todavia, o próprio Garcia de Rezende junta às suas qualidades de poeta e desenhador aptidões de músico; André de Rezende entrecala, entre os seus áridos labores de antiquário, momentos paradisíacos em que Eutherpe o visita; e Damião de Gois, para que nada falte à sua biografia de *uomo universale*, segundo o conceito italiano do Renascimento, também era músico e de tão grande mérito que o suíço Glareanus incluiu na sua célebre obra «Dodechacordon» o Motete «Ne Laeteris» do nosso grande humanista; da sua criação é também outro Motete notável — «Surge Prospera».

E se quiséssemos, dentro ainda dos domínios de Santa Cecília, adiantar um tanto os nossos passos, encontrávamos outro grande nome das Letras que a música amou e cultivou — D. Francisco Manuel de Melo — pois sob o pseudónimo de Inocência Paixão compôs algumas obras musicais de carácter religioso.

* * *

Com 1580 tinham começado os sessenta anos do domínio espanhol que põem à prova a rijeza e a sensibilidade da alma nacional.

E ¿que vemos nós durante êsse período lamentável para os portugueses, donde aliás saímos mais fortes e mais nacionais? Vemos sucederem-se as edições dos *Lusíadas*; vemos o culto da língua portuguesa afervorando os nossos escritores; vemos que se publicam epopeias de assunto nacional celebrando feitos portugueses; vemos, enfim, preparar-se o movimento redentor de 1640, tendo à frente o grande rei, grande diplomata e grande músico — D. João IV.

Se outras vantagens espirituais não trouxessem as comemorações dos Centenários que se estão a realizar pela iniciativa do alto patriotismo do Govêrno Português, bastaria esta, de trazer para a plena luz a figura do Monarca tantas vezes mal compreendido, outras caluniado, que conseguiu manter a independência da Pátria através de mil dificuldades, cuja gravidade ainda hoje nos assombra.

E renda-se, também, homenagem a D. Luiza de Gusmão, espanhola de origem mas tão portuguesa de alma, que foi a companheira dedicadíssima de seu marido na luta empreendida contra os inimigos de dentro e de fora.

Como cultora apaixonada da Música e pois que em música, como Jorge de Montemor, gasto também o meu

tempo todo, quero aqui celebrar, comovidamente, o talento, a cultura e o gosto musical de D. João IV — duas vezes príncipe. Príncipe de sangue e príncipe da Arte. Foi na música o mais ciente do seu tempo, diz Sousa de Macedo.

Compositor ilustre, mas de que apenas conhecemos duas obras: «*Adjuva nos*» e «*Crux Fidelis*». Várias outras lhe são atribuídas, mas a verdade é que as não podemos autenticar.

D. João IV foi também o Mecenas musical da sua época porque o verdadeiro amor da Música leva naturalmente a estimar e a bemquerer a todos os que a praticam com talento. Conhecemos a apaixonada dedicação com que o Monarca ajudou, amparou e aconselhou os músicos do seu tempo.

Foi ainda crítico arguto, conhecedor profundo da sua Arte, tornando-se um musicólogo conhecido e admirado nos grandes centros artísticos da Europa. A «*Defensa de la Musica Moderna contra la errada opinion del Obispo Cyrillo Franco*», da sua autoria, é considerada a melhor obra de crítica musical peninsular do século XVII. É dedicada a João Soares Rebêlo ou João Lourenço Rebêlo, como também é conhecido, companheiro dos estudos de música do Monarca. Outros dizem que este foi o seu primeiro professor, mas o que é certo é que do inglês Roberto Tornar recebeu D. João IV a sua principal orientação na Arte que tanto amava.

A Biblioteca deste régio Artista, chamado por Domingos Madeira — «O Orpheum Lusitanum» — como o seu magnífico Catálogo, tornaram-se célebres no mundo, pois aquela guardava e este continha tôdas as belas obras musicais já editadas e preciosos manuscritos, entre os quais se encontrava o original do «*Micrologus*» de Guido d'Arezzo. Tão grande era o valor dessa Livraria que foi reputada a primeira Livraria Musical da Europa.

●

A centralização de tais preciosos tesouros representa idéa do mais alto alcance e só o não compreenderá quem pela música e eruditos estudos de musicologia não se interessar. Lembremo-nos da influência que a Livraria de Música exerceria sobre o movimento Artístico do País! Só por essa admirável iniciativa merecia o Monarca a gratidão de todos os músicos portugueses. Desgraçadamente, perdeu-se essa riquíssima fonte de tão culturais ensinamentos.

Como se sabe, o terramoto de 1755 destruiu tudo! Podemos dizer, sobretudo nós os músicos, que essa chaga sangrará sempre em nossos corações.

Pensemos quão profunda seria a mágua, desespero até, do insigne coleccionador de tais preciosidades, tão ciosamente guardadas em vida e por cuja eternização do tesouro as mais desveladas disposições se encontram no seu testamento. Cito algumas que transcrevo de um estudo de Joaquim de Vasconcelos:

«Fui muito curiozo da Minha Liuraria da Muzica... porq̃ se conserue lhe deixo corenta milrs de fabrica todos os annos, e mando q̃ esteja sempre na caza, em q̃ está, e q̃ se empetre hum breue do Papa com excomunhão rezervada para q̃ se não tire della liuro, nem papel, nem se treslade...».

Manuel Galhegos, no seu Poema «Templo de Memória», dedica seis sextilhas à descrição da Livraria do Monarca. Eis duas delas de sabor tão especial:...

Aqui em vários idiomas com diversos
Estilos, a Poesia insigne soa:
Doutos volumes de galhardos versos
Cercam a casa a modo de coroa:
E a maior parte de uma e de outra estante
Honra de história o número elegante.

Aqui gloriosa a Astrologia impera,
 Aqui a Música reina, aqui jocunda
 Tem a Filosofia a sua esfera.
 E a Ciência sagrada alta e profunda.
 Enfim, tem nesta casa ilustre assento
 Tudo o que objecto é de entendimento.

.

E a todos os que de entendimento eram se impunha a personalidade artística dêste nosso Rei, e essa admiração tê-la-ia tido ainda que Rei não fôsse, como sucedeu a seu desditoso neto El-Rei D. Carlos, que foi premiado como pintor num *Salon de Paris* sem se atender—por sua expressa vontade — à sua qualidade de Monarca.

Falando de D. João IV, imediatamente me acode a evocação das nossas Escolas de Música — como a de Santa Cruz de Coimbra, assim chamada por ser constituída por monges da Ordem de Santo Agostinho, a que o Convento de Santa Cruz pertencia.

Está ainda para nos revelar grandes surpresas a Escola de Santa Cruz, e tenho ao mesmo tempo a alegria e a comoção de dizer que na Biblioteca da Universidade de Coimbra, e noutras colecções do País, existem valiosíssimas obras inéditas, infelizmente algumas quasi apagadas pelos anos, que aguardam a hora bem dita de serem reveladas, hora que esperamos em Deus não virá longe. Felizmente, êsses trabalhos estão já iniciados. Mãos competentes de eruditos nossos têm ido desvendando os mistérios de maravilha que essas preciosidades encerram. No entanto, muito há ainda a explorar neste campo tão belo.

Com o devido relêvo quero citar o nome de Frei Agostinho da Cruz, Monge de Santa Cruz de Coimbra, pois foi êsse músico o autor do mais antigo método conhecido da

Arte de Tanger Rabeca a—Lyra de Arco—publicada em 1639, quando é certo que o conhecido e famoso método de Zannetti, da mesma especialidade, só appareceu em 1654, em Milão. Cabem, pois, as honras da invenção ao Monge Lusitano.

A Escola de Vila Viçosa é representada por Soares Rebêlo, erudito Mestre, autor de muitas obras religiosas, e por seu régio discípulo D. João IV.

E falta-nos falar da Escola de Évora. Chegamos agora ao período de glória da Música Portuguesa, a época áurea da nossa arte, que representa para a Música de Portugal um monumento de tal importância como para a arquitectura uns Jerónimos ou uma Batalha!

Vários musicógrafos estrangeiros, de primeira plana, como Forkel, Fetis e outros, compararam em valor os nossos polifonistas dos séculos XVI e XVII a Victoria, Josquin Després, Orlando Lassus e Palestrina.

É certo que estes Mestres influenciaram a nossa Arte, mas, como diz o nosso grande cronista João de Barros, «a música em cada Nação segue o modo da fala». A nossa arte distingue-se, efectivamente, na transparência de qualidades nativas, e marca um estilo ao mesmo tempo nobre, sóbrio, austero, simples, de perfeita clareza, profundo misticismo e ainda impregnado do tão apregoado e sempre lindo lirismo português.

Na Escola de Évora floresceram e nobilitaram-na os grandes Mestres Manuel Mendes (*el Mendes sonoro que de Musica llena a toda a España*), como disse Faria e Sousa quando em Espanha se encontrava; o famoso Duarte Lobo, Manuel Cardoso, Felipe de Magalhães, Diogo de Melgaço, para só falar dos mais notáveis, tão notáveis, repito, que podem comparar-se aos maiores músicos que têm existido no estilo imitativo a *Capella*.

Assim podemos julgar o valor das Missas, Motetes, Hinos, Misereres, Baladas, Vilancicos e outras composições que estes grandes Mestres legaram à sua Pátria, afortunadamente enriquecida ainda com obras de outros músicos de real valor também, entre os quais cito os nomes de Manuel Rodrigues Coelho, do século XVI, autor de muitas composições, sendo uma delas a primeira obra instrumental impressa no País — «Flores de Música» — admirável colecção de *Tentos*; o de Marques Lésbio, da Academia dos Singulares, o representante máximo, talvez, do *Vilancico* — forma musical de influências populares, meio religiosa, meio profana; o de Carlos Seixas, músico que aparece no século XVIII, nascido em Coimbra, admirado autor de Missas e Motetes, mas celebrado, sobretudo, na sua feição de *principe português da arte do teclado*, tão formosas e bem construídas são as *Tocatas*, em número aproximado de 700, que este músico ilustre escreveu para Cravo e Orgão, rivalizando pela segurança da técnica e deliciosa inspiração, com a arte dos melhores cravistas italianos e alemães do seu tempo.

Para complemento dêste modesto ensaio, necessário julgo citar ainda alguns nomes dos que no decorrer do século XVIII se notabilizaram entre nós no género de música dramática, forma de arte tão apreciada naqueles tempos e tão acarinhada por alguns dos nossos Monarcas. Começarei por Francisco António de Almeida, na sua qualidade de primeiro músico português que compôs uma Ópera — «La Pazienza di Socrate» — estreada em Lisboa em 1733 no Paço da Ribeira. A letra era italiana, segundo a moda do tempo. A António José da Silva — o Judeu — coube a honra de restaurar a supremacia da língua portuguesa como língua musical, e digo restaurar porque a lírica

galaico-portuguesa começou logo por se servir de língua própria. Assim, graças à iniciativa daquele comediógrafo, ouvia-se em Outubro de 1733, pela primeira vez em Portugal, uma Ópera cantada por portugueses. Intitulava-se «Vida do grande Don Quichote de la Mancha» — obra literária do próprio «Judeu». O nome do compositor que a musicou não se conhece ao certo. A música desta obra e doutras obras do mesmo escritor, entre elas a «Guerra do Alecrim e Mangerona», perdeu-se, infelizmente. Neste tempo as figuras do teatro do «Judeu» eram sempre títeres.

Emquanto a Ópera Italiana seguia nos vários Teatros de então — o de Salvaterra, o do Salitre, a Ópera do Tejo e não sei se mais algum — com êxito brilhantíssimo, no pequeno Teatro do Bairro Alto não diminuia também o calor do entusiasmo do público pelos espectáculos em português. Óperas cómicas, Óperas sérias, cantadas com palavras nossas, faziam o regalo dos que àquele Teatrinho — bêrço da Ópera portuguesa — acorriam.

Foi nêsse tão pequeno cenário que em 1777 se estreou, e logo deslumbrou, uma grande Artista — a tão célebre cantora portuguesa Luiza Rosa de Aguiar — a Todi.

Voltando novamente as atenções para os músicos do género dramático, cabe a vez de citar o nome do insigne João de Sousa Carvalho, artista notabilíssimo, autor das Óperas «Amor Industrial», «Seleuco», «Alcione» e outras de estilo tão belo e nobre, de forma tão fina e perfeita.

Citarei agora Leal Moreira, discípulo do precedente — o primeiro Chefe de Orquestra do Real Teatro de São Carlos, inaugurado em Junho de 1793, músico de grande merecimento. Compôs duas óperas com letra portuguesa — «A Vingança da Cigana» e «Saloia enamorada».

Leal Moreira, Domingos Bontempo, um dos nossos melhores compositores, fundador do Conservatório, Marcos Portugal, foram todos discípulos de João de Sousa Carvalho, e ainda Baldi, o mais insignificante.

Mas o afortunado, o célebre discípulo de Sousa Carvalho foi Marcos Portugal, músico, aliás, de tendências bem mais profundamente italianas do que portuguesas, o que não admira visto que em Itália recebeu o complemento da sua educação artística — na frase de Joaquim de Vasconcelos. Até onde o levou êsse *complemento* só o poderá julgar quem a obra conheça no seu conjunto. Eu o que sei é que as Óperas de Marcos Portugal correram mundo em trajecto glorioso como «Fernando in Messico», «Principe di Spazzacamino», «Morte de Semiramide» e as óperas cómicas «Oro no compra amore», «La Donna di genio volubile» e quantas, quantas mais! Certamente as geniais intérpretes do músico português Catalani e Billington muito concorreriam para êsses grandiosos sucessos do compositor.

Sabemos ainda que Fetis e outros eminentes musicólogos estrangeiros classificaram Marcos Portugal de — grande artista.

Monssigny, Mehul, Lesueur, célebres músicos franceses, declararam que Marcos Portugal era um dos homens que melhores serviços havia prestado às Artes.

E sabendo só isto, já sei muito, mas não sei o que mais queria saber — conheço pouco da vastíssima obra dêste nosso glorioso Músico, certamente de aptidões excepcionais, mas também, sem contestação, o mais afortunado de todos êles.

Eis aqui um pouco, muito pouco, do tanto que haveria para dizer nestes assuntos de alta cultura. Limitei-me

a pôr em foco alguns dos nossos grandes valores do passado.

Mas ficarei contente e dar-me-ei por satisfeita se das minhas pobres palavras tiver surgido clara e forte esta verdade, em que eu creio com tôdas as veras da minha alma: — A vida vale pelo Espirito, o Espirito revela-se pela Ciência e, ainda de forma mais directa e impressionante, pela Arte!

ELISA DE SOUSA PEDROSO

EL DESIGNIO IMPERIAL DE FELIPE II (1)

Es el actual momento histórico excepcionalmente propicio, para examinar, así en Portugal como en España, cualquier tema referente al brevísimo periodo de la unión política peninsular, sin que perturben, ni menos adulteren la escrupulosa investigación científica, apasionamientos, recelos o suspicacias que atribuyan a cuanto se diga de lo pretérito alguna intencionada alusión a lo presente o embozada aspiración para lo porvenir.

La exaltación nacionalista, ostensible hoy a uno y otro lado de la frontera, es demasiado fervorosa para no tributar a los sentimientos patrióticos de los demás el mismo escrupuloso respeto que reclama y está dispuesta a exigir para los propios.

Se distingue ahora con nitidez jamás superada la perenne diferenciación de las personalidades políticas portuguesa y española, y la no menos perenne solidaridad de los respectivos intereses de toda índole, dándose sin paradoja el caso de que cuando hemos llegado a ser más nacionalmente distintos, hemos llegado a estar más espiritualmente juntos.

Por otra parte, las perturbaciones que afligen al Mundo invitan al estudio de períodos análogos, durante los cuales

(1) Conferência pronunciada em sessão especial do *Instituto de Coimbra*, de 10 de Junho de 1940.

estuvo también en crisis el destino de la Humanidad, y en que los problemas planteados a los estadistas de entonces no desmerecen, por mezquinos, parangonados con los del presente.

Esta consideración y el hecho de afectar el tema a la historia de nuestros dos países fué la razón de haberlo escogido para esta conferencia con que me honrasteis.

La literatura referente al siglo XVI y muy en especial a Felipe II, no ya con carácter de monografía particular de su reinado sino con aspiraciones de ensayo biográfico, aumenta sin cesar de año en año y constituye a esta altura copiosísima biblioteca, integrada por obras escritas en todas las lenguas del mundo civilizado. Esto no obstante, se puede afirmar sin incurrir en paradoja, que la auténtica biografía del personaje, más aún, la Historia de Felipe II desde el punto de vista de Felipe II, permanecen todavía inéditas.

Solo así se explica que en trabajo publicado recientemente por un joven historiador español, Julian M. Rubio, malogrado poco después por prematura muerte, se califique de *hermético* a este Monarca, cuyos solos autógrafos todavía inéditos, requerirían si se diesen a la imprenta, como se ha hecho ya con una parte mínima de los que conservamos, varios muy abultados volúmenes.

Los contemporáneos del Rey *Prudente* pudieron con razón juzgarle hermético, porque, nada propenso a exhibiciones ni salidas en público, protegido contra curiosidades indiscretas por la protocolaria rigidez de la etiqueta borgoñona, parco en conceder audiencias, sobrio de ademanes, avaro de palabras, receloso hasta de sus auxiliares y reacio a la confianza incluso en la vida familiar, solo muy contadas veces pudieron quienes le rodeaban, cuanto más los

extraños, conocer sus pensamientos, congeturar sus designios y pronosticar con acierto sus resoluciones.

Pero este Soberano (que es sin duda el autócrata más burocrático de la Historia) dedicó día tras día durante su largo reinado, todas las horas libres de que dispuso (después de terminadas sus en verdad nada cortas devociones) a despachar por si mismo y de su puño y letra el montón ingente de documentos que se acumulaban siempre sobre su mesa de trabajo. La mano augusta, agil en los años mozos, deformada y atenazada despues por el reuma gotoso, tuvo sin cesar a su alcance unas cuantas bien cortadas plumas de ave, que mojó en optima tinta de agallas (desafiadora sin palidecer del transcurso de los siglos) para trazar al margen de cada documento unas cuantas breves lineas, sintesis concisa, pero siempre cabal, de su pensamiento. Esos garabatos, facilmente descifrables para quien se aplique a estudiar con alguna atención la inconfundible caligrafia, perpetúan no solo la sustancia y a veces el texto íntegro de los Decretos del Monarca, sino tambien las máximas del estadista y sus métodos diplomáticos, no solo las sentencias de Juez Supremo, sino tambien las íntimas reconditeces de su alma.

Recluido en sus habitaciones del viejo Alcazar madrileño o en su celda casi monástica del flamante Escorial, únicamente por escrito se comunicaba con los Secretarios de su Despacho y aunque cada cual de estos no conociese sino lo que le incumbia, la posteridad, más afortunada, puede abarcar integra la obra del Rey grafómano, y leer en los legajos que guardan por centenares los Archivos públicos y privados, el dictamen de Felipe II sobre las consultas de los Consejos, los despachos de los Embajadores, los informes de los Ministros y otros funcionarios

técnicos, las peticiones y demás escritos de sus subditos, y las respuestas que se hubieron de dar a sus correspondientes en cartas de carácter oficial, político o familiar.

No se ha publicado todavía sino parte minúscula de esta insuperable fuente histórica, y su desconocimiento total es regla casi común a los historiadores del período, singularmente a los extranjeros.

El exámen, más o menos remoto, pero indefectible, de ese tesoro informativo, reserva a los eruditos venideros no pocas sorpresas y a la literatura histórica filipina no pocas rectificaciones. Se conocen, claro es, todos los sucesos acaecidos durante esa época y no era fácil descubrir ninguno importante; pero se ignoran la trabazón y la dinámica de las causas ocasionales, la calidad de los complejos factores, la proporción y eficacia, con que actuó cada uno; es decir, todo el potencial instructivo de la Historia, como maestra de la vida y dispensadora de enseñanzas, previsiones y escarmientos.

El contenido de algunos de esos documentos publicados ya, en relación con el de otros inéditos que tuve ocasión de conocer me mueven a juzgar revisable el verdadero designio imperial de Felipe II, y el tema me ha parecido capaz de interesar al selecto auditorio que me escucha.

Procuraré corresponder a vuestra paciencia con la máxima concisión posible, para reducir al mínimo la molestia que amablemente os imponeis escuchándome.

Es cosa harto sabida que la *doctrina* política de las nacionalidades no comienza a fraguar hasta muy entrado el siglo XVIII, y no alcanza hasta el actual la reciendumbre de su base y la nitidez de sus perfiles.

El *sentimiento* de la independencia nacional alentaba de antiguo en muchos pueblos, que habían logrado man-

tenerla incólume a través de muy peligrosas vicisitudes. Pero este impulso popular no solía ser compartido por las clases sociales más cultas, y desde el renacimiento del romanismo los intelectuales europeos añoraban con creciente afán una reconstitución política del antiguo Imperio.

Como ha dicho con su habitual autoridad el maestro Menéndez Pidal «La palabra *emperador* no nos sugiere hoy nada de lo que sugería a los hombres de antes. Modernamente puede haber un emperador en Alemania, otro en Austria, otro en Méjico o en Brasil; antes esto era un absurdo. El emperador era algo más importante, era un ser único, un supremo jerarca del mundo todo, en derecho al menos, ya que no de hecho. Tal concepción revestía una grandeza verdaderamente romana. Hacer de todos los hombres una familia, unidos por los dioses, por la cultura, por el comercio, por los matrimonios y la sangre, fué la gran misión del Imperio Romano, ensalzada por los paganos desde Plinio hasta Galo Namaciano y por los cristianos a partir de los españoles Prudencio y Orosio y del africano San Agustín. El Imperio era la forma más perfecta de la sociedad humana, por eso Dios perpetuaba sobre la tierra el imperio desde los tiempos más remotos de la Historia, transfiriéndolo de Babilonia a Macedonia, a Cartago y a Roma. El Imperio Romano había ejercido esta potestad suprema extensa y completa durante seis siglos, sobre todo desde Augusto hasta Justiniano. Luego, aunque muy deficiente y achicado, se renueva el imperio carolingio de los siglos ix y x. Después, más achicado aún, sucede el imperio romano germánico.»

Todos los grandes estadistas del siglo xvi sueñan con superar el Sacro Romano Imperio, devolviéndole por de pronto el esplendor de los tiempos de Carlo Magno,

para redimir e incorporar despues el Imperio bizantino de Oriente y reconstituir en forma monárquica, única entonces concebible y aceptable, esa misma Sociedad de las Naciones, que aspiraron a crear en el siglo xx, con metodos parlamentarios, los intelectuales de nuestros dias, a raiz de la Guerra grande.

Esta idea imperial no tuvo a la sazón serios contradictores doctrinales. La resistencia procedia de Monarcas émulos del Emperador reinante, que aspiraban a vincular la suprema dignidad en su propia dinastia, o de las clases medias o populares de este o aquel territorio que repugnaban la dominación de un autócrata extranjero.

Un conflicto de esta indole se habia planteado en Castilla, cuando el joven heredero de esta Corona y de la aragonesa, pidió a los españoles recursos y sacrificios que le permitieran a él, recabar y ceñir la diadema imperial.

Si analizamos desapasionada y friamente las causas determinantes del alzamiento de las Comunidades castellanas, habremos de reconocer que, desde su respectivo punto de vista, tenian razon los dos contendientes.

Era justo y lógico que los burgueses españoles, los que llamariamos hoy mesócratas y proletarios, integrados en una nación gloriosa y prospera bajo el gobierno feliz de los Reyes Catolicos y la regencia de Cisneros, desconfiasen de la proyectada unión política con paises remotos, que hablaban otras lenguas, ponian en pleito la religión y reclamaban dinero y soldados para empresas absolutamente ajenas a nuestras tradiciones, a nuestra inclinación y a nuestros intereses.

No menos justo y lógico parece que Carlos de Gante, heredero presunto de aquel gran antepasado y homónimo que se llegó a titular *Emperador de todo el mundo*, imagi-

nase providencial el hecho de haber recaído en él, por obra de tantos y tan inverosímiles acasos, una riquísima herencia materna (Castilla, Aragón, Nápoles, América) merced a la cual le iba a ser posible, no solo sufragar los cuantiosos gastos electorales, sino cumplir después su misión política, frente a tantos y tan poderosos enemigos.

El clero, la Universidad, la gente de toga y de letras para quien la palabra Imperio evocaba un glorioso y transcendental significado, secundaron desde el primer instante al futuro César. Se le enfrentaron las ciudades y villas con voto en Cortes capitaneadas por sus procuradores, que, como Padilla Bravo y Maldonado eran, por lo común, segundones sin fortuna o hidalgos sin patrimonio territorial.

La nobleza amayorazgada, que era entonces el verdadero Ejército, permaneció algún tiempo indecisa entre los opuestos bandos; pidió garantías de que el Rey de España, una vez electo Emperador, no abandonaría para siempre a las tierras y vasallos de esta Corona, y una vez obtenida esa promesa, venció fácilmente en el campo de batalla a las milicias comuneras desprovistas de hábitos militares, indisciplinadas y gregarias.

La concepción política del Imperio, antagónica de la Monarquía nacional realizada y mantenida por Isabel y Cisneros, triunfó con Carlos v, pero el propio César no llegó a tener jamás un concepto preciso e inmutable de las funciones que como tal le incumbían.

El propio Menéndez Pidal nos señala las dos contrapuestas influencias que durante todo su reinado actúan sobre Carlos v, e inspiran, así sus declaraciones públicas, como sus resoluciones de gobernante, la concepción germánica y la concepción española del Imperio.

Personifica la primera su Canciller Gatinara, italiano, reeducado en Alemania, humanista cautivado por la obra dantesca *De Monarchia*, para quien el imperio es título jurídico que permite no solo *conservar* los reinos y dominios hereditarios, sino adquirir más, aspirando a la monarquía del orbe.

La segunda, en cambio, está representada por el Obispo de Badajoz Doctor Mota, español enviado a Flandes, donde fué portavoz de la doctrina del Imperio Cristiano, que no es ambición de conquistas, sino cumplimiento de un alto deber de armonía entre los príncipes católicos.

Quizá al término de su existencia, cuando vencido por las dolencias físicas que no por el empuje de sus adversarios, meditaba Carlos v en la austera soledad gerónima de Yuste sobre las peripecias de su reinado, pudo comprobar hasta qué punto habían sido acertados los consejos de sus Ministros españoles. Las guerras de conquista, por orgullo o interés, aun coronadas por brillantes victorias, rara vez produjeron frutos proporcionados al esfuerzo que habían requerido.

En cambio, las guerras de Cruzada, gratas siempre a las gentes hispánicas, que no regatearon jamás para ellas recursos ni sacrificios, a la corta o a la larga, resultaron siempre remuneradoras.

Los méritos contraídos por el Cesar con la Religión y con la humanidad, los que perpetuarían su gloria en venideros siglos no eran atribuibles al Autócrata del Universo, sino al Rector de la Comunidad de pueblos cristianos.

Felipe II no compartió ciertamente las vacilaciones de su padre porque, nacido en Valladolid y educado en la Península, destinado desde la cuna a ceñir la Corona Católica, ni de sus pedagogos, ni de los demás personajes que

le rodearon recibió nunca el sugestivo influjo de la tesis germánica de Gatinara.

Aquel mismo Condestable de Castilla, vencedor de los comuneros en Villalar, no obstante su condición guerrera, profesaba ideas políticas mucho más afines a las de los teólogos españoles que a las de los Generales del Imperio.

Con la misma altiva intransigencia con que destruyó por el fuego su palacio toledano a causa de haber tenido que albergar en él, por debido acatamiento a las ordenes del Monarca, al Duque de Borbon, traidor en Pavia a su patria y a su Rey, mantuvo en los Consejos de la Corona la candidatura de la Infanta portuguesa Isabel para compartir el tálamo y el trono de Carlos v, alegando como suprema é incontrovertible razon, *que era de nuestra lengua.*

El Conde Duque de Benavente conocia bien las diferencias fonéticas, prosódicas y sintácticas que diferenciaban el habla castellana de la portuguesa; pero sabia asi mismo que la esencia intima del lenguaje, es decir la relacion entrañable de los vocablos y las ideas y sentimientos de quienes los pronunciaban, era entonces, como por fortuna sigue siendo hoy, común a todas las gentes peninsulares.

El varon primogénito de Carlos de Gante e Isabel de Portugal tuvo siempre ciega fé en sus destinos providenciales; pero no creyó haber venido al mundo para conquistarle, sino para regirle; para mantener en él incontestada supremacia del catolicismo, que es religion de caridad pero tambien de sana prudencia y de inflexible justicia.

Este concepto casi místico, que le ligaba directamente a Dios con múltiples y muy tremendas responsabilidades,

no se desnaturalizaba, como ha supuesto despues la indocta y vulgar critica moderna, con ninguna derivación teocrática ni menos clerical. Felipe II, a semejanza de su padre y a diferencia de Enrique VIII de Inglaterra, no se creyó jamás capacitado para discutir con el Pontifice asunto ninguno teológico de dogma o costumbres, recababa para si, a titulo de Cesar, cuantos tributos terrestres no correspondieran a Dios y asi se creia con derecho para imponer a la Iglesia romana la celebración de un Concilio, como a los Estados del Papa (sin merma del respeto debido a la persona del Vicario de Cristo) el castigo que merecian las extralimitaciones políticas del Soberano temporal.

Pero si en lo referente a la doctrina del Imperio se limitó Felipe II a retificar y acentuar la definitiva interpretación de su augusto progenitor, en lo que atañe a los medios más adecuados para hacer efectiva la altísima misión imperial, se advierte claramente, antes y despues de su matrimonio con Maria Tudor, un cambio radical de incalculable transcendencia.

En el primer periodo de su vida, mientras fué Felipe tan solo Principe heredero, no concibió otro asiento del poder hegemónico europeo sino el tradicional carolingio, es decir, la prepotencia en la Europa central, que sobre servir de baluarte contra el turco y los demás posibles invasores orientales, dominase a Francia, merced a la posesion de los territorios borgoñones, asegurase desde los feudos de Italia la supremacia en el Mediterraneo y completase con la posesión de España y sus Indias, vastísima zona de reclutamiento de óptimos soldados, y venero de metales preciosos capaz de rendir el caudal amonedado que es nervio de la guerra y riego fecundador de las prosperidades de la paz.

Por eso tardó en comprender y en aceptar el plan de Carlos v (pese al respeto filial que le profesó durante todo el curso de su vida) de dividir la descomunal herencia reservandole a el tan solo la parte mayor, para atribuirle la otra a su tío Fernando de Austria.

Tampoco en esta oposición estuvo solo, muchos, muy inteligentes y leales subditos del Emperador calificaban en su fuero interno de inicuo despojo aquel premeditado reparto.

Quien lea atentamente y entre líneas la elegante y amena prosa de Cristobal Calvete de Estella, narradora del que intitula «Felicísimo viaje del muy Alto y muy Poderoso Principe D. Felipe» percibirá reticencias e insinuaciones que confirman de modo inequívoco la honda discrepancia de los pareceres.

Fué el caso que, recién vencidos en la memorable batalla de Mülberg el Elector de Sajonia y el Landgrave de Hessen, cuando parecia definitivamente consolidada la autoridad imperial, adoleció gravemente Carlos v en la ciudad de Augsburgo, que los españoles de entonces llamaban Augusta, y, como en tantas otras ocasiones de la Historia, se hizo patente cuán precarias son las más deslumbradoras obras terrenas si penden tan solo de la salud o de la vida de un ser humano.

Acontecia esto en el otoño de 1547, a tiempo de hallarse D. Felipe en Monzón donde aragoneses, catalanes y valencianos celebraban Cortes. Los partidarios de la sucesión filipina juzgaron indispensable que, so pretexto de visitar a su padre enfermo o convaleciente yá, recorriera el Principe las tierras de su patrimonio que no cononocia y cuyos moradores tampoco tuvieron hasta entonces ocasión de verle.

Aun extremando la diligencia para dejar ultimados los negocios pendientes en España y reunida la escuadra que le habia de acompañar, hasta el 1.º de Noviembre de 1548 no embarcó Felipe en Rosas, a bordo de la galera capitana, que con 57 más y muchos otros navios de varia procedencia entre ellos once carabelas portuguesas, zarparon ese dia para Génova. Siguiendo la ruta de la costa, llegó allí la expedición a fines del mes y el 11 de Diciembre partió D. Felipe para Milán, dominio a la sazón de la casa de Austria.

Pero terminada esta visita, no se encaminó el Principe hacia el Rin, con animo de descenderlo, segun costumbre, hasta los Países Bajos, donde para entonces se encontraba ya su padre, sino que el 7 de Enero de 1549 partió hacia Mantua, Trento e Inspruch, recorriendo despues Baviera y el Palatinado, es decir Munich, Augusta, Ulm, Heidelberg y la linea misma que acaba de ser campo de batalla franco aleman, para entrar en Bruselas el 1.º de Abril y visitar demoradamente, una por una, todas las poblaciones flamencas y holandesas hasta el 31 de Mayo del siguiente año 1550.

Este largo viaje no es ciertamente el precipitado desplazamiento de un hijo inquieto por el estado valetudinario de su padre; es la visita de inspección de quien aspira a ser heredero universal y recela posibles fraudes en las operaciones particionales.

Segun uso de la época, más que los enfadosos e interminables discursos con que se saluda hoy a personajes de su categoria, se estiló multiplicar los arcos triunfales más o menos artísticos y lujosos, donde campeaba alguna inscripción latina para expresar literaria aunque concisamente, los saludos y votos de los moradores, o de los Cuerpos o Institutos que los levantaron.

El texto de las más de esas inscripciones no puede ser más claro ni tampoco su significación política. Escojo algunos al azar, valiendome de la traducción de Calvete de Estrella.

Milán dice: «La grandeza de animo de vuestro padre, excelentísimo Príncipe, que en vos resplandece, persuade al pueblo milanés que espera de vos toda vuestra merced y gracia digna de Rey y Cesar». En el arco levantado junto a la catedral, el clero de la diócesis ambrosiana escribe: «Restituida la libertad cristiana, extirpados y quitados de ella los errores por el Emperador Carlos v, Maximo, gozosa la Iglesia recibe a su piadosísimo hijo Dn. Felipe, porque con tan gran defensor y capitán no puede dejar de esperar y prometerse que le sucederán todas sus cosas felicisísimamente». «Pues sois autor de nuestra pública felicidad, gozad con nosotros de esta comun alegría y las divinas e inmortales loores y honras que os son debidas, tened por bien que se queden para cuando volvais victorioso de los enemigos, y triunfeis de haber dado paz y sosiego a todo el orbe de la tierra».

Si se recuerda que en aquella fecha el Archiduque Fernando, hermano menor de Carlos, había sido ya reconocido como Rey de Romanos, heredero presunto de la corona imperial, parecerá todavía más indiscreta esta inscripción de la ciudad lombarda de Mariñan, teatro pocos años antes de la famosa victoria de Francisco I de Francia, borrada ya para entonces por la posterior y catastrófica derrota de Pavía.

«Encamine y favorezca Dios de tal manera las cosas que Carlos, hijo del Rey Felipe, entregue al Príncipe Dn. Felipe II entera y acrecentada la grandeza del Imperio Romano que tantos siglos ha que esta dividida».

Pues en pleno Condado del Tirol, perteneciente ya al Rey de Romanos, los habitantes de Robere escriben: «Felipe, imagen y traslado de vuestro padre, ved aquí que vuestro Estado de Austria os recibe, el Imperio os espera y con muy mayor deseo os aguardan las tierras de vuestro abuelo y padre, seguid vuestro camino dichosa y bienaventuradamente». «Serenísimo Dn. Felipe, el que os ve, ve también al Emperador Carlos Cesar, vuestro padre, porque Su Majestad y vuestra Alteza sois una misma cosa y gloriosa unidad».

En fin, la ciudad cardenalicia de Trento, que merced al tesón de Felipe había de ser muy pronto sede del Concilio ecuménico, le recibe ahora con estas palabras: «Plegue a Dios que en algún tiempo reciba la victoriosa Alemania al Príncipe Dn. Felipe sano y salvo, habiendo vencido y sujetado al Oriente». Corresponde al posible autor de esa Historia documental de Felipe II que, como he dicho antes, está por escribir, aquilatar y poner de relieve las influencias de sucesos y opiniones ajenas, que en el curso de unos cuantos años movieron su ánimo a abandonar resueltamente la concepción carolingia y romano germánica del Imperio para acometer un nuevo, y mucho más arduo y grandioso designio imperial.

Tengo para mí que esta radical mudanza, anterior en todo caso a la fecha de la abdicación de Carlos V (puesto que las resoluciones políticas tomadas entonces obtienen previamente la absoluta y sincera adhesión del nuevo Rey de España), que esa mudanza, digo, data del periodo en que, consorte de María Tudor, residió Felipe en Inglaterra y descubrió desde allí en el panorama del mundo aspectos para él hasta entonces insospechados, como habían de seguirlo siendo para los más de sus Ministros y vasallos españoles.

El Reino de Castilla en que nació y se educó D. Felipe era un país de tierra adentro, saturado de tradiciones y gloriosos recuerdos militares, que acopió durante más de siete siglos, desde Covadonga hasta Granada, en la lucha épica de la Reconquista, vuelto de espaldas al mar, ignorante y nada curioso de empresas navales, hasta que la providencial intuición de Isabel le deparó, fortuitamente y contra el parecer de los doctos, el maravilloso descubrimiento colombiano.

Aun después de hallada América, la espléndida epopeya española en el Nuevo Continente, a diferencia de la vuestra portuguesa no menos magnífica, conserva caracteres militares. Nuestros descubridores son ante todo soldados, los vuestros navegantes; unos y otros tienen de común el sentido civilizador y misionero propio de la psicología peninsular y opuesto al preponderantemente comercial y utilitario de los colonizadores de otras razas y países.

Felipe II, que ni siquiera sintió como los más de sus antepasados paternos vocación militar, entendía no obstante de asuntos de guerra y quizá también, por atavismo de origen materno, estaba capacitado para imponerse pronto y bien de los del mar.

Saturaban estos la atmósfera política y aun la social de Inglaterra; y eran los puertos y ciudades británicas observatorio singularmente propicio para comprender hasta qué punto las expediciones oceánicas, portuguesas y españolas, habían trastocado la fisonomía tradicional del mundo, justo a tiempo en que la invasión otomana y el creciente poderío de los turcos en el Mediterráneo desplazaban el eje histórico de los imperios de la Edad Antigua.

El heredero del trono de España, que acaso habría

advertido ya en su primogénito el Príncipe D. Carlos, con angustiosa zozobra de padre y de Rey, la presencia de taras físicas, auguradoras de desequilibrios mentales y de incapacidad intelectual para empuñar el cetro, esperaba de su matrimonio con Maria Tudor un robusto vástago masculino, en cuyas sienes se juntaran quizá las Coronas Católica y Británica, erigiendole en Soberano de un Imperio mucho más vasto y poderoso, mucho más abundante en riqueza y posibilidades, que no el de Carlo Magno, menguado por la escisión francesa, enervado por las ínfulas crecientes de los Principes Electores y corroído interiormente por las disensiones heréticas.

Pero plugo a la Providencia frustrar este ambicioso sueño. Maria Tudor murio muy pronto, infecunda; y el sucesor de Carlos v en el trono español hubo de consagrar la mayor parte de su reinado a proseguir los empeños políticos de su padre; la lucha contra Francia, contra los protestantes alemanes, contra los italianos hostiles, contra los turcos enemigos de la Cristiandad.

La orgullosa Isabel de Inglaterra rechazó despectivamente, no solo las propuestas matrimoniales de Felipe, sino sus reiteradas ofertas de alianza o de buena amistad y, extremando el desafio, consolido la ruptura de su Monarquía con la Inglesia católica, romana.

El taciturno Monarca español, tan habituado a escudriñar en frecuentes exámenes los repliegues de su conciencia, debió de preguntarse muchas veces a si propio si no habria defraudado su misión providencial abandonando la ruta que le señalaron, en inscripciones plenas de fe y de esperanza, los súbditos del Emperador su padre, durante aquel viaje felicísimo por Italia y Alemania de 1548 y 49.

Pero he aquí que, corriendo los años, un cúmulo de azarosas vicisitudes, todas ellas imprevisibles, que sería ocioso recordar a este auditorio, le permiten entrever como muy posible su ascensión al trono de Portugal. El providencialismo congénito de Felipe II no necesitó más para leer a su juicio con claridad meridiana la hasta entonces borrosa página de su destino. Dios que escribe derecho con renglones torcidos, separó a las dos naciones peninsulares para que simultáneamente pudieran consagrarse una y otra a labor distinta de la común tarea civilizadora. Lograda ya la plenitud de ambas, incumbiérale a él unificarlas y consolidarlas. España y Portugal juntos edificarían el Imperio Atlántico.

Hay en la correspondencia del Rey con don Cristóbal de Moura, unos cuantos pasajes, no transcritos aquí para no alargar excesivamente esta conferencia, que arrojan viva luz sobre sus designios. Era como sabéis D. Cristóbal, más que su Embajador en Lisboa, el agente de su candidatura a la sucesión del achacoso Cardenal Rey, que se preveía próxima. La citada correspondencia contiene, pues, todas las promesas que el agente diplomático estaba autorizado para hacer en su regio nombre.

Es una de ellas notificar a los portugueses que, en cuanto se junten las Coronas, gozarán en las Indias españolas idénticos derechos y no menores privilegios que los castellanos. Tamaña concesión implicaba en aquel siglo un muy rudo golpe a la oligarquía cortesana, monopolizadora hasta entonces de las ventajas políticas y económicas, asequibles en los dominios de Ultramar.

Imbuido quizá de esta egoísta prevención, contesta Moura que esa dádiva le parece jurídicamente excesiva y políticamente innecesaria; y como jamás el Rey Prudente

estimó superflua cautela ninguna, basta la indicación para que se avenga a no contraer el compromiso; aunque insiste en no modificar el propósito y anuncia que, llegada la oportunidad, sigue proponiéndose llevarlo a la práctica.

La reserva aconsejada por D. Cristobal no debió de observarse con gran rigor porque los procuradores de Tomar reclaman como cosa debida «La concesión de licencia para que los portugueses puedan navegar y comerciar con la America española».

Cuando se celebraron esas Cortes ya entreveía Felipe II como muy viable y halagüeñamente próxima la realización del que habia sido ideal político de su juventud, abandonado con doloroso desgarramiento intimo desde la muerte de Maria Tudor. Más fundadamente aún que siglo y pico despues su descendiente Luis XIV exclamaria radiante: «Ya no hay Pirineos», pudo este bisabuelo suyo pensar, aunque no lo proclamase: «Ya no tiene limites el Imperio del mundo, ya se borró la linea divisoria que trazara Alejandro VI; ya se canceló para siempre el Tratado de Tordesillas».

El único serio obstaculo atravesado todavia en su camino era la actitud inglesa; pero reunido en su mano todo el potencial militar terrestre y maritimo portugues y español, no le seria dificil construir muy pronto la más poderosa escuadra que hubieron visto jamas los mares y los siglos.

Franquearia esa Armada el desembarco en Inglaterra de un formidable Ejercito, y los veteranos de las guerras de Flandes, de Francia, Alemania e Italia, darian buena cuenta del orgullo de Isabel, arrollarian a los inexpertos soldados británicos, se adueñarian de sus territorios y restaurarian allí la Sacrosanta Fé Católica. Felipe entonces,

dueño y señor del Océano, legaría a su sucesor un Imperio, con el que no se podría comparar ni aún el de los Cesares de Roma, puesto que esta vez el Atlantico seria el «Mare Nostrum».

Los venideros Monarcas hispano portugueses, representantes por linea primogénita de la Augustisima Casa de Austria, señorearian desde Italia el Mediterráneo, desde Flandes e Inglaterra el mar del Norte, desde las Indias orientales y occidentales el resto del mundo, y regirian efectivamente la Universidad de los pueblos con mayor poderio que Augusto o Trajano, con la misma devota piedad que Carlo Magno y Carlos v.

Lo dispuso Dios de otro modo. La Armada Invenible respondió mal a su temerario calificativo, y con los maltrechos bajeles se hundió para siempre entre las olas encrespadas, el sueño deslumbrador del gran Imperio Atlantico.

Desde que se consumó la irreparable catástrofe, todas las confianzas políticas garrapateadas por Felipe II se matizan con la trágica melancolia, ostensible tambien en los postreros retratos que de él conservamos.

El Rey Catolico no sentia enturbiada su fé religiosa, ni vacilante su humilde conformidad ante los reveses, desgracias, infortunios y enfermedades, que pluguiera a Dios enviarle; pero habia perdido la confianza en si propio, sin la cual llegan a hacerse insoportables los cargos pesadimos de la gobernación y de la realeza, no compensados ya, como durante la juventud, por sus atractivos.

Pero el dramatismo que revelan en los cuadros la infinita tristeza de los ojos azules, y en los escritos el amargo pesimismo de las opiniones, no procede tan solo de incesantes dolores físicos, ni del tormento del jefe de

dinastía a quien muy tardíamente se logra un único y desmedrado retoño masculino, ni siquiera de la mortificación del Soberano que en las postrimerías de su vida comprueba inútiles sus más denodados y generosos esfuerzos en bien de sus reinos y vasallos.

La impresionante angustia de Felipe II valetudinario procede además y sobre todo, de advertir defraudada por le Divinidad la misión providencial que, a juicio suyo, le atribuyera el mismo Dios.

Más recluso de año en año en su retraimiento solitario por obra de sus achaques, las pérdidas de sus próximos deudos y la muerte de Ministros y servidores de otros tiempos, el regio anacoreta debió de preguntarse innumeradas veces en el curso de sus hondas y casi incesantes meditaciones. ¿Este fracaso de toda mi política, de la esencia misma de mi designio imperial, es el castigo que me impone Dios por mis pecados personales y los de mis pueblos o es la consecuencia de mi torpe inhabilidad para escrutar acertadamente y cumplir en la tierra la voluntad del Omnipotente?

Quizá en las largas horas de su agonía, junto al altar mayor de la basílica del Escorial, más que las torturas de su cuerpo, convertido todo él en llaga supurante, atormentó el espíritu del Monarca moribundo, ese enigma cruel, que ni las luces de su conciencia, ni las de sus confidentes y consejeros, le permitían descifrar.

DUQUE DE MAURA

AMADOR BUENO E A ACLAMAÇÃO DE D. JOÃO IV EM S. PAULO

Assim como na Metrópole, sessenta anos de domínio espanhol não conseguiram calar nem afogar o sentimento arreigado de independência que o povo guardava intacto, na crença firme e na confiança cega do regresso do «Encoberto». No Brasil, e em S. Paulo particularmente, não obstante o quasi perpétuo e agitado conflito entre a Câmara e os padres inacianos acêrca da magna questão da mão de obra, cuja necessidade imperiosa impunha a caça ao índio como meio indispensável, sem o qual a casa, a lavra, a fazenda, o engenho, o curral, a sanzala não podiam prosperar, não deixava êste sentimento de eclodir e deflagrar sempre que para isso se lhe oferecia pretexto.

Foi assim que, no ano de 1639, por ocasião do pretense levantamento de gente de guerra para auxílio das operações contra os holandeses, alguém, misteriosamente, pretendendo iludir a verdadeira intenção de se subtraírem ao desejo do Govêrno, forjou cartas e manifestos, anunciando a chegada próxima do «Encoberto».

Não foi preciso mais para que se levantasse enorme alvoroço e se produzisse formidável motim, prorrompendo

a multidão aos gritos de «*Viva el-Rei D. Sebastião*» (1). Acreditamos nos intuitos com que se forjariam semelhantes pasquins, mas de modo nenhum esse facto invalida o sentimento popular vibrante, alvoroçado e sempre crente, nas profecias do sapateiro de Trancoso que anunciavam a chegada do «Encoberto», e com êle, a independência nacional.

Foi esse sentimento vivíssimo, essa confiança cega, essa imorredora fé, que a alma popular manteve e conservou intacta durante tantos anos que lhe infundiu coragem para arrostar com tantas violências, sacrifícios e misérias. E quanto maiores eram os trabalhos, os sofrimentos e as horas amargas, tanto maior era a confiança de melhores dias e nela encontrava consolação na esperança vigorosa da próxima chegada do «Encoberto», que tudo presagiava próxima.

São concepções míticas, como esta, que traduzem profundíssimas convicções que abalam montanhas, revolvem mundos, vencem impérios, submetem nações e operam milagres, que constituem muitas vezes o segredo de sucessos gloriosos, que à luz da razão se afiguram inverosímeis e contudo foram realidades evidentes, como, entre tantos que a História regista, não pode deixar de considerar-se a feliz e gloriosa ressurreição do 1.º de Dezembro de 1640, um dos mais evidentes milagres da fé nos destinos da Pátria, oprimida durante tantos anos.

Aclamado rei D. João IV «*uma coisa sobretudo o pungia, era não saber se as colónias seguiriam o exemplo da mãe*

(1) Afonso de E. Taunay, *História Geral das Bandeiras Paulistas*, 1927. S. Paulo, Tip. Ideal, H. L. Canton, 3.º vol., in 8.º, pág. 245.

pátria» (1). Porém, em breve, foram sucessivamente chegando notícias a todo o ponto favoráveis.

Ao Brasil só a 15 de Fevereiro de 1641 chegou a notícia da Restauração, e o Vice-Rei, D. Jorge de Mascarenhas, Marquês de Montalvão, logo que dela teve conhecimento, mandou formar na praça os terços portugueses comandados por seu filho D. Fernando de Mascarenhas e João Mendes Vasconcelos, e interrogando um por um, o bispo, o capitão general, o ouvidor, os mestres de campo e os abades dos conventos, a todos deu conta da feliz aclamação, que foi festejada com geral entusiasmo, e, num abrir e fechar de olhos, 600 soldados espanhóis foram desarmados e submetidos (2).

Entretanto, o Vice-Rei D. Jorge de Mascarenhas enviava seu filho D. Fernando de Mascarenhas a participar a El-Rei que o reconhecera a Baía por legítimo soberano, onde fôra aclamado a 26 de Fevereiro, tendo já antes, a 23, enviado ao Rio de Janeiro o padre Manuel Fernandes, provincial dos Jesuítas, a-fim de fazer reconhecer D. João IV nas capitâneas do sul. Estas eram então governadas por Salvador Corrêa de Sá e Benevides, de quem o Vice-Rei não fiava em absoluto, por ser «filho duma nobre senhora espanhola, D. Maria Benevides, sobrinha do Marquês de Xaval e casado com outra fidalga da mesma nação, D. Catarina d'Ugarte y Velasco, sobrinha do Vice-Rei do México e do Condestável de Castela».

No entanto, Salvador Corrêa de Sá aderiu à situação portuguesa, o que lhe valeu a «perda de 10 mil cru-

(1) Pinheiro Chagas, *História de Portugal*. Lisboa, Empresa da História de Portugal, vol. 5.º, pág. 232.

(2) Pinheiro Chagas, *ob. cit.*, págs. 234 e 235.

zados de renda e 50 mil de bens móveis e de raiz que possuía em Castela e na América espanhola». Logo que recebeu a carta do Vice-Rei, no dia 10 de Março, e a exemplo dêste, a 11, enviava o capitão Artur de Sá às capitâneas do Sul, sendo, porém, provável que só em 15 ou 16 fôsse o novo rei aclamado em Santos e, em S. Paulo, só o viesse a ser na 2.^a quinzena de Março (1).

Seria então que teve lugar o famoso e singular episódio a que faz referência Frei Gaspar da Madre de Deus nas suas «*Memórias para a história da Capitania de S. Vicente*». Conta êste que os partidários de Castela, que muitos eram, e «*se achavam estabelecidos e casados na Vila de São Paulo para onde tinham concorrido não só da Europa, mas também das Índias Ocidentais*» (2), utilizando um subterfúgio no intuito de explorar o sentimento patriótico, sempre vivo nos paulistas, pretendendo impedir a aclamação de D. João IV, aclamaram Rei de São Paulo a Amador Bueno da Ribeira. Êste, embora de origem espanhola por seu pai, Bartolomeu Bueno da Ribeira, que em 1571 emigrara para São Paulo, era português por sua mãe, D. Maria Pires, e, como tal, provou nutrir os sentimentos mais arreigados de amor pela Pátria que adoptara, e pela sua atitude, em semelhante emergência, demonstrou a maior nobreza de espírito e mais pura e abnegada lealdade ao seu Rei e até grande sensatez, recusando a coroa de um Estado (de S. Paulo) ainda tanto na infância que, como dizia Varnhagen «*não sabemos qual admirar mais, se o juízo são do que descobriu que tal coroa não podia então ser perdurável, e menos possuída por*

(1) Dr. Afonso de E. Taunay, *ob. cit.*, pág. 131.

(2) Frei Gaspar da Madre de Deus, *ob. cit.*, 3.^a edição, pág. 240.

si, num Estado que carecia de todos os elementos constitutivos da nacionalidade... se a abnegação do homem desambicioso, que sacrificou sua elevação no altar da pátria, evitando o fraccionamento desta, ou pelo menos poupando-lhe uma sanguinolenta guerra civil» (1).

Mas, a própria narrativa de Frei Gaspar de Madre de Deus com todo o seu sabor arcáico melhor dará idéia de como os factos se passaram e da attitude singular de Amador Bueno da Ribeira. Assim, diz êle:

«Chegando a S. Paulo a noticia de que Luis Dias Leme havia aclamado Rei na Vila Capital de S. Vicente ao Serenissimo Senhor Duque de Bragança com o nome de D. João IV, por ordem e recomendação, que para isso lhe dirigira em carta particular D. Jorge de Mascarenhas, Marquês de Montalvão e Vice-Rei do Brasil; foi esta inesperada novidade um golpe sensibilissimo aos espanhóis, que se achavam estabelecidos e casados na dita Vila de S. Paulo, para onde tinham concorrido não só da Europa, mas também das Índias Ocidentais. Êles desejavam conservar as Povoações de Serra acima na obediência de Castela; e não se atrevendo a manifestar seu intento, por conhecerem que seriam vítimas sacrificadas à cólera dos paulistas, se lhes aconselhassem que permanecessem debaixo do aborrecido jugo espanhol, resolveram entre si usar de artificio, esperando conseguir por meio da indústria, o que não haviam de alcançar se fôssem penetrados os seus desígnios.

«Tinham por certo que a capitania de S. Vicente e quasi todo o sertão brasilico, antes de muitos anos tornariam a unir-se às Índias de Espanha, ou pela fôrça das armas, ou pela indús-

(1) *História Geral do Brasil*, t. II, 693.

tria, se os paulistas caissem no desacôrdo de se desmembrarem de Portugal, erigido um Governo separado, qualquer que elle fôsse, suposta a comunicação que havia por diversos rios entre as Vilas de Serra acima, as Províncias do Prata e Paraguay. Com estas vistas, fingindo-se penetrados do amor do país, onde estavam naturalizados, e do bem comum, propuseram aos seus amigos, parentes aliados e a outros, um meio que lhes pareceu o mais seguro, para conseguirem os seus intentos; tal era o de elegerem um rei paulista e ao mesmo tempo apontaram, como o mais digno da Corôa a Amador Bueno da Ribeira, em cuja pessoa, para não ser rejeitado pelos seus patrícios, concorriam as circunstâncias de ser de qualificada nobreza, e de muito respeito e autoridade pelos empregos públicos, que havia occupado e ainda exercia, pela sua grande opulência, pela roda de parentes e amigos, e pelas alianças de seus nove filhos e filhas; duas das quais estavam casadas com dois irmãos, fidalgos espanhóis, D. João Mateus Rendon e D. Francisco Rendon de Quevedo, que tinham passado ao Brasil em 1625, militando na Armada Espanhola, destinada para a restauração da Baía.

«Mas os espanhóis, ao designar lhe a Amador Bueno da Ribeira, se lisonjeavam, que por ser filho de Bartolomeu Bueno da Ribeira, natural de Sevilha, produziria nelle maior efeito o sangue de seus avós paternos para vir a declarar-se vassallo de Espanha, do que o herdado dos seus ascendentes maternos da nobre Família dos Pires, e o ter nascido em uma provincia portuguesa, para haver de seguir o legitimo partido das outras do Brasil, Reino e Conquistas.

«Valeram-se os espanhóis de todos os argumentos possíveis para persuadirem aos paulistas e europeus pouco instruidos, que sem encargo de suas consciências, nem faltarem à obrigação de honrados e fieis vassallos, podiam não reconhecer por Soberano a um príncipe, a quem não haviam jurado obediência.

Fomentavam ao mesmo tempo a vaidade dos ouvintes, exagerando o merecimento dos paulistas e europeus principais, dizendo que as suas qualidades pessoais e nobreza hereditária os habilitavam para outros maiores impérios. Para os livrarem de temores, lembraram os milhares de índios seus administrados e escravos, com que podiam levantar exércitos formidáveis de muitos mil combatentes; e a situação de S. Paulo sumamente defensável e tão somente a estrada de Paranapiacaba de qualidade muito má, bastaria lançarem-se pedras pela serra abaixo, para se retirarem derrotados os expugnadores.

«Eram sinceros os moradores de S. Paulo e ainda que fiéis, bem poucos entre elles teriam a instrução necessária para conhecerem o Direito incontestável da Serenissima Casa de Bragança ao Ceptro, e para perceberem os laços e as funestas desgraças, em que aquelas maquinações os iam precipitar. Além disto, a plebe em tôda a parte é fácil de mover-se e de arrojarse a excessos. Os espanhois conseguiram seduzi-la, e ajuntar um grande número de pessoas de tôdas as classes, que aclamando unânimemente por seu Rei a Amador Bueno da Ribeira, concorreram, cheios de alvoroço e de entusiasmo, à sua casa a congratular-se com elle.

«Pasmou Amador Bueno de Ribeira quando ouviu semelhante proposição: elle detestou o insulto dos que o proferiram e com razões eficazes procurou dar-lhes a conhecer sua culpa e cega indiscrição. Lembrou-lhes a obrigação que tinham de se conformarem com os votos de todo o Reino, e a ignomínia de sua Pátria, se se não reparasse a tempo com voluntária e pronta obediência o desacerto de tão criminoso atentado. Mas a repugnância do eleito aumenta a obstinação do povo ignorante: chegam a ameaçá-lo de morte, se não quizer empunhar o ceptro. Vendo-se nesta consternação, o fiel vassalo saiu de sua casa furtivamente e com a espada nua na mão, para

se defender se necessário fôsse, caminhou apressado para o Mosteiro de S. Bento onde intentava refugiar-se. Advertem os do concurso, que havia saído pela porta do quintal e todos correm após ele, gritando: «Viva Amador Bueno nosso Rei»; ao que ele respondeu muitas vezes em voz alta: «Viva o Senhor D. João IV, nosso Rei e Senhor, pelo qual darei a vida».

«Chegando Amador Bueno da Ribeira ao Mosteiro, entrou e fechou rapidamente as portas. Como os paulistas antigos veneravam sumamente aos sacerdotes, principalmente aos Regulares, nenhum insultou ao Convento e todos pararam da parte de fora, insistindo porém na sua indiscreta pretensão. Desceu à portaria o D. Abade acompanhado da sua Comunidade, e com atenções entreteve a multidão, enquanto Amador Bueno da Ribeira mandou chamar com pressa os eclesiásticos mais respeitáveis, alguns sujeitos dos principais que se não achavam no concurso. Vieram logo uns e outros, e todos unidos ao dito Bueno fizeram compreender aos circunstantes que o Reino pertencia à Sereníssima Casa de Bragança e que dele se acharia esta em posse pacífica desde o dia da morte do Cardeal Rei D. Henrique, se a violência dos momarcas espanhois não houvesse sufocado o seu Direito.

«Nada mais foi necessário para se conduzirem aqueles portugueses, como deviam: todos arrependidos do seu desacôrdo, foram cheios de gôsto aclamar solenemente o Senhor D. João IV com mágua dos espanhois, os quais para não perderem as comodidades, que tinham vindo procurar em S. Paulo, prestaram também o juramento de fidelidade ao mesmo Soberano. Para beijarem a Real Mão de S. Magestade Fidelissima em nome do Senado e moradores de S. Paulo, foram mandados à Côte os dois paulistas Luiz da Costa Cabral e Baltazar de Borba Gato; e o mesmo Senhor se dignou agradecer esta obediência

por carta firmada do seu Real Punho, datada em Lisboa a 24 de Setembro de 1645» (1).

Durante muito tempo se considerou este facto simples e mera tradição, a que não escapou o douto e sábio historiador Varnhagen quando, na sua *História Geral do Brasil*, vol. II, pág. 639, diz: «se acreditarmos na tradição que no século passado recolheu um monge beneditino», e até Cândido Mendes de Almeida, Moreira de Azevedo e outros, afirmaram não haver «documento algum que prove a aclamação e recusa da corôa por Amador Bueno, sendo este facto apenas uma tradição».

Provou-o, porém, dum modo brilhante e indubitável o ilustre historiador da *História Geral das Bandeiras Paulistas*, o Dr. Afonso de E. Taunay (2), com grande cópia de argumentos inteligentemente deduzidos, com a publicação de vários documentos definitivos sobre o assunto, e, principalmente com a carta patente de Artur de Sá e Meneses, inserta no livro de registo do Arquivo da Câmara da Vila Capital de S. Vicente, de 1684 até 1702, fl. 125, transcrito no Livro III da Colecção *Governadores do Rio de Janeiro*, fl. 82 (cfr.) *Anais do Arquivo Nacional*, T. XI, pág. 91, na qual, depois de relatar alguns serviços de Manuel Bueno da Fonseca, diz: «... e quando não bastavam estes serviços era merecedor de grandes cargos, por ser neto de Amador Bueno que sendo chamado pelo povo para o aclamarem Rei, obrando como leal e verdadeiro Vassalo, com evidente perigo de sua vida, exclamou dizendo que vivesse El-Rei D. João IV

(1) Frei Gaspar da Madre de Deus, *ob. cit.*, pág. 240.

(2) Pág. 103 a 106.

seu Rei e Senhor que pela fidelidade que devia de vassallo queria morrer nessa defença e respeitando eu neste tão louvável vassallo digno de grande remuneração hei por bem nomear...».

E dêste modo se ficou devendo ao Dr. Afonso de E. Taunay mais um serviço prestado à História Nacional, reabilitando a probidade do autor das *Memórias para história da Capitania de S. Vicente*, Frei Gaspar da Madre de Deus.

E, finalmente, teve lugar a cerimónia da aclamação, cujo auto transcrevemos, em que com «grande destaque o Abade de S. Bento, bem como os seus monges». «O vereador mais velho Paulo do Amaral arvorou o dito pendão por três vezes, dizendo em cada uma Real Real Real por El-Rei D. João o quarto de Portugal respondendo a cada uma destas vezes, todos os circunstantes com mil vivas e júbilos em o dito altar que estava preparado em o qual assistia o reverendo padre vigário, revestido com a sobrepeliz e estola em um livro dos Santos Evangelhos ou missal, jurou nêle o dito capitão-mór João Luís Mafra de conhecer e manter por estes reinos de Portugal ao Senhor dom João o quarto rei de Portugal, prometendo-lhe a menagem desta Capitania e que não a entregaria senão a sua real magestade ou a seu certo recado e acabado, tornou o dito vereador a tremular com o dito pendão três vezes, dizendo Real Real Real por El-Rei Dom João o quarto de Portugal, a quem seguiam os vivas e júbilos dos mais circunstantes e saindo da dita procissão à Casa do Conselho donde havia de ficar o dito pendão por remate de tudo, antes de se recolher, o dito vereador fez as ditas cerimónias arvorando três vezes o dito pendão, ao que se seguiu a acostumada e aprazível voz de todos com mil vivas e júbilos e por aqui se deu fim a esta tão festejada como alegre cerimónia de que mandaram fazer este auto de juramento e obediência e

eterna vassalagem e sujeição ao dito Senhor rei Dom João o quarto de Portugal, em que assinaram e eu Manuel Coelho escrevi. &...» (1).

Em nada contribuimos para a averiguação dêste caso famoso, não nos pertence de modo nenhum a glória de ter concorrido, fôsse com que documento fôsse, para o esclarecimento dêste episódio singularíssimo, mas, no momento que passa, em que se celebram as festas jubilares da Independência e da Restauração, seria injusto olvido não recordar a lealdade e abnegação de Amador Bueno da Ribeira na aclamação de D. João IV em S. Paulo.

Lisboa, 29 de Maio de 1940.

ERNESTO ENNES

(1) Afonso de E. Taunay — *História Antiga da Abadia de S. Paulo (1598-1772)* — 1927, São Paulo, Tip. Ideal, Heitor L. Canton, in 8.º, págs. 69 e 70.

A RESTAURAÇÃO DO IMPÉRIO

Em 1580 no ano em que Portugal, embora sem perder a sua independência, se une à Espanha, dominávamos efetivamente no norte de África — a-pesar do desastre de Alcácer Quibir — Cabo Verde, Guiné, em quasi tôda a extensão do Brasil, Angola, Moçambique, em Goa, Damão, Diu, Chaúl, Onor, Barcelor, Mangalor, Cananor, Granganor, Trincomale, Colombo, Cochim, Cariate, Calaiate, Ormuz, Malaca, Ternate, Sidor, Amboina, Solor, Timor e Macau, donde nos vinham riquezas incalculáveis, tanto em mercadorias facilmente vendáveis nos mercados da Europa, como pròpriamente em ouro e pedrarias.

Em 1640 eram gloriosos padrões dum grande império, prestes a desaparecer, no norte de África, Mazagão, Ceuta e Tanger, o Brasil em vias de atingir a maior idade, Moçambique, Goa, Damão e Diu na Costa de Malabar, Macau, Solor e Timor no Extremo Oriente.

Os holandeses primeiro, os ingleses depois, trabalhando isolados ou de sociedade, conchavados mesmo por vezes com os régulos nativos, conquistaram, usando de ardis e manhas de guerra absolutamente reprováveis, muito do que havíamos regado do nosso sangue na ocupação inicial.

A Espanha desinteressava-se da manutenção dos estabelecimentos portugueses, não só porque outras preocupações a distraíam mas também porque além dos rendimentos delas — que mal avisada, gastava loucamente nas suas guerras na Europa e em prebendas a conventos e a particulares — nenhuma utilidade lhes reconhecia.

Assim logo que Cornelius Houtman redescobre o caminho marítimo para a Índia, em 1595, e explora o estreito de Sonda, o domínio português começa a sofrer os primeiros revezes.

Com uma falta de visão que só iguala o seu escrúpulo, o rei espanhol proíbe os holandeses em 1598 de comerciar em Portugal, o que deu em resultado estes resolverem ir êles próprios na esteira do seu almirante, procurar nessas paragens o que aqui lhes recusavam, apostar arruinar o comércio e a marinha, o prestígio português no Oriente, vitória que infelizmente conseguiram.

Holandeses e ingleses foram os obreiros da decadência portuguesa — que secretamente, por certo, alegrava os espanhóis, os quais viam sempre, a-pesar-de tudo, em Portugal o inimigo secular. Mas o aviltamento moral a que se chegara, mercê da administração estrangeira, que favorecia especialmente os portugueses deshonestos, era tal que, no dizer acerbo de Diogo do Couto, na Índia nada se fazia senão a trôco de dinheiro.

O vice-rei D. Francisco da Gama lutou com energia contra a pútrida corrente. Em vão. Logo após o seu embarque para a Metrópole, enforcaram-no em effigie.

Não deve ter sido alheio à resolução que D. João IV tomou de se proclamar Rei, o facto de saber que o Império Português por tôda a parte se afundava num lodaçal de corrupção e opressora administração estrangeira.

Receava porém que o patriotismo dos portugueses de além-mar não soubesse corresponder às suas altas esperanças. Mas o ultra-mar, como de súbito, regenerou-se e de toda a parte vieram aplausos e adesões.

Em Mazagão e Tanger rapidamente chegaram os ecos da aclamação do Duque de Bragança D. João II em Lisboa, no trono de D. Afonso Henriques, como rei D. João IV.

Também no Brasil o Vice-Rei D. Jorge de Mascarenhas, Marquês de Montalvão, ao saber a nova da restauração, logo vitoriou El-Rei na Baía e mandou dar a notícia nas outras capitánias.

No Rio de Janeiro estava Salvador Correia de Sá e Benevides como Governador. Êste, a-pesar-dos laços de sangue e de interêsse que o prendiam a Castela, pois era filho e marido de castelhanas, deu a sua valiosa adesão ao novo Rei, aclamando-o com grande entusiasmo. O sangue dos nobres Sás estivera à altura do grave momento.

* * *

Falar do que foram as manifestações apoteóticas das províncias de África, que libertas do jugo opressor dos holandeses o puderam fazer, é evocar brilhante página de história de fervor nacional, nesta hora de inquietação em que as consciências nacionais sossobram num vendaval de apetites imperialistas.

Em 30 de Março de 1641, levantaram ferro do Tejo os dois navios portadores para o ultramar, das novas da restauração. Levavam ambos as mesmas cartas e idênticas instruções haviam sido dadas ao capitão-mor da nau, Sancho de Faria, e a Manuel de Liz, capitão do patacho que a acompanhava. O objectivo último da viagem era a Índia,

por isso que a Angola estava à data na posse dos holandeses e Moçambique dependia do vice-rei da Índia; especiais foram por isso as recomendações feitas aos dois capitães no que dizia respeito ao Viso-Rei João da Silva Telo, Conde de Aveiras. Os dois navios viajaram juntos até alturas de Cabo-Verde. Sancho de Faria deu a notícia no arquipélago. Em Cabo Verde e na Guiné houve soleníssimos cortejos para aclamar D. João IV.

Manuel de Liz seguiu só; procurando por ordem de El Rei antecipar-se a Cosmo do Couto, que incumbido pelo Rei de Castela, segundo se dizia, partira para Moçambique para dificultar a tarefa dos embaixadores portugueses.

Não nos propomos relatar os trabalhos e as fadigas da aventureira viagem, devendo mencionar apenas a pronta adesão a 2 de Agosto, de António de Brito Pacheco, Governador de Moçambique, que sem abrir a carta que lhe era dirigida, logo que Manuel de Liz lhe deu a notícia da restauração, aclamou El-Rei. De Moçambique se fez de vela Manuel de Liz a 13 de Agosto — na volta de Goa — como então se dizia, demandando o Cabo de Rama, a 12 léguas ao sul daquela cidade, por temer que os holandeses os estivessem sitiando. Chegou à Índia a 6 de Setembro e ultrapassando o Rio Sal, junto à praia de Salsete, fez vários tiros para atrair a atenção dos habitantes e porventura colher informações sobre os holandeses. Como as não obtivesse, resolveu aportar a Goa «amparando-se da fortaleza de Mormugão, por entre a terra firme e os ilheus de Goa a-Velha», onde ficava livre do perigo ainda que os holandeses tivessem ocupado a barra. Aportou então a um ilheu que fica da outra banda de Goa. Ali se avistou Manuel de Liz com o capitão Gaspar Gomes, que por ordem do Viso-Rei João da Silva Telo, aguardava qualquer embarcação que chegasse

do Reino, para avisar da presença de 10 naus de Holanda, as quais aguardavam reforços, para aliadas com o Hidalcão, conquistarem Goa. Assim ordenava o Viso-Rey a qualquer embarcação que se abrigasse em Chaúl, Onor ou Cananor e as cartas que trouxesse lhe fôsem remetidas por intermédio do capitão Gaspar Gomes.

Levava Manuel de Liz ordem para entregar as cartas de que era portador, pessoalmente ao Viso-Rei. Não o podendo fazer por lhe ser impossível abandonar o seu navio dirigir-se a Onor e considerando que seu filho, de 9 anos, André de Liz, que consigo ia, era como se êle próprio fôsse, encarregou-o do encargo.

Embarcou a valorosa criança em uma almadia e chegou a Pangim sem novidade; imediatamente se dirigiu para a igreja de Nossa Senhora da Conceição — a primeira que se fundou na Índia — entrando precisamente no momento em que o padre fazia a sua homília aos paroquianos. Com um vigor e um à-vontade que surpreende em tão tenra idade, vitoriou El-Rei. Brados de entusiástico aplauso coroaram as palavras da criança, interrompendo-se a cerimónia religiosa.

Segue André de Liz para Goa, a bordo da almadia, ali chegando pouco depois. Por terra havia-se-lhe antecipado porém, Francisco da Silva Souto Mayor, o qual ao dar a notícia ao Viso-Rei viu nêle se não desconfiança, por successo tão espantoso, pelo menos incredulidade. Surge então André de Liz com os documentos que acreditavam seu pai e com máscula energia declara: «Estas vias Senhor, entregou El-Rei D. João IV a meu pai para que as trouxesse a V. Ex.^a e por não lhe ser lícito largar o navio de que vem por capitão sendo contingente pelejar na barra com os holandeses as fiou de mim para que eu as entre-

gasse a V. Ex.^a Receba-as V. Ex.^a e diga: Viva El Rei D. João iv, nosso Senhor, Rei de Portugal».

Surpreso, não se deixou logo convencer o Viso-Rei, homem prudente, mas depois que leu as cartas, aclamou El-Rei. Deu em seguida parte às pessoas mais gradas, da restauração do Reino, redempção da Índia—vítima do mau governo de Castela e da pertinácia dos seus adversários, os holandeses—os maiores inimigos da Índia.

Que assim era se provou logo a seguir, quando Sancho de Faria demandando a Barra de Goa, convencido da neutralidade dos holandeses, já avisados da separação de Portugal e Espanha, foi atacado por 5 naus dos Países Baixos, os quais despresando a bandeira de paz e salvo conduto que trazia, abordaram o navio português, matando quasi todos os tripulantes, incluindo o capitão e se apoderaram d'ele.

Aclamado D. João iv em 11 de Setembro, mau grado estes tristes sucessos, não se interromperam os festejos até 20 de Outubro, dia em que foi jurado com muita solenidade o príncipe D. Teodósio.

Todos os capitães das fortalezas da Índia aceitaram o novo rei e seu filho como legítimos soberanos protestando-lhes obediência. Manuel de Liz e seu filho voltaram para Lisboa na primeira monção. Recompensou-lhes El-Rei os serviços com muitos prémios e mercês. André de Liz trouxe da Índia o hábito de Cristo que o viso-rei lhe dera—prorrogativa real daquele cargo—no momento solene em que teve conhecimento da Restauração de Portugal.

* * *

A aclamação de D. João IV em Macau, deve acen-
tuar-se, foi acontecimento da maior importância e do mais
alto significado.

Na «Relaçam da viagem que por ordem de Sua Mage-
stade fêz António Fialho Ferreira dêste reino à cidade de
Macau na China e felicíssima aclamação de Sua Magestade
El-Rei Nosso Senhor D. João IV, que Deus guarde, na
mesma cidade e partes do Sul» muito claramente escreve
o seu autor:

«Vossa Magestade me enviou o ano de 1641 às
partes do Oriente com os avisos da feliz aclamação de
Vossa Magestade nêsse Reino. Naveguei o Oceano por
fora de tôda a Índia, dando volta três vezes por várias
partes à linha equinocial, e subindo 40° da terra Aus-
tral baixei por todo aquele Arquipelago dando as ale-
gres novas da ditosa restituição de Vossa Magestade
no Reino de Portugal e como Vossa Magestade é Rei
dado por Deus favoreceu-me tanto o céu nesta Empreza
que não só os portugueses e cristãos naturais senão
ainda os gentios e os mouros aclamaram Vossa Mage-
stade com vivas dando graças a Nosso Senhor por se
verem já livres do jugo e cativoiro castelhano».

Era urgente, com efeito, assegurar a soberania portu-
guesa na Insulíndia e em Macau, sujeita como estava esta
cidade a qualquer pressão dos castelhanos de Manilha,
conhecedores da restauração de Rei Português. Macau era
então o único entreposto europeu do comércio da China e

sem o comércio da China, escrevia o padre Cardim em 1642, não havia Índia rica.

Também as relações de intenso tráfego comercial entre aquela cidade e Manilha, ascendendo ao valor de dois milhões de ouro, impunham pronto esclarecimento da situação.

Estes factos apresentados ao visor rei da Índia pelo referido Sacerdote procurador geral da Companhia de Jesus, e a resolução do Govêrno de Lisboa, determinaram o envio de António Fialho Ferreira, que se desempenhou do encargo, como por êle próprio ficou dito.

A restauração da soberania portuguesa na Insulindia e Macau teve também profundo significado sob o ponto de vista religioso, pois segundo Frazão de Vasconcelos (1) «Com Macau perder-se-ia a Cristandade de Tonquim, a melhor do Oriente, onde se baptisavam por ano 10 a 12 mil almas, a da Conchinchina, de Cambodja, Sião, etc.».

* * *

De tôdas as possessões portuguesas de além-mar sòmente Ceuta não pode sacudir o jugo de Castela. Foi perda irremediável.

Todavia, pela grandeza e valor dos territórios recuperados, — a que veio juntar-se mais tarde em 1647 a província de Angola, pode dizer-se, em verdade, que se restaurou um império.

ALVES DE AZEVEDO.

(1) «A aclamação d'El-Rei D. João IV em Macau» (Subsídios Históricos e Biográficos) por Frazão de Vasconcelos, in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, n.º 53.

A GUERRA DA RESTAURAÇÃO

1641-1668 (1)

Poucas vezes a História pode registrar uma revolução política tão calma e tão instantânea como aquela que, tendo como prólogo o acto violento que, na serena manhã do 1.º de Dezembro de 1640, eliminara no Terreiro do Paço os agentes de Castela, alastrava rapidamente de sul a norte da metrópole portuguesa, aclamando o povo o novo rei D. João IV, e exultando pela liberdade reconquistada, após sessenta anos de opressão sob o domínio despótico dos Felipes de Espanha.

Mas a reacção do orgulho castelhano, súbita e profundamente ferido, seria inevitável, e a guerra entre as duas nações tornava-se iminente, como *ultima ratio* para assegurar a autonomia da Pátria Portuguesa e salvar o que ainda restava das suas antigas riquezas de aquém e de além-mar.

Misérriimo era, na verdade, o espólio que nos deixava a realza espanhola: o tesouro público exausto, reduzido o antigo império ultramarino — opimo fruto dos esforços hercúleos dos nossos navegadores e conquistadores dos séculos XV e XVI —, diminuída a população da metrópole pela emigração incessante para o Brasil e pelas sucessivas

(1) Conferência pronunciada em sessão especial do *Instituto de Coimbra*, de 10 de Junho de 1940.

expedições enviadas para os campos de batalha da Europa, onde os homens válidos de Portugal iam morrer ou invalidar-se ao serviço dos Habsburgos, de Espanha e da Áustria.

E essa miséria atingia em cheio o exército português, onde não havia soldados, nem armas, nem munições, encontrando-se a nação, pode dizer-se, totalmente indefesa.

Urgia, pois, organizar a defesa do país, para ocorrer ao ataque previsto dos espanhóis despeitados.

Assim foi criado, logo em 11 de Dezembro, um *Conselho de Guerra*, para centralizar os assuntos militares e superintender no seu estudo e execução; constituiu-se *a latere* do Conselho de Guerra uma *Junta*, especialmente encarregada do serviço e defesa das fronteiras; restabeleceu-se o antigo *Regimento de Ordenanças, de 1570* (Ordenanças sebásticas), que caíra por completo em desuso, passando-se a recensear em tôdas as comarcas todos os homens válidos dos 16 aos 60 anos. E quando, em Janeiro de 1641, as Côrtes votaram uma verba de dois milhões de cruzados para levantar um exército de 20.000 infantes e 4.000 cavalos, foi nessas *ordenanças* recenseadas que se recrutaram, por sorteio, os soldados de linha que haviam de ser pagos pela Coroa.

À voluntariedade com que os representantes da Nação votaram o sacrifício monetário que a esta se impunha para organizar devidamente a sua defesa, correspondeu o patriotismo com que a Nação se sujeitou ao tributo de sangue, que lhe era imposto pela nova organização militar. «Em todos os lugares do reino se viam os povos à porfia trabalhar nas fortificações, levantar gente, comprar cavalos e conduzir armas», assim escreveu o Conde da Ericeira na sua obra notável *Portugal Restaurado*.

Essas mostras de patriotismo — diga-se entre parêntesis — tiveram excepções, desde a primeira hora da Rés-

tauração, muito menos entre o povo do que na nobreza e até no clero. Olvidemos, porém, os nomes dêsses maus portugueses que, no cadafalso, pagaram sem demora as suas culpas, restabelecendo o Govêrno da Restauração a ordem interna com a rapidez necessária para poder ocupar-se da defesa da Nação contra o inimigo externo, que seria bem mais difícil de vencer.

Com os créditos votados em Côrtes e com os donativos da Casa de Bragança que cedeu rendimentos, jóias e baixelas, pôde o Govêrno de D. João IV mandar reparar e artilhar fortalezas, sobretudo as praças e castelos das fronteiras, que seriam as primeiras a ser expugnadas pelo adversário, em obediência aos princípios de guerra do século XVII, que a estratégia mais dinâmica de Gustavo Adolfo — precursora da futura era napoleónica — não conseguira ainda fazer esquecer aos generais da Península Hispânica. Criou o Govêrno fábricas de armas, fundições de balas e manufacturas de salitre e pólvora; instalou coudelarias nas regiões apropriadas à cria cavalariça, importando do estrangeiro cavalos para a cavalaria; e contratou estrangeiros para os trabalhos de engenharia, criando uma Aula de Fortificações e Architectura Militar.

O exército foi organizado em três escalões: o *exército de linha*, as *tropas auxiliares* ou *milícias*, e as *companhias de ordenanças*, tropas territoriais estas, comandadas, em cada comarca, pelo seu capitão-mór. Verdadeiro sistema de «nação armada» que mais tarde havia de generalizar-se, com o princípio do «serviço militar pessoal e obrigatório», assim estabelecido, de facto, em Portugal, em 1641.

Ordenou ainda o Govêrno da Restauração que os comendadores e cavaleiros das *Ordens Militares* dispusessem de homens e cavalos para a guerra; determinou que os clérigos

e freires do arcebispado de Lisboa se organizassem num *térço* de infantaria, cujo comando foi confiado ao deão da Sé, como igualmente fêz organizar em *térço* o corpo académico de Coimbra, sob o comando do reitor da Universidade; constituiu os quatro *térços* da nobreza, comandados pelo jovem príncipe D. Teodósio, primogénito do rei, e vários *térços* e *companhias* de mercenários (holandeses, franceses e ingleses) que, segundo os usos da época, se assoldavam vulgarmente às nações em guerra; por último, ainda, como tropas especiais, foram organizadas as *guardas reais*, de archeiros e de ginetes.

Os altos comandos do exército foram confiados aos *governadores das armas* de província, ao *mestre de campo-general* que, em cada província, comandava todos os *térços* do govêrno das armas, e ao *capitão-general* das armas do reino, comandante em chefe do exército que era ao mesmo tempo o presidente do Conselho de Guerra Permanente.

Tal era, em sùmula, a organização militar do País, quando, em 9 de Junho de 1641, na fronteira alentejana, perto de Elvas, o ataque duma patrulha espanhola a uma patrulha portuguesa, sem qualquer aviso ou prévia declaração de guerra (à simplista maneira da guerra hodierna...), marcou o rompimento das hostilidades que iriam estirar-se por quási três décadas de sangrenta luta.

Se tais medidas militares, ràpidamente e criteriosamente adoptadas pelo Govêrno de D. João IV, permitiriam assegurar, quanto possível, a defesa das fronteiras da metrópole, não eram, todavia, suficientes para garantir simultâneamente a defesa dos domínios portugueses de além-mar, cuja situação era, nesta conjuntura, particularmente grave.

O novo Govêrno de Portugal herdava da nefasta e longa dominação espanhola, um império ultramarino, pode dizer-se,

totalmente ameaçado, e do qual, já, em parte, tínhamos sido desapossados por estrangeiros, no Brasil, na Índia e no Extremo Oriente, durante aqueles sessenta anos de funesta usurpação. Herdava igualmente uma armada — outrora gloriosa! — desmantelada a tal ponto que a impossibilitava de sulcar os mares em socorro daqueles domínios ameaçados. Nestas circunstâncias, o embaixador português Tristão de Mendonça, foi negociar com o Govêrno holandês um tratado de aliança, onde figurava uma cláusula de trégua durante dez anos nas possessões portuguesas da América e da Ásia. Pois nem essa trégua, acordada entre os dois governos, foi respeitada pelas autoridades holandesas no ultramar, do que resultou a situação estranha em que ficaram as duas nações, a um tempo aliadas na Europa, e em guerra nas outras partes do Mundo onde os seus interesses se entrecrocavam!

Era então a Holanda a República das Províncias-Unidas, república constituída desde que os holandeses se tinham sublevado em 1579 — como, mais tarde, os portugueses — contra a tirania de Felipe II de Espanha, que os governou depois de Carlos V. Não admira, portanto, que aceitasse o apoio mútuo que o Portugal restaurado lhe propunha, contra a Espanha felipina.

Pela mesma via diplomática procurou também o Govêrno de D. João IV assegurar-se do apoio ou da aliança de outras nações da Europa que ao tempo se batiam contra a Casa de Áustria, numa longa luta religiosa e política que começara em 1618 e ia prolongar-se até 1648.

Entrara então essa luta — a chamada «guerra dos trinta anos» — no seu último período, o «período francês» (1635-48), em que a França se resolvera a intervir directamente, intervenção decisiva promovida pelo cardial de Richelieu.

E neste grande ministro de Luís XIII encontrou o Portugal restaurado o seu melhor apoio, a sua mais eficiente aliança.

No tratado negociado em Paris por Francisco de Melo, embaixador especial — que fôra um dos mais activos obreiros da revolução de 1640 —, obrigara-se a França a enviar-nos uma esquadra de vinte navios para auxiliar Portugal num ataque à costa espanhola. A assinatura do tratado (1 de Julho de 1641) tinha sido precedida duma carta de Richelieu dirigida a D. João IV, em que o Primeiro Ministro da França pedia ao rei de Portugal que tratasse «das fortificações do reino e de seu provimento», que procurasse ter homens «tão capazes na disciplina militar como são animosos e valentes» e que formasse dois bons exércitos, um de mar outro de terra, bem providos do necessário, para irem «procurar o inimigo fora dos Estados de Sua Majestade, não dando lugar a que êle venha a êles». Era a ideia da supremacia da *ofensiva* a germinar no espírito lúcido do cardinal.

Referindo-se a êsse tratado entre Portugal e a França, um historiador comenta: «ter êle a vantagem de mostrar ao mundo que um rei elevado ao trono por uma revolução, numa época em que prevalecia a teoria do direito divino dos reis, contraíra aliança com o mais poderoso dos soberanos da Europa». Era uma primeira vitória do *direito positivo* sobre o *direito divino*.

Voltemos, porém, à Holanda detentora, ao tempo, de grande parte do nosso antigo e valioso património no ultramar.

Enviada ao Brasil uma esquadra da poderosa Companhia das Índias Ocidentais, o governador da Companhia no Recife, príncipe Maurício de Nassau, fêz ocupar pelos holandeses tôda a capitania do Maranhão. E como se não lhes bastasse essa extorsão na América, a esquadra do almirante

Jol foi surpreender, em África, a cidade de Luanda, que o governador, Pedro Cesar de Menezes, se viu forçado a abandonar aos holandeses, por falta de meios de resistência. Daí passaram os invasores às margens do Quanza e à costa de Benguela; e em Outubro de 1641, toda a costa de Angola e ilhas de S. Tomé, Príncipe e Ano Bom se encontravam em seu poder.

O tratado de tréguas negociado na Haia sancionara todas estas extorsões, a tempo levadas a cabo pela famosa Companhia holandesa, porque nêle era garantido no ultramar português o *statu quo*, anterior à assinatura do tratado.

Assim, o domínio português na América ficava reduzido a metade do Brasil; em África, a Moçambique e Angola e às conquistas do norte, excepto Ceuta que se recusara a reconhecer a soberania de D. João IV; no Oriente, a Goa, Damão, Diu e Bombaim, e feitorias da costa do Malabar e da ilha de Ceilão, além de Macau, na China, e de algumas feitorias na Oceânia.

Era esta a situação precária do nosso antigo poderio ultramarino, quando na Metrópole começaram a desencadear-se as operações militares, preliminares da «Guerra da Restauração».

* * *

Quando na fronteira alentejana se travou a escaramuça de patrulhas a que atrás aludi, era governador das armas do Alentejo Matias de Albuquerque, que já se tinha notabilizado, anos antes (1630-1635), nas campanhas do Brasil contra os holandeses.

Ia ser o Alentejo o principal teatro de operações, onde o general espanhol Monterrey, fronteiro-mor de Badajoz,

começou por atacar Olivença, que o governador da praça, Francisco de Melo, defendeu tenazmente, repelindo o atacante, como pouco depois, foi repellido o ataque à praça de Elvas, pela energia do seu governador, o mestre de campo D. João da Costa, futuro Conde de Soure.

Um segundo ataque a Olivença, «freio das entradas em Portugal», como lhe chamou D. João da Costa num seu relatório, foi igualmente desastroso para Monterrey que retirou para Madrid abandonando o comando das suas tropas.

O seu mestre de campo, D. João Garay, tentou novo ataque a Elvas, que não foi melhor sucedido que o primeiro, enquanto na fronteira do Minho, Gastão Coutinho, governador das armas, actuava ofensivamente contra os espanhóis da Galiza, sem que de tais acções proviesse qualquer resultado decisivo para a luta em que nos empenhávamos.

A acção no mar não foi mais proveitosa do que em terra. As esquadras francesa e holandesa que, em obediência aos tratados de aliança, vieram ao Tejo, travaram combate com navios espanhóis, separadamente, sem que daí resultasse qualquer efeito prático.

E assim, no mar como em terra, o primeiro ano da campanha terminava absolutamente improfícuo, para ambos os contendores.

No ano seguinte, enquanto na fronteira do Alentejo apenas continuaram as correrias e escaramuças, na fronteira da Beira, sob o comando de Fernão Teles de Meneses, os portugueses alcançaram alguns êxitos, como a tomada de Elches, Valverde, Leão e Guardian, onde começou a salientar-se o valor militar de D. Sancho Manuel, futuro conde de Vilaflor.

Entretanto, as intrigas da côrte e do Conselho de Guerra, que já em 1641 tinham feito cair em desgraça o velho Matias

de Albuquerque, fazendo-o substituir, no comando do Alentejo, por Martim Afonso de Melo, incidiam agora sobre este que, por sua vez, era substituído pelo Conde de Óbidos, oficial também já notável das campanhas do Brasil e da Flandres.

Era, pois, o Conde de Óbidos o general do Alentejo quando, em 1643, D. João IV, aproveitando as dificuldades com que lutava o governo de Filipe IV para manter tropas em vários teatros de guerra dispersos, como a Flandres, a Itália, a Catalunha e Portugal, resolveu tomar a ofensiva no Alentejo e no Minho. Assim o reclamava a nobreza de Portugal a quem o rei começava a desagradar pelo pouco interesse que a guerra parecia merecer-lhe.

Em meados do ano, transportou-se o rei para Évora, fazendo-se acompanhar do Conselho de Guerra e de Matias de Albuquerque já então reabilitado.

Em Setembro o Conde de Óbidos entrava em Espanha, fazia capitular Valverde de Legañés não conseguindo, porém, cercar Badajoz e retirando com as suas tropas para Portugal, o que lhe valeu ser destituído do comando e substituído por Matias de Albuquerque, que assim regressou ao seu antigo posto no Alentejo. E foi sob o seu comando que os portugueses, ainda no outono de 1643, atacaram, tomaram e fizeram desmantelar, Alconchel, Figueras de Vargas e Vila Nueva del Fresno, recolhendo em Novembro a Portugal, para passarem o inverno.

Entretanto, no norte, o Conde de Castelo Melhor, Governador das armas do Minho, tomara em Agosto, Salvaterra da Galiza, defendendo-a depois valentemente contra o ataque tentado pelo cardinal de Spínola, que, obrigado a levantar o cerco e irritado pela resistência encontrada, atacou toda a fronteira do Minho, onde as guarnições portuguesas

de Monção, Valença, etc. se mantiveram com tal energia que o cardial acabou por abandonar e entregar ao marquês de Távora o comando das tropas da Galiza.

Debalde o Padre António Vieira, recém-chegado do Brasil, aconselhou D. João IV a regressar à defensiva. Matias de Albuquerque, não dando ouvidos a tais conselhos, entrava de novo em Espanha, em Maio de 1644, e tomava, sem resistência, a vila de Montijo, na margem direita do Guadiana, a leste de Badajoz.

Reconhecendo, porém, que nada mais podia tentar com as poucas tropas de que dispunha, resolveu voltar para Portugal, quando, em plena retirada, na planície de Montijo, entre o Guadiana e o Xévorá, teve de fazer face a um exército que, sob o comando do general alemão, barão de Mollingen, vinha em sua perseguição.

Esteve iminente a derrota dos portugueses, perante a impetuosa investida do inimigo, superior em número. Mas um hábil retôrno ofensivo, dirigido por Matias de Albuquerque, transformou em vitória essa derrota quasi consumada. E enquanto o barão de Mollingen, abandonando o campo, passava à outra margem do Guadiana, os portugueses acampavam ali, vitoriosos mas impossibilitados de explorar o sucesso, por escassez de cavalaria que perseguisse eficazmente o adversário. Matias de Albuquerque recebia, como recompensa da sua vitória, o título de Conde de Alegrete.

Pouco depois, o ataque a Santo Aleixo e o cêrco a Elvas, marcavam o propósito do marquês de Torrecusa, comandante espanhol no sector de Badajoz, de se vingar do desastre de Mollingen na «*batalha de Montijo*».

Foi ainda Matias de Albuquerque quem, dirigindo a defesa de Elvas, repeliu os espanhóis nos seus sucessivos

assaltos e encarregou, por fim, o general de cavalaria Francisco de Melo, de ir a Vila Viçosa reunir um exército de socorro que, pela retaguarda, viesse atacar os sitiados. Mas Torrecusa, o general espanhol que dirigia o cerco, não deu tempo a que chegasse esse socorro aos portugueses, que soube se preparava: no começo de Dezembro levantou o cerco e recolheu a quartéis de inverno, na Espanha, donde viera. O maior exército até então reunido, nesta guerra (17.000 h.) recuava perante os escassos 2.000 portugueses que defendiam a praça de Elvas.

Mais uma vez em 1645, Matias de Albuquerque, o bravo de Pernambuco, o vencedor de Montijo, era substituído no comando do Alentejo, agora pelo Conde de Castelo Melhor, ao mesmo tempo que, no campo adverso, o marquês de Legañez substituíra Torrecusa no comando dos espanhóis.

Não agradou aos portugueses a substituição do seu prestigioso comandante e tais resistências passivas opuseram a Castelo Melhor que este, não só teve de desistir da empresa que projectara de ir pôr cerco a Badajoz, como acabou por pedir a exoneração do comando e regressar ao Minho, donde viera e em cujo governo das armas tanto se tinha distinguido. Entretanto o marquês de Legañez, entrando em Portugal com 15.000 homens, atacou Olivença mas teve de retirar para Badajoz, perante a resistência portuguesa.

No ano seguinte, porém, voltou o comando do Alentejo às mãos de Matias de Albuquerque, e foi ele quem, em Setembro de 1646, se encarregou de executar a decisão do Conselho de Guerra, de tomar Telenha, na margem esquerda do Guadiana, e aí colher impressões sobre o poder militar do adversário, que permitissem tomar decisões sobre a atitude a adoptar de futuro.

Rendeu-se Telená (15 de Setembro), quasi sem resistência. Mas Matias de Albuquerque, sabedor de que Mollingen reunia em Badajoz forças numerosas a que não podia opôr as suas com indiscutível vantagem, resolveu abandonar a praça conquistada e regressar a Portugal.

Sucedeu-lhe, todavia, como em Montijo: o seu exército atacado, na retirada, por alguns esquadrões de cavalaria de Mollingen, repeliu estes com grandes perdas; mas quando começava a transpor o Guadiana, foi novamente atacado, então por forças mais numerosas, infantes e ginetes, travando-se o rápido «*combate de Telená*» que ficou indeciso, sem que, contudo, Albuquerque deixasse de fazer passar o Guadiana a tôdas as suas tropas, que, cobertas pelo fogo da companhia do bravo capitão Vaz Lôbo, chegaram a salvo à terra portuguesa.

Morria pouco depois o velho e bravo Matias de Albuquerque e com a sua morte coincidia a resolução do Conselho de Guerra de voltar à guerra defensiva, sempre aconselhada pelo P.^o António Vieira.

Iam decorridos seis anos de guerra, sem que dela se tirasse sensível resultado prático para qualquer dos adversários. Apenas militarmente teriam servido para treinar as tropas portuguesas, de recente organização, e para abalar a reputação famosa da infantaria espanhola, por vezes vencida pelos nossos.

Mas, por outro lado, as populações começavam a ressentir-se dessa luta improfícua, que afrouxava o seu entusiasmo patriótico da primeira hora, e as levava a queixarem-se do peso das contribuições para a guerra (no fim do ano 1645 fôra votada em côrtes uma nova contribuição de 2.150.000 cruzados), do incômodo dos aboletamentos, dos abusos dos

oficiais e da pouca disciplina dos soldados, etc. Resultados inevitáveis do nervosismo que causa nos povos — há três séculos como ainda hoje — um estado de guerra que se prolonga sem aparentes vantagens de qualquer dos adversários, que façam prever a decisão da luta.

Não foi, porém, mais fértil em conseqüências, na metrópole portuguesa, o período que se seguiu até à morte de D. João IV (1656), período caracterizado pela defensiva adoptada pelos portugueses nas operações, tanto no Alentejo como no Minho.

E como idêntica atitude, embora menos estrita, foi tomada pelos espanhóis, no intuito de poupar as suas fôrças, necessárias para manterem a luta noutros teatros de guerra, raras foram as acções militares a assinalar durante êsse período de estabilização nas fronteiras.

Apenas merecem menção: a tentativa frustrada da tomada de Olivença, num cêrco dirigido pelo engenheiro jesuíta flamengo Cosmander que, estando ao serviço de Portugal se passara para o de Espanha, e nêsse cêrco pagou com a vida a sua traição; a vitória da cavalaria portuguesa, comandada por André de Albuquerque, contra a cavalaria espanhola, nas proximidades de Arronches; e a tomada de Oliva no outono de 1653.

Mas, se na metrópole as operações se protelaram numa defensiva mútua, quási estática, outro tanto não sucedeu nas colónias portuguesas onde a ofensiva se desenvolveu, sobretudo no Brasil, em acções por vezes notáveis, provocadas pelas revoltas dos maranhenses e pernambucanos.

Dessas notáveis acções militares é justo destacar a célebre «*batalha das Tabocas*» que, em Agôsto de 1645, marcou a primeira vitória dos pernambucanos contra os holandeses invasores.

E enquanto estes, exasperados, declaravam guerra aberta aos pernambucanos, a insurreição portuguesa contra os usurpadores alastrava a todo o território do Brasil onde estes dominavam.

Em 1648, travava-se, a 19 de Abril, a primeira «*batalha dos Guararapes*», em que um hábil contra-ataque, dirigido pelo sargento-mór Cardoso, acabou por decidir em favor dos portugueses a vitória, que obrigou a retirar para o Recife as tropas holandesas com o seu general ferido.

No ano seguinte, é a segunda «*batalha dos Guararapes*», travada em 18 de Fevereiro e em que o coronel Brinck, instalando as fôrças holandesas na mesma posição que no ano anterior tinham ocupado os portugueses, não soube aproveitar as suas excelentes condições defensivas. Foi assim que, quando Brinck, julgando insustentável a situação, se resolveu a retirar, Francisco Barreto, o bravo general português, vencedor da batalha anterior, aproveitou hábilmente o momento para o atacar; e após porfiada luta, em que a inteligente direcção do general foi eficazmente secundada pela bravura dos combatentes, venceu-se a resistência dos holandeses que acabaram por debandar desmoralizados quando um tiro dos nossos lhes matou o comandante, precipitando a derrota.

Estava dado o golpe de morte na usurpação holandesa.

Emquanto Van Schkoppe, o general holandês, aguardava novos reforços da Europa que nunca chegavam, porque a marinha holandesa se via a braços com a guerra que lhe movia a Inglaterra na sua luta pelo domínio dos mares, Francisco Barreto bloqueava o Recife por terra e a esquadra de Pedro Jaques de Magalhães o bloqueava pelo mar.

Se nenhum refôrço chegava da Europa e se, ao fim de quatro anos, a derrota naval da Holanda, na Mancha, mais

tinha impossibilitado o seu envio, também nenhum socorro podiam esperar os sitiados, de qualquer ponto do Brasil, porque não lho permitia a esquadra bloqueante.

Foi assim que, após 21 dias de bombardeamento e de assaltos sucessivos, Van Schkoppe, teve de assinar, em 26 de Janeiro de 1654, a capitulação em que Francisco Barreto impunha a evacuação, sem condições, de todos os estabelecimentos holandeses no Brasil.

E a terra brasileira, a famosa colónia portuguesa da América, voltava ao domínio dos seus legítimos possuidores depois de ter andado por mãos de estranhos durante quasi três quartos de século!

Entretanto, já em 1648, não só Angola como tôdas as ilhas da costa ocidental da África (S. Tomé, Ano Bom e Príncipe) tinham voltado também ao domínio português, mercê do esforço dos bravos portugueses que, capitaneados por Salvador Correia, tinham desembarcado em Luanda em 13 de Agosto daquele ano.

Menos feliz fôra a sorte dos portugueses no Oriente, onde os holandeses, depois de terem respeitado, até certo ponto, as tréguas estabelecidas no acôrdo de 1641, acabaram por quebrá-las súbitamente, em 1652, quando tiveram conhecimento das derrotas das suas armas no Brasil e pretendiam vingá-las.

Foi então que se tornou célebre na história militar das colónias portuguesas a tenaz resistência de Colombo, heroicamente mantida pelos seus bravos defensores, até ao último extremo da sua capacidade física.

Colombo era então a jóia mais preciosa que aos portugueses restava do seu famoso património do Oriente. Capital da riquíssima ilha do Ceilão, nela concentrara o capitão-geral Mascarenhas Homem a defesa da cubiçada ilha das pérolas,

quando em meados de 1652 esta era ameaçada pelos holandeses. Foi sob o comando de António de Sousa Coutinho que se efectuou essa famosa defesa de Colombo, que seria a derradeira acção militar dos portugueses no Oriente, tão inglória nos seus resultados quanto heróica no esforço da resistência dos seus combatentes.

Içou-se a bandeira branca quando o estado já miserável dos heróicos defensores levou o velho Sousa Coutinho a propor a capitulação inevitável. Começaram-se as negociações que decorreram ainda favoráveis para os portugueses: os holandeses concediam-lhes tôdas as honras, saindo Sousa Coutinho e os seus homens, 193 soldados e oficiais, esqueleticos e andrajosos, com tôdas as suas armas e de bandeiras desfraldadas.

À vista dêsse punhado de bravos, cujo número e aspecto miserável envergonhava os holandeses, a quem tanto tinha custado a vitória, longa e duramente alcançada, procuraram estes compensar-se das honras e privilégios que concederam aos vencidos, espoliando-os das armas e do dinheiro que levavam, durante o trajecto para o cais onde deviam embarcar, espoliação de que foram vítimas, em circunstâncias semelhantes, os bravos portugueses que em 1918 se bateram em Lacouture até ao último cartucho...

Com a forçada rendição de Colombo, perdiam os portugueses para sempre a famosa ilha de Ceilão, a pérola do Oceano Índico, que D. Francisco de Almeida tinha ciosamente incrustado na coroa de Portugal!

Nesse mesmo ano de 1656, a 6 de Novembro, falecia D. João IV, o Duque de Bragança que a vontade do povo elevara ao trono de Portugal restaurado.

Morria o rei sem ter tido o prazer de ver consolidada a independência do reino, porque a guerra continuava longa e indecisa na metrópole portuguesa.

Sucedia-lhe D. Afonso VI, aclamado rei com treze anos de idade, doente de corpo e pobre de espírito, assumindo a regência do reino sua mãe D. Luísa de Gusmão.

Era muito grave a situação do País.

Desde que por morte de Richelieu, este fôra substituído pelo cardial italiano, Mazarino, primeiro ministro de Luiz XIV, a França deixara de prestar a Portugal o mesmo apoio leal e franco; e, pelo contrário, quando em 1648 a célebre «paz de Westfalia» punha termo à Guerra dos Trinta anos, Portugal via-se excluído da conferência, pela traição de Mazarino e privado da trégua que desejara obter com a Espanha.

Esta, por sua vez, tendo concluído a paz separada com a Holanda, ficava mais desembaraçada para poder intensificar a luta em Portugal.

Não foi, porém, completa a liberdade de acção da nossa adversária porque continuava em guerra com a França e, por isso, a guerra nas fronteiras hispano-portuguesas se arrastou, como vimos, sem resultados na metrópole que correspondessem às vitórias alcançadas no Brasil e na África Ocidental.

Mas, no novo ano de 1657, surgiam em Portugal prenúncios de que a invasão espanhola não tardaria, o que não seria de estranhar porque a Espanha — vencida a Catalunha, submetido o reino de Nápoles e lançada a França numa guerra civil que lhe empanava as vantagens militares que até então alcançara contra o adversário espanhol — podia agora concentrar contra Portugal fôrças que tinha dispersas por êsses vários teatros de operações.

Efectivamente, em Abril, um forte exército espanhol, sob o comando do Duque de S. Germano, surgia diante de Olivença que, mal defendida e mal socorrida pelas fôrças que o conde de S. Lourenço, Martim Afonso de Melo, ao tempo comandante no Alentejo, pôde reünir de momento, não poderia resistir.

Emquanto a guarnição da praça procurava bravamente defendê-la, o conde de S. Lourenço, batido nas posições que occupava com as suas tropas, ia pôr cêrco a Badajoz, operação em que foi mal sucedido.

O cêrco a Badajoz teve de ser levantado, a-pesar-da bravura dos sitiantes e entretanto Olivença capitulava pela inépcia do seu governador, Manuel Saldanha, que, por tal motivo, foi exautorado e desterrado.

Voltaram os espanhóis a sua acção contra Mourão (13 de Junho), praça que durante seis dias se defendeu valentemente, sob o comando de Jorge da Cunha, que, sem qualquer socorro que o Conde de S. Lourenço não tentou prestar-lhe, foi forçado a capitular.

Provada a incompetência do Conde para o alto comando que lhe estava confiado, veio êste a recair em Joane Mendes de Vasconcelos, bravo official que foi também um grande organizador militar da sua época. E foi o novo comandante que, em fins de Outubro seguinte, conseguiu retomar Mourão, após um cêrco de quatro dias apenas.

No Minho, entretanto, Valença resistia e repelia um ataque dos espanhóis.

Suspendiam-se as operações no inverno, mas logo na primavera seguinte, Joane de Vasconcelos tentou pôr cêrco a Badajoz, como represália da perda de Olivença.

Prolongou-se o cêrco sem effeito, enquanto o Duque de S. Germano e D. Luiz de Haro reüniam fôrças espa-

nholas com que, no Alentejo, defrontassem vantajosamente os portugueses. Entretanto, o general Marquês de Viana atacava, no Minho, as fôrças portuguesas de Castelo Melhor, que foram obrigadas a retirar, indo os espanhóis pôr cêrco a Monção.

E enquanto alí os sitiados resistiam tenazmente, sem qualquer socorro das escassas tropas de Castelo Melhor, o cansado exército do Alentejo levantava o cêrco de Badajoz e recolhia a Elvas, em 11 de Outubro de 1658.

Foi contra Elvas que então se dirigiu a ofensiva de D. Luiz de Haro que, em 22 do mesmo mês de Outubro, atravessava o Guadiana e vinha pôr cêrco à praça com o maior exército que até então os espanhóis tinham pôsto em movimento nesta campanha já longa.

Organizavam a resistêcia da praça Joane de Vasconcelos e D. Sancho Manuel, quando aquêle foi mandado para Lisboa, sob prisão, em consequência do desagrado que causara na côrte o fracasso do cêrco de Badajoz.

Transmitido o comando a André de Albuquerque, general de cavalaria, saía êste da praça em 14 de Novembro, com 180 cavalos, ali inúteis, e através do campo inimigo foi aquartelar-se em Estremoz.

Ficou comandada por D. Sancho Manuel a famosa praça de Elvas, cuja resistêcia ia ser posta à prova, enquanto em Lisboa se organizava um exército de socorro, que ficou constituído em Janeiro de 1659.

Em 11 de Janeiro saiu de Estremoz êsse exército de socorro, sob o comando do Conde de Catanhede, reunindo-se-lhe no percurso as guarnições das praças de Borba, Vila Viçosa, Juromenha e outras.

Foi êste o exército português que então se bateu com o espanhol, muito superior em número, na célebre acção

que se chamou «*batalha das linhas de Elvas*», página das mais gloriosas da nossa história militar.

Nela impuseram as nossas tropas a derrota aos espanhóis, sitiantes da famosa praça alentejana, fugindo D. Luiz de Haro para Badajoz, abandonando o comando do seu exército; e o Duque de S. Germano, ferido na peleja, ficou impossibilitado de comandar. Os portugueses rompiam, entretanto, as linhas do investimento, aos brados entusiásticos de «Vitória!»

Mais uma vez as intrigas da côrte fizeram substituir no comando do Alentejo — quantas vezes já entregue a generais diversos! — o conde de Catanhede, o vencedor das linhas de Elvas, pelo conde de Atouguia que, impossibilitado de explorar o sucesso da batalha por uma acção ofensiva vigorosa para que lhe faltavam elementos, se limitou a operações de pequena guerra com que ocupou o resto do ano de 1659.

Nem, por isso, deixou êste ano — o 18.º da campanha — de ser o primeiro em que uma vitória notável dos portugueses abalou as esperanças da Espanha, forçando-a a propor um armistício em tôda a fronteira, embora no Minho tivesse sido mais feliz que no Alentejo, pois que a rendição de Monção, — após o memorável cêrco de quatro meses — e doutras praças minhotas, deixava aberta ao inimigo tôda a província até ao Pôrto.

Reza a história que na heróica defesa de Monção não apenas os homens, mas também as mulheres se notabilizaram no ardor do combate, sob o comando de Helena Peres, contribuindo para que fôsse honrosa a capitulação da praça. Juntemos, pois, êsse heróico feito feminino a tantos outros que, na História, honram sobremaneira a sublime Mulher de Portugal!

Ao findar êsse ano de 1659, modificara-se sensivelmente a situação política de Portugal.

No «Tratado dos Pireneus», assinado em Novembro entre a França e a Espanha, mais uma vez o velhaco cardinal Mazarino sacrificava Portugal, submetendo-se a tôdas as exigências da Espanha, em troca da paz que reconhecia à França a posse do Artois e do Rossilhão.

Assim, «os franceses ficaram inibidos de servir no exército português e de auxiliar de qualquer modo a govêrno de Afonso VI» (*Oliveira Martins*); e o projectado casamento de Luiz XIV com a filha de Felipe IV, Maria Teresa, imposto por aquêlê tratado, vinha tirar a D. Luíza de Gusmão a esperança que alimentava de casar, com o rei de França, sua filha D. Catarina.

Não desanimaram, porém, os portugueses com tais contrariedades, provocadas pela pérfida política do cardinal italiano.

Por um lado, foram procurar na Inglaterra o apoio que lhes faltou da França, tratando o casamento de D. Catarina de Bragança com o novo rei Carlos II, que subia ao trono restaurado pela queda da República de Cromwell.

Por outro lado, aproveitando em França as simpatias de Turenne, — o vencedor da batalha das Dunas, inimigo de Mazarino e dos Habsburgos, — conseguia o Govêrno português, por intermédio do Conde de Soure, enviado expressamente a Paris para se avistar com aquêlê ínclito marechal, que êste facilitasse o alistamento de oficiais franceses no exército de Portugal e indicasse como pessoa competente para dirigir superiormente êsse exército, o Conde Armando Frederico de Schomberg, militar experimentado, general do exército alemão, ao serviço da França desde 1650.

Com a chegada de Schomberg a Portugal, o exército português ia sofrer uma remodelação radical e a campanha da Restauração ia entrar numa nova fase que veio a ser decisiva, trazendo ao reino restaurado a vitória final e o reconhecimento definitivo da sua autonomia.

Efectivamente, Schomberg, embora alemão de origem, assimilara, ao serviço da França, as novas doutrinas militares de Turenne, grande reformador da tática e da estratégia do seu tempo, e fazendo-se acompanhar de numerosos oficiais franceses das várias armas, desembarcava em Lisboa em 11 de Novembro de 1660, trazendo para o exército português a nova escola militar francesa.

Se a rainha regente o recebeu como salvador da nação, os generais portugueses, despeitados, não ocultaram os seus ciúmes e levaram o Governo a nomeá-lo, não capitão-general das armas do reino como seria de esperar, mas apenas mestre de campo general do exército⁽¹⁾ ou seja chefe do estado-maior do exército (segundo a terminologia moderna) em vez de comandante em chefe.

Schomberg aceitou o cargo que lhe dava assento no Conselho de Guerra, e a êste apresentou, em 1661, três planos de defesa do Alentejo, logo que visitou a região ameaçada e as suas praças fortes.

A ameaça contra a província alentejana partia agora de Talavera, onde D. João de Áustria, irmão bastardo de Filipe IV, que nas recentes campanhas na Flandres se notabilizara pelo seu talento militar com que defrontou a ciência da guerra de Turenne, concentrava tropas espanholas

(1) Por Decreto de 24 de Janeiro de 1661. Anteriormente (15 Dez. 1660) tinha sido nomeado mestre de campo general do Alentejo.

destinadas certamente a uma nova ofensiva contra a nossa fronteira.

Com efeito, em meados de 1661, um reconhecimento em força a Campo Maior, marcava o rompimento das hostilidades no Alentejo, ao mesmo tempo que no Minho, o marquês de Viana marchava sobre Valença com uma força cujo grande efectivo não era apenas destinado, por certo, a um simples reconhecimento.

Mas enquanto Schomberg socorria Campo Maior, reforçando-lhe a guarnição, e D. João de Áustria desistia de tomar a praça e retirava para Badajoz, o conde do Prado, D. Francisco de Sousa, o general português que se batia no norte com as tropas do marquês de Viana, conseguia repeli-las sobre a Galiza, salvando Valença da ofensiva espanhola.

Na Beira, onde o duque de Ossuna ameaçava Almeida, o conde de Vilaflor, D. Sancho Manuel, forçou-o a retirar para Ciudad Rodrigo.

Foi assim, em toda a fronteira, vantajosa para os portugueses, a tomada de contacto das forças adversas.

Terminava o ano de 1661, aguardando as tropas contendoras, nos seus quartéis de inverno dum lado e doutro da fronteira, a chegada do seu sucessor e de todas as surpresas que porventura lhes traria.

Nesse mesmo ano morrera o astucioso e impopular cardinal italiano, naturalizado francês, mentor de Luiz XIV, que por este governava com a complacência de Ana de Áustria, a rainha regente na menoridade do rei seu filho.

Emancipou-se então Luiz, o Grande, o Rei-Sol, passando a exercer na política interna e externa da França aquêl autoritarismo absoluto que justifica a divisa do seu reinado: «*L'État c'est moi!*».

Mercê da sua influência, estreitam-se as relações seculares entre Portugal e a Inglaterra, tão esfriadas durante a funesta dinastia felipina, e é ainda nesse ano de 1661 que, em 23 de junho, o conde da Ponte, embaixador português em Londres, assina o tratado de aliança — o tratado de Whitehall — que, confirmando os anteriores de 1642 e 1654, incluía a mais o compromisso formal de que a Inglaterra «apoiaria Portugal, como se Inglaterra fôsse, com tôda a sua fôrça», e o *artigo secreto* pelo qual o rei da Inglaterra se obrigava, pela primeira vez, «a defender e proteger tôdas as conquistas e colónias pertencentes à coroa de Portugal contra todos os seus inimigos, tanto futuros como presentes».

Foi flagrante a oportunidade dêste tratado, em que sacrificávamos, é certo, em Marrocos, a cidade de Tânger e na Índia a ilha e o pôrto de Bombaím, dados em dote, com dois milhões de cruzados, à infanta D. Catarina de Bragança, no seu casamento com o rei Stuart, Carlos II, mas em compensação nos trazia o auxílio das tropas britânicas no ano de 1662 em que a ofensiva espanhola na metrópole portuguesa assumiria proporções de vigor e energia que seriam incompatíveis com os nossos recursos próprios de defesa militar.

Após as primeiras incursões das tropas de D. João de Áustria, na primavera de 1662 chegou a Évora o primeiro contingente de tropas britânicas.

A notícia da chegada dêsse refôrço aos portugueses, fêz deter o avanço impetuoso dos espanhóis, e D. João de Áustria, receoso de ver cortada a retirada, apressou-se a retroceder sôbre Badajoz, deixando guarnecidas algumas das praças fronteiriças que tinha tomado e desmanteladas outras.

No Minho, entretanto, o conde do Prado manobrou por forma a evitar que as tropas de Pantoja, novo fronteiro

da Galiza, se apoderassem de Valença, como debalde tentaram, e também a cobrir as povoações do litoral e do centro da província, contra a ofensiva espanhola, que assim se malogrou.

Entrava o verão de 1662, e na política interna de Portugal ia dar-se um acontecimento notável que tanto influiria na seqüência das operações desta campanha que parecia interminável: foi o golpe de estado de 21 de Junho que elevou ao poder Luiz de Vasconcelos e Souza, 3.º conde de Castelo Melhor (filho daquele a quem até aqui temos feito referências), um dos mais notáveis estadistas portugueses, que, assumindo a direcção superior da política interna e externa da nação, conseguiu suprir notavelmente as deficiências mentais do rei anormal, a quem, por sucessão, coubera a coroa de D. João IV.

Um outro facto — êste de política externa — vinha também modificar a situação: a assinatura do tratado de garantias entre Portugal e a Holanda, que fazia cessar definitivamente a guerra no ultramar, pela renúncia dos holandeses a tôdas as suas pretensões no Brazil e dos portugueses às suas antigas possessões no Oriente que aqueles tinham conseguido conquistar-nos.

A estas condições favoráveis para impulsionar a acção militar dos portugueses não correspondeu a atitude do Marquês de Marialva (título conferido ao conde de Cantanhede depois da batalha das linhas de Elvas) que se conservava inactivo em Vila Viçosa, sempre dominado pelos ciumes que o faziam surdo às instruções judiciosas de Schomberg.

Foi preciso que no ano immediato Castelo Melhor assumisse a direcção de todos os negócios da guerra (como em França, Louvois, o grande ministro da guerra de Luiz XIV),

para que se entrasse numa fase de maior actividade militar, para o que muito contribuiu a substituição de Marialva pelo conde de Vila Flôr no comando do Alentejo.

O bravo conde Vila Flôr, D. Sancho Manuel, já na Beira e no Alentejo tinha dado provas do seu valor militar. Secundado por Schomberg, que acumulava as suas funções de chefe de estado maior com as de general das tropas estrangeiras e contava com o decidido apoio de Castelo Melhor, o novo comandante do Alentejo daria novo impulso às operações militares, até então pouco activas e mal orientadas.

Assim, começou na primavera dêsse ano de 1663 a concentração das fôrças nacionais em Estremoz e Évora, enquanto, por seu lado, D. João de Áustria preparava a nova ofensiva que veio a desencadear-se em Maio, saindo de Badajoz o seu exército, cêrca de 20.000 homens, e indo pôr cêrco a Évora que capitulou sem resistênciã. A notícia dessa capitulação vergonhosa e a marcha das tropas espanholas sôbre Alcácer do Sal tinha provocado, em Lisboa, tumultos populares contra o Govêrno da nação, factos estes que, como era natural, influíram desastrosamente no ânimo das tropas de Vila Flôr, afrouxando-lhes o ímpeto ofensivo com que tinham saído de Estremoz.

Castelo Melhor aproveitou hàbilmente a excitação popular, começando por demitir dois dos seus ministros para dar alguma satisfação ao povo exaltado, e seguidamente fêz apregoar no Terreiro do Paço, perante a multidão reünida, que o reino estava em perigo e que eram precisos soldados para o defender e salvar. A habilidade deu o resultado desejado, porque o povo entusiasmado correu a alistar-se em massa para se bater contra o invasor, em defesa da Pátria ameaçada.

Fêz Castelo Melhor convergir sôbre o Alentejo fôrças da Beira, sob o comando de Pedro Jaques de Magalhães, enquanto o Marquês de Marialva organizava em Aldeia Galega um corpo de refôrço, com voluntários de Lisboa e da Estremadura.

Dispersavam-se, entretanto, as fôrças de D. João de Áustria, em procura de mantimentos, ao mesmo tempo que em Évora os portugueses se revoltavam contra os ocupadores da praça, dificultando sèriamente a situação dos espanhóis

Ordenou então Castelo Melhor que Vila Flôr atacasse D. João de Áustria, sem demora; e assim, enquanto êste se dispunha a voltar para Espanha, deixando reforçada a guarnição de Évora, o exército de Vila Flôr acampou nas margens do Dejebe estabelecendo, em 3 de Junho, o contacto com o inimigo que saía de Évora.

Tentou êste, cômscio da sua inferioridade, furtar-se ao combate, desfilando ao longo daquele rio, a coberto de pequenas fôrças que iriam entretendo os portugueses com escaramuças ligeiras. Mas, em 8 de Junho, Schomberg resolutamente caía sôbre a vanguarda inimiga, quando D. João procurava fazer escoar o grosso das suas tropas pelo desfiladeiro do Canal, perto do Ameixial.

Foi então que se travou a notável «*batalha do Ameixial*» ou «*do Canal*», em que os portugueses, com a colaboração de um têrço de piqueiros ingleses, comandados por Thomás Hood, e de um batalhão francês, derrotaram os espanhóis de D. João de Áustria, que a custo conseguiu chegar a Arronches com os destroços do seu exército, deixando em poder dos portugueses tôda a sua artilharia, milhares de armas, de cavalos e de carros e libertando cêrca de 4.000 prisioneiros que levava consigo.

Seguiu-se à vitória retumbante do Ameixial, a reconquista de Évora, cuja guarnição espanhola capitulou em 24 de Junho, perante as forças refeitas de Vila Flôr, já reforçadas pelas do Marquês de Marialva, e o País exultou, convencido agora de que tinha recursos para aniquilar as tentativas do invasor.

Entrava o verão de 1663, o verão escaldante do Alentejo, e a despeito dos desejos de Castelo Melhor de aproveitar as vitórias alcançadas para prosseguir sem demora na libertação das outras praças alentejanas, que do antecedente se encontravam na posse do inimigo, nada fêz desistir o exército português, por demais fatigado, de guardar as tréguas do verão, sendo, por isso, licenciado em grande parte no mês de Julho.

De tão somenos importância foram, nesse ano, as operações realizadas nas outras províncias fronteiriças, que nenhuma influência tiveram na situação; e, no ano seguinte, o Alentejo continuava a ser ainda o principal teatro de operações, onde a luta deveria decidir-se. O próprio conde de Schomberg fôra nomeado em 23 de Novembro de 1663, governador das armas do Alentejo, substituindo-o Gil Vaz Lôbo no cargo de mestre de campo general da província.

Foi só em Maio de 1664 que Castelo Melhor conseguiu organizar e concentrar em Estremoz um novo exército numeroso (cêrca de 30.000 homens) com o qual resolveu tomar a ofensiva contra o adversário.

Então o Marquês de Marialva, capitão-general do reino, saindo de Estremoz, em Junho, com uma fôrça de 15.300 infantes e 5.300 cavaleiros, invadiu a Espanha, tomando Maiorga e indo pôr cêrco a Valência de Alcantara, que se rendia poucos dias depois. Renderam-se igualmente as povoa-

ções espanholas vizinhas daquela praça, assim como a guarnição espanhola da praça portuguesa de Arronches.

Emquanto isto se passava no Alentejo, preparava o Duque de Ossuna uma ofensiva na Beira, caindo, em Julho, sobre Castelo Rodrigo, cuja pequena guarnição portuguesa dificilmente a defenderia.

Acorreu em seu socorro Pedro Jaques de Magalhães, o General da Beira, com uma fôrça ainda inferior à do atacante, que, todavia, pelo ímpeto com que a cavalaria de António Maldonado carregou as tropas de Ossuna, surpreendidas em descanso, causou nestas o pânico e decidiu o comandante espanhol a ordenar a retirada.

A chegada da infantaria portuguesa, que seguia de perto a cavalaria, completou a derrota do inimigo que debandou, deixando grande quantidade de mortos, feridos, prisioneiros e material de guerra abandonado, fugindo o próprio Duque disfarçado e escoltado por alguns dos seus cavaleiros.

Estavamos em 7 de Julho de 1664 e, como no ano anterior, suspendiam-se as operações dêste novo ano que fôra igualmente feliz para as armas portuguesas.

Ao entrar o ano de 1665 a situação em Espanha tinha-se modificado sensivelmente.

Vencera o partido da Rainha que hostilizava D. João de Áustria, caído no desagrado da côrte desde a derrota do Ameixial, e o desastrado fronteiro, inactivo por falta de apoio, foi substituído pelo Marquês de Caracena a quem, pelo contrário, nenhum auxílio foi regateado para tentar um novo esforço pela reconquista de Portugal, que até agora lutara com êxito pela sua independência restaurada.

Além dos numerosos reforços recebidos da Alemanha e da Suíça para elevar os efectivos das suas tropas terres-

tres, armava-se em Cadiz uma forte esquadra que, conjugada com a invasão do Alentejo, viria atacar Setúbal e Lisboa.

«Era em substância — comenta Carlos Selvagem no seu *Portugal Militar* — a repetição do plano do Duque de Alba, única ideia estratégica que os generais espanhóis sabiam congeminar».

Mas a actividade de Castelo Melhor, que continuava a fazer prodígios na administração do País e na organização eficiente da defesa do reino, não lhe deixava ignorar os propósitos do vizinho; e assim tratou de alcançar, sem demora, os meios para se lhe opôr. Ao mesmo tempo que reconciliava os generais, fazia fortificar e guarnecer Lisboa e outros pontos, contratava tropas estrangeiras (franceses e irlandeses), e elevava os efectivos das fôrças do Alentejo à custa das outras fronteiras sem, contudo, as desguarnecer. Assim o exército de Marialva, concentrado em Estremoz, em Maio, contava cêrca de 15.000 infantes, 5.500 ginetes e 20 bôcas de fogo, enquanto no Minho o do conde do Prado numerava 12.000 infantes, 2.500 ginetes e 14 bôcas de fogo, aproximadamente.

Foi êsse exército de Marialva que, no memorável dia 17 de Junho de 1665, se bateu gloriosamente com o de Caracena, na chamada «*batalha de Montes Claros*».

Nesse dia partia Marialva de Estremoz, e Caracena, logo informado, resolveu sair-lhe ao encontro com o grosso das suas tropas, deixando apenas uma fôrça mínima cercando Vila Viçosa que há tempo resistia.

O encontro deu-se perto de Montes Claros, pequena povoação ao sul da serra de Ossa, e aí se desenrolou a formidável batalha que, ao fim de sete horas, terminava com a inolvidável vitória das tropas portuguesas.

Não cabe aqui descrever as vicissitudes dessa longa batalha em que a cavalaria portuguesa, sob o comando dos generais Dinis de Melo e Castro e D. João da Silva, teve um papel decisivo, levando o pânico e a desordem aos tãrços da infantaria inimiga. E a actividade enãrgica, oportuna e eficaz de Schomberg, contribuindo poderosamente para a vitãria, demonstrava a alta competãncia tãcnica e o incontestãvel valor militar do notãvel discipulo de Turenne.

Caracena pãde assistir, do alto da Serra da Vigãria, ao desbarato das suas fãrças, que em nosso poder deixavam milhares de prisioneiros, cãrca de 6.000; e em face de tal derrota resolvia fugir com o seu estado maior.

Entretanto, Vila Viçosa, numa sortida dos seus bravos defensores, via destroçados os espanhãis que tinham ficado a defrontã-la e que deixavam em poder dos sitiados tãda a sua artilharia de sítio.

O dia 17 de Julho de 1665, marcava, de facto, a vitãria definitiva dos portugueses que defendiam a integridade da sua Pãtria restaurada havia jã quãsi vinte e cinco anos!

Efectuada em Outubro a concentração dum exãrcito de invasão da Galisa, sob o comando do Conde do Prado, com a assistãncia tãcnica de Schomberg, transpã-se o rio Minho e foi-se pãr cãrco a Tuy, que capitulou ao cabo de oito dias, e seguidamente ocupou-se La Guardia, regressando ao Minho o exãrcito de Prado quando se aproximava o inverno.

Foi ainda no ano seguinte (1666) — o ano que trouxe a Portugal como rainha Mademoiselle d'Aumale, a formosa e astuta Maria Francisca de Saboia — que Schomberg entrou em Espanha, pela fronteira do baixo Alentejo, e chegou à Andaluzia, regressando, por falta de fãrças, sem ter empreendido qualquer acção de vulto.

Ao mesmo tempo o Conde do Prado resistia, no Minho, à ofensiva espanhola das tropas de Inigo Velasco, frustrando-lhes a execução de qualquer acção de importância.

Morrera entretanto, em Setembro de 1665, Filipe IV, ficando o reino de Espanha confiado à regência de Maria Ana de Áustria, a rainha viúva, na menoridade do príncipe herdeiro que viria a ser Carlos II, o último rei da casa do famoso Carlos Quinto.

A morte do rei e os últimos revéses sofridos em Portugal inclinavam a Espanha para a paz, que a Castelo Melhor não repugnava tratar, impondo, porém, as suas condições.

Mas enquanto a Inglaterra se empenhava em intervir como medianeira na paz da Península, a França de Luiz XIV procurava, ao contrário, realizar com Portugal a Liga até então sonhada, para continuar a combater a Espanha.

Não tendo o govêrno espanhol aceitado as condições de paz propostas por Castelo Melhor de acôrdo com a Inglaterra — porque nelas se lhe exigia o reconhecimento de Afonso VI como rei de Portugal, a libertação dos prisioneiros, a conservação de tôdas as terras conquistadas aos espanhóis e a restituição, por parte destas, de todos os bens confiscados a portugueses — o ministro português resolveu celebrar com Luiz XIV a desejada Liga que obrigava Portugal a continuar a guerra, subvencionada financeiramente pela França, até que esta, por sua vez, entrasse na luta, ao que se comprometeu, logo que se firmasse a paz entre a Espanha e a Inglaterra.

Foi perante esta ameaça que a Espanha finalmente anuiu em reconhecer Afonso VI, rei de Portugal, em Agosto de 1667, depois de Schomberg ter, com as suas tropas, retomado a ofensiva e reconquistado Borba e Jurome-

nha, avançando ainda sobre Albuquerque, cidade espanhola que foi posta a saque.

Pouco depois, as intrigas da côrte, de que tinham sido vítimas tantos dos nossos melhores generais da época, voltaram-se contra o Primeiro ministro, cuja autoridade indomável não era simpática à rainha, e Castelo Melhor abandonava o govêrno, sentindo-se desapoiado do impotente rei.

Com a queda do grande ministro, cujas atitudes enérgicas e altivas mereceram do próprio Luiz XIV, em carta para o seu embaixador em Madrid, o reparo de que tais atitudes eram «só próprias da República Romana no auge do seu poderio» — Portugal perdia o prestígio que internacionalmente conquistara nos últimos anos, graças ao valor do notável e glorioso estadista.

Seguiram-se as cenas palacianas que envergonharam os últimos anos do reinado de Afonso VI e acabaram pela anulação do seu casamento, pelo novo enlace da rainha com o cunhado D. Pedro e pela elevação dêste a Príncipe Regente, quando as Côrtes, finalmente, sancionaram a deposição do rei que abdicara em favor do irmão.

Coube assim a D. Pedro, na sua regência, a glória de assinar a paz que, devido sobretudo aos esforços diplomáticos da Inglaterra, a Espanha lhe vinha propor, por intermédio da nossa aliada secular.

As condições, porém, eram bem diferentes das que pretendia exigir Castelo Melhor: agora os dois países restituíam mutuamente as praças conquistadas, mas Ceuta continuaria na posse dos espanhóis para todo o sempre.

Com a assinatura do tratado de paz, efectuada em 13 de Fevereiro de 1668, terminava — finalmente! — a chamada «Guerra da Restauração», vinte e oito anos depois

dessa manhã gloriosa do 1.º de Dezembro de 1640 em que Portugal se libertara do jugo do usurpador.

Estava firmada para sempre a independência da Nação Portuguesa!

No curto espaço de 30 minutos, procurando desempenhar-me — ainda que mal — da tarefa que, como militar, me fôra incumbida, fiz passar pela vossa memória, com a rapidez com que teriam corrido num *écran*, os episódios mais notáveis, ocorridos ao longo de quasi 30 anos, dessa famosa quadra militar da nossa História que se chamou a «Guerra da Restauração».

Durante os longos 60 anos anteriores, anos de opressão e de martírio sob o jugo do domínio estrangeiro, o povo português tinha aprendido a sofrer, nesse sofrimento tinha acrisolado o seu patriotismo, e, no seu íntimo revoltado, tinha acumulado energias que lhe permitiram lutar tenazmente e pacientemente pela recuperação da liberdade que perdera e que vira com pasmo ressurgir na manhã gloriosa de 1640.

«Só uma ideia é que pode, dum a outro extremo dum país, sublevá-lo em péso — escreveu algures o nosso historiador Pinheiro Chagas —, só uma das grandes ideias — continua êle — que se traduzem numa dessas mágicas palavras — *liberdade* ou *independência* — é que confunde numa aspiração única tôdas as classes e todos os cidadãos, é que faz, por conseguinte, as revoluções unânimes e irresistíveis.»

Foi êsse duplo ideal de *liberdade* e *independência*, que fêz a revolução de 1640 e que realizou, ao cabo de 28 anos, com a vitória da Guerra da Restauração, a autonomia definitiva da nação Portuguesa.

Foi o mesmo ideal de *independência* que já no século XIV, levára o povo português a colocar no trono o Mestre de

Aviz, para evitar que o reino, sem rei, fôsse parar às mãos de D. João I de Castela; e essa vontade firme e resoluta do povo português, encontrou o seu melhor apoio na espada rutilante de Nun'Álvares, o Santo Condestável, o génio militar vencedor dos Atoleiros e de Aljubarrota.

Foi ainda êsse ideal de *independência* que congregou os esforços do povo português para se libertar dos mandatários de Napoleão, novo usurpador que, no comêço do século XIX, tentando, pela fôrça das suas armas até então vitoriosas, dominar a Península, veio encontrar, neste pequeno canto de Portugal, o comêço do declinar da boa estrêla que sempre o acompanhára, na sua ânsia megalomaniaca de avassalar a Europa inteira.

Êsse mesmo ideal reüniria hoje o Povo português em volta da bandeira invicta de Portugal, pronto a defendê-la até ao último extremo, se algum novo conquistador do século XX pretendesse riscar do mapa da Europa esta pequena Nação, cujo passado glorioso e cujo presente nobilitante, lhe dão direito a viver, independente e autónomo, sem qualquer espécie de tutela que o avilte como aquela que, por seu mal, suportou e de que há três séculos se libertou para sempre.

O Povo português, hoje como então, cioso da sua liberdade, orgulhoso da sua independência, quer sempre poder bradar bem alto ao mundo: Portugal! Portugal!

«Esta é a ditosa Pátria minha amada!»

GENERAL FERREIRA MARTINS

ÍNDICE POR AUTORES

	Pág
ALVES DE AZEVEDO — <i>A Restauração do Império</i>	405
ANDERSEN (D. Maria Josefina) — <i>O espírito varonil e régio da Rainha Dona Luisa de Gusmão</i> — Campanhas do Alemtejo . . .	42
BRAZÃO (Eduardo) — <i>A importância da diplomacia na restauração de Portugal em 1640</i>	341
ENES (Ernesto) — <i>Amador Bueno e a aclamação de D. João IV em S. Paulo.</i>	394
FERREIRA MARTINS (General) — <i>A Guerra da Restauração (1641-1668).</i>	413
GOMES DE SOUSA (General) — <i>A evolução das ideas pacifistas depois de 1640</i> — A sua influência nos destinos da nacionalidade	248
MAURA (Duque de) — <i>El designio imperial de Felipe II.</i>	374
PERESTRELO (João) — <i>A Restauração da Independência e o Imperialismo Europeu</i>	188
REDIG DE CAMPOS (Deoclécio) — <i>Quatro documentos originaes e inéditos, do Arquivo Secreto Vaticano e da Biblioteca Apostólica, para servirem à história da independência portuguesa, em 1640.</i>	7
ROCHA MADAHIL (A. G. da) — <i>Cartas da restauração</i>	273
SOUSA PEDROSO (D. Elisa de) — <i>Portugal e o espirito</i>	357

ÍNDICE POR ARTIGOS

	Pág.
<i>Amador Bueno e a aclamação de D. João IV em S. Paulo</i> , por ERNESTO ENES	394
<i>Cartas da Restauração</i> , por A. G. DA ROCHA MADAHIL.	273
<i>Designio (El) Imperial de Felipe II</i> , por DUQUE DE MAURA	374
<i>Esprito (O) varonil e régio da Rainha Dona Luisa de Gusmão — Campanhas do Alemtejo</i> , por D. MARIA JOSEFINA ANDERSEN	42
<i>Evolução (A) das ideas pacifistas depois de 1640 — A sua influência nos destinos da nacionalidade</i> , por General GOMES DE SOUSA.	248
<i>Guerra (A) da Restauração (1641-1668)</i> , por General FERREIRA MARTINS	413
<i>Importância (A) da diplomacia na Restauração de Portugal em 1640</i> , por EDUARDO BRAZÃO	341
<i>Portugal e o espirito</i> , por D. ELISA DE SOUSA PEDROSO.	357
<i>Quatro documentos originaes e inéditos, tirados do Arquivo Secreto Vaticano e da Biblioteca Apostólica, para servirem à história da independência portuguesa em 1640</i> , por DEOCLECIO REDIG DE CAMPOS	7
<i>Restauração (A) do Império</i> , por ALVES DE AZEVEDO	405
<i>Restauração (A) da Independência e o Imperialismo Europeu</i> , por JOÃO PERESTRELO	188
<i>Tricentenário (O) da Restauração</i>	5

